

HISTORIOGRAPHICA

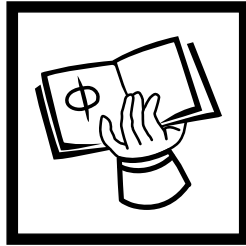
LISBON HISTORICAL STUDIES

DANIEL ESTUDANTE PROTÁSIO (ORG.)

HISTORIOGRAFIA, CULTURA E POLÍTICA
NA ÉPOCA DO VISCONDE DE SANTARÉM
(1791-1856)

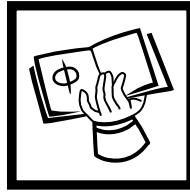


CENTRO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA



HISTORIOGRAPHICA

LISBON
HISTORICAL
STUDIES



HISTORIOGRAPHICA
LISBON
HISTORICAL
STUDIES

**Historiografia, Cultura e Política
na Época do Visconde de Santarém
(1791-1856)**

Daniel Estudante Protásio (Org.)

CH
CENTRO DE HISTÓRIA

Lisboa

Centro de História da Universidade de Lisboa

2019



Direcção da colecção | Series editors
Sérgio Campos Matos e Covadonga Valdaliso

Conselho científico da colecção | Series scientific board
Fernando Catroga (Univ. de Coimbra), Ilaria Porciani (Univ. di Bologna), Javier Fernández Sebastián (Univ. del País Vasco), Luís Filipe Barreto (Univ. de Lisboa), Stefan Berger (Ruhr-Universität Bochum), Temístocles Cezar (Univ. de Rio Grande do Sul), Valdeir Araújo (Univ. Federal de Ouro Preto)

Título | Title
Historiografia, Cultura e Política na Época do Visconde de Santarém (1791-1856)

Organização | Organisation
Daniel Estudante Protásio

Editor | Editor
Daniel Estudante Protásio

Assistente de edição | Editorial assistant
Carolina Rufino

Revisão editorial | Copy-editing
André Morgado e Carolina Rufino

Revisão ortográfica | Proofreading
André Leitão, André Morgado, Carolina Rufino e Martim Aires Horta

Comissão científica deste volume | Scientific board of this publication
Andréa Lisly Gonçalves (Univ. Federal de Ouro Preto), Carmine Cassino (CH-UL), Daniel Ribeiro Alves (Univ. Nova de Lisboa), João Couvaneiro (Univ. Lisboa), Jordi Roca Vernet (Univ. Rovira i Virgili, Tarragona), José Brissos (CH-UL), Fátima Sá e Melo Ferreira (ISCTE-IUL), Maria Manuela Tavares Ribeiro (Univ. de Coimbra), Sérgio Campos Matos (Univ. de Lisboa)

Edição | Publisher
Centro de História da Universidade de Lisboa | 2019

Patrocínio | Sponsorship
Administração do Porto de Lisboa

Concepção gráfica | Graphic design
Bruno Fernandes

Impressão Gráfica | Printing shop
Sersilto – Empresa Gráfica, Lda.

ISBN: 978-989-8068-24-8
Depósito Legal: 463937/19
Tiragem: 150 exemplares

Centro de História da Universidade de Lisboa | *Centre for History of the University of Lisbon*
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa | *School of Arts and Humanities of the University of Lisbon*
Cidade Universitária - Alameda da Universidade, 1600 - 214 LISBOA / PORTUGAL
Tel.: (+351) 21 792 00 00 (Extension: 11610) | Fax: (+351) 21 796 00 63
URL: <http://www.centrodehistoria-flul.com>



Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P., no âmbito do projecto UID/HIS/04311/2019. This work is funded by national funds through FCT – Foundation for Science and Technology under project UID/HIS/04311/2019.

 This work is licensed under the Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International License. To view a copy of this license, visit <http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/> or send a letter to Creative Commons, PO Box 1866, Mountain View, CA 94042, USA.



ÍNDICE

- 11 DA CONVERGÊNCIA ENTRE HISTORIOGRAFIA, TEORIA DA HISTÓRIA E HISTÓRIA POLÍTICA
Daniel Estudante Protásio

19 I - HISTORIOGRAFIA

- 21 *HISTORIA MAGISTRA VITAE.*
Ensaio sobre a (in)definição do *topos* nos projetos de escrita da história do Brasil no século XIX
Temístocles Cezar
- 47 JOSÉ DA SILVA LISBOA E AS NARRATIVAS DA EMANCIPAÇÃO BRASILEIRA
Valdeci Araujo
- 69 O CONCEITO DE *REVOLUÇÃO* NUMA GUERRA DE IDEIAS EM PORTUGAL:
Algumas notas sobre linguagem e política (1820-1834)
Ricardo de Brito
- 97 DA NECESSIDADE DE UM *DICIONÁRIO CRÍTICO DO TEMPO DE D. MIGUEL (1828-1834)*
Armando Malheiro da Silva e Daniel Estudante Protásio

121 II - CULTURA

- 123 UMA FAMÍLIA DE PODER E CULTURA.
Em torno do *Retrato da Família do 1.º Visconde de Santarém*,
de Domingos Sequeira
Alexandra Gomes Markl
- 139 UMA DEVOÇÃO DO MIGUELISMO:
Nossa Senhora da Rocha de Carnaxide
Fátima Sá e Melo Ferreira

155 III - POLÍTICA

157 LA "PENINSULA DAS HESPAÑHAS" Y LOS LEGITIMISMOS:
La última función (1828-1840)

Juan Pan-Montojo e Andrés María Vicent

183 MODERADOS E ULTRAS NA REGÊNCIA E NO REINADO DE D. MIGUEL
(1828-1834)

Daniel Estudante Protásio

235 LOS ÚLTIMOS MESES DE FERNANDO VII A TRAVÉS DE LA
DOCUMENTACIÓN DIPLOMÁTICA PORTUGUESA

Alfonso Bullón de Mendoza y Gómez de Valugera

271 RESUMOS

ABSTRACTS

281 NOTAS BIOGRÁFICAS

286 CRÉDITOS DAS IMAGENS

DA CONVERGÊNCIA ENTRE HISTORIOGRAFIA, TEORIA DA HISTÓRIA E HISTÓRIA POLÍTICA

A partir de 2020, ocorrerão, em Portugal e no mundo, as comemorações dos bicentenários do 24 Agosto de 1820 e da Vila-Francada (27 de Maio de 1823). Isto é, dos momentos inaugurais da revolução liberal e da contra-revolução portuguesas. Universidades, centros de investigação, especialistas (nacionais e internacionais) carrearão para o cenário público e para os repositórios bibliográficos as mais recentes visões e revisitações críticas desse fervilhante passado que tanto apaixonou os contemporaneistas. O colectivo nacional e global aguarda por tais eventos, certo da continuidade de um esforço científico e historiográfico desde o bicentenário da Revolução Francesa, em 1989. Entretanto, convém reflectir, de forma muito sintética, sobre um dos aspectos mais felizes desses 30 anos de trabalhos interdisciplinares e transnacionais. Em concreto, sobre os benefícios trazidos por esse esforço à historiografia, teoria da história e história política.

Não existindo – nem devendo existir – barreiras entre as ciências sociais e humanas, perfilha-se a visão de que muitas delas contribuíram para os avanços obtidos nas últimas três décadas, no que diz respeito ao estudo da história política de revoluções e contra-revoluções. A historiografia e a teoria da história, no caso português e brasileiro, têm sido enriquecidas com estudos de história política sobre personalidades, eventos e movimentos dos séculos XIX e XX. Estudos de caso, monografias, obras de síntese sobre a escrita histórica, seus contextos e figuras, estão frequentemente suplementados com enquadramentos político-ideológicos

que, tradicionalmente, não eram incluídos em textos daquela natureza. O mesmo sucede no campo da história política: o actor político é não apenas um produto da sua contextualização histórica e ideológica, mas também um produtor de memória e de historiografia. Esse constitui um dos marcos mais visíveis, implantado na berma da estrada da historiografia, teoria da história e história política, estrada essa aberta e mantida transitável desde finais dos anos 1980.

Sendo cada vez mais pacífica a ideia de que a história não é um produto de laboratório, asséptico e isolado, nem de uma Torre de Babel, surda aos acontecimentos do momento, nem estando, ainda, o historiador dotado de um cérebro de hemisférios incomunicáveis, torna-se mais facilmente enquadrável a conceptualização de um livro sobre a época dita do visconde de Santarém.

O conceito operativo de época é utilizado, no que diz respeito ao visconde de Santarém, para efeito de identificação de um período cronológico, o dos anos de 1791 a 1856, e respectiva complexidade. Não lhe pertence; antes, o visconde fez parte dela, enquanto intelectual e historiador. O seu exemplo, entre muitos, ajuda-nos a defini-la. Parafraseando a letra de uma música popular portuguesa dos anos 1990, «Quando uma época nasce, nasce selvagem/Não é de ninguém». O que não lhe retira legitimidade conceptual; como é bom de ver, trata-se de uma ferramenta operativa, não de uma verdade científica absoluta.

Época e épocas de revoluções, começando pela de 1789-1799, em França; de 1820-1821, na Europa e América Ibéricas; passando pelas internacionais de 1830 e de 1848. Época e épocas de contra-revoluções, que quase sempre se seguem às revoluções, num diálogo permanente de argumentos, conceitos, ideias e violência física. De nacionalismos e cosmopolitismos, que muitas vezes coexistem nas elites e nas vanguardas políticas e culturais. Época, ainda, de transformações científicas e tecnológicas, como as da navegação a vapor, do telégrafo eléctrico, da litografia, da fotografia. Transformações que marcaram o tempo e a humanidade, condicionando a forma de pensar a história e a política, então; e, conseqüentemente, o modo como as percebemos, enquanto comunidade global, agora.

*

Somos, sem dúvida, herdeiros da época do visconde de Santarém – tal como das épocas anteriores e das que lhe sucederam. Nela, coexistiram a busca de documentos da mais variada natureza, escritos à mão, desenhados por iluminadores ou por cartógrafos; de estruturas materiais soterradas pelo tempo ou dispersas por mão humana; de recantos inexplorados de florestas e de mares ignotos. Dessa fervilhante procura da novidade e da verdade resultaram, como é próprio da humanidade, generalizações e teorizações, fossem elas dotadas de método crítico ou mais imbuídas de espírito de divulgação e menor aparato de fontes. Públicos restritos, mas ávidos de conhecimento e de notícias frescas, consumiam obras de divulgação científica (de carácter mais popular) e tratados densos de erudição, mais restritos. Ainda hoje assim é. A cultura erudita e a cultura popular, de que tanto falou Umberto Eco, conviviam lado a lado. Os papéis de uma e de outra equivalem-se na importância, democrática, de gostos pessoais e modas culturais flutuantes.

A bibliografia do visconde de Santarém contém elementos relacionados com divulgação histórica, em artigos biográficos inseridos em enciclopédias francesas; aglutina edições volumosas de sinopses de documentos diplomáticos; extensas recolhas cartográficas e ensaios sobre a evolução do conhecimento geográfico do planeta. Muitos desses textos escritos em francês, para maior impacto internacional. No Rio de Janeiro, em Lisboa e em Paris, ele estabeleceu laços de amizade e redes de contactos intelectuais, tanto pessoais quanto institucionais. Através do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), da Academia das Inscrições e Belas-Letras do Instituto de França e da Sociedade de Geografia de Paris, manteve relações com algumas figuras transnacionais da maior importância desse tempo. Alexander von Humboldt e François Guizot foram duas delas – marcantes, aliás, no seu labor geográfico e histórico. Enquanto guardador da Torre do Tombo e ministro dos Negócios Estrangeiros de D. Miguel, nas décadas de 1820 e 1830, o visconde de Santarém desempenhou um papel crucial na construção da memória histórica nacional e nas orientações políticas dos diferentes gabinetes que se sucederam de 1828 a 1834.



É neste contexto que o presente livro é pensado, numa confluência de historiografia, teoria da história e história política. Estrutura-se em três partes: I – Historiografia; II – Cultura; III – Política.

A abrir a primeira secção, dedicada à historiografia, um estudo de Temístocles Cezar sobre a realidade da construção do discurso historiográfico brasileiro no século XIX, ainda marcado pelo *topos* clássico da história mestra da vida. A fundação do IHGB, em 1838, constitui um momento marcante do percurso intelectual do visconde de Santarém. A partir desse acontecimento, Cezar analisa várias propostas programáticas, apresentadas ao IHGB, sobre o que deveria constituir uma história do Brasil. No quadro de duas outras datas, da vinda da corte portuguesa e da independência de 1822, Valdeci Araujo estuda a obra e o pensamento de José da Silva Lisboa (1756-1835), visconde de Cairu. Silva Lisboa, figura preponderante da economia política e da teorização do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, representa tanto a continuidade da monarquia do Antigo Regime além-Atlântico quanto a ruptura de um novo regime imperial, liberal e ilustrado. O enquadramento histórico e conceptual, realizado por Ricardo de Brito, dos acontecimentos portugueses de 1820 a 1834, traz à colação um exercício reflexivo de grande utilidade, para melhor percebermos o que une e afasta os universos discursivos de revolucionários e contra-revolucionários em Portugal. Um quarto texto, escrito em co-autoria por Armando Malheiro da Silva e Daniel Estudante Protásio, anuncia o projecto de, nos anos de 2020-2023, se editar, em Portugal, um dicionário crítico do tempo de D. Miguel. Selectivo, porém aberto; científico, contudo de acesso irrestrito, *online*. Partindo do geral para o particular, do século XIX para 1820-34, esta primeira secção une a visão global de uma época, no espaço luso-brasileiro, colhida a partir de uma instituição (IHGB) e de um pensador – o visconde de Cairu –, às matérias da conceptualização política transversal às elites políticas portuguesas e da necessidade de operacionalizar o conhecimento histórico-documental sobre um tempo concreto – o de D. Miguel, regente e rei de facto.

Na segunda secção, dedicada à cultura, são apresentados textos fundamentais para compreender a época do visconde de Santarém. O de Alexandra Gomes

Markl debruça-se sobre o célebre quadro de Domingos António de Sequeira, retratando a família do 1.º visconde de Santarém (1757-1818), família que a autora qualifica como de poder e cultura. Evoca preciosos dados sobre o pai do visconde de Santarém e os primeiros anos da aprendizagem do historiador e cartólogo. Segue-se-lhe um ensaio de Fátima Sá e Melo Ferreira, que constitui uma análise cuidada dos múltiplos significados da descoberta da imagem de Nossa Senhora da Rocha de Carnaxide. Este epifenómeno, ocorrido em 1822, vai congregar e simbolizar uma devoção, tanto religiosa quanto ideológica, ao Trono e Altar. Da história da arte à história das mentalidades, as autoras trazem contributos inestimáveis para melhor entendermos o complexo e fascinante período, cultural e político, do neoclassicismo ao pré-romantismo em Portugal.

Na terceira e última secção, dedicada à política, Juan Pan-Montojo e Andrés María Vicent procedem a uma avaliação pormenorizada do legitimismo ibérico dos anos de 1828 a 1840. Enquanto enquadramento teórico, estabelecem paralelismos entre as duas guerras civis, a portuguesa, de 1832-1834, e a espanhola, de 1833-1840. Daniel Estudante Protásio estrutura uma tipologia dos movimentos ideológicos dentro do miguelismo no poder, tanto no caso de elites quanto dos vários governos existentes sob D. Miguel. Por fim, o consagrado especialista Alfonso Bullón de Mendoza y Gómez de Valugera, por seu lado, interpreta os tempos finais do reinado de Fernando VII à luz da documentação diplomática que localizou e interpretou no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Estes três estudos procuram levar mais longe o conhecimento actual sobre a época do visconde de Santarém, no que diz respeito à política e diplomacia, assim como demonstrar a necessidade epistemológica de uma aliança que unifique análise teórica e interpretação documental da contra-revolução, em Portugal e em Espanha. Estes exercícios intelectuais, mutuamente fortalecedores, permitem uma visão integrada de uma área temática ainda dispersa, nos estados de arte e nas conclusões operativas alcançados pela bibliografia produzida desde 1989.

*

Deste modo, e a seu modo, o presente volume sucede ao inicialmente publicado, em 2017, nesta colecção, *Historiographica – Lisbon Historical Studies*. Sob o título *Historiografia e Res Publica*, com organização de Sérgio Campos Matos e Maria Isabel João.

Historiografia, Cultura e Política na Época do Visconde de Santarém (1791-1856) constitui o primeiro volume colectivo dedicado às temáticas da historiografia, teoria da história e histórica política em relação com aquele historiador português. Conta com valiosos contributos de autores brasileiros, espanhóis e portugueses. Pela primeira vez na história da cultura nacional, uma instituição – a Universidade de Lisboa – e uma unidade de I&D – o respectivo Centro de História – acolhem e prosseguem os esforços que uma miríade de escritores, desde 1903, desenvolve, individualmente, no sentido de que a memória e o legado do visconde de Santarém não sejam esquecidos. Não é por acaso que tal sucede no âmbito dos 60 anos da fundação do Centro de História da Universidade de Lisboa (1958-2018), produtor de uma já longa tradição de estudos sobre a história, a memória e a historiografia.

Daniel Estudante Protásio,

Abril de 2019



I - HISTORIOGRAFIA

HISTORIA MAGISTRA VITAE.

ENSAIO SOBRE A (IN)DEFINIÇÃO DO *TOPOS* NOS PROJETOS DE ESCRITA DA HISTÓRIA DO BRASIL NO SÉCULO XIX

Temístocles Cezar

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de História

Until the eighteenth century, the use of our expression [historia magistra vitae] remained an unmistakable index for an assumed constancy of human nature, accounts of which can serve as iterable means for the proof of moral, theological, legal, or political doctrines.

Reinhart Koselleck, *Future Past. On the Semantics of Historical Time*

***Historia magistra vitae*: permanência x dissolução**

A permanência do *topos historia magistra vitae*, seja como projeto historiográfico, seja como figura de retórica, estende a cronologia da sua dissolução ou transformação, no Brasil, para além do século XVIII.¹ O Oitocentos brasileiro é pródigo em debates entre ideias antigas e modernas para se escrever a história. Esse ideário visava, em princípio, organizar recursos e procedimentos para se

¹ Sobre a transformação do *topos*, ver Bouton 2018.

escrever a história da nação. Tal como a nação era um plano em construção, a história, como campo de saber disciplinado, do mesmo modo ensaiava seus primeiros passos. Logo, se o projeto nacional não era evidente, tampouco o era a identidade da história e a do historiador. Por isso, a escrita da história tornou-se objeto de debate e problema teórico-metodológico no Brasil do século XIX, cujas distintas percepções acerca do tema constituem um *corpus* discursivo volumoso e ainda não suficientemente estudado.²

Neste sentido, sob a chancela do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado no Rio de Janeiro em 1838, são proferidos discursos e publicadas memórias cujo objetivo era o de normatizar e criar regras para o ofício desse historiador da nação. Convertidos em programas na *Revista do IHGB*, esses textos adquirem a condição de manifestos por uma história nacional. Tais propostas, além de contribuírem para a padronização de novos paradigmas para a pesquisa, notadamente a busca pela cientificidade, também ratificaram aporias e dificuldades da escrita da história, sobretudo aquelas inerentes à instável narrativa do período, marcada pela oscilação entre a orientação hodierna, ou moderna, e os pressupostos pretéritos, ou antigos, da historiografia ocidental, entre os quais a sombra ou a luz da *historia magistra vitae*.

Selecionei três destas manifestações, não com o propósito de apontar um equívoco na análise de Koselleck, que além de indicar a inexistência de uma história da fórmula *historia magistra vitae*, foi extremamente prudente em relação ao potencial generalizante que sua hipótese poderia adquirir, caso extrapolasse o contexto historiográfico formado pela compilação documental filológica e historiográfica, a partir da qual retraça a genealogia do *topos*.³ Meu objetivo é demonstrar que a noção de *historia magistra vitae* presente nestes projetos historiográficos foi menos marcada pela dicotomia permanência x dissolução, do que pelo signo da (in)definição, tanto política quanto epistemológica. Não se trata, portanto, simplesmente de gestos miméticos em relação aos antigos ou ao século imediatamente precedente, mas de recriação original em relação aos primeiros e independência relativa em relação aos segundos.⁴

2 Guimarães 2006, 101.

3 Koselleck 1985, 22.

4 É importante salientar que estes textos mantinham uma relação tensa com seus congêneres do século XVIII. Especificamente para o caso brasileiro (e suas relações com Portugal), ver Kantor (2004) e Silveira (2016).

Os manifestos são os seguintes:

1. O “Discurso” inaugural proferido pelo cônego Januário da Cunha Barbosa (1780-1846), secretário perpétuo do IHGB, publicado em 1839;
2. A dissertação do homem de ciência Carl Friedrich Phillip von Martius (1794-1868), *Como se Deve Escrever a História do Brasil*, de 1844;
3. As “Indicações sobre a História Nacional”, de Tristão de Alencar Araripe (1821-1908), de 1894.⁵

Uma observação metodológica. Tenho procurado analisar, em meus trabalhos, as fontes no limite do texto. Poder-se-ia definir tal procedimento como uma variante hermenêutica do ato interpretativo do discurso da e sobre a história. No entanto, minha intenção não tem sido a de realizar um “culto do texto”,⁶ mas simplesmente a de levar em consideração a observação de Koselleck de que os acontecimentos históricos e sua estrutura semântica estão intimamente ligados.⁷

Historia magistra vitae (I):

O “Discurso” de J. da C. Barbosa⁸

Basta atendermos ao que diz Cícero: a história é testemunha dos tempos, a luz da verdade e a escola da vida. Por esta judiciosa doutrina bem facilmente se conhece quão profícua deve ser a nossa associação, encarregada, como em outras nações, de eternizar pela história os fatos memoráveis da pátria, salvando-os da voragem dos tempos e desembaraçando-os das espessas nuvens que não poucas vezes lhes aglomeram a parcialidade, o espírito de partidos e até mesmo a ignorância. Oxalá não tivéssemos nós infinitas provas desta verdade, em tantas obras, mormente estrangeiras, que correm o mundo! O nosso silêncio, repreensível em matéria que tanto afeta a honra da pátria, tem dado ocasião a que os historiadores uns de outros se copiem, propagando-se por isso muitas inexatidões, que deveriam ser imediatamente corrigidas.⁹

5 Para uma visão mais abrangente dos textos historiográficos publicados na *Revista do IHGB*, ver Guimarães (2010). A grafia das citações foi atualizada.

6 Faye 1972, 130.

7 Koselleck 1985, 222.

8 Retomo aqui, sob perspectiva diferente, ou seja, a partir do enfoque estrito da fórmula *historia magistra vitae*, excertos de um trabalho anterior sobre as propostas de Barbosa e Cunha Matos (Cezar 2011).

9 Barbosa 1839, 10.

A menção ao *Orador* de Cícero não é apenas a citação de um adágio erudito, mas um princípio organizador que justifica e, ao mesmo tempo, orienta as investigações do IHGB. *Eternizar* e *salvar* os fatos são verbos que participam da engrenagem produtora da crença na história como mestra da vida. Duas instâncias da mesma operação, *eternizar* e *salvar*, apesar de tudo, não se confundem: eterniza-se aquilo que é suscetível de se tornar memorável, cuja definição depende de uma série de disposições teóricas e políticas. Por conseguinte, após sua eternização, o fato deve ser salvo, o que, por sua vez, pressupõe certo número de procedimentos metodológicos, cobrindo um campo que começa com a descoberta das fontes e se estende à produção textual.

Além disso, nota-se uma variação do tradicional método crítico em história. As nuvens que impedem uma boa visão da realidade são causadas, sobretudo, por obras de autores estrangeiros que devem ser dissipadas pelos historiadores do IHGB. À primeira vista, poderia parecer tão-somente uma proposição metodológica xenófoba. Entretanto, o problema não é o estrangeiro enquanto tal, mas sua opinião preconcebida, que o priva da objetividade, ou seu desconhecimento a respeito da nação sobre a qual ele se manifesta. Assim, os membros do IHGB têm por missão desconstruir a lógica que perpetua um conhecimento incorreto do passado brasileiro, depurando esses trabalhos de algumas de suas manchas, nem que para isso seja necessário, eventualmente, rejeitá-los do campo histórico.

O historiador, contudo, não deveria restringir a utilidade da história ao passado. Nação em processo de edificação e consolidação, o presente próximo também precisa ser inserido no âmbito do poder abrangido pelo *topos ciceroniano*:

O coração do verdadeiro patriota brasileiro aperta-se dentro no peito, quando vê relatados desfiguradamente até mesmo os modernos fatos da nossa gloriosa independência. Ainda estão eles ao alcance de nossas vistas, porque apenas 16 anos se tem passado dessa época memorável da nossa moderna história, e já muitos se vão obliterando na memória daqueles, a quem mais interessam, só porque têm sido escritos sem a imparcialidade e necessário critério, que devem sempre formar o caráter de um verídico historiador.¹⁰

10 Barbosa 1839, 10-11.

O pressuposto de que o passado era o estrato de tempo fundamental à historiografia do século XIX foi redimensionado por Barbosa. Não há interdição *a priori* à percepção da temporalidade imediata, princípio de historicidade que, ainda que muitas vezes seja invisível ou invisibilizado, apresentava certa atividade à época.¹¹ O que é proposto é que os mesmos requisitos usados para se estabelecer os eventos passados sejam utilizados para aqueles que transcorrem no presente: imparcialidade e critério. Esse tipo de afirmação conta com uma extrema boa vontade do leitor ou da audiência, porque, a rigor, o que é ser imparcial quando se escreve do ponto de vista da nação? O que define exatamente o “necessário critério”?¹² De fato, não parecia haver, neste contexto, uma distinção clara entre as dimensões políticas e historiográficas.¹³ Independentemente do que realmente signifiquem, o certo é que essas duas noções – imparcialidade e critério –, quando mal empregadas, dificultam o trabalho de memória, nesse caso, enformada tanto pela escrita como pela visão, recurso do discurso histórico, cuja origem remonta aos antigos.¹⁴ A boa história do tempo presente seria aquela que combinaria a visibilidade do tempo recente com a faculdade de a memória operar em um espaço ótico.

Dividida em antiga e moderna, a história do Brasil “deve ser ainda subdividida em vários ramos e épocas, cujo conhecimento se torne de maior interesse aos sábios investigadores da marcha da nossa civilização”.¹⁵ Barbosa, a seu turno, propõe somente modelos que marcam o início histórico do Brasil. Não obstante, reconhece que mesmo a definição cronológica de um marco inicial encontra obstáculos, uma vez que os fatos inaugurais já foram recomendados à posteridade por outros autores, “que são lidos em todos os tempos com justa admiração”,¹⁶ mas que, dispersos pelo território nacional, apenas escreveram histórias particulares das províncias e não uma história geral ou “filosófica do Brasil”, que encadeie “os seus acontecimentos com esclarecido critério, com dedução” e com “luz pura da

11 Cezar 2004.

12 Cezar 2003a.

13 A *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen, publicada em 1854-1857, é um exemplo significativo desta tensão política e historiográfica (Cezar 2018).

14 Sobre a questão da visão nos historiadores antigos, ver Zangara (2007).

15 Barbosa 1839, 10.

16 Barbosa 1839, 11.

verdade”.¹⁷ À perspectiva moderna, Barbosa acrescenta a medida antiga: “Se ainda assim mesmo tantos escritos de ilustres brasileiros fossem dados à luz pública, ou conservados em arquivos, para que a posteridade deles se aproveitasse, talvez então se pudesse realizar”, ainda que em parte, “a doutrina de Cícero”, quando chama “a história testemunha dos tempos”.¹⁸

O retorno aos antigos e à *historia magistra vitae* aparece igualmente na deliberação de um modelo de herói ou de heroicidade. Para tanto, Barbosa convoca os “nobres sentimentos de Plínio o moço, escrevendo a Tácito sobre a desastrosa morte de seu tio”, que em tal circunstâncias afirmava considerar

igualmente beneméritos aqueles a quem os deuses tem concedido o dom, ou de fazer coisas dignas de serem escritas, ou de escrever coisas dignas de serem lidas; e muito mais beneméritos ainda os que favorecem o exercício destas duas preciosas faculdades.¹⁹

Tácito teria solicitado a Plínio, *o Jovem*, que contasse a história da morte de seu tio, Plínio, *o Antigo*, “para poder transmiti-lo mais exatamente à posteridade”.²⁰ O espírito da proposta de Barbosa não é diferente. Seria difícil encontrar as duas qualidades reunidas em uma só pessoa, porém, é certo que se alguém, no Brasil, praticou um ato digno de ser convertido em escrita, os historiadores do IHGB estão em prontidão para registrá-lo. É por de trás desse sujeito que se esboça uma das primeiras figurações do que é ou deveria ser um herói nacional nos moldes oitocentistas.²¹ Esse entendimento torna-se mais claro com a citação que Barbosa faz na sequência daquela de Plínio, *o Jovem*, seguindo ainda uma vez Alexandre de Gusmão: “a história é um fecundo seminário de heróis”.²²

Parece-me possível estabelecer uma vinculação entre a participação efetiva de vários membros do IHGB com os eventos recentes da história brasileira e a

17 Barbosa 1839, 11. A expressão “história filosófica” surge em 1765, quando Voltaire, sob o pseudônimo de abade Bazin, publica, em Amsterdão, *La Philosophie de l’Histoire* (Voltaire [1765] 1963). Ver também Voltaire ([1764] 1829, 191-92). Parece que os três tipos de historiografia propostos por Hegel ([1822-30] 1965, 21-40) foram adotados por alguns membros do IHGB como modelos à escrita da história. No que respeita a Martius, ver Martius ([1844] 1953, 187-205); para Gonçalves de Magalhães, ver Magalhães ([1858] 1859).

18 Barbosa 1839, 11.

19 Barbosa 1839, 13-14. Plínio escreve: “*Pour ma part, j’estime heureux les hommes auxquels les dieux ont accordé le privilège de faire des actions dignes d’être écrites ou d’écrire des livres dignes d’être lus, et trois fois heureux ceux qui ont l’un et l’autre Don*”. (Pln. *Ep.* 6.113-114, trans. Guillemín 1989).

20 Pln. *Ep.* 6.16.

21 Sobre a questão, ver os trabalhos de Enders (2000; 2014).

22 Barbosa 1839, 14. Alexandre de Gusmão é citado também como epígrafe ao “Discurso”.

ideia de que os historiadores ou escritores podem desempenhar um papel heroico. No pior dos casos, poderiam meramente escrever coisas dignas de serem lidas. No melhor, como Plínio, *o Antigo*, poderiam realizar coisas dignas de serem escritas e lidas. Se não existia, no IHGB, um historiador com tal perfil, então não seria possível imaginar que o próprio IHGB, enquanto instituição, encarnasse essa figura de herói? Um herói que seria um agente coletivo. Seus gestos heroicos seriam sua fundação, suas tarefas históricas consistiriam em salvar o passado nacional e em construir uma memória nacional. Em resumo, fornecer à nação as luzes de que ela precisa. Regresso à *historia magistra vitae!*

Sendo assim, os grandes homens adquirem suas fisionomias e modos de representação associados à noção de história como “mestra da vida”: “as melhores lições que os homens podem receber, lhes são dadas pela história, por isso a virtude é sempre digna de veneração pública, a glória abrilhanta os honrados cidadãos”. Os historiadores devem fazer justiça aos seus notáveis, pois salvar “seus nomes e seus feitos de um injusto esquecimento, é forte estímulo para uma forte emulação”. Todavia, não se deve preservar o primeiro que chegar. É preciso escolher, e a escolha é um julgamento: “Os crimes . . . não deixam de ser detestáveis no tribunal da história, se a imparcial pena de sábios os descreve em sua verdadeira luz”.²³ O historiador que julga não é unicamente um juiz, ele também se apresenta como “austero sacerdote da verdade”.²⁴ Se a história faz os grandes homens, então os historiadores que fazem a história (que a “purificam”) são os verdadeiros mestres do jogo. Fazedores da história, eles controlam os destinos dos grandes homens, ou, dito de outro modo, os vivos controlam os mortos, e os mortos servem aos vivos. Resta saber se o grande homem é um herói acabado ou um candidato a herói? Independentemente da resposta, os historiadores do IHGB têm o poder de decidir. Colocam-se, assim, em uma posição quase divina; eles criam sua própria providência.

À representação de heróis e grandes homens, Barbosa associa a necessidade de um projeto biográfico no IHGB.²⁵ Faceta importante da história pensada como

23 Para as citações, até aqui, deste parágrafo: Barbosa (1839, 13).

24 Barbosa 1839, 13-14. A ideia do IHGB como um agente missionário está presente na instituição ainda no século XX. Ver, por exemplo, Correa Filho (1960, 316-18) e Meira (1982, 211-13).

25 Neste trabalho, não estou preocupado com as distinções entre herói, grande homem ou homem ilustre (Oliveira 2012; Enders 2000; 2014).

mestra da vida, a proposta já estaria em movimento, pois o visconde de São Leopoldo e o doutor Emílio Joaquim Maia, sócios-fundadores da instituição, tinham iniciado a coleta de “elementos para esse importante monumento literário”.²⁶ O objetivo era tão simples quanto ambicioso, pois “na vida dos grandes homens aprende-se a conhecer as aplicações da honra, apreciar a glória e a afrontar os perigos”.²⁷ Portadora de *exempla*, todos positivos, a biografia dos grandes homens é um plano há muito testado e aprovado em outras nações. Logo, não se trata de uma posição irrefletida, mas de uma proposição que visa uma aproximação à história moderna em progresso. O mundo se transforma graças aos grandes homens:

O livro de Plutarco é uma excelente escola do homem, porque oferece em todos os gêneros os mais nobres exemplos de magnanimidade; aí se encontra descoberta toda a antiguidade; cada homem célebre aparece aí com seu gênio, com seus talentos, com suas virtudes e com a influência que exercera sobre seu século; aí se aprende como o gênio dá movimentos a povos inteiros, por suas leis, por suas conquistas, por sua eloquência; aí vidas brilhantes e mortes ilustres ensinam a amar a glória, a apreciar as suas causas, a prever os seus resultados, e a acautelarmo-nos daqueles perigos, que seguem como sombras.²⁸

O livro que o IHGB deve escrever, ou estimular sua composição, seria análogo ao livro de Plutarco: “não oferecerá uma história verídica do nosso país essas lições?”²⁹ Sim, pois o Brasil proporciona todas as condições para o surgimento de grandes homens: o tempo, uma longa duração – três séculos! –, mas também o espaço ou um solo fértil. Afinal, não teremos grandes homens com “diversas qualidades que mereçam os cuidados do circunspecto historiador, e que se possam oferecer às nascentes gerações como tipos de grandes virtudes?”³⁰

O projeto prevê que a história dos “nossos” grandes homens seja escrita pelos “nossos” historiadores “nacionais”, e não pelo gênio especulativo dos estrangeiros. A crítica aos escritores estrangeiros é, ao mesmo tempo, uma medida

26 Barbosa 1839, 15.

27 Barbosa 1839, 14.

28 Barbosa 1839, 14-15.

29 Barbosa 1839, 15.

30 É interessante notar que uma das acepções da expressão “varão”, quando ela designa o grande homem, corresponde exatamente ao “varão de Plutarco”, quer dizer “homem probo, cheio de serviço à pátria, e por isso comparável aos gregos e romanos biografados por Plutarco”, ou ainda “homem que por sua vida extraordinária poderia figurar nas *Vidas Paralelas*, obra desse autor” (Barroso, 1996). Bluteau dicionariza a expressão, mas não no mesmo sentido (Bluteau 1712-21, 8:363).

epistemológica e não apenas rejeição, e, igualmente, uma afirmação identitária: o “nós brasileiro”, quer dizer, o objeto histórico, “os grandes homens” e o historiador “nacional” que escreve suas biografias, tem necessidade do “outro” para existir.

A efetivação do plano dependia, contudo, de uma divulgação adequada dos trabalhos feitos no IHGB. Barbosa propõe que o ensino da história e da geografia sejam os instrumentos pedagógicos de transmissão desse panteão cívico: “este ramo de estudos, tão necessário à civilização dos povos, faltava aos nossos patrícios”.³¹ Uma comparação com a França vem, no entanto, suavizar essa amarga constatação:

o célebre Rollin, nos tempos em que a França já muito florescia por suas letras, lastimava o sacrificar-se o estudo da história nacional ao de outras histórias antigas, como se só na Grécia e em Roma tivessem aparecido fatos heróicos, e varões prestantes, que merecessem ser imitados.³²

Por intermédio da crítica de Rollin, Barbosa mostra como funciona a máquina produtora dos grandes homens: pela imitação. Deve-se, no entanto, imitar o que é nacional. O brasileiro deve imitar o que é brasileiro. De certo modo, ele deve imitar-se. Para ativar esse procedimento autorreflexivo, nada mais útil do que arquétipos. Felizmente, “nossa história abunda de modelos de virtudes”.³³ O problema, sabe-se, é que eles “dormem na obscuridade, sem proveito das gerações subseqüentes”.³⁴ A solução pertence evidentemente ao IHGB. A instituição tem a responsabilidade de organizar uma galeria ordenada dos homens ilustres, isto é, colocá-los em uma disposição espaço-temporal adequada, o que aparece desde os primeiros números da *Revista*.³⁵ Destarte, eles serão percebidos de uma maneira mais nítida por aqueles que “anelam seguir os seus passos nos caminhos da honra e da glória nacional”.

O discurso de Januário da Cunha Barbosa sintetiza uma série de variantes que se tornam temas do IHGB e, portanto, da historiografia brasileira ao longo

31 Barbosa 1839, 16.

32 Barbosa 1839, 15.

33 Barbosa 1839, 15.

34 Barbosa 1839, 15.

35 Oliveira 2012, 24-25.

do século XIX. A esse respeito, é preciso inscrevê-los também em uma rede mais ampla e complexa, que engloba a busca da cientificidade (ainda que o vocábulo não esteja presente em Barbosa) como forma de se atingir a história e, ao mesmo tempo, fazer uso político do saber histórico. Ou seja, contar a história da nação; essa exercendo aqui a função de conceito organizador e de recurso narrativo àquela. O cônego, na realidade, apenas sugere traços que serão reforçados ao longo do século, sobretudo a valorização e a hierarquização das fontes, a imparcialidade do historiador (a objetividade não é ainda um termo corrente), o trabalho de equipe, o uso crítico dos antigos e dos modernos, sob a égide da *historia magistra viate*. Ele propõe também temas de pesquisa e ensaia a fixação de uma periodização para a história brasileira.

No entanto, parece-me que o mais importante da retórica do primeiro secretário é sua dimensão persuasiva. Barbosa é um orador. O “império da eloquência” foi constituído no Brasil, não somente pelos manuais escolares e pelos debates entre os políticos, mas também por discursos como estes.³⁶ A ideia de seguir Cícero não é uma referência em vão. Se na cidade grega a eloquência era um dos atributos dos grandes historiadores; em Roma, ela se voltou primordialmente para o fórum.³⁷ No Brasil do século XIX, a eloquência, essa arma antiga, torna-se um recurso de autoridade, tanto na vida política do Império quanto na própria constituição da ideia de história no IHGB.³⁸ Barbosa demonstra como a retórica da história pode ser útil, pode servir. Servir em primeiro lugar, e acima de qualquer outra coisa, à nação. Trata-se, finalmente, de um “Discurso” que ensina que a história serve, sem, contudo, revelar, como diria Lucien Febvre, o quanto assim ela se torna serva.³⁹

36 Sousa 1999.

37 Cic. *Or.* 51-55. “A retórica ciceroneana exerceu uma influência capital na história da cultura ocidental, por meio da noção de *eloquência*. Tal como a ilustrou Cícero, e tal como foi retomada depois dele, sobre a base de suas obras, na Antiguidade, na Idade Média, na Renascença, na época moderna, essa noção não se reduzia somente ao discurso público, mas concentrava nela as potencialidades da literatura, do saber, do humanismo” (Pernot 2000, 161). Sobre uma análise da retórica da história, em uma perspectiva mais geral da história, ver Megill et McCloskey (1987).

38 *Autoridade* no sentido que lhe atribui Pascal Payen (Payen et Foucault 2007), e não no sentido que lhe confere Hannah Arendt ([1961] 2007).

39 “*L’histoire qui sert, c’est une histoire servie*” (Febvre 1920).

Historia magistra vitae (II): no plano de Martius⁴⁰

Entre o *Como se Deve Escrever a História*, de Luciano de Samósata, que aparece em 165 de nossa era, única obra relativa à escrita histórica que nos chegou da Antiguidade, passando pelo abade de Mably, que, em 1783, publica seu pedagógico ensaio, bem de acordo com o espírito moderno, *Da Maneira de Escrever a História*, ao polêmico panfleto epistemológico, de 1971, *Como se Escreve a História*, de Paul Veyne, encontramos no Brasil, em meados do século XIX, um pequeno tratado sobre como deveria ser escrita a história do Brasil: a dissertação do sábio, de origem bávara, Carl Friedrich Phillip von Martius, intitulada: *Como se Deve Escrever a História do Brasil*.⁴¹

O trabalho é a resposta vencedora de um concurso acadêmico proposto, na sessão de 14 de novembro de 1840 do IHGB, pelo seu secretário perpétuo, o cônego Januário da Cunha Barbosa, cujo objetivo era oferecer um prêmio àquele que apresentasse o melhor projeto para se escrever a “história antiga e moderna do Brasil”.⁴² O plano teria de contemplar a organização de diferentes perspectivas historiográficas, tais como a história política, civil, eclesiástica e literária. Além de Martius, outro candidato, Henrique Júlio Wallenstein, participou do concurso.⁴³ Em 1847, os doutores Francisco Freire Allemão, Thomaz Gomes dos Santos, e o monsenhor Joaquim da Silveira, membros da comissão do IHGB encarregada de analisar as duas monografias, apresentam seu parecer. O comentário sobre o trabalho de Wallenstein, que viria a lume apenas em 1882, é lacônico e impiedoso:

numa destas memórias se propõe o método das *Décadas* à maneira de Tito Lívio, Barros e Couto. Parece à comissão que o autor desta memória não compreendeu bem o pensamento do vosso programa, por quanto as vistas deste Instituto não se podiam contentar com a simples distribuição das matérias, e isto por um método puramente fictício ou artificial, que poderá ser cómodo para o historiador, mas de modo algum apto a produzir uma história no *gênero filosófico*, como se deve exigir atualmente.⁴⁴

40 Analisei a contribuição de Von Martius sob um ponto de vista mais geral em Cezar (2003b). Também retomo dele certas passagens com a preocupação exclusiva de compreender melhor o uso do *topos* da *historia magistra vitae*.

41 Luc. *Hist. Cons.*; Mably (1783) 1988; Veyne 1978; Martius (1844) 1953, 187-205.

42 O prêmio era de cerca de 200 000 réis, ver Rodrigues (1978, 130). Procurei analisar a proposta de Martius em Cezar (2003b). Ver também: Kodama (1999); Guimarães (2000); Turin (2013); Lisboa (1997).

43 Wallenstein 1882.

44 [Allemão et al.] 1847, 279.

A recusa do modelo antigo (Tito Lívio) e de suas variantes modernas (Barros e Couto) faz-se acompanhar da afirmação de uma nova abordagem histórica – a *história filosófica* –, que embora presente no “Discurso” de Barbosa, ainda não havia sido colocada em prática no IHGB. A condição contemporânea e a conformidade com os princípios modernos de investigação são os fatores que justificam a opção pela proposta de Martius:

Eis aqui, Senhores, um pálido reflexo desse importante trabalho [a comissão fizera um breve resumo da proposta], onde todas as exigências da história se acham satisfeitas. Se alguma cousa se podia dizer contra ele, é que uma história escrita segundo aí se prescreve talvez seja inexequível na atualidade; o que vem a dizer que ele é bom de mais. Porém, não se trata aqui de uma questão de tempo; aí está o modelo para quando a cousa for realizável. . . . Alguns espíritos, ou mais severos ou mais exigentes, quereriam talvez que o autor se cingisse mais à letra do programa, e entrasse mais detalhadamente na distribuição sistemática das diversas partes da história, na divisão das épocas, no encadeamento dos fatos etc. Mas, Senhores, além de que o autor não desprezou de todo essa parte, o valor das considerações filosóficas apresentadas por ele são de tal importância, que não deixam pensar nesses detalhes.⁴⁵

Paradoxalmente, o que legitima o plano de Martius – a adequação a uma nova experiência do tempo – é o que impossibilita sua aplicação imediata. Em princípio, a *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen, cuja primeira edição aparece em 1854-1857, teria sido, apesar de o historiador sempre ter negado a suposta influência imediata,⁴⁶ uma primeira resposta às diretrizes traçadas por Martius, datada de Munique em 10 de janeiro de 1843 e publicada na *Revista do IHGB* em 1844.

Como se Deve Escrever a História do Brasil encontra-se dividido em quatro partes, a saber: 1. Ideia gerais sobre a história do Brasil; 2. Os índios e sua história como parte da História do Brasil; 3. Os portugueses e a sua parte na História do Brasil; 4. A raça africana em suas relações para com a História do Brasil. Essa organização é por si só reveladora. Ela assinala uma ordem do tempo: os índios teriam chegado à terra brasileira antes dos portugueses. De Frei Vicente do Salvador, em 1627, passando por Sebastião da Rocha Pita em 1730, a Robert Southey, em

45 [Allemão et al.] 1847, 287.

46 Lessa 1961, 251-52; Varnhagen 1858, 53-54.

1810, chegando mesmo a Varnhagen, em 1854, os índios não costumavam figurar no capítulo inicial de crônicas, tratados ou histórias.⁴⁷ Martius, que viajara pelo Brasil entre 1817 e 1820, desarticula, desse modo, uma evidência histórica.

Sob a mesma lógica, outra evidência rompida por Martius é a da formação miscigenada do ser brasileiro, que ele teria sido o primeiro a indicar: “do encontro, da mescla, das relações mútuas e mudanças dessas três raças, formou-se a atual população, cuja história por isso mesmo tem um cunho muito particular”.⁴⁸ Apesar de prever que os portugueses preponderarão no futuro, seria um grande erro:

para todos os princípios da historiografia-pragmática, se desprezassem as forças dos indígenas e dos negros importados, forças estas que igualmente concorreram para o desenvolvimento físico, moral e civil da totalidade da população. Tanto os indígenas, como os negros, reagiram sobre a raça predominante.⁴⁹

Martius é ponderado. Para a história ser mestra da vida, é preciso reconhecê-la em sua verdade evidente. Se os povos originários tinham, para parte da elite, uma compreensão proveniente da corrente do indianismo romântico, a integração dos negros na composição racial da nacionalidade não era percebida da mesma maneira. Ao enunciar o problema econômico, social e cultural que representava a escravidão no Brasil, o bávaro parece consciente que:

Sei muito bem que *brancos* haverá, que a uma tal ou qual concorrência dessas raças inferiores tachem de menoscabo à sua prosápia; mas também estou certo que eles não serão encontrados onde se elevam vozes para uma *historiografia filosófica do Brasil*. Os espíritos esclarecidos e mais profundos pelo contrário acharão na investigação da parte que tiveram, e ainda têm as raças índia etiópica no desenvolvimento histórico do povo brasileiro, um novo estímulo para o historiador humano e profundo.⁵⁰

De modo cartesiano, Martius responde à provável objeção a sua argumentação. Europeu, branco, homem de ciência, que fala de uma *historiografia filosófica*, escrevendo para os historiadores, ele desqualifica aqueles que não pensam

47 Salvador (1627) 1982; Pita (1730) 1976; Southey 1810; Varnhagen 1854.

48 Martius (1844) 1953, 187. Sobre o fato de Martius ter sido o primeiro a propor uma análise combinatória das três raças, ver Rodrigues (1957, 161; 1966, 158).

49 Martius (1844) 1953, 188.

50 Martius (1844) 1953, 188.

dessa forma: eles não seriam nem profundos, nem humanos, nem filosóficos. Além disso, ao incorporar a história da educação moral e cívica dos indígenas e dos negros à do Brasil, a *historia magistra vitae* intervém no registro moderno (na *história filosófica*), pois dessa maneira o historiador “reflexivo” tornar-se-á, como Sibila, a profetiza da antiguidade, capaz de profetizar o futuro e assim “oferecer projetos úteis”.⁵¹ Caso contrário, “um historiador que mostra desconfiar da perfectibilidade de uma parte do gênero humano autoriza o leitor a desconfiar que ele não sabe colocar-se acima de vistas parciais ou odiosas”.⁵² A desconfiança, a ausência de imparcialidade, em relação às origens raciais, é uma forma de incompreensão do progresso da história e da verdade nela contida.

A *historia magistra vitae* de Martius é produto de um cálculo. O próprio assume: “A história é uma mestra, não somente do futuro, como também do presente. Ela pode difundir entre os contemporâneos sentimentos e pensamentos do mais nobre patriotismo.”⁵³ A obra histórica tem um valor exclusivamente pedagógico, cujo principal objetivo é o de “despertar e reanimar em seus leitores brasileiros amor da pátria, coragem, constância, indústria, fidelidade, prudência, em uma palavra, todas as virtudes cívicas”. *Despertar e reanimar* são verbos que supõem uma letargia prévia. Esse estado de ânimo seria o resultado da difusão de “ideias políticas imaturas”, patrocinadas por “republicanos de todas as cores, ideólogos de todas as qualidades”. No entanto, é deste grupo de pessoas afetadas pela imaturidade que sairá o leitor ideal da história projetada por Martius:

para eles, pois, deverá ser calculado o livro, para convencê-los por uma maneira destra da inexequibilidade de seus projetos utópicos, da inconveniência de discussões licenciosas dos negócios públicos, por uma imprensa desenfreada, e da necessidade de uma Monarquia em um país onde há um tão grande número de escravos.⁵⁴

Uma história, portanto, calculada, medida, bem refletida para combater os opositores do regime. Esse é o ponto mais alto que a *história pragmática* brasileira

51 Martius (1844) 1953, 189.

52 Martius (1844) 1953, 189-90. Neste contexto, Martius discute as teses de Cornélio de Pauw e do padre Lafitau sobre o decadentismo e a perfectibilidade do gênero humano. Sobre a discussão, ver Cezar (2003b).

53 Martius (1844) 1953, 204.

54 Martius (1844) 1953, 204.

poderia atingir. Desse estágio superior, poderia o historiador lançar luzes para “provar” que “só agora principia o Brasil a sentir-se como um todo unido”, ou seja, a tarefa da história é demonstrar que a unificação das províncias ocorre em decorrência da “lei orgânica” do império, simbolizada na figura do monarca. A missão da história ou a tarefa do historiador é tornar visível – por meio desta visibilidade controlada –, para os brasileiros, sua própria nação: “justamente na vasta extensão do país, na variedade de seus produtos, ao mesmo tempo que os seus habitantes têm a mesma origem, o mesmo fundo histórico, e as mesmas esperanças para um futuro lisonjeiro, acha-se fundado o poder e grandeza do país”. Em resumo, para reconhecer seu próprio poder e para saber, é preciso aprender a ver.

Enfim, “nunca esqueça, pois, o historiador do Brasil, que para prestar um verdadeiro serviço à sua pátria deverá escrever como autor monárquico-constitucional, como unitário no mais puro sentido da palavra”. Para tanto, Martius propõe técnicas que seriam adequadas: o livro não deveria exceder um “só forte volume”; seu estilo deveria ser popular “posto que nobre”; deveria satisfazer a inteligência e o coração, conseqüentemente, a escrita deveria ser leve, sem excesso de erudição e de citações estéreis. Dessa forma, se evitaria a crônica e, simultaneamente, se promoveria uma verdadeira *história pragmática* útil à nação.

***Historia magistra vitae* (III): entre a monarquia e a república – o caso Araripe**

Um ano antes da publicação da segunda edição revista e ampliada da monumental *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen, o conselheiro Tristão de Alencar Araripe, pronunciava, em 1876, no Rio de Janeiro, a conferência intitulada: *Como Cumpre Escrever a História Pátria*.⁵⁵ Nela ele faz duras críticas a Varnhagen, reproduzidas na versão “republicana” de 1894, sob o título de *Indicações sobre a História Nacional*.⁵⁶ Para Araripe, tanto em 1876 como em 1894, Varnhagen, que morrera com o título de Porto Seguro:

55 Trata-se da atividade: Conferências Populares da Freguesia da Glória (Araripe 1876).

56 Araripe 1895a.

Escreveu sem crítica e sem estilo, consumindo largas páginas com fatos somenos, quando deixava nas sombras de ligeiros traços acontecimentos notáveis, dignos de mais desenvolvida notícia. É, porém, autor de grandes serviços de investigação; foi ele quem despertou a necessidade, e mostrou o proveito da pesquisa de antigos documentos em bem da história nacional. Dos arquivos nacionais e europeus desencavou preciosos textos, que formam rica contribuição para os nossos fastos primitivos. Se como investigador de fontes históricas tem mérito, como historiador as suas obras *História geral do Brasil e Holandeses no Brasil* o não realçam.⁵⁷

Longe de se tratar de uma crítica original à obra de Varnhagen,⁵⁸ o comentário reincidente de Araripe interessa-me por outra questão: a da incapacidade de a história, para indivíduos como o conselheiro, cumprir sua principal meta, ou seja, a de narrar a história da nação. Também aqui a desaprovação do conselheiro não é uma novidade, mas um sintoma da discórdia política, intelectual e do tempo do ideário nacional. Discórdia política porque o visconde de Porto Seguro, morto em 1878, e sua “massa ciclópica de materiais que acumulara”, era um monarquista que não teve oportunidade de mudar de posição.⁵⁹ Discórdia intelectual porque, no mesmo contexto, Machado de Assis, em 1873, referia-se à literatura brasileira como portadora de um certo “instinto de nacionalidade”;⁶⁰ e José de Alencar, em 1876, afirmava, em tom polêmico, n’*O Protesto*, que o monopólio da nacionalidade na literatura dividia-se ainda entre o Paço e o Reino.⁶¹ Discórdia do tempo, porque os diversos estratos temporais que se concentram no marco cronológico de 1860 ao final do século multiplicam-se, interpenetram-se e exaurem-se de modo mais ou menos acelerado (tempo da nação, tempo Saquarema, tempo da escravidão, esgotamento presente monárquico, ascensão e progressos monárquicos, etc.).

A obra de Varnhagen, nesse sentido, é, realmente, um bom termômetro dos efeitos desta desordem: se, por um lado, a *História Geral*, mesmo que criticada por muitos, tinha mantido certo grau de influência ao ser convertida em manual escolar no Colégio Pedro II, importante instituição de ensino público do país, a ponto de, em 1890, Capistrano de Abreu afirmar que se via, até àquele momento,

57 Araripe 1895a, 288-89.

58 Sobre o tema, ver Cezar (2007; 2018).

59 A citação é de Capistrano de Abreu em 1882 (Abreu 1928, 441).

60 “Quem examina a atual literatura brasileira reconhece-lhe logo, como primeiro traço, certo instinto de nacionalidade.” (Assis [1873] 1994, 801).

61 Alencar (1876) 1877, apud Coutinho 1968, X.

às voltas em intentar “quebrar os quadros de ferro de Varnhagen”,⁶² por outro lado, suas pesquisas e escritos abundantes não foram suficientes a muitos de seus contemporâneos para suprir a necessidade de a história ensinar o que era a nação e a nacionalidade.

Não é surpreendente, portanto, que Araripe considerasse, em 1894, isto é, em pleno regime republicano, a necessidade de se instruir o historiador sobre o melhor modo de se investigar e de se escrever a história nacional. Por isso, ele inicia seu texto afirmando que somente a história pode responder o que foi e o que é a nação, ou que na “verdade se não tivermos a narração sincera dos acontecimentos e fatos sociais da nossa pátria, como explicaremos o que ela é, e o que pode vir a ser?”.⁶³

Para tanto, a história precisa assumir uma dimensão moral e ser escrita com “critérios”. Quais? Como em Barbosa, meio século antes, eles não são precisos, e Araripe se furta de apresentá-los claramente. Porém, não deve escapar das definições dicionarizadas do século XIX, nas quais *critério* é, entre outras acepções, definido como a “regra ou princípio de discernir o verdadeiro do falso”, condição da *história filosófica* desde Voltaire.⁶⁴ Ao princípio moderno dissimulado (mais adiante ele falará em “examinar com escrupulosa diligência a verdade”),⁶⁵ o autor associa a clássica definição da *historia magistra vitae*: “ninguém duvida da utilidade da história, a quem um ilustre escritor antigo denominou *luz da verdade e mestra da vida*”.⁶⁶ Logo, apesar de “um meio instrutivo do povo”, ela é “ciência” e não “mero deleite e recreação”.⁶⁷ Deve ser escrita, portanto, de modo a

premiar o mérito dos benfeitores do gênero humano, aos quais a prudência dos séculos denomina heróis, e exercitar novos estímulos de imitação dos grandes modelos de patriotismo, desse sentimento sublimado e generoso que dignifica o homem ante a própria consciência, e infunde-lhe valor para as mais altas empresas, que pode o cidadão cometer. . . . O escritor brasileiro, pois, que pretender escrever a história da nossa pátria, terá em consideração desenhar a figura respeitável dos nossos homens beneméritos, de maneira que excitem em nossos corações o amor para com as suas venerandas sombras,

62 Rodrigues 1954-1956, 130.

63 Araripe 1895a, 259-60.

64 Silva 1789, 349.

65 Araripe 1895a, 263.

66 Araripe 1895a, 263.

67 Araripe 1895a, 262-63.

e persuadam-nos quanto é doce a recompensa da virtude pela gratidão da posteridade. Para isso cumpre examinar com escrupulosa diligência a verdade, e não desprezar fatos expressivos do caráter do patriota, que se consagrou ao bem do seu país.⁶⁸

A chave, mais uma vez, para se entender o funcionamento da história como mestra da vida é a imitação. O dispositivo mimético deve pautar os grandes princípios que generalizam comportamentos e retiram a história da medida individual, paradoxalmente, a partir do gesto pessoal: “Se o pintarmos com perfeição, e se ao retrato dermos os traços característicos do verdadeiro herói, oferecendo à imaginação do leitor as feições íntimas da alma do homem egrégio, teremos exibido modelos capazes de excitar os mais santos desejos de imitação.”⁶⁹ Não interessa mais o que Alcebiades fez ou não fez, mas o que os vários Alcebiades fizeram na construção da nação.⁷⁰ Dessa maneira, quando “contrapostos os tipos morais do caráter antigo e do caráter moderno dos povos, reconheceremos a razão, porque a história antiga individualiza-se, quando a história moderna generaliza-se”.⁷¹ O modelo provém, como em *Januário da Cunha Barbosa*, de Plutarco:

Este biógrafo dos grandes varões gregos e romanos dá-nos com pincel magistral o retrato de seus heróis por tal forma delineados, que impossível é ao leitor não achar aí uma escola de moral e patriotismo, que enobrece o coração, e enche de inabalável convicção, de que a *pátria* é entidade real, à qual devemos sacrifícios, e não artificiosa invenção para egoísticas especulações.⁷²

O historiador brasileiro deve “pintar” como Plutarco, porém não apenas o herói guerreiro – “erro fatal, que não deve perdurar na opinião moderna”⁷³ –, mas aquele que contribuiu para a paz: menos Alexandre, Júlio César e Napoleão e mais George Washington, “o tipo verdadeiro do herói”.⁷⁴ Na nota complementar às *Indicações*, o autor acrescenta (como se houvera esquecido!), oportunamente, os *heróis* republicanos, os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto,

68 Araripe 1895a, 263.

69 Araripe 1895a, 264.

70 Arist. *Pol.* 1451b.36.

71 Araripe 1895a, 264.

72 Araripe 1895a, 273-74.

73 Araripe 1895a, 274.

74 Araripe 1895a, 278.

exemplos de virtude cívica e abnegação.⁷⁵ Desse modo, o historiador cumpriria com a meta de “sugerir a instrução nacional pelo doutrinamento da história”, essa verdadeira ciência moral.⁷⁶

Em consequência, para Araripe, o “escritor nacional” deveria perceber com nitidez que os modernos superam os antigos:

os historiadores antigos escreviam a história dos reis; os historiadores modernos ocupam-se com a história dos povos; os escritores antigos celebravam as devastações e os morticínios; os escritores modernos aplaudem as conquistas da indústria, a confraternidade dos povos, e o triunfo dos bons costumes. Os antigos escritores finalmente seguiam o estrépito das façanhas e o seu brilho exterior, com desprezo do sentimento moral, que constitui o verdadeiro elemento da história moderna⁷⁷.

A superioridade dos modernos é teórica, metodológica e moral, exceto pelo princípio orientador e normatizador da história: o *topos historia magistra vitae*. Parece que à procura pelo novo – a ordem do progresso inexorável ou a crença na evolução da natureza humana –, corresponde a ressurgência de passados que substituam a ineficácia das palavras definidoras da ideia de história. Se os modernos são melhores do que os antigos, a história como saber acumulado continua sendo o remédio à ansiedade da dúvida do futuro aberto.

***Historia magistra vitae:* permanência x dissolução = (in)definição**

A emergência, no século XVIII, e a consolidação, no século XIX, das filosofias da história geraram questionamentos acerca das possibilidades de que se poderia aprender com a história. Por exemplo, em Voltaire, desde 1764, em Herder, dez anos depois, e em Köster, em 1775, o caráter modelar da história perdeu consistência diante da singularidade da noção processual e na rede do progresso. Sendo um dos critérios fundamentais da temporalização da história, que começou

75 Araripe 1895a, 343; Hruby 2012, 237-38.

76 Hruby 2012, 262-63.

77 Araripe 1895a, 266.

seu divórcio com a cronologia natural, o progresso é um conceito que expressa a dessemelhança da consciência moderna em relação à antiga: “esta experiência básica do ‘progresso’, que pôde ser concebida por volta de 1800, tem raízes no conhecimento anacrônico que ocorre em um tempo cronologicamente idêntico”. Logo, “desde o século XVIII as diferenças em relação a melhor organização ou à situação do desenvolvimento científico, técnico ou econômico passam a ser organizadas, cada vez mais, pela experiência da história”.⁷⁸ O progresso foi um vetor que converteu a experiência cotidiana em simultaneidade do não simultâneo, tornando-o um axioma elementar no século XIX.

Na medida em que a história assumiu o progresso como ordem do tempo, ela também admitiu a unicidade e a singularidade dos acontecimentos. Por conseguinte, a educação baseada no exemplo pretérito perdeu consistência: “cada ensinamento particular conflui então no evento pedagógico geral”.⁷⁹ Se há um aprendizado, é o de que, como pensava Hegel, referindo-se à história pragmática, os homens não se instruem com ela:

em geral se aconselha a governantes, estadistas e povos a aprenderem a partir das experiências da história. Mas o que a experiência e a história ensinam é que povos e governos até agora jamais aprenderam a partir da história, muito menos agiram segundo suas lições.⁸⁰

Passado e futuro não mais coincidiam, a possibilidade da repetição histórica perdeu significado, a experiência que se realizava ficou restrita a seu tempo, e o porvir deslizou para uma infinidade de possibilidades. A *historia magistra vitae* parecia diluir-se como onda no mar.

Não seria mais o passado que esclareceria e iluminaria o futuro, mas o futuro que relançaria sobre o passado o peso de sua presença: não mais como imitação nem como singularidade, mas como diferença. “Esse futuro que esclarece a história passada, esse ponto de vista e esse *telos* que lhe conferem sentido, adquiriu, com as vestes da ciência, a aparência da Nação, do Povo, da República, da Sociedade ou do Proletariado.”⁸¹ Um exemplo, entre outros possíveis, que expressam essa nova

78 Koselleck 1985, 238.

79 Koselleck 2006, 55.

80 Hegel (1822-30) 1990, 49-50.

81 Hartog 2003, 146.

relação entre tempo e história, em que a *historia magistra vitae* vacilava, é evidenciado na famosa frase de Marx, no *18 do Brumário*:

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos.⁸²

De certa forma, entretanto, houve reabilitação dos ensinamentos da história, apenas o fluxo se inverteu: o aprendido e os exemplos não vinham mais do passado, mas do futuro que ainda não se realizara! Isto só fez aumentar seu potencial como crença.

Esta breve genealogia da *historia magistra vitae* serviu para ilustrar dilemas, antinomias e potenciais de uma fórmula que foi (e é) vivida como sinônimo da própria ideia de história. Seus quase 2000 anos de existência fragmentaram-se em diferentes culturas historiográficas, gerando formas de recepção distintas e aplicações heterodoxas em relação à versão original. No Brasil, no século XIX, não foi diferente.

A permanência do *topos historia magistra vitae* na historiografia brasileira oitocentista não significou, portanto, rejeição à modernidade nem adesão irrefletida a filosofias da história europeias.⁸³ Nominalmente, é possível mapear sua presença em projetos de escrita da história, discursos oficiais, biografias, necrológios, imprensa, etc., o que a remete para um campo de possibilidades em que a capacidade de se aprender com o passado mantém-se. Contudo, se, por um lado, o uso da expressão parece apenas reflexo pragmático e retórico de práticas morais e políticas cujo alcance poderia ser planejado, mas não de fato mensurado, por outro, sua frequência, maior ou menor, não é garantia nem de sua utilidade, nem de sua inutilidade, nem de sua permanência, nem de sua dissolução. A *historia magistra vitae* é como a vida: (in)definida...

82 Marx (1852) 1995, 329.

83 Araújo 2011.

BIBLIOGRAFIA

- Abreu, J. Capistrano de. 1928. “Sobre o Visconde de Porto Seguro (1882).” In *História Geral do Brasil*. 3.^a/4.^a edição, anotada e aumentada, eds. Capistrano de Abreu, et Rodolfo Garcia. Vol. 1, 502-8. São Paulo: Companhia Editora Melhoramentos.
- Alencar, José de. (1876) 1877. *O Protesto*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. URL: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/185635>.
- [Allemão, Francisco Freire, Thomaz Gomes dos Santos, et Joaquim da Silveira.] 1847. “168.^a Sessão em 10 de Junho de 1847.” *Revista do IHGB*, tomo IX (2.^o semestre):277-88.
- Araripe, Tristão de Alencar. 1876. *Como Cumpre Escrever a História Pátria. Conferência em 7 de Fevereiro de 1876*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve.
- . 1895a. “Indicações sobre a História Nacional.” *Revista do IHGB*, tomo LVIII (parte I):259-90.
- . 1895b. “Indicações sobre a História Nacional (nota).” *Revista do IHGB*, tomo LVIII (parte II):343.
- Araújo, Valdei Lopes de. 2008. *A Experiência do Tempo: Conceitos e Narrativas na Formação Nacional Brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec.
- . 2011. “Sobre a Permanência da Expressão *Historia Magistra Vitae* no Século XIX Brasileiro.” In *Aprender com a História? O Passado e o Futuro de Uma Questão*, coord. F. Nicolazzi, H. M. Mollo, et Valdei Araújo, 131-47. Rio de Janeiro: FGV.
- Arendt, Hannah. (1961) 2007. *Entre o Passado e o Futuro*. Trans. Mauro Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva.
- Assis, J. Machado de. (1873) 1994. “Notícia da Atual Literatura Brasileira. Instinto de Nacionalidade (1873).” In *Obra Completa*, org. Afrânio Coutinho. Vol. 3, 801-9. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar.
- Barbosa, Januário da Cunha. 1839. “Discurso.” *Revista do IHGB*, tomo I (1):9-18.
- Barroso, Márcio Girão. 1996. *Dicionário Aurélio Eletrônico Versão 2.0 em CD-Rom*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Bluteau, Rafael. 1712-21. *Vocabulário Português e Latino*. 10 vols. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus.
- Bouton, Christophe. 2018. “Learning from History. The Transformations of the *Topos Historia Magistra Vitae* in Modernity.” *Journal of the Philosophy of History* 13:1-33.
- Brandão, Jacyntho Lins, trans. 2009. Luciano. *Como se Deve Escrever a História*. Belo Horizonte: Tessitura.
- Cezar, Temístocles. 2003a. “Livros de Plutarco: Biografia e Escrita da História no Brasil do Século XIX.” *Métis. História & Cultura. Revista de História da Universidade de Caxias do Sul* 2 (3):73-94.
- . 2003b. “Como Deveria Ser Escrita a História do Brasil no Século XIX. Ensaio de História Intelectual.” In *História Cultural. Experiências de Pesquisa*, org. S. J. Pesavento, 173-208. Porto Alegre: UFRGS Editora.
- . 2004. “Presentismo, Memória e Poesia. Noções da Escrita da História no Brasil Oitocentista.” In *Escrita, Linguagem, Objetos. Leituras de História Cultural*, org. S. J. Pesavento, 43-80. Bauru: Edusc.
- . 2007. “O Poeta e o Historiador. Southey e Varnhagen e a Experiência Historiográfica no Brasil do Século XIX.” *História Unisinos* 11:306-12.
- . 2011. “L'Écriture de l'Histoire au Brésil au XIXe Siècle. Essai sur l'Utilisation des Modèles Anciens et Modernes de l'Historiographie.” *Historiografias* 2:45-65.

- . 2018. *Ser Historiador no Século XIX. O Caso Varnhagen*. Belo Horizonte: Editora Autêntica.
- Correa Filho, Virgílio. 1960. “O Instituto Histórico.” *Revista do IHGB* 247 (abril/junho):316-18.
- Coutinho, Afrânio. 1968. *A Tradição Afortunada (O Espírito de Nacionalidade na Crítica Brasileira)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio.
- Enders, Armelle. 2000. “O Plutarco Brasileiro. A Produção dos Vultos Nacionais no Segundo Reinado.” *Estudos Históricos* 14 (25):41-61.
- . 2014. *Os Vultos da Nação: Fábrica de Heróis e Formação dos Brasileiros*. Rio de Janeiro: FGV.
- Faye, Jean Pierre. 1972. *Théorie du Récit*. Paris: Hermann.
- Febvre, Lucien. 1920. “L’Histoire dans le Monde en Ruines. Leçon d’Ouverture. Faculté des Lettres, Strasbourg, 4 dez. 1919.” *Revue de Synthèse Historique* 30:315-29.
- Guimarães, Manoel Salgado. 2006. “Entre as Luzes e o Romantismo: As Tensões sobre a Escrita da História no Brasil Oitocentista.” In *Estudos sobre a Escrita da História*, org. M. S. Guimarães, 68-85. Rio de Janeiro: 7 Letras.
- . 2010. *Livro de Fontes de Historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Guillemin, Anne-Marie, trans. 1989. Pline le Jeune. *Lettres*. Tomo 2, *Livres IV-VI*. Paris: Les Belles Lettres.
- Hartog, François. 1991. *Le Miroir d’Hérodote. Essai sur la Représentation de l’Autre*. Paris: Gallimard.
- . 2003. *Régimes d’Historicité. Présentisme et Expérience du Temps*. Paris: Seuil.
- Hegel, G. W. Friedrich. (1822-30) 1965. *La Raison dans l’Histoire. Introduction à la Philosophie de l’Histoire*. Trans. K. Papaioannou. Paris: Éditions 10/18.
- . (1822-30) 1990. *A Razão na História. Uma Introdução Geral à Filosofia da História*. Trans. Beatriz Sidou, São Paulo: Editora Moraes.
- Hruby, Hugo. 2012. “O Século XIX e a Escrita da História do Brasil: Diálogos na Obra de Tristão de Alencar Araripe (1867-1895).” Tese de doutoramento, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- Kantor, Iris. 2004. *Esquecidos e Renascidos. Historiografia Acadêmica Luso-Americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec.
- Kodama, Kaori. 2005. “Os Filhos das Brenhas e o Império do Brasil: A Etnografia no IHGB (1840-1860).” Tese de doutoramento, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- Koselleck, Reinhart. 1985. *Future Past. On the Semantics of Historical Time*. Cambridge (MA): The MIT Press.
- Lessa, Clado, org. 1961. Francisco Adolfo de Varnhagen. *Correspondência Ativa*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/Ministério da Educação e Cultura.
- Mably, Abbé de [Gabriel Bonnot]. (1783) 1988. *De l’Étude de l’Histoire, suivi de De la Manière d’Écrire l’Histoire*. Paris: Fayard.
- Magalhães, Domingos J. Gonçalves de. (1858) 1859. *Faits de l’Esprit Humain*. Paris: Librairie d’Auguste Fontaine.
- Magnien, Michel, trans. 1990. Aristote. *Poétique*. Paris: Le Livre de Proche.
- Martius, Carl Friedrich Phillip von. (1844) 1953. “Como se Deve Escrever a História do Brasil (1844).” *Revista do IHGB* 219 (abril/junho):187-205.
- Marx, Karl. (1852) 1995. “O 18 Brumário de Luís Bonaparte.” In *Os Pensadores. Marx*. 321-404. São Paulo: Abril Cultural.

- Megill, Allan, et D. McCloskey. 1987. "The Rhetoric of History." In *The Rhetoric of the Human Sciences: Language and Arguments in Scholarship and Public Affairs*, ed. John Nelson, Allan Megill, et D. McCloskey, 221-38. Wisconsin: The University of Wisconsin Press.
- Meira, Sílvio. 1982. "A Nobre Missão dos Institutos Históricos." *Revista do IHGB* 334 (janeiro/março):211-13.
- Oliveira, Maria da Glória de. 2012. *Escrever Vidas, Narrar a História. A Biografia como Problema Historiográfico no Brasil Oitocentista*. Rio de Janeiro: FGV.
- Payen, Pascal, et Didier Foucault. 2007. *Les Autorités. Dynamiques et Mutations d'Une Figure de Référence à l'Antiquité*. Grenoble: Jérôme Millon.
- Pernot, Laurent. 2000. *La Rhétorique dans l'Antiquité*. Paris: Le Livre de Poche.
- Pita, Sebastião da Rocha. (1730) 1976. *História da América Portuguesa*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia/EDUSP.
- Rodrigues, José Honório, org. 1954-1956. Capistrano de Abreu. *Correspondência*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.
- . 1969. *A Pesquisa Histórica no Brasil*. São Paulo: Nacional.
- . 1978. *Teoria da História do Brasil*. São Paulo: Nacional.
- Salvador, Frei Vicente do. (1627) 1982. *História do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia.
- Silva, António de Moraes. 1789. *Dicionário da Língua Portuguesa Composto pelo Padre D. Rafael Bluteau. Reformado, e Acrescentado por António de Moraes Silva Natural do Rio de Janeiro*. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira.
- Silveira, Pedro Telles da. 2016. *O Cego e o Caxo. Historiografia, Erudição e Retórica no Brasil do Século XVIII*. São Paulo: Fap-UNIFESP.
- Southey, Robert. 1810. *History of Brazil*. London: Longman.
- Souza, Roberto Acízelo de. 1999. *O Império da Eloquência. Retórica e Poética no Brasil Oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Turin, Rodrigo. 2013. *Tessituras do Tempo: Discurso Etnográfico e Historicidade no Brasil Oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Varnhagen, Francisco Adolfo de. 1858. *Examen de Quelques Points de l'Histoire Géographique du Brésil*. Paris: Imprimerie de L. Martinet.
- . (1854-57) 1928. *História Geral do Brasil*. 3.^a/4.^a edição, anotada e aumentada. Eds. Capistrano de Abreu, et Rodolfo Garcia. São Paulo: Companhia Editora Melhoramentos.
- Veyne, Paul. 1978. *Comment on Écrit l'Histoire*. Paris: Seuil.
- Voltaire. (1764) 1829. *Œuvres de Voltaire*. Vol. 30, *Dictionnaire Philosophique (Tome V)*. Paris: Lefèvre, Libraire.
- . (1765) 1963. *La Philosophie de l'Histoire*. Ed. J. H. Brumfitt. Genève: Institut et Musée Voltaire.
- Wallenstein, Henrique Júlio. 1882. "Memória sobre o Melhor Plano de se Escrever a História Antiga e Moderna do Brazil." *Revista do IHGB*, tomo XLV (parte II):159-160.
- Yon, Albert, trans. 1964. *Cicéron. L'Orateur du Meilleur Genre d'Orateur*. Paris: Les Belles Lettres.
- Zangara, Adriana. 2007. *Voir l'Histoire. Théories Anciennes du Récit Historique*. Paris: Vrin/EHESS.

JOSÉ DA SILVA LISBOA E AS NARRATIVAS DA EMANCIPAÇÃO BRASILEIRA

Valdei Araujo¹

Universidade Federal do Ouro Preto

Introdução

Neste artigo, procuramos entender como a modernização conceitual afeta e é afetada por mudanças na narrativa histórica. Estamos bem familiarizados com a tese de Koselleck sobre o surgimento de uma nova experiência de história entre 1750 e 1850, particularmente a noção de realidade como uma totalidade progressiva, mas ainda precisamos de uma melhor compreensão de como as narrativas históricas concretas foram transformadas durante este processo complexo. Em outras palavras, categorias como democratização, politização, ideologização e temporalização podem ser utilizadas como ferramentas heurísticas para o estudo da nacionalização das narrativas no período do *Sattelzeit*. Como pretendo demonstrar, no contexto brasileiro, as novas narrativas nacionais reagem e produzem a experiência histórica moderna que dá sentido ao processo de independência.

¹ Esta pesquisa contou com apoio da Capes, através do programa de pós-doutorado sênior no exterior. Agradeço ao professor Stefan Berger por ter me recebido em seu intenso espaço acadêmico na Ruhr-Universität Bochum e no Instituto para o Estudo dos Movimentos Sociais, entre maio e outubro de 2016, onde este texto foi escrito.

A nacionalização das narrativas é aqui abordada a partir das mudanças nos regimes de autonomia do discurso histórico. Por regime de autonomia, entendo o arranjo de forças que permite que um determinado discurso adquira individualidade e seja diferenciado da rede de enunciações disponíveis em um tempo e local específicos. Um “regime” é uma maneira de descrever como a interação dessas forças permite, afeta e molda o discurso histórico, especialmente a relação entre os vetores autor-produtor, leitor, circulação, consumo, linguagens, conceitos e mídia.

Demonstraremos como José da Silva Lisboa, o visconde de Cairu,² em sua história da independência do Brasil, se alimenta dessa diversidade, fundindo três diferentes macronarrativas que estavam disponíveis nessa conjuntura: a da ação providencial, do conflito liberdade *versus* autoridade e da passagem do mundo feudal ao comercial.

Acumulando narrativas: a chegada da corte como força narratológica

A transferência da corte portuguesa de Lisboa para o Rio de Janeiro, em 1808, abriu um período de aceleração histórica sem precedentes no mundo luso-americano. Os contemporâneos foram unânimes sobre o caráter memorável desse evento, que não só reforçou a especificidade da América no Império Português, como também deu à antiga colônia um novo valor histórico.

A percepção de que um novo império nascia deu ao tempo presente funções de fundamento mítico capaz de orientar o olhar para o futuro em um período cheio de incertezas. Esta tentativa de investigar o “futuro do presente” foi registrada pela citação frequente da frase de Leibniz, “o presente está prenhe do futuro”, usado como um tipo de mantra pelos mais diversos atores políticos da época.³ Surgiu

2 Araujo 2009b; Kirschner 2009.

3 Para Koselleck, Leibniz esteve no centro da transformação da “esperança em uma máxima da experiência” (Koselleck 2014, 176). A frase parece ter sido escrita pela primeira vez no tratado sobre a Monadologia em 1714 (ver Hölscher 2013, 139). Leibniz era igualmente uma referência para o visconde de Santarém (ver Protásio 2016, 195). Em 1822, um jornal brasileiro escrevia “O presente está prenhe do porvir, diz Leibniz, e pode-se conhecer a conexão por observadores e profundos. As medidas e providências dos homens são

gradualmente a experiência do presente como um momento de transição para um futuro mais brilhante, que era possível antecipar.

A presença da corte também significou a introdução da imprensa no Brasil, aprofundando o projeto reformista de recrutamento de elite local, geralmente educada em Coimbra, para cargos administrativos. A nova corte precisava mobilizar seções mais amplas da opinião pública através de um uso mais sistemático do impresso, seja na forma de panfletos, jornais ou patrocínio de livros publicados pela imprensa régia, agora com sede no Rio de Janeiro. O projeto de reconstrução econômica do reino exigiu um conhecimento mais amplo e regulado de territórios e histórias coloniais. Essas duas funções levaram a uma multiplicação de registros históricos nesse período, produzindo um efeito ambivalente de maior identificação com a monarquia, mas também a crescente conscientização das diferenças de realidade e interesse entre suas partes americana e europeia.

Além das histórias locais, a invasão napoleônica aprofundou a diáspora de estudiosos luso-brasileiros na Europa, multiplicando também pontos de vista e narrativas. Este foi o caso do influente jornal *Correio Brasiliense*, publicado em Londres pelo letrado luso-brasileiro Hipólito da Costa. Em suas páginas, a história é um guia moral, um juiz e guardião da posteridade, mas também uma fonte de reflexão filosófica capaz de revelar o destino das pessoas.⁴

Neste último ponto, é central a leitura esclarecida do historiador romano Tácito, especialmente a sua *Germania*.⁵ O amor à liberdade e suas instituições, presente na nação portuguesa, foram herdados originalmente desse povo “bárbaro”. É dentro dessas macronarrativas ilustradas que alguns dos principais eventos contemporâneos estavam sendo interpretados, especialmente a expansão napoleônica – a causa da migração do corte para o Brasil – entendida como a ameaça de um retorno a um “despotismo universal” semelhante aos romanos, impedindo “então o Progresso da civilização”.⁶

proporcionais às suas vistas. O que é cego do futuro tropeçará em mil obstáculos no caminho da vida” (apud Santos 2010, 113).

4 Araujo 2010; Araujo et Varella 2009; Francisco Muraro 2014.

5 Pocock 2005, 234 et seq.

6 Costa 1808, 50.

Em geral, podemos dizer que essas metanarrativas podem ser organizadas em três ondas sucessivas principais, mas não mutuamente exclusivas: narrativas de restauração, regeneração e emancipação. As narrativas de regeneração basearam-se em reinterpretações do passado português em busca de princípios para reforçar o reino em seu momento de crise. Na sua forma ilustrada, essas narrativas estão ligadas ao tempo de Pombal e ao discurso do reformismo português. Nessas narrativas, a história de Portugal foi entendida como marcada por sucessivos momentos de decadência, causados por diferentes forças históricas. No início do século XIX, os estudiosos luso-brasileiros, formados em Coimbra e de alguma forma envolvidos com a Real Academia das Ciências de Lisboa, poderiam encontrar a Era de Ouro e os princípios restauradores em um país rural do século XII, de costumes simples e avesso ao luxo, ou no Portugal das grandes navegações dos séculos XV e XVI, ou ainda no passado germânico, no qual projetam noções míticas de um amor à liberdade e uma constituição primitiva, evocada para legitimar as bases absolutistas da monarquia. Nas narrativas de restauração, o Brasil figura como uma espécie de reserva natural a ser explorada racionalmente, uma vez que um novo relacionamento poderia ser estabelecido entre metrópole e colônia, uma relação mais parecida com modelos antigos que modernos. Foram essas narrativas de restauração que orientaram o significado da migração da Corte. Um fato que poderia ser entendido como uma derrota foi significado como uma grande oportunidade para a restauração do reino pelas forças da sua parte americana.

À medida que a corte se enraizava no novo continente, as novas narrativas produzidas a partir do Brasil procuravam dar sentido a esses eventos. Podemos dizer que as narrativas de restauração começam a ser deslocadas pelas narrativas de regeneração. Não era mais uma questão de recuperar o velho reino em sua antiga grandeza, mas projetar um novo Portugal a partir de sua parcela americana. Especialmente com a reestruturação política sob a forma de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, cimentada em 1815, parte da elite letrada e da classe média urbana começou a imaginar uma nova nação portuguesa, um império, com sede permanente na América.⁷

7 Araujo 2009a; Neves 2007; Pimenta 1997.

A derrota final das tropas de Napoleão, nesse mesmo ano, e a crescente insatisfação política na porção europeia da monarquia levaram à dupla pressão para o retorno do rei e à promulgação de uma Constituição. Esta combinação culmina com a Revolução do Porto, em 1820, o retorno de D. João VI, em 1821, e, já em um cenário de narrativas de emancipação, a declaração da independência brasileira em 1822. O esforço da política reformista para promover um maior conhecimento do território colonial acabou ampliando a consciência das diferenças entre metrópole e colônia e o surgimento de novos centros simbólicos de peregrinação como o Rio de Janeiro.⁸

Esse processo pode ser documentado pela diversidade de fontes para a história do Brasil que foram produzidas a partir de 1808. Histórias provinciais, corografias e dissertações mobilizaram o passado colonial. A leitura de antigas crônicas e histórias ajudou a produzir narrativas de progresso, que deram um novo significado ao fim do antigo sistema colonial. Enquanto esse movimento progressivo pode ser identificado com o reinado de D. João VI, essas narrativas ajudariam a consolidar o projeto de regeneração sobre novos fundamentos de um império entre dois mundos. Com a ausência do rei e a reconstrução do pacto social iniciado com as novas cortes, essas narrativas foram realinhadas em ambos os lados do Atlântico.

A experiência narratológica da independência brasileira em Silva Lisboa

O filho de D. João VI, deixado no Rio de Janeiro como regente do Brasil, declara sua independência em 1822, recebendo o título de primeiro imperador constitucional. Em 1823, foi organizada uma Assembleia Constituinte, que, depois de vários conflitos com o novo imperador, foi dissolvida pela força. Vários líderes que desempenharam papéis importantes na independência acabariam sendo exilados. Em 1824, o imperador, apoiado por ministros de sua confiança, outorgou a primeira Constituição, permitindo que o monarca exercesse alargadas

8 Morel 2005.

prerrogativas, como escolher os senadores a partir de uma lista tríplice e indicar os presidentes das províncias. Além desta primeira crise política, o novo império precisava lutar contra as províncias que permaneceram fiéis às Cortes de Lisboa e pelo reconhecimento da independência pelas potências europeias, especialmente a Grã-Bretanha e a antiga metrópole. A partir de 1825, o novo Estado envolve-se ainda em uma guerra territorial na fronteira sul.

Com maior liberdade de imprensa no período após a independência, as narrativas históricas assumiram um papel central nas disputas políticas e na construção da legitimidade dos novos poderes estabelecidos. Alguns novos agentes do governo na Europa foram convidados a recrutar estudiosos estrangeiros para escrever, favorecendo a causa brasileira, e vai ficando evidente que o Estado começa a exercer um papel ativo nas disputas pela história.⁹ O fato é que, por volta de 1820, a cultura histórica disponível apresentava uma grande diversidade de fontes, algo que procuramos dar uma vista geral no gráfico abaixo, sem a pretensão de esgotar os veículos, mas apenas dar uma amostra de suas distintas origens e eventuais “regimes de autonomia”. Ter esse panorama em mente é fundamental para contextualizar a “história da independência”, de Silva Lisboa, que analisaremos nas próximas seções.¹⁰

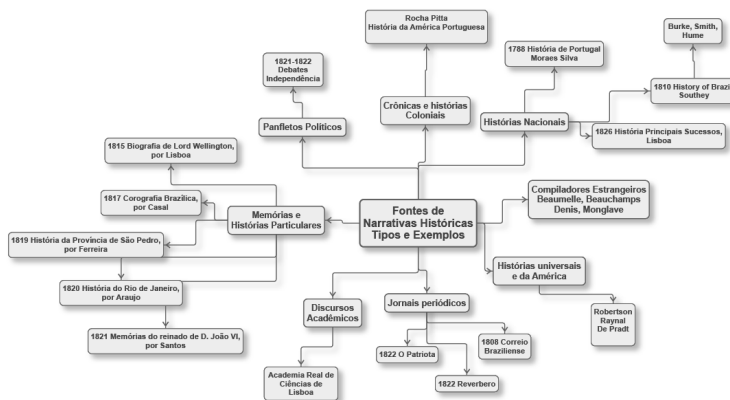


Fig. 1. Principais fontes de narrativas históricas por volta de 1820.

9 Araujo 2015; Medeiros 2012, 19; 75 et seq.

10 Lisboa 1825-1830.

Diversidade e fusão de macronarrativas

Em 1825, o imperador encomendou a um dos letrados mais influentes no reinado de seu pai para escrever uma história de independência. José da Silva Lisboa planejou um trabalho em dez partes como uma “História Geral do Brasil”, que culminaria com o relato da independência, com o título *História dos Principais Sucessos Políticos do Império Brasileiro*. Somente quatro volumes do trabalho apareceram, entre 1826-1830, tendo sido a obra interrompida por pressões políticas e a pela morte do autor em 1835.

No plano original, o trabalho começaria com a história das grandes navegações portuguesas, contexto em que a descoberta do Brasil deveria ser associada, encerrando com a outorga da Carta Constitucional em 1824. O primeiro volume, publicado em 1826, aborda de fato as grandes navegações, as descobertas e os primeiros anos da colonização do Brasil. Mas a sequência planejada foi interrompida por ordem do imperador, que desejava antecipar os volumes da história mais recente. Os próximos três volumes foram então dedicados à última parte da história planejada, narrando os eventos entre 1821-1822.

Em geral, podemos dizer que a grande narrativa nacional produzida por Silva Lisboa busca compreender a emancipação política como o cumprimento de um plano providencial e, ao mesmo tempo, a demonstração das forças civilizatórias que dirigiriam a história brasileira. Nascido das grandes navegações, que abriram o comércio global e expandiram a religião cristã, o Brasil estava destinado a ser um grande império comercial, capaz de igualar o equilíbrio de poder no Novo Mundo, sendo a primeira monarquia constitucional americana. Em uma narrativa em que as ações são organizadas por uma força providencial oculta que dá sentido a conflitos constantes, resultantes de ambições e fraquezas humanas, Silva Lisboa produz uma história cômica, no sentido dado por Hayden White, com os efeitos de uma conciliação conservadora.¹¹ Em seu discurso, convergem diferentes narrativas e linguagens políticas; a seguir, analisaremos três dessas macronarrativas e como elas atuam em conjunto para dar sentido e legitimar o novo império e seu governo.

11 White 1992, 44 et seq.

A macronarrativa do conflito entre liberdade e autoridade

Uma das fontes de movimento desta narrativa é a crença de que o mundo político pode ser entendido como um conflito eterno entre os princípios da liberdade e da autoridade. Uma das epígrafes do trabalho é uma passagem da *Vita Agricola*, pelo historiador latino Tácito: “Desde o início, o opulento império misturou coisas até agora incompatíveis: Principado e Liberdade. . . . Agora o espírito retorna: ele não vai se arrepender de ter coletado a memória dos tempos atuais com voz inábil e sem adornos”.¹² Sabemos que, para os homens de letras luso-brasileiros, um autor como Tácito representava um conjunto familiar de ideias e temas.¹³ Na passagem reunida por Silva Lisboa, a ideia-chave é uma resposta ao conflito entre virtude cívica e império. A primeira parte da citação diz que, pela primeira vez, e Silva Lisboa se refere ao reinado de D. Pedro I, governo e liberdade estavam em harmonia. Em seu contexto original, Tácito se refere ao principado de Nerva e Trajano, no qual ele diz ter a liberdade de escrever a história e em que lentamente as virtudes romanas estavam sendo restauradas.

Temos então duas frentes de leitura. De uma parte, a primeira afirmação do trecho citado produz um símile no qual Nerva e Trajano podem ser aproximados a D. João VI e D. Pedro I. Como em todo símile, uma das partes deve sua força expressiva a outra; nesse caso, a história modelar é a romana, através da qual a brasileira pode ser compreendida pelos leitores. Por outro lado, em seu conteúdo específico, a passagem responde de modo positivo à grande dúvida do século XVIII sobre a possibilidade de conciliar um governo forte, como o monárquico, com a Liberdade, já que o cidadão de uma sociedade comercial e polida não poderia dispor do mesmo tipo de virtude que o de uma república antiga. Silva Lisboa, então, toma partido dos modernos, defendendo uma via própria para sua organização política, poderíamos dizer, nesse momento, uma monarquia constitucional.

12 Citado no original latino, “*Primo statim beatissimi Imperii ortu res olim dissociabiles miscuit, Principatum ac Libertatem. . . . Nunc redit animus: non pigebit rudi et incondita voce memoriam praesentium temporum composuisse?*”. Lisboa 1825-1830, I, 1.

13 Almeida 2009; Araujo 2010; Araujo et Varella 2009.

Mesmo usando as palavras de Tácito (nada é acrescentado), Silva Lisboa compõe nova expressão adaptando o sentido da passagem aos objetivos da obra, suprimindo palavras e mesmo invertendo a ordem dos períodos, de forma que as palavras que em Tácito tinham certa função assumam outras na montagem. Torna-se então relevante notar que Silva Lisboa, deliberadamente, omite a menção tacitiana às “primeiras servidões”. Parece ficar claro que o autor evita o confronto entre passado e presente, tão importante no contexto original romano. Não seria difícil dar continuidade ao símile, identificando o período colonial brasileiro com as “primeiras servidões” a que se refere Tácito, mas Silva Lisboa parece deliberadamente evitar esse paralelismo, em busca de uma interpretação mais conciliadora. De todo modo, a exclusão dessa possibilidade parece coerente com os sentidos ambivalentes do legado português no Brasil em sua obra. Como procuramos capturar com o esquema abaixo, a menção a Tácito é uma espécie de metonímia de uma narrativa mais completa da história de Portugal como luta entre os princípios da autoridade e da liberdade. Nessa luta, o mais importante é a possibilidade de harmonia entre as partes, já que nenhuma república poderia sobreviver dominada por apenas um desses princípios. Por isso, certos valores emblemáticos, como a liberdade e a iniciativa individual e privada, têm o valor negativo ou positivo a depender da forma e lugar. De todo modo, a inspiração tacitiana, que orienta a descrição de uma fundação germânica da constituição portuguesa, orienta também a macronarrativa que se realiza com a monarquia constitucional brasileira.

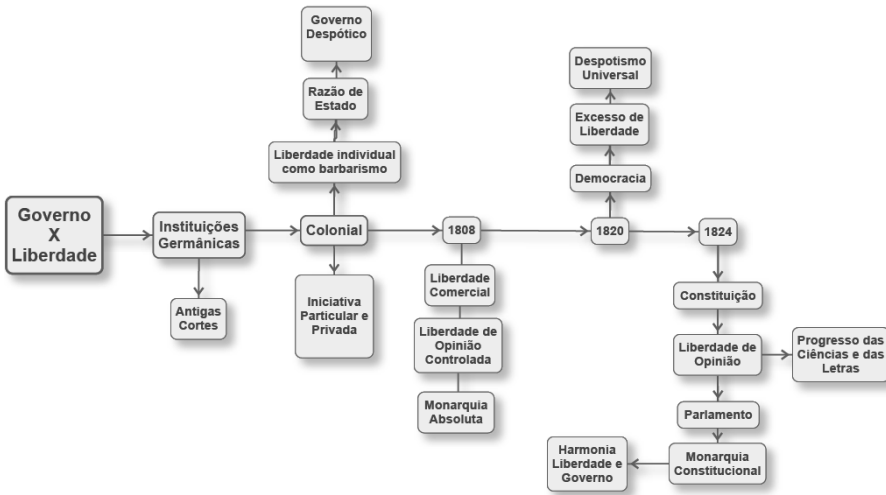


Fig. 2. O conflito entre governo e liberdade.

A tarefa da escrita da história era demonstrar e defender o modelo civilizacional representado pelo império em sua forma monárquica-constitucional. Educar o público sobre suas verdades, polir maneiras e assim preparar as condições para o seu próprio desenvolvimento como uma empresa literária, porque sem liberdade e bom governo não há condições para o progresso das letras. Portanto, a circularidade entre letras e civilização é outra dimensão da metanarrativa que organiza o relato. As maneiras comerciais poderiam levar à decadência da virtude, como muitos autores defendiam. Neste ponto, o bom governo deve agir como um antídoto, a fim de orientar a comunidade, mesmo quando os homens não fossem capazes de identificá-lo. Como parte do bom governo, o historiador deve ajudar a controlar o tempo moderno com a firmeza dos valores morais e uma racionalidade temperada pelas circunstâncias, ajustando para os tempos modernos o equilíbrio entre autoridade e liberdade.¹⁴

14 Lynch 2015; Pereira 2013.

A macronarrativa providencial

A descrição do território da nação apresentada no primeiro volume da obra enfatiza suas fronteiras naturais, sugerindo sua doação providencial e destacando a singularidade de sua grande extensão e diversidade de recursos:

Não menos singular e sem paralelo na história dos impérios é que uma área tão grande, de fisionomia geológica superior à Europa, foi ocupada pela mais pequena nação europeia, tanto em território como em população, que tem sido propriedade de mais de três séculos, agora conserva a integridade da descoberta original, com a mesma religião, língua e lei, e mesmo com maior força e esplendor, apesar de várias vezes terem sido invadidas, em várias províncias, por franceses, ingleses, espanhóis e holandeses, como se verá em o curso desta história. Assim, na medida em que a fraca razão humana chega, parece não ser contra a razão que os brasileiros podem dizer com religiosidade e orgulho – veja o dedo de Deus.¹⁵

Naquele contexto, parecia, para diversos membros da elite política, que o maior desafio da independência era manter a integridade do território nacional, ameaçado por conflitos internos e externos. Esse curto parágrafo é um bom exemplo do que gostaria de chamar “narrativas compactas”. Curtas passagens retrospectivas que colocam de modo condensado e muito preciso ao leitor a possibilidade de experimentar, quase que analogicamente, por memorização, o princípio de experiência ao qual se quer conformar uma realidade diversa e pouco conhecida. Essas curtas sínteses ou recapitulações garantiam a circulação das narrativas orientadoras, mesmo entre aqueles que não teriam o tempo ou a oportunidade de ler a obra inteiramente. Um traço dessas “narrativas compactas” é sua possibilidade de repetição e memorização, organizadas que estão em torno de alguns “memes”, como a unidade natural do território e a singularidade do império. Esses mitos não resistiriam a uma análise mais longa, mas de tão repetidos acabam por se conformar em realidade.

Outra estrutura textual de reforço muito utilizada na obra são as notas de rodapé como circuito de reforço e conexão temporal. Constantemente, as notas fazem a necessária aproximação entre começo e fim, reforçando a perspectiva

15 Lisboa 1827, 2-3.

teleológica da narrativa, transformando a diversidade dos eventos em força prefigurativa, como na passagem em que explica que os adjetivos usados para descrever o estado do Brasil foram retirados de uma enunciação do rei britânico em 1808, celebrando a transferência da corte portuguesa. A ordem simplesmente cronológica é quebrada pela introdução de uma temporalidade posterior ou anterior que orienta a experiência da leitura. Assim, o fato de D. Pedro ter nascido e sido aclamado imperador no mês de outubro, o mesmo em que o primeiro rei de Portugal tinha firmado o juramento da visão que teve de Cristo nos campos de Ourique, prometendo-lhe que nele e em sua descendência estabeleceria um grande império, são apontadas em nota como coincidências não fortuitas, mas com a ressalva de que tais especulações eram incompatíveis com o gosto do século. No lugar mais pessoal da nota de rodapé, poderia reforçar o providencialismo de sua interpretação sem comprometer o decoro racional que a narrativa de uma história geral requeria.

Os capítulos seguintes descrevem a descoberta das ilhas oceânicas, do caminho para as Índias e da América. Traça longo elogio à quebra do monopólio de comércio provocado pelas navegações, em especial por não terem sido necessárias a guerra ou a injúria a outras nações. Mas essa perspectiva promissora seria interrompida, pois o

espírito de conquista, inércia e cobiça, frustrou, em grande parte, o benefício da divindade, retardou o natural progresso da civilização e perfectibilidade da espécie humana, e causou incalculável miséria, não só aos povos descobertos, mas também a seus descobridores, e aos deles oriundos.¹⁶

A natureza humana e a incivilidade dos tempos impediram que o progresso aberto se confirmasse, introduzindo-se grandes males como a escravidão, a intolerância religiosa e o espírito de conquista. Este estado semibárbaro é entendido como uma continuação dos princípios feudais. Mas em vez de uma narrativa irônica e esclarecida, que simplesmente condenasse essas ações, Silva Lisboa afirma compreendê-las em seu contexto histórico, como o papel da Igreja

16 Lisboa 1827, 11.

Católica nos assuntos internacionais, repreensível no século XIX, mas uma força civilizadora essencial no passado.

Muito ao gosto do iluminismo escocês e britânico, dos quais era leitor e tradutor, em especial da obra de Burke, Robertson, Hume e Adam Smith, Silva Lisboa narra as grandes navegações como o fim do monopólio do comércio do Oriente imposto à Europa pelas cidades italianas. Os portugueses teriam tido o papel de pioneiros no processo fundamental de civilização da Europa e do mundo. Mas como, em toda a obra, essas forças de progresso são bloqueadas pelo preconceito, pela ambição e pelo espírito de conquista, que marcam as sociedades ainda em estado semibárbaro, como a europeia naquele momento.

Como se pode constatar no esquema abaixo; nessa macronarrativa, praticamente não se pode identificar revezes ou retrocessos, pois mesmo eventos que poderiam ser entendidos como catastróficos, como a invasão napoleônica, acabam se revelando positivos. A história do Brasil conecta-se com o milagre de Ourique, passando pelo descobrimento e colonização, outras oportunidades para vislumbrar a providência em ação. D. Pedro I, antigo e legítimo herdeiro da promessa feita nos campos de Ourique, renova e atualiza esse pacto no novo império cristão e católico da América.

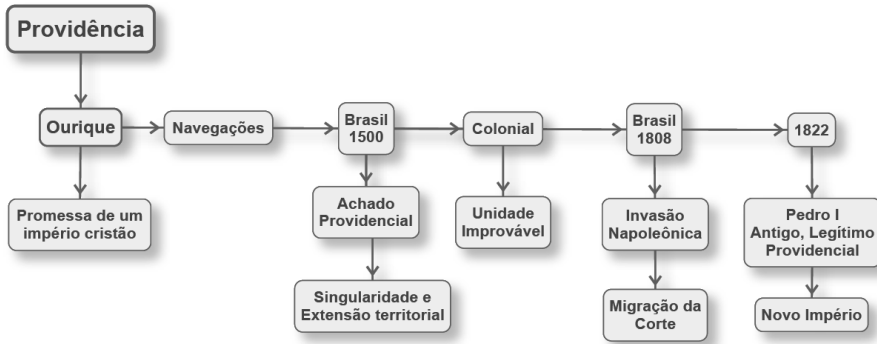


Fig. 3. Macronarrativa providencial.

A macronarrativa da passagem feudal-comercial

Silva Lisboa narra o descobrimento do Brasil como produto da expansão marítima e, ao mesmo tempo, produto de ação providencial, já que a esquadra portuguesa tinha como objetivo o comércio das Índias e não o descobrimento de novas terras. Por isso, de modo polêmico, prefere chamar este evento de “achado” do Brasil, e não descoberta.¹⁷ O lance permitia um movimento duplo, pois associava o Brasil à expansão comercial e, ao mesmo tempo, afastava os motivos menos nobres ligados à vontade de conquista e domínio. Dessa forma, respondia e distorcia as opiniões de Robertson e Robert Southey, citadas como autoridades, que em suas histórias tinham igualmente salientado o caráter acidental do descobrimento do Brasil. Silva Lisboa se recusa a acreditar que qualquer acontecimento histórico pudesse ser obra do acaso, utilizando-se da ideia de providência tanto como recurso cognitivo, quanto como forma de transferir o providencialismo luso e seu excepcionalismo ao Brasil. Mas cabe destacar que em nenhum momento esse recurso é transformado em argumento suficiente,

17 Lisboa 1827, 44.

ou permitia a inclusão de ações miraculosas na narrativa, ele é sempre afirmado como uma crença última no sentido da história, que mesmo oculto ao historiador, poderia ser derivado de causas naturais.

Com este movimento conceitual, a história do Brasil e sua independência podem ser narradas como o cumprimento de um destino providencial e civilizatório. A colonização portuguesa é retratada como desleixada e marcada por princípios anticomerciais como monopólio, intolerância religiosa e outras práticas feudais. Este “antigo sistema colonial” teria sido reforçado pelo Tratado de Utrecht no início do século XVIII. No entanto, apesar desses impedimentos, a colônia prosperou e progrediu sob a iniciativa de seus habitantes, como se destaca na epígrafe geral do trabalho, uma citação da história do Brasil de Robert Southey:

*discovered by chance, it is by individual industry and enterprise, and by operation of the common laws of nature and society, that this empire has risen and flourished, extensive as it is now, and might as it must one day become.*¹⁸

O “antigo sistema” bárbaro, feudal e colonial seria revertido apenas com a transferência da corte em 1808, período que já havia tratado em obras anteriores.¹⁹ Mas como é frequente em sua história, esse progresso nunca é linear e homogêneo, está sempre comprometido pela fraqueza e ambição humanas, em especial entre povos em que a civilização não havia atingido um grau elevado de perfeição. Em uma Europa marcada ainda por movimentos revolucionários e projetos de impérios universais, Portugal, recém-libertado do domínio francês, seria vítima dessas mesmas forças na Revolução Liberal do Porto de 1820. Em uma engenhosa inversão, Silva Lisboa interpreta a Revolução do Porto como um complô entre democratas radicais espanhóis e portugueses para unir a península sob um mesmo governo, recolonizar a América e impor à Europa seus projetos universais de poder. As narrativas antinapoleônicas, profundamente inspiradas em Burke, são reutilizadas para caracterizar o despotismo das Cortes de Lisboa, que acabariam por forçar os brasileiros a declarar sua independência, para não se verem novamente reduzidos a “servos da gleba”. Assim, descreve como a

18 Southey 1810.

19 Diniz 2010; Rosa 2011.

“revolução” vai contaminando diversas províncias do Brasil, ameaçando a sua integridade territorial.

Reagindo ao que via como tentativa de restabelecimento, no Brasil, do sistema feudal das antigas colônias, em especial pelas medidas que visavam a reconstruir os privilégios comerciais da metrópole e privar o Brasil de um centro político, ameaçando-o de fragmentação, o jovem príncipe de Bragança assume a tarefa deixada por seu pai de conduzir à emancipação do Brasil, preservando a integridade do império, tal como suas fronteiras providenciais, reveladas no descobrimento em 1500. Emancipar o Brasil de um reino português, visto como contaminado pela revolução, é agora considerado como o único meio de regenerar a nação portuguesa.

Silva Lisboa traça a figura de D. Pedro I como a de um herói burkeano, capaz de unir a aura da presença nobre, moderação e conciliação política, afastando o caráter belicoso que os contemporâneos geralmente atribuíam ao príncipe. Em episódio que descreve como debelou um princípio de revolta, descreve que “A Sua PRESENÇA assombrou todos os espíritos. Ninguém ousou impedir o comando ao Príncipe da Nação”.²⁰ Em outra passagem, em que descreve como a presença do imperador conciliou uma revolta provincial, compara essa aura política dos príncipes legítimos e antigos ao halo que se forma ao redor de certos planetas e estrelas.²¹ Assim, o jovem príncipe vai-se tornando mais uma das forças morais capazes de unir a nação, também contra os inimigos internos, alguns apegados a fidelidades locais, contra esses, afirma, em nova referência a Burke, “as Nações não são superfícies geográficas, mas essências morais”,²² com o sentido de que não deveriam ser fiéis aos seus compromissos locais, mas à ideia mesma da nação incorporada em sua vocação comercial, destino providencial e, agora, em um herói conciliador.

No tema do carisma da nobreza e em outros envolvendo a criação de ordens e comendas, Silva Lisboa faz a defesa dessas instituições feudais como artifícios necessários para a educação do povo. Em sua leitura, os códigos cavaleirescos

20 Lisboa 1825, X.I, 60.

21 Lisboa 1825, X.II, 79.

22 Lisboa 1825, X.II, 20.

foram uma força histórica civilizadora na Idade Média europeia, ajudando a adoçar e polir os costumes. De certa forma, como o Brasil estava ainda longe de atingir a perfeita civilização, forças históricas como a religião e a nobreza teriam ainda uma função relevante na educação moral da nação. Naturalmente, a própria nação parecia ser formada por temporalidades distintas, desde a selvageria dos índios até a práticas pouco comerciais e bárbaras, espalhadas com maior ou menor intensidade pelo vasto território. Assim, a monarquia constitucional aparecia como a solução política mais adequada ao século e às condições particulares do Brasil, que necessitava de liberdade, mas também de um governo forte. É justamente esse equilíbrio que o autor, em sua história acredita ter sido alcançado no governo de D. Pedro I, como já descrevemos acima.

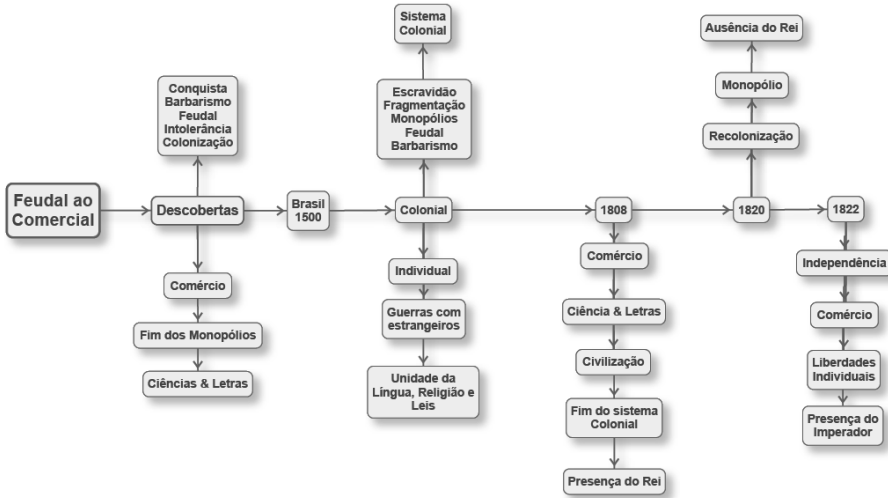


Fig. 4. Macronarrativa feudal-comercial.

Obedecendo a um princípio narrativo central, a história do Brasil tem como começo a sua descoberta no contexto das grandes navegações e da abertura comercial do mundo, e o seu fim no estabelecimento de um império comercial.

Silva Lisboa unia três grandes linhas narrativas: (1) a da luta entre liberdade e autoridade, alimentada pelos temas da linguagem tacitista; (2) a que compreendia a história da humanidade como a evolução de etapas bem definidas da selvageria à civilização, na qual o nascimento da época dos descobrimentos anunciava o futuro comercial e civilizado do Brasil, mesmo que tivesse de atravessar o seu período “bárbaro”; representado pela colonização, descrita como uma espécie de Idade Média nacional, marcada pela força dos poderosos, das famílias e seus pequenos feudos; (3) e, finalmente, transferia as expectativas providencialistas da história de Portugal, organizadas em torno do milagre de Ourique para o contexto americano em processo de nacionalização. O império prometido por Cristo aos portugueses seria finalmente realizado no Brasil. A harmonização entre liberdade comercial e destino providencial, entre liberdade e autoridade, encontraria na monarquia constitucional a sua forma histórica perfeita, capaz de reequilibrar a balança de poder no continente americano, dominado por repúblicas. Em seu destino, a jovem nação finalmente poderia conciliar o antigo e o novo, Europa e América, Brasil e Portugal.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, Isabel. 2009. "As Subtis Linhas da Humana Dissimulação." *Península. Revista de Estudos Ibéricos* 6:61-68.
- Araujo, Valdeí Lopes de. 2009a. "Formas de Ler e Aprender com a História no Brasil Joanino." *Acervo* 22 (1):85-98.
- . 2009b. "Lisboa, José da Silva." In *Dicionário de Historiadores Portugueses. Da Real Academia das Ciências ao final do Estado Novo*, coord. Sérgio Campos Matos. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal/Centro de História da Universidade de Lisboa. URL: http://dichp.bnportugal.pt/historiadores/historiadores_lisboa.htm.
- , et Flávia Florentino Varella. 2009. "As Traduções do Tacitismo no *Correio Braziliense* (1808-1822): Contribuições ao Estudo das Linguagens Historiográficas." In *Tradução, Vanguarda e Modernismos*, orgs. Maria Clara Versiani Galery, Elzira Divina Perpétua, et Irene Hirsch, 239-259. São Paulo: Paz e Terra.
- . 2010. "A Época das Revoluções no Contexto do Tacitismo: Notas sobre a Primeira Tradução Portuguesa dos *Anais*." *Estudos Ibero-Americanos* 36 (2):343-365.
- . 2015. "Historiografia, Nação e os Regimes de Autonomia na Vida Letrada no Império do Brasil." *Vária História* 31 (56):365-400.
- Costa, H. J. da. 1808. "Literatura e Ciências." *Correio Braziliense, ou, Armazém Literário*. Ano I, vol. 1, 30-56. Londres: W. Lewis, Paternoster. Row.
- Diniz, Bruno. 2010. "Da Restauração à Regeneração: Linguagens Políticas em José da Silva Lisboa (1808-1830)." Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Ouro Preto.
- Francisco Munaro, Luís. 2014. "'O Sol da Liberdade Pura aqui Reluz Contínuo': A Construção da Imprensa Lusófona na Inglaterra (1808-1822)." *Idéias* 8:241-263.
- Hölscher, Lucian. 2013. "Mysteries of Historical Order: Ruptures, Simultaneity and the Relationship of the Past, the Present and the Future." In *Breaking up Time: Negotiating the Borders between Past, Present and Future*, eds. Chris Lorenz, et Berber Bevernage, 134-152. Gottingen: Vandenhoech Ruprecht.
- Kirschner, Tereza Cristina. 2009. *José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu: Itinerários de Um Ilustrado Luso-Brasileiro*. Brasília: Alameda/Editora PUCMINAS.
- Koselleck, Reinhart. 2014. *Estratos do Tempo: Estudos sobre História*. Rio de Janeiro: Puc-Rio/Contraponto.
- Lisboa, José da Silva. 1825. *História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil*. 4 vols. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Nacional.
- Lorenz, Chris, et Berber Bevernage, eds. 2013. *Breaking up Time: Negotiating the Borders between Past, Present and Future*. Gottingen: Vandenhoech Ruprecht.
- Lynch, Christian. 2015. "Bernardo Pereira de Vasconcelos e Conceito de 'Regresso' no Debate Parlamentar Brasileiro (1838-1840)." *Almanack* 10:314-334. doi: 10.1590/2236-463320151006.
- Medeiros, Bruno Franco. 2012. *Plagiário, à maneira de Todos os Historiadores*. Jundiaí, São Paulo: Paco Editorial.
- Morel, Marco. 2005. *As Transformações dos Espaços Públicos: Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840*. São Paulo: Hucitec.
- Neves, Lucia. M. B. P. 2007. "Revolução: em busca do Conceito no Império Luso-brasileiro (1879-1822)." In *História dos Conceitos: Diálogos Transatlânticos*, eds. João Feres Júnior, et Marcelo Gantus Jasmin. Rio de Janeiro: Editora Puc-Rio/Edições Loyola.

- Pereira, Luisa Rauter. 2013. “O Conceito Político de Povo no Período da Independência: História e Tempo no Debate Político (1820-1823).” *Revista Brasileira de História* 33 (66):31-47.
- Pimenta, João Paulo Garrido. 2010. “De Raynal a De Pradt: Apontamentos para o Estudo da Idéia de Emancipação na América e Sua Leitura no Brasil (1808-1822).” *Almanack Braziliense* 11:88-99.
- Protásio, Daniel Estudante. 2016. *Pensamento Histórico e Ação Política do 2.º Visconde de Santarém (1809-1855)*. S.l.: Edição de autor.
- Rosa, Giorgio de Lacerda. 2011. “A Suprema Causa Motora: O Providencialismo e a Escrita da História no Brasil (1808-1825).” Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Ouro Preto.
- Santos, Christiane A. C. dos. 2010. *Escrevendo a História do Futuro: A Leitura do Passado no Processo de Independência do Brasil*. São Paulo: USP.
- White, Hayden. 1992. *Meta-História: A Imaginação Histórica no Século XIX*. São Paulo: Edusp.

O CONCEITO DE REVOLUÇÃO NUMA GUERRA DE IDEIAS EM PORTUGAL:

ALGUMAS NOTAS SOBRE LINGUAGEM E POLÍTICA (1820-1834)¹

Ricardo de Brito

Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Centro de História

Apontamentos introdutórios

São significativas as transformações políticas e sociais que se operaram na transição entre os séculos XVIII e XIX. Fazendo uso do título da clássica obra de Eric Hobsbawm, entre finais de Setecentos, com a Revolução Francesa (ou, se quisermos, com a Guerra da Independência Americana), até sensivelmente meados de Oitocentos, estamos perante o período comumente entendido como a “era das revoluções”. Visão, de resto, expressa pelos contemporâneos dos acontecimentos, com o uso de expressões como “época das revoluções”, “século das revoluções”, entre outras. Neste ciclo, assistiu-se, no cenário europeu, ao abalo da estrutura do edifício do Antigo Regime, resultando em décadas de

¹ Este artigo constitui a reformulação de uma comunicação apresentada no colóquio internacional *Cultura, Ciência e Política na Época do 2.º Visconde de Santarém* (Biblioteca Nacional de Portugal, 2016). Agradeço os apontamentos críticos, que se geraram no debate posterior, das professoras Fátima Sá e Melo Ferreira, Maria Alexandre Lousada e do professor Valdeci Araujo.

perturbações violentas (tendencialmente guerras civis), que revelaram a difícil consolidação das propostas reformadoras – e revolucionárias – teorizadas durante o iluminismo, que ganharam uma expressão mais sólida, embora com evoluções e adaptações, durante e após o processo revolucionário francês. Por grande parte da Europa, registou-se, assim, um sinuoso caminho na consolidação dos regimes liberais e constitucionais, sujeito a avanços e recuos, do qual a Península Ibérica não esteve ausente.²

Como sugeriu Karl Jaspers, o ciclo das revoluções liberais do século XIX, precipitadas, em grande medida, pelos resultados da Revolução Francesa de 1789 (revolução fundadora), alargou os horizontes para um novo tipo de consciência histórica, na medida em que os contemporâneos desta nova modernidade tenderam a olhar para a sua época por oposição a outras, fruto do sentimento de ruptura que se tinha originado,³ fosse ele metafórico ou de facto. Como assinalou, de resto, Reinhart Koselleck, este mesmo período de transição de séculos constituiu-se como um momento charneira de profundas transformações no léxico.⁴ Posto desta forma: concomitante das revoluções políticas, o vocabulário, principalmente nos campos políticos e sociais (mas não só), experimentou igualmente importantes e significativas alterações; aliás, estes dois vectores, o de acção e o da linguagem (que dava, *a priori* e *a posteriori*, sustentação às práticas), estiveram intimamente ligados. É, portanto, sustentável afirmar que as revoluções da primeira metade do século XIX abriram caminho a um novo “regime de conceptualidade”, no sentido de uma transformação radical das estruturas políticas e sociais, e da percepção dos contemporâneos de que essas transformações tinham adquirido uma dimensão sem paralelo.⁵ Sentimento de fractura e, igualmente, de aceleração do tempo,⁶ que se encontra bem patente, por exemplo, no processo de *ressemantização* do conceito de *revolução* neste período.

Embora tenhamos de ter em conta que as evoluções conceptuais demoraram um significativo tempo a consolidarem-se – durante largos anos,

2 Para uma visão global e de síntese, por país, ver Solé 2008.

3 Jaspers 1933, 13-15.

4 Koselleck 2006; 2012.

5 Sebastián 2008, 46-47.

6 Catroga 2003, 83-90.

coexistiram antigos e modernos usos e interpretações de alguns conceitos⁷ – os contemporâneos dos acontecimentos tiveram consciência destas transformações no vocabulário. Sentimento de transformação lexical que já tinha começado a ser sentido por volta de 1780, como bem atestam as palavras de Louis Sébastien Mercier, no seu *Tableau de Paris*, quando referia que “*les mots n’ont plus la même signification dans deux bouches différentes*”.⁸ As notas preambulares de Nicolas-Balisson de Rougemont ao seu *Petit Dictionnaire Libéral*, publicado em França, em 1823 (com um fundo satírico),⁹ constituem mais um exemplo desta percepção, com um campo de experiência que já seria possível historiar na década de 1820:

Le temps et les révolutions apportent de grands changements dans la langue des peuples modernes, et leur impriment des variations sans nombre. Semblables à ces riches parvenus qui perdent chemin faisant le souvenir de leur origine, les mots perdent en vieillissant, les traces de leur étymologie et l’on courrait souvent le risque de ne plus être compris, si on les employait dans leur acception primitive...

*Les partis ont aussi une langue qui leur est propre, et dont leurs interprètes font un usage fréquent. La même expression, employée par deux écrivains d’opinions différents, a deux significations, dont il est important de connaître la valeur, afin de ne pas commettre de méprise, et de savoir à quoi s’en tenir sur le sens que lui attache l’auteur qui s’en est servi; détournée de sa première acception, souvent elle offre au parti qui l’adopte un sens mystérieux à l’aide duquel il enveloppe des idées coupables d’un style qui semble ne rien présenter que d’innocent; quelquefois aussi un événement imprévu change la signification d’un mot et lui donne un sens nouveau qui fait époque dans la langue. . . . C’est pour obvier à ces inconvénients, et pour éclairer les lecteurs sur leur valeur réelle, que j’ai entrepris de traduire quelques-unes des expressions les plus usuelles de la langue révolutionnaire, d’en compléter le sens par des explications naturelles, ou de le démontrer par des exemples pris au hasard dans les meilleurs orateurs du parti.*¹⁰

As palavras de Nicolas-Balisson são bem reveladoras de alguns aspectos que deverão ser considerados nas transformações lexicais, deste período, da “linguagem revolucionária”: em primeiro lugar, a noção de que um conceito, à luz de um determinado evento, pode adquirir um sentido e entendimento muito diferente do seu significado primitivo (mesmo que este já tivesse sido teorizado ou preparado antes). Numa outra vertente, um pouco na ideia de “*words in context*”,¹¹ de

7 Sebastián 2005.

8 Marrier 1781, 22.

9 Este pequeno dicionário foi, passados alguns anos, em 1839, traduzido para português com o título: *Dicionário Liberal d’Algibeira*.

10 Rougemont 1823, V-VIII.

11 Sobre o aspecto da intencionalidade e do contexto linguístico, ver, entre outros, Skinner (2005, 145-178).

que o mesmo conceito, referido, por exemplo, por figuras de campos ideológicos opostos, pode adquirir sentidos diferentes; não imperativamente na sua semântica de base, mas na carga valorativa que lhe é concedida (sentido positivo ou negativo). Ora, o conceito de *revolução*, que sofreu uma reconstrução semântica significativa durante a Revolução Francesa,¹² constitui um bom exemplo destes campos que pretendemos analisar.

Fazendo uso da expressão de Javier Fernández Sebastián, o “terramoto conceptual” que temos vindo a referenciar só se nota, de forma mais drástica, no contexto ibérico e ibero-americano, nos primeiros anos de Oitocentos, fruto das invasões napoleónicas, que originaram um processo relativamente rápido de transformações políticas.¹³ No entanto, observamos que esse ritmo de transformações, quer nas estruturas políticas como no próprio léxico, foi diferente em Portugal e Espanha, fruto de experiências políticas e históricas diferentes, assumindo-se o conceito de *revolução* como exemplo de uma relativa assincronia.

A primeira revolução liberal no espaço ibérico deu-se, como se sabe, em Espanha, tendo como resultado último a Constituição de Cádiz, em 1812, sendo nesta experiência histórica e política que o conceito de *revolução* adoptou a sua moderna semântica, de uma profunda mudança de regime, embora utilizado com alguma cautela por parte da cultura liberal espanhola, tendo em conta as suas conotações com o período de maior terror da Revolução Francesa (a partir de 1793).¹⁴ Em Portugal, no dealbar do século, notamos algo semelhante, de recusa dos princípios revolucionários mais extremados: após uma visão de interesse e de genuína curiosidade perante o ímpeto reformista inicial das Constituintes em França, o enviado reformista português, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, já esperava, em 1790, uma “natural contra-revolução”.¹⁵ Não obstante, para o período das Invasões Francesas e para os anos seguintes, a moderna semântica do conceito parece não ter ganhado substancial terreno no contexto português, embora se note

12 Koselleck 2006, 62. Ver também Baker (1988, 42-43). Para uma interessante visão de síntese, numa cronologia mais larga, ver Benigno (2013, 223-243).

13 Sobre o tremendo abalo registado no vocabulário neste período e para esta geografia, é obrigatória a menção a um projecto ainda em curso, mas já com relevantes resultados publicados: *Diccionario Político y Social del Mundo Iberoamericano* (Org. Javier Fernández Sebastián), também conhecido por *Iberconceptos*.

14 Seone 1968, 41.

15 Silva 1991, 588.

já algum vocabulário com horizonte moderno. A questão de regime não se colocava, contrariamente ao caso espanhol, em que a guerra e a revolução foram, a partir de certo momento, dois fenómenos análogos.¹⁶ Tendencialmente, os usos do conceito *revolução*, em publicações a louvar a luta contra o invasor estrangeiro em Portugal, gravitaram mais próximos do sentido de *revolta* ou de *restauração*,¹⁷ como é bem ilustrada pela obra de José Acúrsio das Neves, *História Geral das Invasões Francesas em Portugal e da Restauração deste Reino* (1810-11). Ou seja, o conceito aparecia, global e tendencialmente, num sentido de «revolução restauradora».

Nas vésperas do 24 de Agosto de 1820, *revolução*, na cultura política portuguesa, já tinha adquirido os seus modernos entendimentos.¹⁸ Embora não se tenha assumido como o principal conceito referencial do primeiro movimento liberal e constitucional, foi, contudo, utilizado. Na conjuntura de guerra civil entre campos distintos, liberal e absolutista (posteriormente miguelista), e depois o conflito entre as famílias liberais até sensivelmente meados do século,¹⁹ *revolução* assumiu-se como um conceito de referência de Oitocentos.²⁰ Para os propósitos deste texto, destacando particularmente o período entre a primeira experiência liberal e o fim da guerra civil entre liberais e absolutistas, pretende-se apresentar, em jeito de notas de investigação, casos em que este conceito era convocado, quer como simples mecanismo linguístico de combate ou quando assumia uma dimensão analítica e interpretativa de maior espectro. Dito de outro modo, pretende-se analisar a disputa por este conceito. Que arquitectura retórica, tendo em conta o lastro semântico que este conceito granjeou na viragem do século, esteve subjacente nos usos do conceito, quer no campo liberal, como no reaccionário, nos diferentes momentos de confronto?

16 Convém sublinhar que “guerra da independência” não foi uma expressão (com as dimensões e referências que comporta) utilizada com frequência aquando dos acontecimentos. Trata-se de uma interpretação e de um entendimento historiográfico posterior, com raízes na década de 1830, que se vulgarizou e consolidou. Sobre este aspecto, ver Junco (1994, 75-99).

17 Ferreira 2012, 82-85.

18 Em anos anteriores, mas sobretudo durante o triénio vintista, regista-se uma significativa difusão de novos conceitos (ou de novas semânticas). Sobre este alargado fenómeno, ver o trabalho seminal de Telmo dos Santos Verdelho (1981).

19 Sem pretensão de exaustão, e para se ter uma ideia do número significativo de revoltas e revoluções na primeira metade do século, ver Vargues (1985, 501-572); Mata (1991, 755-769).

20 O trabalho de Fátima Sá e Melo Ferreira (2012) – entre outros da mesma autora – assume-se como um texto de referência fundamental para uma visão panorâmica do percurso deste conceito ao longo do século XIX.

Das vésperas de 1820 ao fim do miguelismo: de um uso cauteloso a fio condutor de uma narrativa²¹

Os inícios da década de 1820 pareciam esperançosos para os sectores liberais numa parte substancial dos países do meio-dia, com vários pronunciamentos militares que, em alguns casos, como o português, fizeram singrar, pela primeira vez, regimes liberais e constitucionais.²² Cingindo-nos ao caso português, a Revolução de 1820 foi o resultado de um relativamente longo processo de crise(s): iniciado com as Invasões Francesas, da crescente autonomia do Brasil e do sentimento de que Portugal se tinha transformado em colónia da colónia, com a corte no Brasil desde 1808, e de crise da própria monarquia e do império.²³ Como se sabe, a contestação a este cenário produziu alguns resultados, como a revolta e posterior execução de Gomes Freire de Andrade (e dos membros do Supremo Conselho Regenerador). Este episódio denunciou o descontentamento perante a situação do reino, ao mesmo tempo que ilustrava a dura repressão a elementos que perfilhavam ideias reformadoras ou liberais – tendência, aliás, sentida um pouco por toda a Europa após o Congresso de Viena, de 1815. Não obstante, a utilização de “Regenerador”²⁴ como definidor do propósito de tal Conselho, reflectia já as tendências que veremos, a nível conceptual, nos anos seguintes.

O pronunciamento de 1820 tende a ser apelidado pela historiografia como uma revolução, mas os contemporâneos dos eventos compreenderam tal acontecimento (ou processo) como uma regeneração. A utilização deste conceito – neste momento, entendido essencialmente como uma regeneração política, portanto, diferente da segunda regeneração de meados do século XIX – não era

21 Partes deste texto tiveram uma primeira exploração num trabalho nosso anterior: Brito 2016. Aproveitou-se, aqui, para alargar alguns dos pontos aí explorados.

22 O modelo de pronunciamento de Rafael de Riego, em Cádiz, alicerçado numa insurreição organizada por sociedades secretas (maçónicas ou paramaçónicas), com uma liderança militar e com uma agenda reformista e liberal, revelou-se um modelo revolucionário eficaz. Características que estiveram presentes nos levantamentos na Grécia, nos Estados italianos e em Portugal (Isabella 2009, 21). No entanto, estas revoluções, que partilharam características comuns na sua sustentação e triunfo, como, por exemplo, o texto constitucional gadatino (Suanzes-Carpegna 2010, 237-274), também viram o seu fim poucos anos depois.

23 Ramos et Monteiro 2012, 379-387.

24 Também é bastante ilustrativa a designação de uma das primeiras lojas maçónicas portuguesas, criada em 1797, a Loja Regeneração, denunciando, assim, a influência que o conceito tinha granjeado com a Revolução Francesa (Marques 1990, 77).

nova: tinha sido originalmente utilizado na França dos inícios da Revolução, em que funcionou como conceito equivalente;²⁵ e também em Espanha, em que, e apesar do invasor francês se apelar de regenerador, o conceito foi utilizado com alguma frequência para designar a sua primeira revolução.²⁶

Em Portugal, nos inícios do século XIX, por influência das experiências políticas francesas e espanholas, o conceito assumiu um certo pendor negativo, como reflexo de uma associação ao invasor estrangeiro. Podemos tomar como exemplo algumas publicações anónimas, de visível teor reaccionário, em que o conceito e o adjectivo aparecem com carga depreciativa:

Engana-se muito a Suprema Junta do Governo, e conhece-nos muito mal S.A.I. Sabemos muito bem o que quer dizer = Felicidade =; entendemos perfeitamente o que significa = Protecção =; não nos é oculto o sentido das palavras = Liberdade =, = Regeneração =; já vemos compreendendo a linguagem do Grande Napoleão, e por último temos tomado algumas lições da linguagem dos Tiranos. . .²⁷

Ou:

Mas que medidas tomam hoje as Nações à vista dos funestos resultados de uma guerra tão universal, que a França degenerada e revolucionária lhes tem feito sucessivamente há perto de vinte anos, atacando todas as Monarquias, todas as Repúblicas, e finalmente todos os Povos?²⁸

A verdade é que *Regeneração* afirmou-se, por parte dos sectores reformadores liberais e constitucionais, como o conceito definidor. *Regeneração* apresentava-se como uma acção que, de forma pacífica, procurava promover a felicidade, a glória nacional e a liberdade através de reformas que não provocassem rupturas bruscas, mantendo a monarquia e não hostilizando a religião.²⁹

A tendência hegemónica do uso de *regeneração* em oposição a *revolução* é patente nos debates parlamentares das Cortes Constituintes: numa quantificação simples, *revolução* apresenta 170 resultados (em 135 páginas de 95 diários), enquanto

25 Ozouf 1988, 821-830 e 847-858.

26 Fuentes 2003, 604.

27 *Sentimentos Patrióticos dos Espanhoéis, Manifestados ao Governo que os Oprimia...* 1808, 2.

28 *O Desengano* 1809, 3.

29 Proença 1990, 65. Pelo menos num primeiro momento, o movimento revolucionário português não foi contra o rei, assumindo semelhanças com as primeiras revoluções hispano-americanas (Guerra 1992).

regeneração surge 511 vezes (491 páginas de 261 diários).³⁰ Inclusivamente, existem exemplos em que se nota a distinção ou recusa da via revolucionária dentro do campo liberal, como é bem demonstrada pela intervenção do deputado Joaquim A. Seixas e Castelo Branco: “Eu sempre farei distinção de uma Nação que se quer de boa-fé regenerar e uma revolução. Quantas coisas chegam a um ponto de revolução não se respeitam direitos, quando se trata de regeneração devem-se respeitar os direitos”.³¹ Contudo, *revolução* não esteve ausente do discurso.

Recuando um pouco, o refúgio em Inglaterra da repressão absolutista pós-restauração de 1815 permitiu uma maior liberdade de publicação por parte de quem perfilhava modelos de governo diferentes.³² São, no entanto, evidentes as divergências quanto ao método de acção, bem exemplificadas se compararmos os usos do conceito de *revolução* no periódico de João Bernardo Rocha Loureiro, *O Português ou Mercúrio Político*, e no de José Liberato Freire de Carvalho, *O Campeão Português*. Rocha Loureiro pugnava, sem grande preocupação, por uma revolução, rejeitando a via reformadora: “Nós temos um santo respeito por todas as revoluções da natureza e também por as da política se estas são feitas por o povo”,³³ “Eu nem do Rei nem dos seus ministros espero obra boa e cabal por via da reforma. Esta espero eu do Povo e de mais ninguém”.³⁴

Num caminho diferente, na esteira de outras experiências revolucionárias, o periódico de José Liberato apresentou uma outra proposta, sublinhando a pertinência depreciativa entre revolução/anarquia – modelo de identificação negativa amplamente usado pelos sectores reaccionários –, ao mesmo tempo que rejeitava uma participação popular, fazendo-se um apelo a uma revolução pelas estruturas de cúpula, certamente tendo presente os acontecimentos mais conturbados do processo revolucionário francês:

30 Disponíveis *online* em <http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/c1821>.

31 *Diário das Cortes Gerais*... 1821, 49:448.

32 Sobre o periodismo desta emigração, ver, por exemplo, Tengarrinha (2013, 188-214).

33 *O Português* 1816, 4 (24):602.

34 *O Português* 1819, 10 (155):25. O emprego de Revolução por parte de Rocha Loureiro foi muito comum, demonstrando que, ao contrário de uma tendência mais ou menos geral, não empregava o termo com cautelas. São, pois, bem significativas estas suas palavras, em que observamos uma defesa de mudança social, fruto de uma revolução cultural, de mentalidades, resultado de uma crença no progresso: “revolução do espírito humano, revolução moral . . . revolução sem limites, que não sejam os das faculdades humanas, e por isso, mais extensos do que os desertos do ar e do oceano, revolução tanto mais segura e certa dos seus fins, quanto menos é possível alvalar o pensamento ou escalar o alvedrão” (apud Alves 2005, 147).

Em uma palavra: este Jornal será talvez muitas vezes obrigado a falar de Leis arbitrárias, de Reis déspotas, de nações escravas, e de instituições bárbaras; contudo, o *Campeão* já desde aqui previne seus Leitores, que não será com o fim maligno de excitar revoluções e anarquia, mas simplesmente com o fim patriótico de mostrar os perigos de todo o governo arbitrário, ou oposto às luzes do século em que vive. O *Campeão Português*, bem longe de desejar revoluções na sua pátria, se oporá constantemente a elas; e só defenderá e pedirá uma revolução generosa e pacífica, feita por seu próprio Rei e governo, para que o povo nunca a faça e até nem a deseje fazer.³⁵

Sendo *revolução* um conceito da modernidade,³⁶ a verdade é que estes primeiros liberais se encontravam num período em que tradição e modernidade apresentavam uma relação bastante próxima, podendo nós, aliás, fazer uso da ideia gadameriana de que não existe fundação sem tradição.³⁷ Como se indicou anteriormente, conceitos fundamentais deste período ainda não se encontravam estanques, permitindo assim que antigos entendimentos gravitassem na proximidade dos novos. A relação entre tradição e modernidade, neste período de formação do liberalismo português, é bem visível no conceito de *constituição*.³⁸ *Constituição* e *constitucional* foram conceitos profundamente usados pelos vintistas,³⁹ como atributos que melhor definiam a adesão à causa, em oposição a *liberal* ou *liberalismo*, que se mantiveram, comparativamente, marginais.⁴⁰ Diferente, portanto, da experiência política e histórica que se desenrolou no contexto do vizinho ibérico, em que o substantivo e adjectivo, para definir um “partido” ou grupo, assumiu uma força bastante mais evidente.⁴¹

Os usos substanciais de *constituição* e *constitucional*, por parte desta primeira cultura política liberal, não são indiferentes: era convocado um tipo de léxico de fundo historicista, para que o presente (e o futuro) usufruísse de um passado idealizado. Desta forma, a convocação de uma ideia de “constitucionalismo histórico” foi bastante comum neste período, com as Cortes de Lamego e a ideia de representação municipal, que, supostamente, temperaram a acção do monarca

35 *O Campeão Português* 1819, 1:7.

36 Koselleck 2012, 161.

37 Sebastián 2005, 168.

38 Matos 2016, 51-68.

39 Verdelho 1981, 224-231.

40 Monteiro et Ramos 2012, 388.

41 Sebastián 2006, 134 et seq.

em outros períodos históricos.⁴² De resto, esta arquitectura discursiva apresentava semelhanças com outros contextos em revolução, como o espanhol.⁴³ Este apelo a uma antiga ideia de Cortes encontra-se bem expresso na forma como José Liberato empregou o conceito de *revolução*,

A primeira e fundamental lei da Monarquia Portuguesa é que entre o Rei e o povo haja o grande Conselho da nação, denominado *Cortes* . . . mas este conselho já não existe, e foi ilegalmente suprimido: logo este acto ilegal foi verdadeiramente revolucionário; e pois que dura até hoje, também certo é que ainda hoje estamos em revolução permanente.⁴⁴

Seguindo este raciocínio, é, pois, interessante constatar que, aquando do pronunciamento de 1820, José Liberato o tenha apelidado de “contra-revolução”, no título à notícia dos acontecimentos, “Santos, e justos motivos que tiveram os autores da gloriosa Contra-revolução do Porto em 24 de Agosto de 1820. Vantagens próximas e remotas da mesma gloriosa Contra-revolução”.⁴⁵ Tendo em conta a conjuntura de inícios do século e dos novos ideários em acção, um retorno pleno às antigas Cortes, e a uma certa ideia de liberdade que delas saiu, revelou-se impraticável.⁴⁶ A nova Constituição teria de ser, assim, um “restabelecimento” da memória constitucional tradicional, das leis fundamentais da monarquia, mas, ao mesmo tempo, declarar-se algo de novo: que essas leis teriam de ser “ampliadas” e “reformadas”.⁴⁷

No *Manifesto aos Portugueses*, escrito por Manuel Fernandes Tomás, não encontramos quer *regeneração*, quer *revolução*: “O mundo conhece bem que a nossa deliberação não foi efeito de uma raiva pessoal contra o governo ou de uma desafeição à casa augusta de Bragança”.⁴⁸ Como tinha acontecido em outros

42 Matos 2016, 55; 66.

43 Castells 1988; Mateu 2011.

44 *O Campeão Português* 1819, 1:163.

45 *O Campeão Português* 1820, 3 (28):186.

46 Convém sublinhar que, em alguns casos, a pretensão de convocação de Cortes à moda antiga representava uma astúcia retórica (de forma a não hostilizar a Coroa). Tendo em conta experiências revolucionárias noutros países, mormente a francesa, pensava-se que, no processo, estas dariam o sustentáculo necessário às novas Cortes liberais e constitucionais. É o próprio José Liberato que, anos mais tarde, confessa este estratagema (Carvalho [1855] 1982, 120-121).

47 Hespanha 2004, 80.

48 Tomás 1974, 43. Um outro exemplo desta postura inicial, ao nível do discurso, pode ser encontrado nas notas preambulares de uma publicação anónima que dava conta das movimentações militares liberais pós-24 de Agosto: “retumbaram os sonoros Brados da Independência Nacional, base sobre a qual devia regenerar-se o Edifício Político, que procuramos firmar entre as duas respeitáveis balizas da Nossa Santa Religião, e

contextos de revolução, mormente no espanhol, a revolução/regeneração que se pretendia não ia contra o rei ou contra a monarquia.⁴⁹ Ainda no início do processo revolucionário, optava-se por uma cuidada retórica, de omissão quer de “regeneração”, quer de “revolução”, como é bem exemplificada no *Diário Nacional*, que apelida os acontecimentos de 24 de Agosto de “rompimento”.⁵⁰ Contudo, já aquando dos movimentos em Lisboa se detectam diferenças, revelando-se o assumir pleno de um processo regenerador: “Nós vamos ultimar convosco a grande obra da nossa regeneração”.⁵¹

Nos debates parlamentares das Constituintes, *revolução* aparece com sentidos diversos, alguns com inspiração em Rousseau: “A nossa Revolução marchando de prodígio em prodígio, colocou neste augusto recinto os Pais da Pátria, para organizarem o novo Pacto Social, em que deve assentar a felicidade da geração presente e das gerações vindouras”.⁵² Embora com algumas resistências, parte da cultura política liberal empregou *revolução* para qualificar o período de 1820-23, por vezes de forma efusiva, “o esplendor da nossa Revolução”.⁵³ Contudo, tendencialmente, obedecendo a uma prudente utilização no discurso, tentando sempre indicar a especificidade moderada do caso português: “É verdade que em Palermo e outras partes houve muitas desordens procedentes da mudança do laço; mas não é de presumir que haja desordens entre nós, a revolução presente tem progredido com a mais moderada conduta.”⁵⁴

Embora tenhamos dado um exemplo em que, por vezes, se fazia distinção entre *revolução* e *regeneração*; em outros casos, os dois conceitos aparentam possuir uma ligação estreita. Fica-se com a sensação de que quando estes casos aparecem, a arquitectura retórica deixa transparecer que, em primeiro lugar, é necessária a revolução para que depois haja possibilidade e espaço para se proceder à almejada regeneração, em que o tema de liberdade é central (por

do Trono do Senhor D. João VI, que nos desviassem de uma licença ilimitada, a qual podia destruir, e não regenerar” (*Alíceres da Regeneração Portuguesa* 1820, 2).

49 Guerra 1992, 35.

50 Santos 1980, 146-147.

51 Tomás 1974, 47.

52 Pina 1988, 62.

53 *Diário das Cortes Gerais...* 1821, 106:1249.

54 *Diário das Cortes Gerais...* 1821, 157:1973.

oposição ao despotismo), bem como o restabelecimento de supostas liberdades reprimidas. Estas passagens de Pato Moniz são bem reveladoras:

É chegado o momento de consolidarmos a grande revolução peninsular; é chegado o momento de aperfeiçoar a nossa regeneração política, e de assegurar a nossa liberdade; porque eu confio no carácter firme dos Espanhóis, eu confio no carácter generoso dos Portugueses.⁵⁵

Desejava eu saber em que país do mundo se fez nunca uma grande revolução política, em que país se regenerou a liberdade e se criaram novas instituições a menos custo, e com a mais suavidade e brandura, exercendo menos o direito de represália. . . .⁵⁶

Coube ao magistrado Borges Carneiro, um dos principais fautores da revolução e da publicação de um ópusculo de grande circulação na altura, *Portugal Restaurado em 1820*,⁵⁷ a utilização singular da junção dos dois conceitos em apreço: “Estamos longe da anarquia, uma vez que todos os empregados públicos cumpram para com os povos o que devem. Por causa dos maus empregados públicos é que se fez a presente revolução regenerativa.”⁵⁸

Os processos de oposição interna, a juntar ao auxílio da Santa Aliança, levaram a que, em 1823, chegasse ao fim o Triénio Liberal no vizinho ibérico. Estes ecos contra-revolucionários começaram a sentir-se em Portugal, possibilitando uma maior força de bloqueio à recentemente erguida Constituição vintista, sendo que o primeiro passo registou-se com o episódio da Vila-Francada.⁵⁹ Fruto de políticas internas conturbadas, até sensivelmente 1830, observa-se um significativo fluxo de exílio político, e, como se sabe, esta vaga não constituiu uma realidade exclusiva de Portugal ou de Espanha. Os avanços e recuos das propostas de regimes liberais, e o subsequente exílio destes grupos, permitiram gerar teias de solidariedade (ideológica e de combate) que iam para além da dimensão nacional dos seus países.⁶⁰

55 *Diário da Câmara*... 1823, 31:760-761.

56 *Diário da Câmara*... 1823, 39:893.

57 Rapidamente republicado com o título *Portugal Regenerado em 1820*.

58 *Diário das Cortes Gerais*... 1821, 224:3058.

59 O que permitiu um jogo sarcástico de palavras, por parte de José Anastácio Falcão (1823), *Heróica Resolução do Sereníssimo Senhor Infante D. Miguel, e Manifesto dos Motivos que Deram Origem à Regeneração do Memorável Dia de 5 de Junho do Corrente Ano*.

60 Vargues 1996.

É com algum interesse que se detecta uma ideia de “internacionalismo liberal”,⁶¹ na medida em que, apesar de os grupos liberais não serem homogéneos (caso a caso, registam-se fracturas no seio das famílias liberais), estes tinham um inimigo comum: a monarquia absoluta. A luta por um ideal de liberdade assumia o principal destaque. A oposição à contra-revolução, juntando ao facto de se registar um relativo sucesso dos movimentos restauracionistas absolutistas europeus, permitiu que os diferentes grupos liberais europeus experimentassem um sentimento de confronto semelhante a nível europeu.⁶²

A luta revolucionária passou assim, e mais uma vez, pela emigração, que constituiu o momento definitivo das cisões no seio da família liberal portuguesa. Uma observação global de algumas fontes produzidas pelos sectores liberais, nos seus destinos de exílio, permite considerar que *revolução* se tornou um conceito relativamente comum, não obedecendo a uma cautelosa utilização por parte de quem o empregava. Paradoxalmente, o que antes constituía uma arma discursiva por parte dos sectores reaccionários, com os usos do substantivo e adjectivo de *revolução*, passa a ser, no período de exílio, uma armadura usada com algum significado e substância por parte dos liberais. Inclusive, os sectores liberais fizeram uso tanto do substantivo como do adjectivo para categorizar os agentes reaccionários. Não obstante, a grande diferença, parece-nos, é que se antes o conceito era, tendencialmente, posto à margem por receios de contágio vindos da experiência francesa de 1789; na emigração, o conceito assume-se como conceito central de uma narrativa histórica recente. Os “campos de experiência” tinham-se alargado, projectando, assim, novos “horizontes de expectativa”. Poderíamos considerar que, grosso modo, foram anos de uma reflexão revolucionária por parte destes sectores.

Um dos jornais de maior difusão na emigração portuguesa foi o *Paquete de Portugal* (1829-1831), sendo nas suas páginas que encontramos importantes interpretações dos momentos revolucionários do passado próximo. Apresenta-se, embora epidermicamente, a defesa de um princípio reformador, “Se os Reis e os Governos teimarem em não querer reformar as velhas instituições políticas, os

61 Sebastián 2015.

62 Simal 2011, 1-2.

povos não-de ser necessariamente reformadores”.⁶³ Argumentando inclusive que o sujeito colectivo povo é um actor/agente importante, e que teria ganhado essa preponderância na França revolucionária: “Neste estado de coisas, que a ninguém agradavam, fez o povo o seu catorze de Julho de 1789; e desde então já não foi impossível impedir que o Povo fosse reformador.”⁶⁴ O povo como sujeito/agente revolucionário começava, pois, a ser equacionado, e isto tendo em conta as revoluções de 1820, que foram essencialmente um produto de elites. Num outro número, referindo-se à inevitabilidade da revolução ou das revoluções, fruto da degeneração de um Estado (de leis, costumes e abuso de poder), pugna-se pela sua total substituição.⁶⁵ Porém, porque falham as revoluções? Pela falta de prática e de implementação de pressupostos revolucionários, possivelmente de um catecismo revolucionário:⁶⁶ “a razão por que a maior parte das revoluções políticas, ainda as mais necessárias, e justas, nunca vão avante, e nunca prosperam; pois que o povo se julga enganado, se nelas não acha realizadas as vantagens que se lhe prometeram”.⁶⁷

Curioso é notar, num número de 1830, um pouco à imagem do que tinha sido experimentado por José Liberato antes de 1820, que as tentativas de restabelecimento liberal fossem apelidadas de contra-revoluções, na medida em que D. Miguel era, de forma implícita, apelidado de revolucionário: “Aparecem, portanto, como necessariamente deviam aparecer, as contra-revoluções do Porto e do Algarve; porque quem na realidade já estava em revolução era o usurpador.”⁶⁸ Neste interessante periódico, chegou-se, inclusivamente, a apelidar D. Miguel de “El-rei dos rebeldes”,⁶⁹ mudando assim uma certa lógica anterior; quem se encontrava no poder era, de facto, o monarca absolutista, que tinha expulsado do poder os liberais. Este raciocínio não era propriamente novo, visto que já antes,

63 *Paquete de Portugal* 1829, 1:150-151.

64 *Paquete de Portugal* 1829, 1:152.

65 *Paquete de Portugal* 1830, 3:112.

66 É interessante notar a forma como as forças liberais assumiram uma postura pedagógica, para explicar os novos projectos vigentes, com o intuito de esclarecer e formar uma nova sociedade (Debonis 1823).

67 *Paquete de Portugal* 1830, 3:113. “Desde 1820 até 1826 tivemos duas mudanças políticas, que bem se podem chamar revoluções, nenhuma das quais prosperou em consequência da falta de uma pronta execução dos princípios teóricos, que elas inculcavam, e prometiam realizar” (*Paquete de Portugal* 1830, 3:114).

68 *Paquete de Portugal* 1830, 2:282.

69 *Paquete de Portugal* 1830, 2:332. Esta tendência de apelidar os partidários de D. Miguel de “rebeldes” ou os actos de “rebelião” por parte destes sectores teve bastante acolhimento nos grupos liberais. Ver, por exemplo, a obra (póstuma) de Joaquim José da Silva Maia (1841), *História da Revolução do Porto em Maio de 1828*.

em 1825, num opúsculo em que se procurava igualmente justificar o fracasso do vintismo, se apelidavam os absolutistas de revolucionários.⁷⁰

Almeida Garrett legou igualmente um importante e significativo trabalho escrito ao longo dos tempos do exílio: *Portugal na Balança da Europa*. Publicado em 1830,⁷¹ animado pela revolução do mesmo ano em França, pôs em paralelo, na sua narrativa, revolução e liberdade. Liberdade, entenda-se, contra o despotismo do Estado absolutista numa larga cronologia e geografia. Constitui, globalmente, um acervo de várias formas de utilização do substantivo e do adjectivo.

Garrett fez, obviamente, uma apologia ao “sistema de liberdade meridional”,⁷² como lhe chamava, das revoluções de 1820, demarcando-as da Revolução Francesa, que “destruía e abrasava”, enquanto as de 1820 eram “poderosas e serenas”. Mantinha-se assim a ideia da revolução pacífica, que tinha caracterizado parte do discurso liberal nos inícios do vintismo. Mas o campo de experiência, com o fracasso desta primeira revolução, tinha-se alargado, e o autor reconhece os fracassos, fazendo um diagnóstico. Também Passos Manuel, em 1831, traçou diagnóstico semelhante: “é mister dizer uma palavra acerca da revolução de 1820: nós a temos por tacanha, e nos preparamos para a ver continuada com mais fogo e rapidez, e movimento, que isso lhe faltou”.⁷³ Regressando à visão de Garrett, as revoluções de 1820 tinham sido revoluções militares, mas fora precisamente este pormenor que ditara o seu fim: “Certo é que sem o auxílio da força armada era impossível qualquer revolução no estado daqueles países. Mas fazer-se do que só devia ser *auxílio, agente único e exclusivo*, eis aí o grande, o máximo, o capital erro das revoluções peninsulares de 1820.”⁷⁴ Ou seja, o facto de o povo não ter sido um agente activo no processo revolucionário, oferecendo-lhe sustentação de base, terá sido um dos motivos pelo fracasso da primeira revolução. Para Garrett, teria de haver um equilíbrio entre os dois corpos: “fazer a revolução militar e civil”. Convém notar que estamos perante um primeiro exemplo da ideia de uma

70 Referimo-nos a *Revolução Anti-constitucional em 1823, Suas Verdadeiras Causas e Efeitos*, possivelmente escrito por Francisco Simões Margiochi e José Joaquim Ferreira de Moura.

71 No ano seguinte, regista-se a dicionarização do adjectivo “revolucionário”. Curiosamente, bem mais cedo do que nos dicionários em Espanha (1843). Referimo-nos aos dicionários tidos como oficiais.

72 Garrett (1830) 2005, 41.

73 Manuel 1831, 10.

74 Garrett (1830) 2005, 41-42.

“revolução popular” com sentido positivo, mas, note-se, não na lógica de revolução popular que veremos anos mais tarde com a Maria da Fonte, espontânea por parte das populações. Ademais, uma referência muito curiosa ao uso do conceito “massas revolucionárias”,⁷⁵ que será bastante mais usual em finais do século XIX e, principalmente, no século XX.

Curioso é notar a forma como Garrett apelida a Belfastada: como uma “revolução ilegítima”, por não ter tido, na sua preparação, alguém capaz à sua frente. De qualquer forma, o ano de 1830, o “Waterloo dos Povos” como o apelidou, veio, no seu entender, a ser um passo importante no derrube definitivo das monarquias absolutas na Europa. Um outro aspecto interessante de notar neste escrito de Garrett, que nos permite, num certo sentido, fazer um pequeno paralelo com uma ideia de “revolução atlântica” desenvolvida pelo autor espanhol Blanco White,⁷⁶ é o nexo de liberdade que Garrett encontra, não só no contexto das revoluções europeias, mas também no continente americano, quer a norte ou a sul.

No curto tempo em que ocupou a pasta ministerial, Mouzinho da Silveira ergueu um leque legislativo que, pelo menos no plano teórico e legislativo, pretendia, de facto, fazer suprimir os aparatos administrativos e económicos do Antigo Regime. No seu entender, embora com preocupações diferentes das de Garrett, como notou Fátima Sá e Melo Ferreira, desde a independência do Brasil que a revolução seria inevitável, na medida em que a perda da antiga colónia exigiria uma profunda reforma das instituições.⁷⁷ De facto, o liberalismo veio a implementar-se, não ainda na sua forma final, que seria objecto de disputa (armada) até sensivelmente meados do século. Vejamos, agora, o lado reaccionário.

75 Garrett (1830) 2005, 96.

76 Cerrano 1983, 265-275.

77 Ferreira 2012, 90.

A reacção: algumas linhas de força no discurso

Concomitante dos princípios e das acções revolucionárias, regista-se igualmente um movimento de reacção a estes. A crítica já era visível em meados de Setecentos. De forma relativamente rápida, num claro movimento de reacção a 1789 e de estudo dos acontecimentos; no dealbar do século XIX, já existia uma arquitectura doutrinal contra-revolucionária alicerçada em obras do abade Barruel, de Bonald, de Joseph de Maistre, entre outros, e também de um leque alargado de expressões e de alvos que vieram a influenciar, com maior ou menor grau, o discurso de figuras dos sectores mais conservadores no contexto ibérico. Constituindo-se a Revolução Francesa como paradigma, em todas as revoluções liberais subsequentes se projectaram imagens globais depreciativas dos modelos revolucionários: transtorno (violento) da ordem política e social, ataque às instituições religiosas, a comparação metafórica com grandes calamidades da natureza e, para o caso português, a ligação a um elemento estrangeiro, estranho ao nosso contexto político e histórico.⁷⁸ De forma mais ou menos usual, estas características estiveram presentes na crítica à implantação do regime liberal e constitucional em Portugal. Convém, no entanto, notar que, tal como aconteceu nos movimentos liberais, também os movimentos contra-revolucionários não foram uniformes, havendo figuras que, apesar de manterem uma matriz de monarquia pura, apresentavam, em alguns casos, propostas reformistas.⁷⁹

Paradoxalmente, coube à reacção algumas inovações em relação ao conceito, mormente em Portugal, em que os primeiros ecos da Revolução Francesa introduziram algumas inovações no que toca ao uso. Não tanto na sua semântica, note-se. Nos inícios da última década de Setecentos, e praticamente ao mesmo tempo, deu-se um movimento generalizado, nos dois países ibéricos, de recusa e medo perante os acontecimentos em França, oficializados com a censura e proibição de um largo espectro da imprensa periódica, ficando apenas em publicação, sem proibição, as gazetas oficiais.

78 Lousada 1996, 185-186.

79 Sobre estas questões, ver Castro (2002, 43-53).

A fundamentação legal do movimento censório do lado português pareceu indicar um pequeno vislumbre de uma moderna semântica do conceito de *revolução*,

temível revolução literária e doutrinal que nestes últimos anos, e actualmente, tem tão funestamente atentado contra as opiniões estabelecidas, propagando novos, inauditos e horrorosos princípios, e sentimentos políticos, filosóficos, teológicos e jurídicos derramados e disseminados para ruína da religião dos impérios e das sociedades.⁸⁰

Apesar do interessante (e inovador) uso de “revolução literária e doutrinal”, que pressupunha um tremendo abalo num quadro estabelecido de referências, o processo revolucionário francês em curso não parecia ditar, ainda, uma transformação semântica significativa do conceito de *revolução* no campo político, na medida em que continuava a gravitar em torno de outros termos próximos, como *sedição* ou *rebelião*. Um relatório da Intendência-Geral da Polícia, de 1799, é exemplificativo das estreitas ligações que possuíam estes conceitos (itálicos nossos):

Cumprе ao meu cargo . . . apagar na origem qualquer faísca de *sedição* que, soprada pelo espírito do século, possa atear a vertigem *revolucionária*, que nestes tempos calamitosos, ou têm assolado, ou comprometido a segurança dos Estados. . . . Nos tempos em que as sociedades maçónicas estavam envolvidas no segredo e no mistério, que faz o seu principal carácter, foi preciso à Igreja e ao Estado, o preveni-las como propagadoras de opiniões anti-religiosas, ou anti-sociais. . . . Hoje porém, que se têm propagado as suas máximas irreligiosas e *revolucionárias*, e em que à face de graves escritores, que comprovam com factos as suas asserções, e que mostram a história do tempo, aquelas suspeitas e receios se têm tornado em certeza de que estas associações são focos de imoralidade e de *revolução*. . . . A interceptação das suas correspondências e dos seus papéis, mostra estas sociedades dispostas e ligadas por segredos, juramentos, palavras e sinais externos, a unirem-se entre si para o fim da *rebelião*. . . .⁸¹

Face aos acontecimentos em França, começava-se, pois, a observar nos sectores absolutistas um movimento de reacção, inicialmente prático (com o mecanismo censório), mas igualmente de aparato teórico. Um bom exemplo pode ser encontrado na *Dissertação a favor da Monarquia* (1799), do marquês de Penalva. De teor claramente reaccionário, chegando mesmo a apelar o século XVIII de

80 Apud Alves 2000, 394.

81 Apud Alves 2000, 95.

“século das trevas (digam o que quiserem da sua Iluminação)” e, sem surpresa, identificando a revolução com a anarquia⁸², apresenta a defesa da monarquia portuguesa nos moldes existentes, com uma fundamentação teológica e com uma arquitectura tradicionalista, que perpassam toda a obra. No entanto, quando refere que “Teve este Reino revoluções, inevitáveis acontecimentos, que sucedem em toda a parte; mas o corpo na Nação fiel ao seu Rei, sempre constante em lhe guardar as suas prerrogativas”⁸³, podemos observar que, embora já estivéssemos a meio do processo revolucionário francês, que possibilitou a construção de uma nova semântica do conceito, esta parece, como temos vindo a indicar, que ainda não tinha encontrado significativos ecos na cultura política portuguesa no dealbar do século XIX, como é bem exemplificado por esta passagem, em que *revolução* parece indicar, substancialmente, perturbações de grande ordem.

As invasões dos exércitos franceses tiveram, igualmente, uma tremenda influência na utilização do termo. Com conotações pejorativas, evidentemente. Mas não foi só *revolução* que ficou associado depreciativamente: como vimos antes, *regeneração* (e o adjectivo), que veio a ser usado de forma substancial pelos liberais vintistas, também ficou carregado com uma carga valorativa depreciativa: “Aonde estão pois as repetidas promessas deste suposto Regenerador de Portugal? Aonde está o elo deste impostor, que sem ser chamado, trabalha com ardor para o fazer feliz?;”⁸⁴ ou: “Mas que medidas tomam hoje as Nações à vista dos funestos resultados de uma guerra tão universal, que a França degenerada e revolucionária lhes tem feito sucessivamente há perto de vinte anos, atacando todos as Monarquias, todas as Repúblicas, e finalmente todos os Povos?”⁸⁵

De qualquer forma, os movimentos de libertação do jugo francês ficaram, como se indicou antes, substancialmente ligados ao conceito de *restauração*.⁸⁶ Curioso será de constatar uma certa ausência, nos movimentos de recusa dos princípios revolucionários, do prefixo *anti* para se qualificarem: são muito raros,

82 Penalva 1799, 6-7.

83 Penalva 1799, 92.

84 *Discurso sobre a Ruína de Portugal Traçada pelos Franceses* 1809, 9.

85 *O Desengano* 1809, 3.

86 A título de exemplo: *Carta de Respeitosa Gratidão, que sobre a Restauração de Portugal Dirige ao Augusto Rei da Grã-Bretanha o Senhor Jorge III. O mais Humilde, e Reverente Servo*, de 1808; ou *Apontamentos para Uma História da Restauração do Reino em 1808, Escritos por Fr. Inácio de S. Carlos, Religioso Franciscano*, entre muitas outras.

embora pontualmente tenham aparecido alguns, como o opúsculo de José Morato, *Dissertações Anti-Revolucionárias*.⁸⁷

Grosso modo, a retórica de ataque e de recusa dos princípios revolucionários, entre os acontecimentos de 1789 até às vésperas de 1820, manteve-se constante. Os alvos, para além dos princípios doutrinários, mantiveram-se centrados, por exemplo, na Maçonaria. Tendo em conta o processo de formação do liberalismo português deste período, o alvo começou a definir-se melhor e, como tal, o ataque centrou-se, por exemplo, nos periódicos no exílio, embora se possa detectar que *sedição* ainda constituía um poderoso conceito depreciativo.⁸⁸ O alvo da contra-revolução portuguesa tornava-se, assim, mais evidente, numa lógica mais estreita entre revolução e contra-revolução – movimentos que se encontram intimamente ligados. Se, por parte dos primeiros liberais, o uso de *revolução* (e dos seus derivados) foi cauteloso e relativamente marginal no período vintista; do outro lado da barricada, o substantivo e o adjectivo foram bastante comuns para qualificarem os agentes liberais.

A crítica ao agora novo regime liberal constitucional começou a notar-se, com maior fulgor, a partir de 1821-22,⁸⁹ com a publicação de um leque diversificado de periódicos e folhetins, uns de teor bastante corrosivo e de mera crítica, outros que tentavam desmontar a arquitectura teórica do novo regime, como as *Cartas de Um Português aos Seus Concidãos...*, de Acúrsio das Neves.⁹⁰ Termos depreciativos tais como “congresso revolucionário”, “medidas revolucionárias”, “governo revolucionário” ou “espírito revolucionário” povoam os escritos adversos ao liberalismo e tornaram-se bastante comuns neste período.⁹¹

Pouco tempo após a queda da primeira experiência liberal e constitucional portuguesa, aparece a interessante obra de José Sebastião Daun, *Diorama de Portugal...*⁹² Obra de largo espectro, que à luz de um certo prisma analisa os acontecimentos mais recentes, justificando a Vila-Francada, trabalhava igualmente a questão constitucional, defendendo as Cortes de Lamego como a Magna Carta

87 Morato 1810.

88 *Diálogo entre Um Mestre e Seu Discípulo...* 1818.

89 Torgal 1980.

90 Neves 1989.

91 Verdelho 1981, 288-289.

92 Agradeço esta referência à professora Fátima Sá e Melo Ferreira.

portuguesa (exercício bastante comum por parte dos absolutistas, tentando contra-argumentar que não seria necessária uma nova Constituição), apresenta interessantes utilizações de *revolução* e de conceitos correlativos. Por exemplo, logo na introdução à obra, Sebastião Daun faz uso de *rebelião* para qualificar o levantamento de 24 de Agosto, distinguindo este primeiro passo do processo subsequente, que, inevitavelmente, adjectiva como “monstruosa Revolução”. Revelava, assim, uma precisão conceptual que uns anos antes não era perceptível, distinguindo-se diferentes momentos.⁹³

A definição conceptual mais fina está também patente no contrário de revolução, neste caso, contra-revolução. Se o termo, tendencialmente, assume uma categoria historiográfica, a verdade é que os contemporâneos dos acontecimentos não utilizaram amiúde esta designação. No entanto, esta não esteve totalmente ausente, como vimos no caso de D. Rodrigo Sousa Coutinho, bem como demonstra o testemunho de José Pinto de Sousa, em 1823.⁹⁴

O confronto entre os sectores absolutistas e liberais prolongou-se para lá dos inícios de 1830. No entanto, a partir de 1826, na sequência da morte de D. João VI e da outorga da Carta Constitucional por D. Pedro, a luta entre os sectores absolutistas e liberais assumiu outras características, juntando-se à recusa e ao confronto político dos princípios revolucionários a questão dinástica. É, pois, neste momento, que a contra-revolução em Portugal adquiriu um elemento aglutinador mais sólido, ainda que não totalmente homogéneo, note-se, passando o miguelismo a ser usado como capa para a contra-revolução em Portugal.⁹⁵ Num paradoxal jogo de palavras, como se viu anteriormente, os liberais vieram a apelidar este sector de “rebelde”, dimensão que, à luz da visão contra-revolucionária, era rejeitada, fundamentando a legitimidade de D. Miguel.⁹⁶ Laconicamente incisivo, em 1832, Faustino José da Madre de Deus sintetizou bem os diferentes momentos

93 Daun 1823, III.

94 “No dia seis do mês de Fevereiro de mil oitocentos e vinte e um tinha eu acabado esta minha obra: então imediatamente a dei a ler a algumas pessoas, que me deviam todo o bom conceito, para me dizerem com ingenuidade o que sentiam a respeito dela: e todos uniformemente me aconselharam, que não a fizesse imprimir, porque longe de obter a contra-revolução, que eu por ela me propunha conseguir a favor do nosso Amado REI, suposta a prepotência dos inculcados Regeneradores, obteria somente e com certeza a minha total ruína” (*Portugal Iluminado* 1823, 4).

95 Sobre o miguelismo e as suas diferentes características, ver, por exemplo, Silva (1993, 2009); Lousada (1987).

96 Saraiva 1828.

da disputa revolucionária das últimas décadas: “Em 1807 entrou a Revolução em Portugal coberta com a capa da Protecção; em 1820 coberta com a capa da Regeneração; em 1826 coberta com a capa da Legitimidade.”⁹⁷

A literatura de combate e de crítica à *revolução*, que já vinha dos inícios de Oitocentos, manteve-se profícua neste período. Na verdade, o recurso a elementos estilísticos no discurso foi bem mais comum no campo contra-revolucionário, principalmente na adjectivação depreciativa e com um leque metafórico alargado: revolução como “crime”, “aborto revolucionário”, “vulcão revolucionário”, revolução como obra do Diabo, entre outras expressões, ajudaram a criar uma imagem profundamente negativa neste tipo de literatura. José Agostinho de Macedo, como se sabe, contribuiu de forma proficiente para este tipo de propaganda, com os seus textos inflamados, principalmente a partir de 1828, no seu periódico, *A Besta Esfolada*. Não obstante, curioso será constatar, mais uma vez, uma certa ausência do prefixo *anti* na forma como se autodefiniram os membros absolutistas, com a excepção do sintomaticamente intitulado *O Cavete, Periódico Anti-revolucionário* (1831-32). Esta ausência do prefixo *anti* revelava uma falta de tradição, na língua portuguesa, do seu uso? Era mal visto o seu emprego? Ou, visto de outra forma, os sectores absolutistas não se afirmavam por oposição, não necessitando deste mecanismo linguístico? Infelizmente, não possuímos uma resposta concreta.

À semelhança dos exemplos liberais que referimos, também se notou no campo absolutista, principalmente a partir da revolução em França, em 1830, uma reflexão revolucionária das últimas décadas. Houve a consciência dos contemporâneos de que se estava num período revolucionário sem precedentes, como notou José Agostinho de Macedo, “existimos no século das revoluções”.⁹⁸ Não é por acaso que, nesse mesmo ano, é traduzida a obra do abade de Beuy, *Manual das Revoluções* (inicialmente publicado nos rescaldos de 1789).

Faustino José da Madre de Deus dedicou-se a uma historização semelhante, erguendo o seu *Portugal e a Revolução*, publicado em 1832, ou seja, no ano de início da guerra civil entre os dois campos. Num certo sentido, mas com as devidas

97 Deus 1832, 13.

98 *O Desengano: Periódico Político e Moral* 1830, 7:2.

diferenças, poderíamos fazer um pequeno paralelo com a obra do liberal Almeida Garrett, em que o conceito de *revolução* nos é oferecido como o fio condutor de uma narrativa. Em traços largos, constituiu uma síntese da interpretação contra-revolucionária das últimas décadas. Fazendo um paralelo entre as revoluções anteriores e aquela que se tinha desencadeado em 1830, Madre de Deus vinca a componente criminosa do acto revolucionário, quer do ponto de vista da ordem social, como do ponto de vista religioso: “os fins da Revolução . . . são subverter a ordem estabelecida nos Estados para fundamentar o Império do Maçonismo. . . . Fazer causa comum é crime, porque a Revolução é criminosa perante a Razão humana e a Justiça Divina”. Criticando, obviamente, a ideia de liberdade liberal, a que chamava de “o espinhoso Arbusto”.⁹⁹ Outra característica contra-revolucionária comum que encontramos, neste texto de Madre de Deus, é a identificação de *revolução* com o elemento estrangeiro. Não é, pois, por acaso que refere que “Eu tremendo me parece que vejo a Revolução desenfreada levar o estrago e a morte de País em País”.¹⁰⁰

Os receios de Faustino da Madre de Deus tinham fundamento: da guerra de palavras, seguiu-se o inevitável conflito armado entre 1832-34, cujo resultado ditara o fim do curto reinado de D. Miguel e o estabelecimento definitivo do liberalismo em Portugal, embora, como se indicou, ainda não na sua forma final.

99 Deus 1832, 6-7.

100 Deus 1832, 11.

BIBLIOGRAFIA

- A Besta Esfolada*. 1828-31. Lisboa.
- Alicerces da Regeneração Portuguesa*. 1820. Lisboa: Tipografia Rollandiana.
- Alves, José Augusto dos Santos. 2000. *A Opinião Pública em Portugal (1780-1820)*. Lisboa: Universidade Autónoma.
- . 2005. *Ideologia e Política na Imprensa do Exílio, O Português (1814-1826)*. Lisboa: INCM.
- Baker, Keith Michael. 1988. “Revolution.” In *The French Revolution and the Creation of the Modern Political Culture*, ed. Colin Lucas. Vol. 2, 41-62. Oxford: Pergamon Press.
- Benigno, Francesco. 2013. *Las Palabras del Tiempo, Un Ideário para Pensar Historicamente*. Madrid: Cátedra.
- Beuy B. D. L. C., Abade de. 1830. *Manual das Revoluções*. Lisboa: Tipografia de Bulhões.
- Branco, Joaquim A. Seixas e Castelo. 1831. *Mais uma Tosa nos Liberais, ou Verdadeiras Ideias de Um Realista Português Puro*. Lisboa: Impressão Régia.
- Breves Reflexões sobre a Nulidade das Duas Cartas Constitucionais, em que se Mostram os Funestos Efeitos, que delas Tem Resultado a Portugal, Oferecidas aos Portugueses, para se Prevenirem contra as Sedições Liberais, Origem da Decadência da Pátria*. 1829. Lisboa: Tipografia Bulhões.
- Brito, Ricardo de. 2016. “Uma Aproximação às Inovações no Léxico Político e Social em Portugal na Transição do século XVIII para o XIX: O Caso do Conceito de Revolução.” *História. Revista da FLUP* 4 (6):199-212.
- Carvalho, José Liberato Freire de. (1855) 1982. *Memórias da Vida de José Liberato Freire de Carvalho (Introd. de João Carlos Alvim)*. Lisboa: Assírio e Alvim.
- Castro, Zília Osório de. 2002. *Ideias Políticas (Séculos XVII-XIX)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Catroga, Fernando. 2003. *Caminhos do Fim da História*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Cerrano, Carlos Seco. 1983. “Blanco White y el Concepto de Revolución Atlántica.” In *La Prensa en la Revolución Liberal: España, Portugal y America Latina*, ed. Alberto Gil Novales, 266-275. Madrid: Universidad Complutense de Madrid.
- Daun, José Sebastião de Saldanha Oliveira. 1823. *Diorama de Portugal nos 33 Meses Constitucionais ou Golpe de Vista sobre a Revolução de 1820 – A Constituição de 1822 – A Restauração de 1823. E Acontecimentos Posteriores até ao fim de Outubro do Mesmo Ano*. Lisboa: Impressão Régia.
- Debonis, António H. 1823. *Catecismo Político Constitucional*. Lisboa: Tipografia Rollandiana.
- Deus, Faustino José da Madre de. 1832. *A Revolução e Portugal*. Lisboa: Fanqueiros.
- Diálogo entre Um Mestre e Seu Discípulo, ou Catecismo Político para Servir de Antídoto contra a Impiedosa, e Sediçiosa Doutrina do Jornal denominado O Português. Oferecido à Mocidade Brasileira por Um Amigo da Religião, e da Pátria, Natural da Província do Pará*. 1818. Lisboa: Imprensa Régia.
- Diário da Câmara dos Senhores Deputados*. 1823.
- Diário das Cortes Gerais Extraordinárias da Nação Portuguesa*. 1820-22.
- Dicionário Liberal d’Algebeira. Contendo a Significação das Palavras que com o Tempo e as Revoluções Têm Tido Mudanças na Linguagem dos Povos Correndo Risco de não Ser Entendido quem as Empregasse na Sua Acepção Primitiva*. 1839. Angra do Heroísmo: Imp. J. J. Soares.

- Discurso sobre a Ruína de Portugal Traçada pelos Franceses*. 1809. Lisboa: Oficina Simão Tadeu Ferreira.
- Falcão, José Anastácio. 1823. *Heróica Resolução do Sereníssimo Senhor Infante D. Miguel, e Manifesto dos Motivos que Deram Origem à Regeneração do Memorável Dia de 5 de Junho do Corrente Ano*. Lisboa: Oficina da Horrerosa Conspiração.
- Ferreira, Fátima Sá e Melo. 2012. “O Conceito de Revolução na História dos Conceitos: Um Percurso em Portugal: 1750-1870.” In *Linguagens e Fronteiras do Poder*, org. Miriam Halpern Pereira et al., 79-96. Lisboa: CEHC.
- Fuentes, Juan Francisco. 1997. “Aproximación al Vocabulario Socio-Político del Primer Liberalismo Español (1792-1823).” In *La Imagen de Francia en España (1808-1850)*, eds. Jean-René Aymes, et Javier F. Sebastián, 51-62. Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco/Presses de la Sorbonne Nouvelle.
- Garrett, Almeida. (1830) 2005. *Portugal na Balança da Europa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Guerra, Francois-Xavier. 1992. *Modernidad y Independencias, Ensayos sobre las Revoluciones Hispánicas*. Madrid: Mapfre.
- Hespanha, António Manuel. 2004. *Guiando a Mão Invisível, Direito, Estado e Lei no Liberalismo Monárquico Português*. Coimbra: Almedina.
- Isabella, Maurizio. 2009. *Risorgimento in Exile, Italian Émigrés and the Liberal International in the Post-Napoleonic Era*. New York: Oxford University Press.
- Jaspers, Karl. 1933. *Ambiente Espiritual de Nuestro Tiempo*. Barcelona: Labor.
- Junco, José Álvarez. 1994. “La Invención de la Guerra de la Independencia.” *Studia Historica-Historia Contemporánea* 12:75-99.
- Koselleck, Reinhart. 2006. *Futuro Passado, Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC/Rio.
- . 2012. *Historias de Conceptos. Estudos sobre Semântica y Pragmática del Lenguaje Político y Social*. Madrid: Editorial Trotta.
- Lousada, Maria Alexandre. 1987. *O Miguelismo 1828-1834. O Discurso Político e o Apoio da Nobreza Titulada*. Lisboa: S.n.
- . 1996. “El Miguelismo o la Contrarrevolución en Portugal.” In *Identidad y Nacionalismo en la España Contemporánea: El Carlismo, 1833-1975*, dir. Stanley Payne, 181-194. Madrid: Editorial Actas.
- Macedo, José Agostinho de. 1823. *Sermão de Ação de Graças pelo Restabelecimento da Monarquia Independente, Pregado na Igreja de N. S. da Graça de Lisboa na Festividade que Fez o Senado da Câmara a 27 de Novembro de 1823*. Lisboa: Impressão da Rua Formosa.
- Maia, Joaquim José da Silva. 1841. *História da Revolução do Porto em Maio de 1828, e dos Emigrados pela Espanha, Inglaterra, França e Bélgica*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal Laemmert.
- Manuel, Passos. 1831. *Memorial, sobre a Necessidade e Meios de Destruir Prontamente o Tirano de Portugal e Restabelecer o Trono da Senhora Dona Maria II e a Carta de 1826*. Paris: Imprimerie de Auguste.
- Margjochi, Francisco, et Joaquim Moura. 1825. *Revolução Anti-Constitucional em 1823, Suas Verdadeiras Causas e Efeitos*. Londres: L. Thompson.
- Marques, A. H. Oliveira. 1990. *História da Maçonaria em Portugal*. Vol. 1. Lisboa: Presença.
- Mata, Maria Eugénia. 1991. “A Actividade Revolucionária no Portugal Contemporâneo – Uma Perspectiva de Longa Duração.” *Análise Social* 26:755-769.

- Mateu, María Cruz Romeu. 2011. “Nuestra Antigua Legislación Constitucional ¿Modelo para los Liberales de 1808-1814?” In *Guerra de Ideas. Política y Cultura en la España de la Guerra de la Independencia*, ed. Pedro Rújula, et Jordi Canal, 75-103. Madrid: Marcial Pons.
- Matos, Sérgio Campos. 2016. “Tradition and Modernity in Portuguese Liberal Political Culture – On the Topic of the Constitution.” *e-JPH* 14 (2):51-71.
- Mercier, Louis Sébastien. 1781. *Tableau de Paris*. Tomo 1. Hambourg: Virchaux & Compagnie.
- Monteiro, Nuno Gonçalo, et Rui Ramos. 2012. “El Liberalismo en Portugal en el Siglo XIX.” In *La Aurora de la Libertad, los Primeros Liberalismo en el Mundo Iberoamericano*, coord. Javier Fernández Sebastián. Madrid: Marcial Pons Historia.
- Morato, José. 1810. *Dissertações Anti-Revolucionárias*. Lisboa: Impressão Régia.
- Neves, José Acúrsio das. 1989. *Obras Completas de..., Org. António Almodovar, et Armando Castro*. Vol. 6, *Cartas de Um Português aos Seus Concidadãos sobre Diferentes Objectos de Utilidade Geral e Individual*. Porto: Edições Afrontamento.
- O Cacete, Periódico Anti-Revolucionário*. 1831-32. Lisboa: Imprensa Régia.
- O Campeão Português*. 1819-23. Nos 1-28.
- O Desengano*. 1809. Lisboa: Na Impressão Régia.
- O Desengano: Periódico Político e Moral*. 1830.
- O Pacote de Portugal*. 1829-30. Vols. I-III.
- O Português ou Mercúrio: Político, Comercial e Literário*. 1820. Vols. I-IX.
- O Segredo Revelado, em Cartas Confidenciais, que Um Constitucional Retraído Escrevia a Seus Amigos Refugiados em Londres, Publicados em Madrid no Ano de 1827, por Um Realista*. 1828. Lisboa: Impressão Alcobia.
- Oliván, Irene Castells. 1988. “Constitucionalismo, Estrategia Insurreccional e Internacionalismo Liberal en la Lucha contra el Antiguo Régimen Español (1823-1831).” *Revista de História das Ideias* 10:485-506.
- Ozouf, Mona. 1988. “Régénération.” In *Dictionnaire Critique de la Révolution Française*, dir. François Furet, et Mona Ozouf, 821-830. Paris: Flammarion.
- . 1988. “Révolution.” In *Dictionnaire Critique de la Révolution Française*, dir. François Furet, et Mona Ozouf, 847-858. Paris: Flammarion.
- Penalva, Marquês de. 1799. *Dissertação a Favor da Monarquia*. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica.
- Pina, Ana Maria Ferreira. 1988. *De Rousseau ao Imaginário da Revolução de 1820*. Lisboa: INIC/CHC-UNL.
- Proença, Maria Cândida. 1990. *A Primeira Regeneração. O Conceito e a Experiência Nacional (1820-23)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Rougemont, Nicolas-Balisson. 1823. *Petit Dictionnaire Libéral*. Paris: Chez Ponthieu.
- Santos, Fernando Piteira. 1980. *Geografia e Economia da Revolução de 1820*. Lisboa: Europa-América.
- Saraiva, António Ribeiro. 1828. *Eu não Sou Um Rebelde, ou a Questão de Portugal em Toda a Sua Simplicidade, Oferecida aos Políticos Imparciais e aos Homens de Boa-Fé*. Lisboa: Impressão Silvana.
- Sebastián, Javier Fernández. 2005. “Política Antigua – Política Moderna. Una Perspectiva Histórico-Conceptual.” *Mélanges de la Casa Velázquez* 35 (1):165-184.

- . 2006. “Liberales y Liberalismo en España, 1810-1850. La Forja de Un Concepto y la Creación de Una Identidad Política.” *Revista de Estudios Políticos* 134:125-176.
- . 2008. “Historia, Historiografía, Historicidad. Conciencia Histórica y Cambio Conceptual.” In *Europa del Sur y América Latina*, ed. Manuel Suárez Cortina, 35-64. Madrid: Biblioteca Nueva.
- . 2015. “Liberales sin Fronteras. Cádiz y el Primer Constitucionalismo Hispánico.” In *Costituzione, Nazione e Libertà*, eds. Fernando García Sanz, Vittorio Scotti Douglas, Romano Ugolini, et José Ramón Urquijo Goitia, 465-490. Roma: Istituto per la Storia del Risorgimento Italiano.
- Sentimentos Patrióticos dos Espanhóis, Manifestados ao Governo que os Oprimia, em Julho de 1808*. 1808. S.l.: s.n.
- Seone, Maria Cruz. 1968. *El Primer Lenguaje Constitucional Español*. Madrid: Editorial Moneda y Credito.
- Silva, Andréa Mansuy-Diniz. 1991. “As Ideias Políticas de Um Homem das Luzes na Época da Revolução Francesa: D. Rodrigo de Souza Coutinho.” In *Portugal no Século XVIII. De D. José V à Revolução Francesa*, ed. Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII, 583-592. Lisboa: Universitária Editora.
- Silva, Armando Malheiro da. 1993. *Miguelismo e Mito*. Coimbra: Minerva.
- . 2009. “Modernidade Formal e Ideológica do Discurso Contra-Revolucionário: Em torno do Miguelismo ou Relance Pessoal de Uma Pesquisa Datada.” In *Contra-Revolução, Espírito Público e Opinião no Sul da Europa, Séculos XVIII e XIX*, coord. Fátima Sá e Melo Ferreira, 117-134. Lisboa: CEHCP.
- Simal, Juan Luis. 2011. “Exilio y Liberalismo Internacional, 1814-1833. Una Propuesta de Interpretación.” Seminario de investigación-Departamento de Historia Contemporánea (UCM).
- Skinner, Quentin. 2005. *Visões de Política: Sobre os Métodos Históricos*. Viseu: Difel.
- Solé, Jacques. 2008. *Révolutions et Révolutionnaires en Europe, 1789-1918*. Paris: Gallimard.
- Sousa, José Pinto de. 1823. *Portugal Iluminado*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade.
- Suanzes-Carpegna, Joaquín Varela. 2010. “O Constitucionalismo Espanhol e Português durante a primeira metade do Século XIX (Um Estudo Comparado).” *Historia Constitucional* 11:237-274.
- Tengarrinha, José. 2013. *Nova História da Imprensa Portuguesa. Das Origens a 1865*. Lisboa: Círculo de Leitores/ Temas e Debates.
- Tomás, Manuel Fernandes. 1974. *A Revolução de 1820. Recolha, Pref. e Notas de José Tengarrinha*. Lisboa: Seara Nova.
- Torgal, Luís Reis. 1980. “A Contra-Revolução e a Sua Imprensa no Vintismo: Notas de Uma Investigação.” *Análise Social* 16:279-292.
- Vargues, Isabel Nobre. 1985. “Insurreições e Revoltas em Portugal (1801-1851). Subsídios para Uma Cronologia e Bibliografia.” *Revista de História das Ideias* 7 (2):501-585.
- . 1996. “Liberalismo e Independência. Os Exilados Italianos em Portugal (1820-1850).” *Revista Portuguesa de História* 31 (2):411-426.
- Verdelho, Telmo dos Santos. 1981. *As Palavras e as Ideias na Revolução Liberal de 1820*. Coimbra: INIC.

DA NECESSIDADE DE UM *DICIONÁRIO* CRÍTICO DO TEMPO DE D. MIGUEL (1828-1834)

Armando Malheiro da Silva

Universidade do Porto, Faculdade de Letras

Daniel Estudante Protásio

Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Centro de História
Universidade de Coimbra, CEIS20

Objectivos e metodologias

O presente projecto deseja ser um espaço de confluência de contributos individuais e de unidades de I&D que se dediquem a estas temáticas, numa perspectiva global, transdisciplinar e comparativa. Para tal, terá necessariamente de constituir o resultado do esforço colectivo de autores consagrados, investigadores qualificados e de interessados em tais matérias. Em suma, de todos os que demonstrem conhecimento de causa, uso de metodologia apropriada e disponibilidade para sujeitarem os seus textos a um sistema de arbitragem científica anónima.

Do ponto de vista tecnológico, adoptará uma estrutura pluritemática e onomástica, semelhante à existente no *Dicionário de Historiadores Portugueses* (<http://>

dichp.bnportugal.pt/index.htm), com uma equipa responsável multidisciplinar e arbitragem científica de verbetes (em autoria ou co-autoria).

Organização

São contempladas várias classes de verbetes:

1. Biografias intelectuais e políticas:

Numa primeira fase, serão seleccionados cerca de 200 actores políticos portugueses e 150 estrangeiros daquela época (1828-1834), em função das linhas de força do respectivo pensamento ideológico, histórico e cultural.

2. Análise contextual (quantitativo-qualitativa):

Organizar um conjunto de informações estatísticas que permita identificar e aprofundar o conhecimento das várias comunidades contra-revolucionárias e inerentes redes de comunicação e partilha de ideias, tanto nacionais quanto transnacionais.

3. Entradas temáticas (estruturadas em seis eixos):

a) Definir principais conceitos: contra-revolução, tradicionalismo, legitimismo, miguelismo, revolução, liberalismo, conservadorismo, facções e partidos.

b) Fornecer visões de conjunto sobre áreas e temas da contra-revolução portuguesa: sublevações, conspirações, levantamentos militares, redes de sociabilidade, autores, diplomacia, governação, polémicas e escolas de pensamento.

c) Explorar instrumentos de trabalho: fontes, bibliografias, guias bibliográficos, guias documentais, arquivos e epistolários.

d) Identificar correntes ideológicas: ultra-realistas e isolacionistas, moderados e internacionalistas, e de difícil classificação. Esta tipificação resulta de um estudo prévio, já validado cientificamente, no qual foram tidos em conta quer os conceitos utilizados então, quer a sua filtragem por ensinamentos de recentes estudos metodológicos da história conceptual: “ultra-realistas”, “partidos”, “facções”, entre outros.¹ Os temas subjacentes a esta tipificação, fracturantes, são, por exemplo, o da reunião das Cortes tradicionais de 1828, o do restabelecimento de relações externas formais e o das perseguições políticas e judiciais a estrangeiros e liberais.

1 Ver “Moderados e ultras na regência e no reinado de D. Miguel (1828-1834)”, editado no presente volume.

e) Aplicar critérios específicos de análise temática: dimensão socioeconómica, criminalidade/bandoleirismo, miguelismo popular, doutrina e propaganda contra-revolucionária, defesa da religião, combate à maçonaria, crítica à constituição, legitimidade de D. Miguel, “mito” de D. Miguel; dimensão sociocultural, literatura, iconografia e música.²

f) Factos: identificar e interpretar o significado dos principais acontecimentos deste tempo, como a chegada de D. Miguel a Lisboa, os actos sob a regência, a reunião das Cortes tradicionais, a Questão Roussin, entre outros.

g) Leituras: indicar correntes historiográficas e principais historiadores e divulgadores históricos com artigos na imprensa, entradas em enciclopédias, autoria de histórias de Portugal e de obras específicas sobre estas matérias e esta conjuntura.

4. Instituições:

Governos, Exército, Marinha de Guerra, milícias, universidade, academias e tipografias.

5. Periódicos:

Principais órgãos especializados e não especializados.³

Trata-se de um instrumento organizativo essencial para dar ordem e sentido ao levantamento das fontes manuscritas e impressas que fomos desenvolvendo. Cabe, aqui, explicitar que nenhuma plataforma digital, nomeadamente o portal previsto, adquire pertinência se não houver “matéria-prima” acumulada que alimente o repositório e a base de dados (BD). É imprescindível o trabalho heurístico das fontes, das que se podem localizar, não importa onde. Estamos conscientes de que este é um esforço inicial, raro, mas necessário, para que a informação de todo o tipo, respeitante aos anos de 1828 a 1834, possa ser acedida *online*, a partir de uma base digital devidamente normalizada e amigável no acesso. A ausência de um portal dedicado à informação respeitante ao tempo de D. Miguel justifica, só por si, este contributo e obriga a que ponhamos “à vista de todos” a heurística já elaborada, como se fará com o levantamento de fontes e com o estudo de caso apresentado mais adiante.

2 Silva 1993, 583.

3 Ver Conefrey 1999.

Definição de dicionarismo crítico

Trata-se de uma forma de organizar, seleccionar e interconectar informação sobre um determinado período histórico, utilizando o modelo clássico de Furet e Ozouf:

Esta obra não é uma enciclopédia e nem sequer um dicionário no sentido clássico da palavra. Não pretende percorrer o alfabeto para dar conta da imensidade do texto revolucionário... mais infiel à forma estrita dos dicionários por reagrupar os seus artigos, que se constituem em ensaios curtos, em cinco grandes partes, para maior facilidade de referência.⁴

As cinco classes de verbetes sugeridos anteriormente coincidem, em certa medida, com as “grandes partes” sugeridas por Furet e Ozouf.⁵

Quadro 1

Comparação entre Furet e Ozouf e a proposta actual

Furet e Ozouf	Exemplos	Proposta actual	Exemplos
Acontecimentos		Entradas temáticas – factos	Chegada de D. Miguel, os actos sob a regência, a reunião das Cortes tradicionais
Personagens		Biografias intelectuais e políticas	Duque de Cadaval, António Ribeiro Saraiva e visconde de Santarém
Instituições e criações	Sufrágio, departamento, código civil	Instituições	Governos, Exército, Marinha de Guerra
Ideias	Revolução, Antigo Regime, feudalidade, aristocracia	Entradas temáticas – conceitos	Contra-revolução, tradicionalismo, legitimismo, miguelismo
Intérpretes e historiadores		Entradas temáticas – leituras	Republicanos, integralistas, sob o Estado Novo, pós-1974

4 Furet et Ozouf 1989, VIII.

5 Furet et Ozouf 1989, V e VIII-X.

Mudança de paradigma – do custodial ao pós-custodial e ao acesso livre *online*

As características essenciais do projecto que apresentamos apontam claramente num sentido de acesso, o mais amplo e livre possível, às fontes necessárias ao estudo de uma determinada temática. Diremos mesmo irrestrito, num momento futuro.⁶ Se esta ideia pode parecer polémica, não deixa de constituir uma das premissas fulcrais das boas práticas de acesso permanente à documentação impressa e manuscrita. Se existem diferentes formas de posse documental,⁷ todas aceitáveis à luz da lei, já o silenciamento e *carácter sigiloso* de determinadas fontes de conhecimento histórico só podem, em nosso entender, servir o desconhecimento, extravio e destruição documentais.

Durante mais de dois séculos, surgiram os “lugares da memória”, como os denominou Pierre Nora,⁸ nomeadamente arquivos e bibliotecas. Constituem, em si, uma inovação importante, porque a memória nacional, traduzida em acervo bibliográfico e documental, passou a estar concentrada em instituições e serviços criados e financiados directa e exclusivamente pelo Estado-nação. Mas também, cedo, os arquivos e as bibliotecas se tornaram reféns de um paradigma custodial, historicista, patrimonialista e tecnicista, protagonizado pelo funcionalismo correlativo. Um paradigma orientado para a guarda dos documentos como bens únicos e preciosos, para tratamento descritivo, mais centrado no instrumento inventário do que no catálogo, e muito pouco na elaboração de índices ideográficos e onomásticos; conduzindo ao isolamento arquivístico, face a um público mais alargado, disperso por níveis de ensino abaixo do nível graduado e pós-graduado. O recurso restrito ou intensificado às tecnologias de informação e comunicação (TIC) constitui, por si só, uma mudança ou, pelo menos, uma inevitável transição de paradigma, com a valorização da informação indexada e reproduzida integralmente, e do acesso *online*, no centro dessa evolução.

6 Embora regularizado mediante acordo escrito das partes envolvidas.

7 Coleções e acervos particulares (individuais e familiares), e públicos (municipais, distritais e centrais).

8 Nora 1984-1992.

O que aqui nos move é uma ideia abraçada fora dos “lugares da memória”, mas que se articula e harmoniza com a missão que esses espaços institucionais e funcionais possuem: dar visibilidade máxima a uma documentação vasta, até hoje dispersa e mais ou menos na sombra. O propósito é recorrer a plataformas digitais que ajudem a concretizar um desiderato moderadamente ambicioso e urgente. Um objectivo que aparece cada vez mais associado à expressão “humanidades digitais”, que, em termos genéricos, engloba o conjunto de pesquisas e experiências que visam facilitar a utilização dos recursos digitais no âmbito das ciências sociais e humanas, tornando-as mais intuitivas e acessíveis. Para os signatários do *Manifesto*, é uma “transdisciplina portadora dos métodos, dos dispositivos e das perspectivas heurísticas ligadas ao digital no domínio das ciências humanas e sociais”.⁹

Não cabe aqui discutir a validade epistemológica desta proposta, lançada, segundo Kirschenbaum e Fitzpatrick,¹⁰ em 2004, na obra *A Companion to Digital Humanities*. Mas a experiência acumulada, que um dos autores possui na área da ciência da informação (CI), permite reduzir as humanidades digitais ao que efectivamente vem ocorrendo no campo das ciências sociais e humanas, e em todos os campos da actividade científica e sectores culturais. A saber: a adopção instrumental ou operatória das “ferramentas digitais” com vista a tornar a pesquisa e a edição de resultados mais completas, eficazes e impactantes, tanto na comunidade especializada, como num público mais alargado. Isto vem sendo feito já há muito tempo, e a criação de uma transdisciplina representa um esforço académico exagerado e contraproducente, porque a CI, enquanto ciência social aplicada, responde cabalmente à produção não apenas de BD, mas também de índices e de plataformas de edição, que possibilitam, através da digitalização planificada e sistemática de fontes, o seu tratamento para um acesso *online* e hipertextual.

Na vertente do actual projecto, mais do que às humanidades digitais, recorre-se, no plano infocomunicacional, aos contributos vários e consolidados da CI.

Ao optar-se por uma estrutura de conteúdos como a exposta atrás, a implicação tecnológica é a de que estamos perante uma **BD**, com os campos

9 *Manifeste des Digital Humanities*, apud Guerreiro e Borbinha 2014.
<https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/1060/pdf> [acesso 24.03.2019].

10 Kirschenbaum 2012; Fitzpatrick 2012.

necessários à cobertura da temática e aos cruzamentos relacionais facilitadores da pesquisa. É certo que hoje e, em especial, depois do surgimento e consolidação da Wikipédia, e do desenvolvimento da solução *wiki*, a tendência para tornar os conteúdos rapidamente acessíveis *online* e de forma assaz sugestiva segue por esta via e menos pelas BD.

Uma *wiki* significa um tipo específico de colecção de documentos em hipertexto ou o *software* colaborativo que o cria e que permite a edição colectiva dos documentos, usando um sistema que dispensa que o conteúdo seja revisto, por pares qualificados, nas temáticas abordadas, antes da sua publicação.

Por **hipertexto** entende-se um texto ao qual se agregam outros conjuntos de informação na forma de blocos de textos, palavras, imagens ou sons, cujo acesso se dá através de referências específicas, denominadas, no meio digital, **hiperligações**. Estas hiperligações ocorrem na forma de termos destacados, no corpo de texto principal, ícones gráficos ou imagens. Têm a função de interconectar os diversos conjuntos de informação, oferecendo acesso, sob pedido, às informações que estendem ou complementam o texto principal.

A **base de dados (ou banco)** é um conjunto de arquivos relacionados entre si, com registos sobre pessoas, lugares ou objectos. São colecções organizadas de dados que se relacionam de forma a criar algum sentido (informação) e a conceder mais eficiência durante uma pesquisa ou estudo. São de vital importância para empresas, que, desde há duas décadas, se tornaram a principal peça dos sistemas de informação. Normalmente, existem por vários anos sem alterações na sua estrutura. Na década de 80, a tecnologia de SGBD (sistema gerenciador de base de dados) relacional passou a dominar o mercado e, actualmente, utiliza-se de forma quase exclusiva.

Levantamento de fontes

A premissa inicial aqui assumida é que, apesar das bases para tal síntese estarem lançadas, **a história de D. Miguel, regente e rei (1828-1834), permanece por escrever**. Nos anos 70 a 90 do século passado, foram realizados estudos essenciais sobre figuras contra-revolucionárias, como Gama e Castro (por Luís Reis Torgal); as opções ideológicas da nobreza titulada em 1828 (Maria Alexandre Lousada); as construções ideológicas, historiográficas e mitológicas do miguelismo, a retrospectiva e os subsídios bibliográficos do miguelismo na história contemporânea de Portugal (Armando Malheiro da Silva); as errâncias miguelistas de 1834-1843 (Maria Teresa Mónica); a insurreição miguelista contra o cabralismo de 1842 a 1847 (José Brissos); e o levantamento dos jornais, séries e periódicos portugueses, tanto liberais quanto miguelistas, entre 1826 e 1834 (Joseph Conefrey). Trabalhos mais recentes, de Maria Alexandre Lousada e Fátima Sá e Melo Ferreira, dedicados a questões políticas, diplomáticas e ideológicas, assim como a biografia de D. Miguel, sobre o miguelismo *per se* e em ligação com o carlismo (inclusive por Alfonso Bullón de Mendoza y Gómez de Valugera), são enriquecedores, estruturantes e incontornáveis.¹¹ Porém, depois de António Ferrão ter publicado, em 1940, um virulento *Reinado de D. Miguel*, reduzido a um volume,¹² pouco tem sido sistematizado, de forma abrangente, sobre os anos de 1828 e 1834, relativamente a um tempo ainda hoje envolto em polémica.

No caso presente, ter-se-á em conta a **epistolografia**, uma fonte documental que consideramos de especial importância para o estudo do tempo de D. Miguel. Existem vários volumes em que a correspondência diplomática miguelista é reproduzida: pelo visconde de Borges de Castro, pelo barão de São Clemente, por António Viana e por Francisco José da Rocha Martins. Porém, dela não é extraída a informação mais essencial: a dos jogos de poder e de bastidores da política, dos alinhamentos pessoais e familiares, das alianças e desavenças, das aproximações e rupturas, dos conflitos estratégicos e ideológicos; enfim,

11 Torgal 1973; Lousada 1987; Silva 1993a; 1993b; Mónica 1997; Brissos 1997; Conefrey 1999; Valuguera 1999; Ferreira 2002, Lousada et Ferreira 2006; 2014.

12 Ferrão 1940.

dos posicionamentos no espectro de moderados e ultras. Apenas organizando o conhecimento que podemos obter dessa correspondência, sobre actores públicos e agentes de mudança e de reacção, conseguiremos romper um certo círculo vicioso de afirmações genéricas e teóricas sobre estes anos de 1828 a 1834, pois não se conhece, estruturadamente, o discurso e as considerações de tantos interlocutores epistolares. Isto é, com base documental e **em contexto cronológico especificamente identificado**.

Nas fontes epistolares consideradas, temos a **édita**, mas também a **inérita**. Começamos por analisar quantitativamente aquela. Como tantas vezes sucede, constitui tanto uma bênção quanto uma maldição estar publicada a correspondência de uma determinada figura. Isso é evidente no caso dos cinco volumes do visconde de Santarém dedicados à política e à diplomacia, sob a coordenação de Rocha Martins. A ausência de um índice remissivo temático e onomástico; a acumulação de apêndices documentais; a falta de um critério editorial claro, incluindo materiais da mais diversa proveniência e natureza, torna extremamente confuso o labor investigativo. O ponto de vista do visconde de Santarém, enquanto ministro efectivo dos Negócios Estrangeiros (MNE) de D. Miguel, entre Março de 1828 e Abril de 1834,¹³ corre, para além disso, o risco de ser sobrevalorizado, por a quantidade de material disponível nesses cinco livros ser imensa e caótica. Tanto quanto sabemos, os outros titulares de pastas ministeriais sob D. Miguel não têm correspondência ou documentação publicada. Pode, por isso, **ficar-se com a visão errónea de que o visconde foi uma figura central naquele período**, não pela sua perspicácia ideológica ou estratégica, mas pela desproporção imensa de páginas impressas. Porém, essa contingência, essa abundância documental e bibliográfica, não deverá ser ignorada nem menorizada. Caso contrário, perder-se-á informação em fase de sistematização e esquecer-se-á uma personalidade que traz, para a cena política do tempo de D. Miguel, formas de estar institucionais e ideológicas que simbolizam um posicionamento coerente e influenciador. **Se uma árvore não faz a floresta, não deixa de a representar parcialmente nem de a integrar.**

13 Protásio 2018, 370-372.

Assim sendo e dada a dispersão e desorganização da documentação epistolar diplomática, quais os critérios a adoptar no seu estudo, enquanto uma das estruturas do Estado contra-revolucionário então restaurado? Propomos, assim:

- 1 – Divisão entre **correspondência enviada e recebida**;
- 2 – Organização de correspondência para **legações oficiais ou officiosas** nas várias capitais europeias em que existiam representantes diplomáticos, para-diplomáticos e **consulares** ao serviço do regime;
- 3 – Idem para **representantes oficiais e officiosos estrangeiros em Portugal, tanto do corpo diplomático quanto do consular**, distinguidos dos enviados especiais em momentos isolados;¹⁴
- 4 – Idem para **correspondência interna, para o rei, outros ministros**, intendentess-gerais da polícia e magistrados judiciais superiores;
- 5 – **Documentação interna diversa**: várias minutas de reuniões do Conselho de Estado, do Conselho de Ministros, de conferências com dignitários estrangeiros; memórias históricas e políticas do MNE; manifestos e artigos na *Gazeta de Lisboa*; relatórios de espionagem no estrangeiro;
- 6 – Correspondência e documentação **não produzidas pelo regime**, mas enriquecedoras: como as de diplomatas estrangeiros para os seus ministros; dos diplomatas liberais portugueses entre si e com os respectivos ministros; bem como os discursos nas câmaras inglesas a propósito da questão portuguesa.

Imagine-se o universo de um conjunto de volumes publicados, isto é, de fontes impressas, tão confuso que esteja desprovido de simples divisões internas; o trabalho colossal de seriar, por datas e natureza dos officios,¹⁵ mais de seis anos de correspondência do MNE de D. Miguel; e a necessidade de confrontar tal informação com o que outros editores publicaram. Se encararmos o conjunto dos cinco volumes editados por Rocha Martins com os quatro que o barão de São

14 É bom não esquecer que apenas três Estados tinham representantes diplomáticos em Portugal no reinado de D. Miguel. Já a representação consular era muito maior, inclusive britânica, francesa e brasileira.

15 Ostensivos, reservados, confidenciais, particulares e circulares.

Clemente imprimiu nos *Documentos para a História das Cortes Gerais*,¹⁶ podemos ter ideia de quão difícil se torna estabelecer um mínimo de ordem. Tal organização, naturalmente, é indispensável para se perceberem os assuntos internos e externos, de ordem diplomática, política, ideológica, militar, judicial, policial, propagandística e dinástica contidos nessa documentação. A análise heurística e a interpretação hermenêutica constituem duas faces da mesma moeda. Se se quiser confirmar ou infirmar a ideia que ainda hoje temos da governação de D. Miguel, **como fazê-lo sem consultar as fontes?**

Quadro 2

Correspondência entre o visconde de Santarém e as legações portuguesas

Emissor	Destinatário	Estado das missivas	Publicadas por Rocha Martins (RM)
Visconde de Santarém	13 legações portuguesas	903 publicadas	901 (99,78 %)
13 legações portuguesas	Visconde de Santarém	633 publicadas	453 (71,56 %)
Subtotal		1536 publicadas	38,25 % em 3984 identificadas
Visconde de Santarém	5 legações portuguesas ¹⁷	828 inéditas	675 (55,08 %)
5 legações portuguesas	Visconde de Santarém	1620 inéditas	305 (19,25 %)
Subtotal		2448 inéditas	61,75 % em 3984 identificadas
Total missivas		1536 publicadas (RM), 2448 inéditas	3984 (100 %)

Já o próprio visconde de Santarém, na década de 1850, afirmava taxativamente, enquanto historiador da diplomacia portuguesa, que apenas fazia sentido a publicação integral de uma **peça documental produzida por um agente diplomático português** quando precedida e sucedida pelas redigidas

16 Clemente 1888-1891, V-VIII. Felizmente que Rocha Martins inclui, salvo erro, toda a correspondência do e para o visconde de Santarém editada nos dois primeiros volumes de Viana 1891-1894, tornando, assim, desnecessária uma confrontação, peça a peça, dos documentos manuscritos a inventariar.

17 Por uma questão de economia de esforço, foram escolhidas, das 13 legações, 5 em relação às quais era certo existir documentação inédita: Londres e Madrid (as principais, em termos político-diplomáticos e estatísticos), mas também Viena, Copenhaga e Washington.

pelo interlocutor estrangeiro.¹⁸ O mesmo sucede com as **respostas das diversas legações portuguesas no estrangeiro** com as quais o MNE de D. Miguel se correspondia. São reflexos de personalidades diferentes, complementares. Contextualizam os momentos históricos, evidenciam as situações dos Estados e das sociedades com os quais o reino português desejava restabelecer relações formais e as causas para que tal tenha, ou não, sucedido.

Por outro lado, há mais de uma década que Pedro O'Neill Teixeira¹⁹ consultou documentação miguelista existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, chamando a atenção para os arquivos das legações estrangeiras em Portugal e para a correspondência trocada entre os ministérios portugueses dos Negócios Estrangeiros e da Justiça. Este último é um aspecto da questão a valorizar: o da **epistolografia institucional**.

Consideramos tratar-se de um campo analítico essencial para o entendimento das estruturas da restauração de uma determinada interpretação do Estado absoluto. Nomeadamente com a restauração das Cortes ditas tradicionais, da censura à imprensa e aos livros, da depuração da Universidade de Coimbra, do funcionalismo régio, do Exército e da Armada de Guerra. **Torna-se quase impossível compreender o tempo de D. Miguel sem se entender o factor humano e os percursos individuais e grupais** de quem adere ao poder político vigente e de quem é expulso ou reprimido por ele, bem como as causas por detrás de tais ocorrências e o *modus operandi* institucional aplicado.²⁰ Porque se existem jogos de facções e lutas de poder, eles são exercidos em alinhamentos e conflitos institucionais, interministeriais, entre os oficiais-generais das forças militares terrestres e navais, o corpo diplomático oficial e oficioso, os magistrados superiores e os conselheiros de Estado. A **epistolografia institucional**, em conjugação com a **produção documental de suporte**, uma vez estudada e analisada de forma quantitativa e qualitativa, permitirá ultrapassar a fase actual de teorizações sobre o poder absoluto sob D. Miguel, muitas vezes **sem conexão com uma sólida base documental, verificável, acessível e validável**. Para procurar provar esta

18 Martins VII 1919, 264-265.

19 Teixeira 2004.

20 Isto é, a forma como os ministérios dos Negócios Estrangeiros, do Reino, da Justiça, da Marinha e da Guerra actuavam isoladamente e em rede.

asserção, ter-se-á em conta, de forma sucinta, o que apurou um **levantamento prévio de epistolografia diplomática inédita**, já realizado – e como esta permite erguer a ponta do véu da sociedade portuguesa dos anos de 1828 a 1834.

A importância da documentação epistolar inédita: um estudo de caso

A nível científico, **qual a utilidade dos documentos inéditos?** Qual o seu valor histórico? Podem, de facto, trazer mais-valias ao conhecimento? Vejamos alguma teorização sobre o assunto, seguida de exemplos concretos.

Partimos, aqui, do ponto de vista de que a documentação publicada não possui valor facial intrínseco sem a inédita e vice-versa; são desprovidas, quando isoladas, de valor absoluto. E de que uma epístola, carta, missiva e ofício diplomático, aqui encarados como conceitos sinónimos,²¹ são documentos suficientemente abundantes, no que diz respeito ao período de 1828-1834, para neles percebermos o carácter sistemático e organizado de quem a envia e classifica; de quem se limita a redigir meros boletins informativos (como o visconde de Canelas, destacado para Haia); ou de quem elabora relatórios detalhados e se dá ao trabalho de copiar, em cada ofício, um exemplar do anterior, para, dessa forma, diminuir a probabilidade de se perder alguma missiva (como, em Washington, Jacob Frederico Torlade Pereira de Azambuja).

Apesar de destacar para cinco novas chefias de missão outros tantos titulares aristocráticos,²² alguns dos quais seus parentes,²³ o visconde de Santarém acaba por ter de lidar com o facto de muitos deles não serem dotados daquele carácter minucioso que um ministro plenipotenciário e embaixador extraordinário (ou secretário de legação) deveria ter, na numeração, categorização e datação inequívocas dos ofícios. Não é por acaso que são homens provenientes do comércio

21 Sobre o valor e a natureza da epistolografia, ver Buescu 2003, 89 et seq. e sobretudo Rocha 1985, 9-35.

22 Foram eles: o marquês do Lavradio, os condes da Ponte e da Figueira, e os viscondes de Asseca e de Canelas. Aos quais se juntam dois titulares que transitam de épocas anteriores, o conde de Oriola e o barão de Vila Seca (este durante alguns meses, em 1828), em Berlim e Viena. Num total de sete chefes de missão aristocratas titulares em 13 legações.

23 Condes da Ponte e da Figueira e visconde de Asseca.

e/ou do jornalismo e panfletismo políticos²⁴ quem, por vezes, nos fornece uma visão continuada, amarga, mas verosímil, da realidade político-diplomática dos assuntos portugueses e do país para onde foram designados. Noutra ocasião, falaremos melhor de todas essas figuras, pois infelizmente não abundam as missivas localizadas de muitas delas. Debrucemo-nos, entretanto, sobre o que por agora conhecemos, a nível quantitativo.

Sabemos, por exemplo, que nos Reservados da Biblioteca Nacional, no Espólio Rodrigo da Fonseca, existem **quase 60 cartas inéditas**, particulares, do duque de Cadaval, ex-ministro Assistente ao Despacho de D. Miguel entre 1828 e 1831, para o visconde de Santarém, escritas de Janeiro a Julho de 1833.²⁵

E que na mesma instituição, no Espólio/Colecção de António Ribeiro Saraiva,²⁶ estão depositadas **72 cartas por publicar**, dirigidas a Saraiva pelo visconde de Santarém, em 1829-1833.²⁷ Ora, se quisermos entender os alinhamentos ou os antagonismos ideológicos entre Santarém e Cadaval, e entre Cadaval e Saraiva, as fontes fundamentais para tal análise terão de ser os documentos escritos, sobretudo os epistolares – mas não só.

Assim, pelo *Diário de Ribeiro Saraiva* e por alguns dos seus escritos, podemos seguir as narrativas de acontecimentos e as visões críticas que mantinha sobre a actuação do seu superior hierárquico, o visconde de Santarém. Bem como do desejo de o fazer substituir por alguém que fosse próximo do duque de Cadaval, reintegrando-o, ao mesmo tempo, na presidência do executivo de D. Miguel. Deste modo, o *Diário* e as cartas trocadas com Santarém, por um lado, e com Cadaval, por outro, permitem entender melhor as dinâmicas, as redes de sociabilidades e as alianças políticas de Saraiva e do duque.

É de destacar, também, a importância quantitativa da correspondência inédita trocada entre o visconde de Santarém e António Ribeiro Saraiva (**76 documentos**

24 Heliodoro Jacinto de Araújo Carneiro, António Ribeiro Saraiva, Carlos Matias Pereira, José Basílio Rademaker e Jacob Frederico Torlade Pereira de Azambuja.

25 Biblioteca Nacional de Portugal, Reservados, Espólio Rodrigo da Fonseca.

26 É utilizada esta dupla denominação porque Mónica designa, nos seus textos de 1987, 1989 e 1997, por “espólio” o que actualmente (Março de 2019) é referido, nos Reservados da Biblioteca Nacional de Portugal, por “colecção”.

27 Informação a que foi possível aceder inicialmente a partir de um *post* de 2007 no blogue da historiadora e antiga responsável de arquivo, Maria Teresa Mónica: <http://antonioribeirosaraiva.blogspot.pt/search?updated-max=2007-12-05T05:11:00-08:00&max-results=7> [acesso 24.03.2019].

em 186 conhecidos, representando **40,86 %** do total); a sua localização em diversos arquivos;²⁸ a cronologia das trocas de missivas entre Cadaval, Santarém e Saraiva; e respectivas lacunas temporais. Dessa forma, em futuras investigações, será possível saber se um determinado documento é inédito ou publicado, conhecido ou desconhecido e **lê-los por ordem cronológica sequencial**. Algo, até agora, impossível.

Em síntese, quando cruzamos a correspondência trocada pelo duque de Cadaval com várias figuras-chave do reinado – o rei, D. Miguel (enviadas), António Ribeiro Saraiva (enviadas e recebidas), e o visconde de Santarém (enviadas) – percebemos o carácter inédito de **96,75 %** desse acervo documental do duque,²⁹ conforme o Quadro 3. Pela leitura atenta dessa amostragem, torna-se exequível entender o pensamento político de Cadaval nas suas próprias palavras e conceitos,³⁰ quando confrontado com o que sobre ele escreveram terceiros.³¹

28 Sobretudo, Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Reservados da Biblioteca Nacional.

29 Conta com 123 cartas (120 enviadas e três recebidas). Apenas quatro das enviadas e todas as recebidas estão publicadas (**3,25 % do total**).

30 Sendo que a correspondência de Cadaval para D. Miguel é sobretudo de carácter administrativo e muito pouco opinativa, o que não sucede na restante.

31 Em memórias políticas, o visconde; Ribeiro Saraiva, no seu *Diário*; e, no respectivo elogio fúnebre, D. Francisco Alexandre Lobo (Santarém 1827; Lobo 1837; Saraiva 1915).

Quadro 3
Correspondência Cadaval-Santarém-Saraiva-D. Miguel

Fontes	BNP ³²		BNP ³³ , RM ³⁴	RM, CCL ³⁵	ANTT ³⁶	RM	Total
	Cadaval - VS	VS - Cadaval	Cadaval - ARS	ARS - Cadaval	Cadaval - D. Miguel	VS - D. Miguel	
1828	0	0	0	0	0	8	8
1829	0	0	23 (inéditas)	0	5 (inéditas)	9	37
1830	2 (inéditas)	0	11 (inéditas)	0	11 (inéditas)	24	48
1831	0	0	0	0	0	0	0
1832	0	0	0	0	0	13	13
1833	64 (3 RM)	0	1 (RM)	3	0	1	69
1834	0	0	0	0	0	0	0
Subtotais	63/66	0	34/35	3	16/16	55	113/175
Totais gerais	Publicadas: 35,43 %	62 (3+1+3+55)	Inéditas: 64,57 %	113 (63+34+16)			175

Roteiros documentais

Na década de 1980, Oliveira Marques, Joel Serrão, Miriam Halpern Pereira e Maria José da Silva Leal organizaram guias de história da I República e de fontes da história contemporânea.³⁷ São ferramentas muito úteis, embora já um pouco ultrapassadas, dada a edição, na década seguinte, de guias específicos por parte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Tomemos um exemplo, *Os Documentos dos Negócios Estrangeiros na Torre do Tombo*, de 1990.³⁸ Traz benefícios cruciais o facto de a documentação ainda estar, neste caso específico, organizada pelos livros

32 Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), Reservados, Espólio Rodrigo da Fonseca (59 cartas de 1833) e Coleção António Ribeiro Saraiva (restantes quatro cartas).

33 BNP Reservados, Coleção António Ribeiro Saraiva.

34 Rocha Martins 1918 I-V.

35 *Crónica Constitucional de Lisboa* (CCL), 1833.

36 ANTT, MR, Macete 999, Caixa 1122.

37 Marques 1981; *Roteiro de fontes...* 1984-1985.

38 Farinha 1990.

originais de expediente de correspondência. A sequência numérica de ofícios acentua mais a desorganização da *Correspondência* coordenada por José Francisco da Rocha Martins, na qual a ausência de divisões geográficas, por legações, dificulta o rastreio dos despachos enviados e recebidos.³⁹ Ao contrário do que sucede na Coleção António Ribeiro Saraiva, em relação à qual (com naturais e lógicas excepções) as caixas não apresentam numeração interna e os emissários por vezes se confundem; nos livros da Torre do Tombo, é possível corrigir o que Rocha Martins compilou e detectar facilmente dezenas de ofícios inéditos, alguns esparsos, outros sequenciais.

Por outro lado, temos, desde 1993-1994, um exaustivo levantamento das fontes de toda a espécie, por parte de Armando Malheiro da Silva, em *O Miguelismo na História Contemporânea de Portugal*. Compilando mais de 1100 itens, divididos em áreas temáticas claramente delimitadas, constitui uma ferramenta de trabalho e um estado da arte ideais para a elaboração do *Dicionário Crítico do Tempo de D. Miguel (1828-1834)*, aqui proposto. Iniciando com uma “Retrospectiva e subsídios bibliográficos” problematizante e aprofundada, complementa o trabalho de 1989 do mesmo autor, com o sugestivo e consequente título *Ideologia e Mito no Miguelismo: Subsídios para o Estudo da Contra-Revolução no Portugal Oitocentista*. Editado como *Miguelismo: Ideologia e Mito*,⁴⁰ representa um ponto de partida documentado e útil para a transposição da investigação, sobre o tempo de D. Miguel, do papel impresso para os universos da CI e das humanidades digitais; e de transmissão de intervenções conhecedoras, mas isoladas e descontinuadas, para uma plataforma *online*, acessível a partir de qualquer ponto do planeta, 24 horas por dia.

39 Mas, sobretudo, em Rocha Martins, a numeração dos ofícios está ocasionalmente trocada e, pior do que isso, errada ou não é transcrita.

40 Silva 1993a; Silva 1994.

Da importância crescente, enquanto ferramentas epistemológicas, dos dicionários *online*

No momento actual, em que estas linhas são escritas,⁴¹ é anunciado um novo dicionário *online* sobre museólogos (séculos XVIII-XX).⁴² Está disponível a versão 1.0 de uma enciclopédia internacional sobre a Grande Guerra (1914-1918).⁴³ Desde 2011 que o *Dicionário de Historiadores Portugueses* é uma realidade insofismável, consultável no *site* da Biblioteca Nacional de Portugal. Neste contexto, o *Dicionário Crítico do Tempo de D. Miguel (1828-1834)* constitui, por um lado, um projecto cientificamente exequível, desde que garantidas constantes melhorias ao nível organizativo e conceptual, e logo que preparado um pedido formal de submissão a apoios institucionais.

Por outro, trata-se de uma ferramenta epistemológica essencial para todos os que, de há décadas a esta parte ou num passado recente, estudam o último reinado do Antigo Regime português. De uma forma isolada e, apesar dos seus capacitados esforços, inconsequente.

Há, assim, que tomar passos, a médio e longo prazo, para concretizar, reformular e validar o presente projecto, face às novas realidades com que se vai deparando. Para tal, é necessário:

- Alargar o escopo de investigadores especializados nas temáticas deste projecto, de forma a obter novos recursos, maiores conhecimentos documentais e melhores *inputs* científico-metodológicos;
- Continuar a explorar todos os arquivos e colecções, físicos e virtuais, que permitam ter acesso a documentação, epistolar e institucional, dos anos de governação de D. Miguel;
- Analisar o respectivo conteúdo em textos que possibilitem traçar os perfis políticos e ideológicos, individuais, comparativos e/ou colectivos das principais figuras envolvidas, nacionais e estrangeiras;

41 Março de 2019.

42 <https://nomundodosmuseus.hypotheses.org/8675> [acesso 24.03.2019].

43 <https://encyclopedia.1914-1918-online.net/home/> [acesso 24.03.2019].

- Organizar, *online*, as listagens da correspondência publicada e inédita, por ordem cronológica, geográfica e de emissor e receptor (começando pela diplomática e governativa); para, mais tarde, ser constituído um repositório documental;
- Publicar textos e esquemas gráficos que expliquem as sociabilidades políticas e os alinhamentos ideológicos no seio do miguelismo.

Há, sobretudo, que não ter medo de fazer ciência: isto é, experimentar, arriscar, errar e modificar.

BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas

1. Arquivo Nacional da Torre do Tombo

1.1. Fundo Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

Correspondência enviada pelo visconde de Santarém. Livros 572, 580 e 15 (para Londres); 581 e 603 (para Madrid); 631 (para Viena); 159 (para Washington); 62 (para Copenhaga).

Correspondência recebida pelo visconde de Santarém. Caixas 754 e 755 (de Londres); 668-671 (de Madrid); 532 (de Viena); 553-554 (de Washington); 549 (de Copenhaga).

1.2. Ministério do Reino (MR)

Correspondência enviada pelo duque de Cadaval a D. Miguel. Macete 999, Caixa 1122.

2. Biblioteca Nacional de Portugal (BNP). Reservados

Correspondência enviada pelo duque de Cadaval ao visconde de Santarém. Espólio Rodrigo da Fonseca.

Correspondência enviada pelo visconde de Santarém para Londres. Coleção António Ribeiro Saraiva. Caixas 100-II, 111-I e 111-II.

3. Coleção Visconde de Santarém

Santarém, Visconde de. 1833. *Ponderação sobre os Segundos Quesitos do Relatório do Duque*.

Fontes impressas

Castro, Visconde de Borges de (Castro, José Joaquim Ferreira Borges de). 1857. *Coleção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Públicos Celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais Potências desde 1640 até ao Presente. Compilados, Coordenados e Anotados por...* Vol. VII. Lisboa: Imprensa Nacional, 75-109.

Clemente, Barão de São (SC). 1888-1891. *Documentos para a História das Cortes Gerais da Nação Portuguesa...* Vols. V-VIII. Lisboa: Imprensa Nacional.

Crónica Constitucional de Lisboa (CCL). 1833. Lisboa: Imprensa Régia.

Ferrão, António. 1940. *Reinado de D. Miguel. O Cerco do Porto (1832-1833)*. Lisboa: Comissão de História Militar.

Lobo, D. Francisco Alexandre. 1837. *Resumida Notícia da Vida de D. Nuno Caetano Álvares Pereira de Mello, Sexto Duque de Cadaval*. Paris: Typographie de Casimir.

- Martins, Francisco José Rocha (RM). 1918-1919. *Correspondência do 2.º Visconde de Santarém Coligida, Coordenada e com Anotações de... (da Academia das Ciências de Lisboa). Publicada pelo 3.º Visconde de Santarém*. Vols. I-V e VII. Lisboa: Alfredo Lamas, Motta e Companhia, Editores.
- Saraiva, António Ribeiro. 1915. *Diário de Ribeiro Saraiva (1831-1888)*. Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Valugera, Alfonso Bullón de Mendoza y. 1999. “Los Últimos Meses de Fernando VII a través de la Documentación Diplomática Portuguesa.” *Aportes* 40 (XIV):9-30.
- Viana, António. 1891-1894. *Silva Carvalho e o Seu Tempo*. Vols. I-II. Lisboa: Imprensa Nacional.

Bibliografia

- Brissos, José. 1997. *A Insurreição Miguelista nas Resistências a Costa Cabral, 1842-1847*. Lisboa: Colibri.
- Buescu, Maria Leonor Carvalhão. 2003. “Aspectos da Epistolografia de Alcipe.” In *Alcipe e a Sua Época*, coords. Maria Leonor Machado de Sousa, Marion Ehrhardt, et José Esteves Pereira, 89-97. Lisboa: Colibri/Fundação das Casas de Fronteira e Alorna.
- Conefrey, Joseph. 1999. *Jornais, Séries e Periódicos Portugueses 1826-1834 (Desde a Morte de D. João VI à Queda de D. Miguel)*. Lisboa: Parceria.
- Farinha, Maria do Carmo Jasnim Dias. 1990. *Os Documentos dos Negócios Estrangeiros na Torre do Tombo*. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- Ferreira, Maria de Fátima Sá e Melo. 2002. *Rebeldes e Insubmissos: Resistências Populares ao Liberalismo*. Lisboa: Edições Afrontamento.
- . 2014. “O ‘Terror Miguelista’ Revisitado. Estado, Violência Política e Intervenção Popular no Reinado de D. Miguel.” In *As Raízes Profundas não Gelam? — Ideias e Percursos das Direitas Portuguesas*, coord. Riccardo Marchi, 113-129. Alfragide: Texto Editora.
- Fitzpatrick, Kathleen. 2012. “The Humanities Done Digitally.” In *Debates in the Digital Humanities*, ed. Matthew K. Gold, 12-15. Minneapolis/London: University of Minnesota Press.
- Furet, François, et Mona Ozouf. 1989. *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Guerreiro, Dália, et José Luís Borbinha. 2014. “Humanidades Digitais: Novos Desafios e Oportunidades.” *Cadernos BAD*. Lisboa (1). ISSN 0007-9421. URL: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/1060/pdf> [Acesso: 24.03.2019].
- Kirschenbaum, Matthew. 2012. “What is Digital Humanities and What’s it Doing in English Departments.” In *Debates in the Digital Humanities*, ed. Matthew K. Gold, 3-11. Minneapolis/London: University of Minnesota Press.
- Lousada, Maria Alexandre. 1987. *O Miguelismo (1828-1834): O Discurso Político e o Apoio da Nobreza Titulada*. Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica apresentadas na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- , et Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira. 2006. *D. Miguel*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- . 2014. “Portugal em Guerra: A Reacção Antiliberal Miguelista no Século XIX.” In *As Raízes Profundas não Gelam? — Ideias e Percursos das Direitas Portuguesas*, coord. Riccardo Marchi, 81-112. Alfragide: Texto Editora.

- Marques, A. H. de Oliveira. 1981. *Guia de História da 1.ª República Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Mónica, Maria Teresa. 1987. “Correspondência Miguelista: Textos e Personagens, Apresentação, Leitura e Notas de...” *Revista da Biblioteca Nacional*, Série 2, 2 (1):67-92.
- . 1989. “Correspondência Miguelista: Textos e Personagens, Apresentação, Leitura e Notas de...” *Revista da Biblioteca Nacional*, Série 2, 4 (1):65-82.
- . 1997. *Errâncias Miguelistas (1834-1843)*. Lisboa: Edições Cosmos.
- . 2003. “Romantismo Político.” In *Alcipe e a Sua Época*, coords. Maria Leonor Machado de Sousa, Marion Ehrhardt, et José Esteves Pereira, 22-37 Lisboa: Colibri/Fundação das Casas de Fronteira e Alorna.
- Nora, Pierre, dir. 1984-1992. *Les Lieux de Mémoire*. 7 vols. Paris: Gallimard.
- Protásio, Daniel Estudante. 2018. *2.º Visconde de Santarém (1791-1856): Uma Biografia Intelectual e Política*. Lisboa: Chiado Books.
- Rocha, André. 1985. *A Epistolografia em Portugal*. 2.ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- Roteiro de Fontes de História Contemporânea*. 1984-1985. Coord. Joel Serrão. Dirs. Maria José da Silva Leal, et Miriam Halpern Pereira. 3 vols. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Schreibman, Susan, Ray Siemens, et John Unsworth, eds. 2004. *A Companion to Digital Humanities*. Malden, Massachusetts: Blackwell Publications.
- Silva, Armando Malheiro da. 1993a. *Miguelismo: Ideologia e Mito*. Coimbra: Minerva.
- . 1993b. “O Miguelismo na História Contemporânea de Portugal: Retrospectiva e Subsídios Bibliográficos.” *Itinerarium* 39:537-647.
- Teixeira, Pedro O’Neill. 2006. *Amigos da Dinamarca. Um Olhar sobre a Vida nas Sociedades Portuguesa e Dinamarquesa do Século XIX*. Lisboa: Tribuna da História.
- Torgal, Luís Reis. 1973. *Tradicionalismo e Contra-Revolução. O Pensamento e a Ação de José da Gama e Castro*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

Webgrafia

- Mónica, Maria Teresa. 04.10.2007. “ESPÓLIO RIBEIRO SARAIVA – revisto-caixas-topográfico – Google Docs.” *António Ribeiro Saraiva* (blogue). URL: <http://antonioribeirosaraiva.blogspot.pt/search?updated-max=2007-12-05T05:11:00-08:00&max-results=7>. [Acesso: 24.03.2019.]
- Carvalho, Ana. 19.03.2019. “Contributos para a Museologia Portuguesa: Um Novo Dicionário Online sobre Museólogos, do Século XVIII ao Séc. XX.” *No Mundo dos Museus* (blogue). URL: <https://nomundodosmuseus.hypotheses.org/8675>. [Acesso: 24.03.2019.]
- Janz, Oliver, et Nicolas Apostolopoulos. S.d. *International Encyclopedia of the First World War*. Berlin: Freie Universität Berlin. URL: <https://encyclopedia.1914-1918-online.net/home/>. [Acesso: 24.03.2019.]
- Matos, Sérgio Campos, coord. S.d. *Dicionário de Historiadores Portugueses. Da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa/Biblioteca Nacional de Portugal. URL: <http://dichp.bnportugal.pt/index.htm>. [Acesso: 24.03.2019.]



II - CULTURA

UMA FAMÍLIA DE PODER E CULTURA.

EM TORNO DO *RETRATO DA FAMÍLIA DO 1.º VISCONDE DE SANTARÉM,* DE DOMINGOS SEQUEIRA

Alexandra Gomes Markl

Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa

A representação do jovem Manuel Francisco de Barros e Sousa de Mesquita de Macedo Leitão e Carvalhosa, no grande retrato familiar pintado por Domingos Sequeira (1768-1837) na segunda década de Oitocentos (Fig. 1), apesar de ausente no Brasil desde finais de 1807, para onde partira acompanhando a corte na aventura da sobrevivência do reino, é um invulgar documento, que nos permite compreender as suas origens familiares e abordar as relações desta família bem posicionada nos meios da corte e estreitamente ancorada ao poder.

Neste retrato, João Diogo de Barros Leitão e Carvalhosa (1757-1818),¹ o patriarca da família, fez-se representar no salão de uma das suas casas de Lisboa,² juntamente com a sua segunda mulher,³ cinco dos filhos do segundo matrimónio e o irmão mais novo, D. António Roberto de Barros Leitão e

1 O título de visconde fora-lhe concedido através do decreto de 17 de Dezembro de 1811.

2 A da rua do Sacramento à Lapa, a de S. Sebastião da Pedreira ou na Quinta do Cabeço, aos Olivais.

3 Maria José de Sampaio e Pina Freire de Andrade, com quem casou em 1802 e de cujo matrimónio nasceram nove filhos, tendo sobrevivido quatro até à idade adulta. Ver Macedo (1963, 60 n.10).

Carvalhosa (1763-1829), arcebispo de Adrianópolis.⁴ Igualmente presentes, apesar da distância que os separava, através da inclusão num retrato existente sobre o fogão de sala, vemos o filho primogénito, futuro 2.º visconde de Santarém (único fruto do primeiro casamento),⁵ representado ainda criança junto dos tios, viscondes de Vila Nova da Rainha, respectivamente a irmã, Mariana Leocádia Leitão e Carvalhosa e o cunhado⁶ do 1.º visconde.

A relevância social e política alcançada por esta família encontra-se bem reflectida em alguns detalhes da representação. Numa espaçosa e moderna sala decorada à maneira neoclássica, os diversos elementos da família organizam-se em dois grupos distintos. Ao centro, destacando-se de forma autónoma, a mãe, rodeada de quatro filhos, corporiza a ideia de *mater familias*, num papel feminino mais independente, que, eventualmente, não esperaríamos encontrar neste início de Oitocentos na tradicional sociedade portuguesa. À esquerda, o primogénito do segundo matrimónio, sentado no cadeirão, evidencia-se em relação aos restantes irmãos. Embora bastante novo, pela forma de trajar, pela postura e por ostentar na mão um pequeno livro, evoluiu já para uma imagem mais consentânea com o papel atribuído a um jovem senhor. À direita, um pouco afastados, sentados em posições descontraídas e informais, o visconde e o seu irmão mais novo rodeiam a maquete de uma estátua dedicada ao príncipe regente D. João. E se do governante o visconde recebe directamente o poder, no pormenor do ceptro que para ele aponta; através do gesto protector do braço com que rodeia a estátua, encontramos expressa a ideia da defesa dos reais interesses. Esta percepção acha-se ainda reforçada pelos inúmeros papéis e pastas espalhados sobre a mesa de trabalho, junto ao tinteiro, revelando a actividade do visconde na elaboração de relatórios e missivas, preparados no âmbito das inúmeras funções que desempenhava na corte, muitos dos quais destinados a serem enviados para o Brasil. Quanto ao arcebispo de Adrianópolis, apenas é identificável pela capa vermelha caída sob a mesa e pelo uso de meias igualmente vermelhas. Remetido a um papel secundário (trata-se afinal do irmão mais novo), surge também ele em atitude descontraída, integrado

4 Eleito em 1811. O quarto e último irmão, de nome Diogo José, faleceu em 1799.

5 Nascido em 1791, do primeiro matrimónio de João Diogo com Mariana Rita Xavier Porcille Ribeiro Rangel.

6 Mariana Leocádia Leitão e Carvalhosa (1759-1835) e Francisco José Rufino de Sousa Lobato (1773-1830). O título fora-lhe concedido por decreto de 21 de Maio de 1810.

no ambiente familiar, sem que nada nos seja dito, por exemplo, sobre qualquer sentimento de satisfação ou valorização por haver um prelado de alta hierarquia no clã familiar.

Fidalgo da Casa Real, o 1.º visconde ocupou diversos cargos relevantes na corte, quase todos nos círculos mais restritos da confiança do príncipe regente. Entre outras funções, foi consecutivamente nomeado guarda-roupa, guarda-jóias, guarda-tapeçarias e porteiro da Câmara, apontador dos Foros dos Reposteiros e Moços da Câmara, escrivão da Fazenda da Casa Real, secretário da Casa do Infantado, inspector dos Paços Reais e da Quinta de Belém. Neste último cargo, ocupado durante um longo período, entre 1802 e a sua morte, ocorrida em Janeiro de 1818, tinha sob a sua direcção a coordenação das obras do novo Palácio da Ajuda. Com a partida da corte para o Brasil, estas funções assumiram renovada importância, já que passou a ser o intermediário longínquo das ordens do príncipe regente, garantindo o bom andamento dos trabalhos de construção e o cumprimento das decisões superiores, dando regularmente conta do que se ia passando. Nesta condição, desenvolveu relações privilegiadas com os artistas que trabalhavam na obra do palácio, entre os quais o próprio Domingos Sequeira, que desde meados de 1802 fora nomeado para o cargo de primeiro-pintor da Câmara e Corte,⁷ dirigindo as obras de pintura (em cargo partilhado com Vieira Portuense até à morte deste último, ocorrida em 1805). O afastamento de Sequeira destes trabalhos – que, embora prosseguindo a um ritmo mais lento após a partida da família real, nunca pararam completamente – foi-lhe imposto depois do episódio da prisão e do processo judicial que lhe foi movido em 1809, por suspeitas de colaboração com os franceses, e de que se viu livre em Setembro desse ano.⁸ Como seu superior hierárquico, o visconde não pode ter deixado de estar envolvido na decisão tomada. Todavia, desconhecemos o papel que teve nos acontecimentos (alguns ocorridos nas instalações do palácio)⁹ ou qual a opinião que teve sobre eles. Sabemos que, afastado das suas ocupações, o pintor sobreviveu materialmente, nos anos seguintes, com as encomendas de alguns amigos e protectores, como o

7 Decreto de 28 de Julho de 1802.

8 Sobre este episódio da vida de Sequeira, ver Holstein (1874, cap. 4:182-185).

9 Como o episódio da entrada de um cavalo na sala do trono, para ser usado na execução do retrato equestre de um dos oficiais franceses. A este propósito, ver Holstein (1874, 182-185).

barão de Sobral ou o barão de Quintela, que lhe encomendaram grandes pinturas.¹⁰ Também a encomenda deste grande retrato parece indicar que o 1.º visconde de Santarém esteve entre aqueles que o continuaram a apoiar após o infeliz episódio. Para tal tinha certamente força e poder suficiente.

Outro elemento da família que conheceu, nesta altura, grande notoriedade foi o tio do futuro 2.º visconde, igualmente, como vimos, representado no quadro sobre a lareira (Fig. 2). Já no Brasil, Francisco José Rufino de Sousa Lobato (1773-1830) fora nomeado barão e depois 1.º visconde de Vila Nova da Rainha.¹¹ Com os anos, também ele foi acumulando funções na corte, no círculo mais próximo do príncipe: guarda-roupa, guarda-jóias e guarda-tapeçarias, apontador dos Foros dos Reposteiros, manteceiro, tesoureiro do Bolsinho, porteiro da Real Câmara, secretário de Estado dos Negócios da Casa e Estado do Infantado, oficial-mor da Casa Real e superintendente do Convento de Mafra.¹² De ambos os lados do Atlântico, ambos os cunhados ocupavam, pois, cargos semelhantes, da máxima confiança do regente.

Esta representação é, pois, um documento relevante sobre uma das famílias mais poderosas do início de Oitocentos. Consta-se que a opção de apresentar os diversos elementos da família, apesar da distância, marca um forte sentido de união entre eles. Neste sentido, a única imagem que se lhe compara, no interior da iconografia portuguesa, é o bem conhecido enlaçamento que une o marquês de Pombal aos seus dois irmãos, representados no palácio da família, em Oeiras.

Não estando datada, a pintura apresenta diversos sinais indiciadores de quando terá sido executada. Desde logo, a idade aparente dos diversos retratados, especialmente as crianças, mais fáceis de identificar: João Lucas, o mais velho dos filhos do segundo matrimónio, nascido em 1803; José Joaquim, em 1805; Maria Isabel, em 1806; e Inácio José, 1809, o mais pequeno. Até agora, tem-se considerado que este último, representado com poucos meses de vida, seria Maria

10 *A Alegoria às Virtudes do Príncipe Regente*, actualmente pertencente ao Palácio Nacional de Queluz, encomendada em 1810 pelo barão de Sobral, e o par de pinturas *Lisboa Protegendo os Seus Habitantes* e *O Génio da Nação*, encomendadas pelo barão de Quintela, executadas em 1812 e actualmente propriedade da Câmara Municipal de Lisboa.

11 Respectivamente em 1809 e 1810.

12 Além destes cargos, foi igualmente deputado da Mesa da Consciência e Ordens no Brasil, provedor da Alfândega do Tabaco, governador da fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, tendo pertencido ao Conselho de D. João VI.

Joana, nascida a 9 de Agosto de 1815,¹³ o que tem levado a datar a pintura do início de 1816. O nascimento de outros filhos, que apenas terão sobrevivido durante poucos meses, nomeadamente Agostinho (1810) e João (1812) – facto até agora negligenciado –,¹⁴ permite anteceder a pintura em alguns anos, situando-a por volta de 1811 ou 1812. Fica, desta forma, alinhada com a idade aparente de todos os representados e com a datação de outra pintura de Sequeira com características próximas. Refiro-me ao retrato do jovem José Pedro Quintela, futuro conde de Farrobo, pintado em 1813.¹⁵

A maquete em gesso da estátua do príncipe regente, que se vê sobre a mesa (Fig. 3), é outro dos elementos que concorrem para a datação, mas que tem, igualmente, perturbado a análise da questão. D. João surge representado com o ceptro na mão, como vimos, apontando para o 1.º visconde. Sobre os ombros, a pele de leão, que se integra nas representações do regente como novo Hércules, tão comuns na Casa Real portuguesa desde o século XVIII, numa alusão à periclitante situação em que se encontrava o reino com as Invasões Francesas. E se o leão, símbolo tradicional de força e, por isso, associado desde sempre ao poder e à realeza, se encontra presente, não encontramos a coroa, nem sobre a cabeça nem no chão, o que leva a considerar que a pintura tenha sido executada antes de 1816, ainda durante o período de regência. É bem conhecido que Sequeira foi o autor de diversos projectos para estátuas pedestres de D. João, destinadas quer a Lisboa, quer ao Rio de Janeiro,¹⁶ nenhuma das quais acabaria por ser efectivamente realizada. A existência desta representação indicia que ao menos um dos projectos chegou a ter um protótipo e que o 1.º visconde esteve envolvido na encomenda.

Também a existência de um pequeno desenho executado a lápis (Fig. 2), um bilhete preparado para ser enviado aos viscondes, escusando-se o pintor por não poder comparecer por se encontrar doente com erisipela, ajuda a datar a preparação da pintura a partir do final de 1810. Este desenho, igualmente pertencente à coleção do Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA),¹⁷ contém diversos esboços,

13 A partir de alguns elementos biográficos coligidos pelo 3.º visconde de Santarém e que acompanharam a doação da pintura ao museu, em 1911, documento manuscrito existente no arquivo da instituição.

14 Macedo 1963, 60 n.10.

15 Museu Nacional de Arte Antiga, inv.º 1826 Pint.

16 Lima 1934, 257-264.

17 Adquirido pela Academia Real de Belas Artes à família do artista, em 1874, e transferido para o museu depois da sua criação em 1884 (inv.º 1256 Des.). A este propósito, ver Markl (1997, 97-98).

entre os quais dois retratos da viscondessa e estudos para a mão do visconde, que, no retrato, segura uma folha de papel, além de uma auto-representação do pintor com a cabeça e o rosto envoltos em ligaduras. A folha tem uma longa inscrição:

Exm.º Senhor João Diogo de Barros Leitão Carvalhosa... que o incómodo que tenho sofrido motivado de uma erisipela que me sobreveio à dor de dentes motivo porque não tenho ido... Senhora D. Maria, Minha Senhora. E Senhor D. Diogo, significo, por este modo, que estou restabelecido e cheio de entusiasmo, pronto para imediatamente lançar principiar a pintar as vossas gloriosas vitórias e obedecer, como devo, a V. S.^a – mais atento.¹⁸

Por outros desenhos semelhantes, sabemos que este episódio de doença lhe sobreveio em Setembro de 1810.¹⁹ Entretanto, estaria nesta altura já melhor e pronto para recomeçar os trabalhos. A existência do esboço da mão do visconde conduz-nos à convicção de que se encontrava precisamente a preparar este grande retrato. Assim sendo, é reveladora a forma como se lhe refere na inscrição existente no desenho acima mencionado (Fig. 2): “principiar a pintar as vossas gloriosas vitórias”.²⁰ Refere-se, certamente, aos triunfos sociais conferidos pelo estatuto e pelo poder, o que está absolutamente em consonância com o tipo de representação aqui encontrado.

Por todas estas razões e também por motivos estilísticos, a pintura terá sido executada um pouco mais cedo do que até agora foi admitido, ao longo do ano de 1811 ou no início do ano seguinte.

Nesta altura, o futuro 2.º visconde contava já cerca de 20 anos. A questão da datação é relevante, entre outras, para entendermos a forma como o jovem Manuel Francisco surge representado no retrato sobre a lareira. Ainda menino (o quadro seria anterior à partida para o Brasil), enverga já a farda de servidor da Casa Real, tal como seu pai e seu tio, todos eles ostentando insígnias. Estamos, pois, perante uma clara manipulação introduzida por Sequeira, que desta forma conjuga a imagem que a família, em Lisboa, havia guardado do jovem com a alusão ao cargo na corte, já então por ele desempenhado no Rio de Janeiro.

18 Markl 1997, 97-98.

19 Outro desenho análogo, também pertencente à colecção do museu, mas desta vez dirigido aos condes de Redondo, surge datado de 20 de Setembro de 1810. Porém Sequeira estaria então privado de sair de casa, no apogeu do episódio da doença (inv.º 2259 Des.).

20 Markl 1997, 97-98.

Um belo desenho com retrato de menino (Fig. 3), igualmente da autoria de Sequeira,²¹ tem sido considerado²² como o modelo que o pintor utilizou para a fixação dos traços do jovem Manuel Francisco e a mais antiga representação do insigne historiador. Tendo em conta a idade aparente do retratado, o desenho terá sido executado anos antes, por volta de 1802.²³ Feito em circunstâncias desconhecidas, este retrato vem reforçar a ideia da existência de vínculos entre o pintor e a família do jovem, muito anteriores à execução do grande retrato de família, possivelmente estabelecidos quando Sequeira começou a trabalhar nas obras de decoração do novo Palácio Real da Ajuda, após ter saído do recolhimento em Laveiras.

No grande retrato, a tranquilidade do interior de linhas clássicas e a paleta, com predominância de cores suaves, remetem-nos para os códigos da estética neoclássica. O tipo de representação adoptada e o cânone alongado das figuras fazem lembrar alguma da retratística francesa deste período, executada durante o Império e a Restauração, principalmente os retratos pintados nas duas primeiras décadas de Oitocentos pelo pintor francês François Gérard (1770-1837). Quer o tratamento compositivo, quer a sensibilidade revelada neste retrato tornam-no uma peça de referência no panorama da pintura portuguesa de Oitocentos.²⁴ O que também diz muito sobre a actualização de gosto do 1.º visconde e sobre as suas referências estéticas. Trata-se de uma família moderna, esclarecida quanto aos padrões de gosto, atitude que encontramos igualmente quando tomamos contacto com as colecções artísticas que reuniram.

O exaustivo e extenso inventário de bens elaborado após a morte do 1.º visconde, em Janeiro de 1818,²⁵ permite-nos compreender o contexto social e familiar em que o nosso 2.º visconde foi educado. A existência de diversos filhos

21 Este desenho, da colecção do MNAÁ (inv.º 2268 Des.), foi adquirido, em 1910, a D. Mariana Teresa de Antão Sequeira, sobrinha-neta do pintor. Tal significa que esteve na posse do artista até à sua saída para o auto-exílio em 1823, tendo passado posteriormente para os descendentes, e não na posse da família do retratado. Seria, pois, um estudo que executou para alguma circunstância e não uma obra acabada.

22 Foi Maria Alice Beaumont a primeira a estabelecer esta ligação. Ver Beaumont (1974-76, 38).

23 Mas também poderia ter sido feito mais tarde, a partir de um retrato-modelo já existente, talvez uma miniatura.

24 É conhecido um conjunto de sete desenhos preparatórios, em que estuda cada figura individualmente, todos na colecção do MNAÁ. Sobre estes estudos, ver a sua reprodução no catálogo *Sequeira, Um Português na Mudança dos Tempos*, 226-229.

25 ANTT, Ministério do Reino, maço 995. Este gigantesco tomo, que revela uma próspera família, encontra-se parcialmente transcrito em Markl (2013, 18-42).

menores, na altura do falecimento paterno, levou a que o tombo dos bens tenha sido deveras minucioso na descrição e avaliação dos imóveis (inúmeras casas e propriedades) e dos objectos móveis de toda a espécie, divididos em diversas tipologias, que nos permitem reconstituir o enquadramento em que decorria a vida desta abastada família, bem como conhecer os seus múltiplos interesses: as colecções artísticas, o Gabinete de Física, Mecânica e Astronomia, a livraria, a colecção de numismática, o mobiliário e os objectos de uso doméstico.

Assim, por exemplo, no que respeita às colecções de “estampas, pinturas e desenhos”, como se anuncia no prólogo do correspondente caderno, deparamo-nos com uma colecção de pinturas constituída essencialmente por autores portugueses, italianos e flamengos, sendo que estas obras são, maioritariamente, de pintores seus contemporâneos, entre os quais Sequeira,²⁶ Vieira Portuense, Cunha Taborda, Fusquini, Cirilo, Joaquim Manuel da Rocha, Joaquim António Marques, Máximo Paulino dos Reis, ou ainda Nicolas Delerive e Pillement. Mas igualmente telas mais antigas, que surgem atribuídas a Josefa de Óbidos, Bento Coelho da Silveira, Diogo Pereira, Vieira Lusitano ou André Monteiro da Cruz. Deparamo-nos, ainda, com a listagem de uma extensa colecção de gravuras, composta por mais de um milhar de exemplares, de gravadores tanto portugueses como estrangeiros, principalmente italianos (com destaque para as séries de Piranesi e Bartolozzi), franceses e ingleses. E embora existam referências a algumas pastas contendo numerosas gravuras antigas, grande parte das mencionadas individualmente são contemporâneas, alusivas a personagens e acontecimentos do seu tempo (como retratos de reis e figuras notáveis da sua época, intervenientes e cenas da Revolução Francesa ou da recente Guerra Peninsular). Mas também as séries de *Estampas da Galeria do Palácio Real de França*, a *Colecção do Museu Francês, Publicado por Robillard, Peronville e Laurent, com os Discursos que Pertencem a cada Quadro, e a cada Estátua* ou uma *Colecção de 533 Estampas de Diversos Assuntos e Grandezas, São Todas de Estudo*. Lidando directamente com arquitectos e artistas, era natural que este acervo fosse em parte encarado como material de trabalho, permitindo-lhe manter-se a par das tendências artísticas do seu tempo, muito particularmente

26 Por esta relação, ficamos a saber que, na altura da morte do 1.º visconde, o grande retrato de família se encontrava na sua casa da Quinta do Cabeço, aos Olivais.

das orientações do gosto seguidas em outras cortes europeias, com franco destaque para a corte francesa.

Possuía igualmente uma interessante colecção de desenhos que incluía, além de numerosas folhas de Vieira Lusitano e do Cavaleiro Faria, um amplo conjunto de trabalhos gráficos dos diversos artistas que trabalharam na obra da Ajuda e de outros contemporâneos, de Vieira Portuense a Cunha Taborda, Manuel Piolti, Máximo Paulino dos Reis, Cirilo Volkmar Machado ou Domingos Sequeira. Deste último, possuía quatro pinturas e um apreciável acervo de 67 desenhos, na sua maioria improvisos e caprichos, executados na então muito apreciada técnica do papel queimado. Um tão grande número de folhas reunidas traz-nos à memória outro conjunto bem conhecido, produzido durante os serões em casa da família dos condes de Linhares, que ficou conhecido por *Álbum Arroios*.²⁷ Também este grupo de folhas, que surge na posse da família Carvalhosa, foi possivelmente executado durante as horas de convívio do pintor com a família, algumas das quais durante o tempo em que pintou o grande retrato.

O mais surpreendente conjunto com que nos deparamos neste inventário patrimonial é, contudo, o riquíssimo e inesperado conteúdo do Gabinete de Física, Mecânica e Astronomia que se guardava em outra das residências familiares lisboetas, o Palácio de S. Sebastião da Pedreira. Dele constam inúmeros mecanismos²⁸ e câmaras: câmaras escuras, câmaras ópticas e lanternas mágicas. Muitos destes dispositivos surgem com os seus conjuntos de cenas pintadas em lâminas de vidro ou com conjuntos de estampas para projecção.²⁹ Num dos itens descritos,³⁰ a lanterna encontrava-se preparada para um tipo de espectáculo então em moda nos lares mais abastados da Europa: as fantasmagorias. A par do puro

27 Embora o conjunto já não se encontre actualmente reunido em álbum e tenha sido recentemente vendido, ver sobre ele os fundamentais estudos de Francisco Cordeiro Blanco (1947; 1956).

28 No prólogo da listagem, encontramos a relevante informação de que o conjunto contém “algumas peças de Museu, de que não há positivamente avaliador, mas sim pessoas com conhecimento intrínseco do seu valor, sendo um destes e o mais perito Caetano Francisco Pinet, que até algumas peças do mesmo Gabinete são invenção, e obra sua” (ANTT, Ministério do Reino, maço 995, doc. 52).

29 A relação do Gabinete é composta por 148 itens muito variados, entre os quais cinco câmaras ópticas, com suas lentes e estampas (uma das quais com 68 cenas, outra com 119 estampas sortidas e ainda outra com 58, sem que se mencione os temas das mesmas), e duas lanternas mágicas, uma das quais com “sete Caixilhos de três vidros cada um, com pinturas para reflexo, e Espelho côncavo de dezasseis polegadas, com base de madeira, e metal” (ANTT, Ministério do Reino, maço 995, doc. 52).

30 Item n.º 20: “Uma Lanterna Mágica, composta, com Registo de Cartilho de metal, Caixa de madeira pintada de preto, e quarenta corrediças de vidros pintados, e treze ditas para fantasmagoria, avaliada em -----18\$000” (ANTT, Ministério do Reino, maço 995, doc. 52).

interesse científico, esta colecção seria, pois, igualmente destinada à animação dos serões com projecções ou a categoria que se popularizou sob a designação de “física divertida” (*physique amusante*): experiências com máquinas eléctricas, autómatos, mecanismos ou metamorfoses produzidas por lentes e espelhos.³¹ Saliente-se que algumas câmaras escuras, óculos, lentes e dispositivos de medição poderiam igualmente ter aplicação no campo artístico, sendo utilizados por arquitectos, pintores ou mesmo escultores. Consequentemente, podem ter sido utilizados na obra da Ajuda sem que exista, nesta listagem, qualquer referência ao seu uso concreto.

Já o conteúdo do catálogo da lendária biblioteca do 1.º visconde de Santarém, que se começou a dispersar logo após a sua morte, permite-nos uma ampla apreciação dos seus interesses. Era composta por cerca de 1500 volumes e integrava as matérias que mais o atraíam: história de Portugal, literatura, livros de viagens, numismática, ciências – em especial física –, além de diversos aspectos artísticos, da arquitectura à pintura, das artes decorativas aos jardins. Era, pois, uma biblioteca fortemente conectada com as suas ocupações e temas de interesse, constituída na base de um amplo espírito utilitário.

A percepção destes conteúdos afigura-se como uma janela que nos permite mergulhar no ambiente familiar em que cresceu e foi educado o futuro 2.º visconde de Santarém, nas suas raízes e vivências quotidianas do período da adolescência, anteriores à partida para o Rio de Janeiro. E se o grande retrato nos fornece o mais antigo testemunho iconográfico do nosso futuro historiador, possui simultaneamente uma enorme relevância pelas pistas que encerra para o entendimento do contexto em que o jovem erudito foi moldado.

31 Entre as muitas peças descritas nos campos da física e da astronomia, encontramos igualmente algumas curiosidades: “Um Óculo nocturno, para demonstrações Ópticas, acharoadado”; “Uma Máquina de um Autómato Escamutador”; “Uma Máquina de um Tambor, e dous Dançarinos de corda”; “Uma dita, que Representa uma Oficina de Pedreiros, canteiros, e Sarradores [sic], e um poço”; “Um Maquenismo [sic] de quatro dançarinas, e uma que toca Realejo”; “Um Torno com duas Árvores, e duas esperas, e seus competentes Cabacetes, móveis, e mais cento, e dez peças anexas” (ANTT, Ministério do Reino, maço 995, doc. 52).



Fig. 1. Domingos António de Sequeira, *Retrato da Família do 1.º Visconde de Santarém*, ca. 1812, óleo s/tela, 136 x 177 cm, MNAA, inv.º 1223. Pint. © DGPC, Luísa Oliveira/José Paulo Ruas, 2015.



Fig. 2. Domingos António de Sequeira, *Estudo para Bilhete com Auto-retrato com Erisipela*, ca. 1810, desenho a lápis preto e aguada cinza, 17,9 x 23,1 cm, MNAÁ, inv.º 1256. Des. © DGPC, José Pessoa, 1996.



Fig. 3. Domingos António de Sequeira, *Retrato de Francisco Manuel de Leição Barros Carvalho*, ca. 1802, desenho a carvão, sanguínea e giz branco sobre papel rosa, 24,6 x 15,4 cm, MNAÁ, inv.º 2268. Des. © DGPC, Luísa Oliveira, 2013.

BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

Ministério do Reino. Maço 995, doc. 52.

Bibliografia

Beaumont, Maria Alice. 1972-75. *Domingos António de Sequeira*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.

Blanco, Francisco Cordeiro. 1947. “Um Álbum Inédito de Sequeira.” *Prometeu* 3-4:148-153.

———. 1956. *Álbum do Palácio de Arroios. Desenhos de Domingos António de Sequeira*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.

França, José-Augusto. 1966. *A Arte em Portugal no Século XIX*. Vol. 2. Lisboa: Bertrand.

———. 1981. *O Retrato na Arte Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.

Holstein, Marquês de Sousa. 1874. “Domingos António de Sequeira.” *Artes e Letras*, 3.^a série: 182-185.

Lima, Henrique de Campos Ferreira. 1934. “Monumentos a D. João VI.” *Revista de Arqueologia*, 2:257-264.

Macedo, Luís Pastor de. 1963. “História de Uma Horta do Arrabalde dos Mouros.” *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa* 60 (10):51-72.

Markl, Alexandra Gomes. 1997. “Da Técnica como Processo de Criação na Obra de Sequeira.” In *Sequeira, Um Português na Mudança dos Tempos*, 90-100. Lisboa: MNAA-Instituto Português de Museus.

———. 2013. “A Obra Gráfica de Domingos António de Sequeira no Contexto da produção Europeia do Seu Tempo.” Vol 2. Tese de doutoramento, Faculdade de Belas-Artes, Universidade de Lisboa.

UMA DEVOÇÃO DO MIGUELISMO: NOSSA SENHORA DA ROCHA DE CARNAXIDE¹

Fátima Sá e Melo Ferreira

Instituto Universitário de Lisboa, Centro de Investigação de Estudos de Sociologia
Universidade Nova de Lisboa, Instituto de História Contemporânea

Introdução

Em 1825, editou-se em Lisboa, na Imprensa Régia, um opúsculo intitulado *Novena da Milagrosa Imagem da Senhora da Conceição da Rocha que à Mesma Oferece Fr. Cláudio da Conceição*. O seu autor era um padre arrábido, pregador régio e cronista do reino, responsável por uma volumosa história de Portugal que, com o nome de *Gabinete Histórico*, se começara a publicar em 1818 e em cujo volume IX, datado de 1823, este narrara já longamente os factos que, em Maio de 1822, inauguraram em Portugal o culto a uma nova invocação da Virgem: Nossa Senhora da Conceição da Rocha de Carnaxide.

O mesmo Frei Cláudio da Conceição fora já também autor, em 1822, de um pequeníssimo opúsculo, onde, pela primeira vez, descrevia o que designava por “um prodígio raro”, que consistira na descoberta, numa das margens da ribeira

¹ Uma versão deste texto foi publicada em espanhol em *Discursos y Devociones Religiosas en la Península Ibérica, 1780-1860*, 2014. Eds. Rafael Serrano García, Angel de Prado Moura, et Elisabel Larriba. Valladolid: Universidad de Valladolid.

do Jamor, na freguesia de S. Romão de Carnaxide, nos arredores de Lisboa, de uma imagem de Nossa Senhora, descoberta que teria sido feita por um grupo de rapazes que ali brincava perseguindo um coelho.

Se os factos narrados nestes três textos, tão próximos no tempo, pouco divergem entre si, e a interpretação religiosa que é dada ao fenómeno descrito permanece a mesma, considerando-se em qualquer deles a descoberta como milagrosa e relatando-se também nos três o culto de que, imediatamente, a imagem começou a ser objecto por parte dos habitantes do lugar, assim como a sua posterior transferência para a Sé de Lisboa, a interpretação dada ao fenómeno diverge largamente num aspecto: o da leitura política que dele é feita em 1825.

Na *Novena da Milagrosa Imagem*, essa leitura é muito explícita e muito clara. O aparecimento da imagem da Virgem, na gruta de Carnaxide, não era apenas um fenómeno milagroso em si mesmo, por ser uma manifestação da mãe de Deus junto dos homens, sob a forma da imagem de Nossa Senhora da Conceição, padroeira de Portugal. O fenómeno era milagroso também por ser o prenúncio da queda da Constituição, que se verificara em Maio de 1823 por intervenção do infante D. Miguel, que, através de um golpe militar, derrubara as primeiras Cortes liberais em Vila Franca, restaurando os “inauferíveis” direitos de seu pai enquanto rei absoluto.

Na dedicatória da publicação de 1825, referem-se directamente os benefícios feitos a Portugal por intermédio do aparecimento da imagem da Virgem em Carnaxide, “nos dias em que ele se viu coberto da sua maior humilhação”, e aos portugueses “quando eles se achavam mais aflitos e atribulados, atemorizando os seus perseguidores, pressagiando grandes vantagens” e, por fim, “fazendo o triunfo de Portugal, o triunfo da Monarquia e o triunfo da Religião”.²

2 Conceição 1825.

A aparição: apropriações e escalas

Anunciava-se assim, formalmente, pela pena de Frei Cláudio da Conceição, o papel desde cedo atribuído, pelos inimigos do regime constitucional implantado em 1820, à imagem aparecida em Carnaxide, que a entronizava como padroeira e defensora do Trono e do Altar. Um desígnio que, à distância, parece bem claro já no volume de 1823 do *Gabinete Histórico*, quando o seu autor refere, por exemplo, que, sendo contínuas as ofertas feitas à imagem da Virgem na Sé depois da sua trasladação para Lisboa, “uma rica lâmpada de prata que orna a capela” lhe fora oferecida pela própria rainha D. Carlota Joaquina, ou que nas festas que sob a sua invocação se tinham ali realizado, se distinguiam os sermões pregados pelo padre José Agostinho de Macedo, um bem conhecido e violento adversário da revolução constitucional.

A coroar a entronização da imagem de Nossa Senhora da Rocha como símbolo da vitória sobre os liberais, toda a família real se deslocaria à Sé de Lisboa a 23 de Junho de 1823 para, solenemente, lhe agradecer a sua protecção.³ Ficava assim selado, como desígnio político das forças anti-revolucionárias, a veneração àquela imagem e àquela invocação da Virgem. D. Miguel, que emergia da Vila-Francada como decidido defensor do absolutismo e líder da contra-revolução, conjuntamente com a sua mãe, iria mostrar-se sempre um seu fiel e particular devoto.

Numa das ruas por onde passou a família real nessa sua deslocação à Sé, num dos arcos triunfais que assinalavam a cerimónia, podia ler-se junto aos retratos de D. João e de D. Carlota:

À Rainha dos Céus pediu Carlota
A livrasse das mãos da Tirania
Seus desejos cumpriu a mãe do Eterno
E de ir agradecer-lhe é este o dia.⁴

O culto à imagem de Nossa Senhora da Rocha inseria-se, no entanto, noutras escalas de relações e conflitos que não eram todos necessariamente

3 Lousada et Ferreira, 2006.

4 Apud Pereira 1999, 155.

políticos ou, se também o eram, não seriam todos facilmente reconduzíveis à teia da política nacional.

A primeira dessas escalas, para a qual Ana Mouta Faria chamou cuidadosamente a atenção em *Os Liberais na Estrada de Damasco*,⁵ tinha, para além de uma dimensão política, características propriamente religiosas, prendendo-se, por exemplo, com distintos entendimentos no interior do corpo eclesiástico sobre o culto das imagens e outras expressões externas de religiosidade. Essa clivagem expressara-se na polémica que opusera, no triénio vintista, o abade de Medrões, Inocêncio António de Miranda, que, na sua obra *O Cidadão Lusitano*, denunciara o uso e abuso de muitas dessas práticas, que considerara mais supersticiosas do que religiosas, a José Agostinho de Macedo e a Frei Cláudio da Conceição.

Logo no início do seu primeiro opúsculo relativo à descoberta da imagem na gruta de Carnaxide, faziam-se ouvir ecos dessa polémica. Frei Cláudio afirmava, por exemplo, que em todos os tempos a nação portuguesa fora superiormente protegida nas épocas de maior necessidade, como mais uma vez se comprovava, aproveitando para verberar os que tratavam “certas devoções de abusos e superstições” e para criticar o facto de

alguns sacerdotes (não sei de que Religião) trabalharem tanto para que se desterrem estes abusos, os quais vêm a ser na generalidade que quem for pecador de nada serve orar nem ouvir Missa todos os dias em Altar privilegiado ou não privilegiado, nem trazer Contas, Verónicas, Bentinhos, Correias etc. . . .⁶

Pouco depois, a polémica passaria a envolver directamente os acontecimentos de Carnaxide, contando com a participação do próprio abade de Medrões, que considerará inverosímil a narração da descoberta da imagem e criticará a falta de respeito pelas exigências canónicas para que se pudesse tornar objecto de devoção pública e fossem publicados os milagres que se lhe atribuíam.⁷

Vista, por vezes, como resposta da corrente de religiosidade dita “beata” aos sacerdotes mais ilustrados e pró-liberais, como o citado abade de Medrões, a nova devoção iniciada em Carnaxide, em Maio de 1822, possuía ainda uma outra

5 Faria 2005.

6 Conceição 1822.

7 *Resposta do Abade de Medrões à Segunda Carta de Ambrósio às Direitas* 1822 apud Faria 2005, 929-930.

dimensão: a de culto local e popular, que entrou rapidamente em conflito com os outros designíos de que ia sendo investida pelas elites eclesiásticas e civis.

Dela dão também conta os primeiros escritos de que é objecto, mencionando-se, desde cedo, neles, a “imensa devoção do povo”, que transformaria, a breve trecho, Carnaxide num lugar a

que concorria de toda a parte inumerável multidão de povo não só de Lisboa, mas do seu termo, mas de todo o Portugal, grandes e pequenos, ricos e pobres, bispos e prelados das religiões e a primeira nobreza de corte, dando o mais sincero culto à Mãe de Deus. . . .⁸

Terá sido este afluxo de devotos a determinar a portaria do governo, de 27 de Julho de 1822, que mandava que a imagem fosse imediatamente trasladada para Lisboa, para a Sé Patriarcal, com a justificação de não ser o lugar “onde foi achada a dita imagem . . . próprio para ela continuar a existir e muito menos para se lhe dar um culto público e tão solene”. A portaria foi expedida ao Colégio Patriarcal, ordenando-lhe que se encarregasse do transporte “com aquela decência e respeito que lhe são devidos e a que de nenhum modo se deve faltar”. Portarias semelhantes foram enviadas às autoridades civis, à Intendência-Geral da Polícia e ao juiz de fora de Oeiras, dizendo-se expressamente na primeira que “querendo Sua Magestade que se evite toda e qualquer desordem que possa haver naquela ocasião”, se ordenava que o intendente-geral da Polícia prestasse todo o auxílio requerido e julgado necessário para o dito efeito.⁹

O teor da portaria deixava pensar que o governo adivinhava desordens e, se assim era, a sua expectativa cumpriu-se integralmente. A uma resistência claramente local à saída da imagem do lugar onde fora descoberta, protagonizada pelos seus habitantes, ter-se-ia juntado, segundo a escassa imprensa liberal que na época noticiou o facto, como *O Astro da Lusitânia*, a manobra política dos sectores antiliberais. Para o padre Marcos Vaz Preto, o sacerdote liberal encarregue de fazer a primeira alocução na Sé de Lisboa quando a imagem aí foi recebida, o governo fizera trasladar a imagem para Lisboa “respeitando o que havia de religioso no invento, e prevenindo o que a malícia podia fazer”, tendo-a depositado na Sé,

8 Conceição 1823, 231-232.

9 Conceição 1823, 235.

“onde os clubistas podiam ser melhor vigiados e mais conhecida a sua perversidade, mesmo estando eles misturados com o povo sincero e devoto”.¹⁰

Em qualquer caso, a resistência à saída da imagem de Nossa Senhora foi grande. A sua transferência para Lisboa só se terá realizado à terceira tentativa, exigindo intervenção militar, e não uma intervenção qualquer. Foi um regimento comandado pelo próprio general Sepúlveda, comandante da guarnição de Lisboa e figura fulcral da Revolução de 1820, que conseguiu fazer acatar as ordens do governo, não sem antes o referido general ter sido agredido por uma habitante da localidade, indignada com a retirada da imagem.

O marquês da Fronteira e Alorna, um membro liberal da alta aristocracia, à época um jovem ajudante-de-campo do general Sepúlveda, narra o episódio nas suas *Memórias*, escritas entre 1861 e 1863, afirmando, em jeito de conclusão: “A imagem veio para Lisboa, causando o maior desgosto nas freguesias rurais daqueles sítios próximos da capital e sendo, no futuro, uma grande arma de que se serviram os inimigos da liberdade contra o sistema constitucional”.¹¹ O culto teria, no entanto, prosseguido no local, à volta de um registo colocado à entrada da gruta, que, pouco depois, o governo liberal mandaria entaipar para lhe pôr fim. O projecto de aí construir um santuário terá sido acalentado pelas populações locais e ter-se-iam mesmo iniciado as obras para a sua construção, só suspensas em 1833, nos finais da Guerra Civil (1832-1834), em que as forças miguelistas foram derrotadas.¹²

A transferência, em 1822, para a Sé de Lisboa terá sido bastante solene se acreditarmos na descrição de Frei Cláudio, segundo a qual “depois de tirarem a Senhora do seu lugar entre lágrimas e grandes alaridos, principalmente das mulheres daqueles contornos, a conduziram em procissão formada dos religiosos arrábidos dos três conventos das praias . . . ao sítio da Cruz Quebrada onde estavam os escaleres”. No dia seguinte, a Senhora da Rocha teria feito a sua entrada em Lisboa, sendo desembarcada no Terreiro do Paço às 9 horas da manhã, onde a esperavam “todas as comunidades das Ordens Religiosas e até aquelas mesmas

10 *O Censor Lusitano* 1823, 26: 3 de Janeiro apud Faria 2005, 917-918.

11 Barreto 1926, 288-289.

12 *Nossa Senhora da Conceição da Rocha de Carnaxide. Como apareceu a...* 1912.

que não costumam ir na procissão do Corpo de Deus da cidade. E Colegiadas e as Cruzes de todas as freguesias com os respectivos párocos”. Em solene procissão, a imagem terá sido conduzida à Sé, por entre o “concurso de muito povo”, onde se realizou Missa e *Te Deum*.

Poucos meses depois, uma portaria do governo, publicada em 9 de Janeiro de 1823, vinha ordenar, à comissão cultural que geria as oferendas à Senhora da Rocha, “as providências necessárias para a total extinção do escandaloso tráfico de estampas à porta da mesma Basílica”. A comissão teve pouco tempo para actuar já que em Maio, com a queda do regime constitucional, o “tráfico de estampas” terá presumivelmente aumentado.

Alguns anos mais tarde, durante o reinado de D. Miguel, seria mesmo feita uma estampa de contornos populares, que iria ser profusamente difundida, representando-o a ele e a duas das suas irmãs em oração na Sé diante da imagem, agradecendo o restabelecimento de uma lesão numa perna, provocada por uma queda. Nesta ocasião, o infante ter-lhe-à mesmo oferecido as muletas a que se apoiara durante a sua recuperação.

Devoção do miguelismo

A invocação da protecção de Nossa Senhora da Rocha terá marcado a segunda tentativa de golpe militar intentada por D. Miguel em 1824, um ano depois da Vila-Francada. Ao contrário do primeiro, este, conhecido por Abrilada, por se ter realizado no mês de Abril, fracassou. Nesta sua segunda intervenção pública, D. Miguel tinha mobilizado a guarnição de Lisboa e cercado o palácio real, com o pretexto de combater uma conspiração maçónica de que afirmava ser alvo o rei seu pai e toda a família real. O objectivo teria sido, na verdade, afastar os moderados de que D. João VI se rodeara a seguir à Vila-Francada e que eram garante e salvaguarda contra uma deriva ultra-realista. Embora os contornos do episódio não tenham sido, até hoje, inteiramente esclarecidos pela historiografia, é provável que o golpe visasse mesmo destronar D. João VI, substituindo-o pela rainha D. Carlota Joaquina, que, com o filho, se tinha tornado líder do movimento contra-revolucionário em Portugal.

D. Miguel teria mandado gravar a imagem de Nossa Senhora da Rocha dentro de um Coração de Jesus, distribuindo-a no dia 30 de Abril de 1824 pelos seus apoiantes em armas, a quem se dirigiu referindo a grande confiança que nela depositava.¹³

Enviado para fora do reino pelo seu pai, na sequência do fracasso da Abrilada, sob pretexto da necessidade de se instruir pela frequência de outras cortes europeias, D. Miguel residiria na Áustria nos anos seguintes, colocado sob a tutela do imperador e de Metternich. Seria em Viena que receberia a notícia da morte do seu pai, em 1826, e seria também ali que aceitaria as condições impostas pelo herdeiro do trono português, o seu irmão D. Pedro, à época imperador constitucional do Brasil, para regressar ao reino como seu lugar-tenente e futuro marido da sua sobrinha, D. Maria da Glória, assim que esta atingisse a maioridade. Em Portugal, o regime liberal tinha sido reinstaurado por D. Pedro, que outorgara ao reino uma moderada Carta Constitucional, abdicando em seguida na referida D. Maria da Glória. O projecto de matrimónio de tio e sobrinha coroava, como se sabe, a solução política e dinástica gizada por D. Pedro, com o apoio das potências europeias, que exigia também que D. Miguel jurasse respeitar a Carta Constitucional. O projecto destinava-se, entre outras coisas, a aplacar os ânimos dos realistas mais exaltados, que, desde a morte de D. João VI, em 1826, acalentavam o projecto de ver D. Miguel no trono como rei absoluto e que começaram a movimentar-se desde aquela data nesse sentido.

Em Viena, há notícias que indiciam ter D. Miguel permanecido fiel à sua devoção, sabendo-se, por exemplo, que uma imagem de Nossa Senhora da Rocha de Carnaxide, pendente de uma cadeia de ouro, lhe foi enviada nesse mesmo ano de 1826 pela sua ama, D. Francisca Vadre, uma figura que se encontra sempre presente em todos os períodos mais cruciais da sua vida e que o acompanharia, em 1834, no seu definitivo exílio.¹⁴

No mesmo ano, mas já depois da morte do rei D. João VI, quando se negociavam as condições do regresso de D. Miguel a Portugal, D. Carlota Joaquina dirigiu-lhe para Viena uma carta, em que o príncipe era incitado a não aceitar os

13 Silva 1993, 257-258.

14 Lousada et Ferreira 2006, 81.

arranjos político-dinásticos do irmão D. Pedro, a não jurar a “maldita constituição” e a rejeitar o casamento com a sobrinha. Era, finalmente, exortado a ter “sempre fé em Nossa Senhora da Rocha”, que nunca lhe haveria de faltar.¹⁵

Tudo indica que, dentro da família real, a devoção a Nossa Senhora da Rocha não tenha sido, no entanto, um exclusivo do sector contra-revolucionário, em que se destacavam D. Carlota Joaquina e D. Miguel. A infanta D. Isabel Maria, irmã de D. Miguel e de D. Pedro, que ocuparia a regência de 1826 a 1828 e que poria em vigor a Carta Constitucional, manifestava a mesma devoção.¹⁶

Aquando do regresso de D. Miguel a Portugal, em Fevereiro de 1828, o momento triunfal da sua chegada foi também assinalado por festividades consagradas à Senhora da Rocha em freguesias dos arredores de Lisboa, como Benfica, Porcalhota e na própria Carnaxide.¹⁷ No mesmo ano de 1828, a obra de construção de um templo em sua homenagem, em Carnaxide, terá conhecido igualmente um novo impulso.¹⁸

D. Miguel ter-se-á deslocado também ali em 1830, como o tinha feito já nesse mesmo ano ao Santuário de Nossa Senhora da Nazaré.¹⁹

Não restam dúvidas, na verdade, de que foi durante os breves seis anos que durou o reinado de D. Miguel (1828-1834) que o culto a Nossa Senhora da Rocha conheceu uma maior expansão. Essa expansão foi, antes de mais, territorial, já que existem registos da edificação ou do projecto de edificação de templos a ela consagrados, assim como da formação de irmandades da sua invocação ou, ainda, da colocação de imagens suas em altares de igrejas ou capelas muito longe da região de Lisboa, onde o culto se iniciara. Esta geografia está ainda por fazer, mas sabe-se, por exemplo, que na província do Minho, onde a vitalidade religiosa e a malha paroquial eram mais densas, em 1829, por decisão da Irmandade de Nossa Senhora da Agonia, em Viana do Castelo, seria colocada uma imagem da Senhora da Conceição da Rocha na capela do Senhor Jesus do Calvário, junto ao templo. A irmandade mandou afixar uma notícia em que se dizia:

15 Lousada et Ferreira 2006, 90.

16 *Nossa Senhora da Conceição da Rocha. Cópia dos documentos...* 1883.

17 Favinha et al. 1997, 396.

18 Favinha et al. 1997, 396.

19 Penteadó 2001.

o Juiz e mais mesários da Irmandade de N. Sr.^a da Agonia tendo em conta os benefícios recebidos em todo este reino por intercessão da sua Padroeira, a Senhora da Conceição, e com especialidade aquele de haver conduzido à sua Capital, de países tão remotos, e através de tantos perigos e lances, o Monarca mais desejado pelos fiéis portugueses, o seu legítimo soberano o Senhor D. Miguel I, deliberou fazer colocar uma imagem de Nossa Senhora da Conceição da Rocha na capela do Senhor do Calvário. . .²⁰

Em pequenas localidades do mesmo concelho de Viana do Castelo, como Meixedo, Outeiro ou S. Cláudio de Nogueira, há capelas com aquela designação. Neste último caso, supõe-se que a iniciativa da construção terá pertencido a pedreiros da localidade que tinham trabalhado em Carnaxide.

Percorrendo a *Gazeta de Lisboa*, ainda que de forma pouco sistemática, encontram-se outros testemunhos do mesmo impulso. Assim, por exemplo, em Évora, há notícia da formação de uma confraria da invocação de Nossa Senhora da Rocha, canonicamente estabelecida a 11 de Janeiro de 1830, por iniciativa de um cônego da Sé, que já em 1826 fizera colocar uma sua imagem na paróquia de S. Tiago da mesma cidade.²¹ Em Portalegre, pela mesma época, foi também edificada uma capela da mesma invocação.

Também em Lisboa, em plena Guerra Civil (1832-34), era publicada, na mesma *Gazeta*, a 19 de Março de 1833, uma ordem do cardeal patriarca para que se conduzisse a “Milagrosa imagem de Nossa Senhora da Conceição da Rocha que se acha colocada na Basílica de Santa Maria”, em solene procissão para a Igreja de S. Roque, onde deveria passar alguns dias para edificação dos fiéis e agradecimento por ter livrado a cidade de uma epidemia. No mesmo texto, o patriarca tecia um longo louvor à Senhora da Rocha e evocava a linha de continuidade existente entre o tempo do seu aparecimento e o actual:

Meus amados filhos . . . recordemo-nos ao menos da época não muito remota em que começámos a tributar-lhe culto [à Virgem Maria] debaixo do título dessa venerável imagem, quando a Providência dispôs que se descobrisse no seio de uma rocha. . . Ela foi o sinal maravilhoso que anunciou o termo da execranda rebelião que então maquinava a ruína desta Monarquia. . . Invocada agora debaixo desse mesmo título e como Padroeira destes reinos . . . ela fará brilhar a mesma virtude e todo o seu poder em favor da Nação aflita contra outros rebeldes que a oprimem.²²

20 Vasconcelos 1982, 269-293.

21 *Gazeta de Lisboa* 1833, 294.

22 *Gazeta de Lisboa* 1833, 354.

A derrota dos miguelistas, no fim da Guerra Civil, e a expulsão de D. Miguel do reino (1834) retiraram à invocação da Virgem, que se quisera transformar em padroeira da contra-revolução, muita da centralidade de que havia gozado no discurso público dos adeptos da antiga ordem, em particular dos sectores eclesiásticos que lhe eram afectos.

Há notícias que mostram, pelo contrário, a fidelidade de D. Miguel, durante o seu exílio, à devoção que tanto acalentara e à persistência da sua identificação com a causa que ele próprio representava. Em Itália, durante a primeira fase desse exílio, mandou, por exemplo, imprimir em Módena uma estampa de Nossa Senhora da Rocha, que depois fez distribuir em Roma pelos seus adeptos, com a “recomendação de evocarem o seu patrocínio” e “a sua benção” para os esforços que estava a fazer para “salvar a pátria”.²³

No Sul de Portugal, pela mesma época, os pobres habitantes da serra do Algarve, que protegiam e davam guarida aos guerrilheiros que aí permaneciam em armas, em nome de D. Miguel, exibiam, penduradas ao pescoço, a par de imagens de Cristo crucificado, retratos de Nossa Senhora da Rocha com D. Miguel do lado oposto.²⁴ O culto à Virgem de Carnaxide também tinha chegado àquelas remotas paragens.

A continuidade de um culto

Para além da Sé, onde a imagem continuava a ser venerada, dois núcleos de devoção parecem ter permanecido, de certa forma, incólumes à implantação do liberalismo, em 1834, e à progressiva distância temporal que se foi instalando, nos anos subsequentes, entre o momento da sua descoberta e utilização política e o novo Portugal constitucional. Um primeiro poderá ser identificado na própria freguesia de S. Romão de Carnaxide e no concelho de Oeiras, onde tinha aparecido a imagem e aonde ela haveria de regressar em 1883, obedecendo, em parte, à expectativa das suas populações; o segundo seria a própria família real, no seio da qual se terá mantido como devoção familiar.

²³ Lousada et Ferreira 2006, 261.

²⁴ Machado et Cardoso 1981.

Nos documentos publicados a propósito da transferência da imagem para Carnaxide, em 1883, menciona-se o já referido culto que lhe era votado pela infanta D. Isabel Maria. Nesses documentos, evoca-se mesmo um controverso episódio de substituição da imagem verdadeira por uma réplica, depois de, na sequência de uma grave doença, a infanta – ou a sua mãe, D. Carlota Joaquina – a ter mandado buscar à Sé e conduzir ao Paço Real da Bemposta. Mais tarde, quando a infanta era regente (1826-1828), a Sé de Lisboa teria reclamado o regresso da imagem, e a infanta teria devolvido uma cópia, aliás pouco fiel, que terá encomendado, guardando para si o original.²⁵ A imagem terá sido conservada no seu oratório até à sua morte, tendo sido deixada em testamento ao filho de D. Miguel, D. Miguel II para os legitimistas, que residia na Alemanha.²⁶

Outros testemunhos, como o de Tomás Ribeiro, o político e poeta romântico que promoveu, junto dos poderes públicos, a aspiração das populações de Carnaxide de reaverem a imagem e que deu um definitivo impulso ao antigo projecto de aí fazer construir um santuário consagrado àquela invocação de Nossa Senhora, indicam que o rei D. Pedro V também teria, durante o seu breve reinado, mostrado, se não devoção, pelo menos particular atenção à Virgem de Carnaxide. Segundo Tomás Ribeiro, teria sido o jovem rei, em passeio pela região, que teria feito a promessa de prover à edificação de uma igreja no local, promessa que não pudera cumprir dada a sua morte precoce.²⁷

D. Luís, o seu sucessor, aceitou também integrar a lista dos irmãos que compunham a Real Irmandade de Nossa Senhora da Conceição da Rocha, fundada em 1872, conjuntamente com o seu pai e com o seu filho, o futuro rei D. Carlos. Eram os primeiros de uma longa lista de notabilidades do reino, que ia do marquês da Fronteira, ao marquês de Penalva e ao próprio Fontes Pereira de Melo, várias vezes presidente do Conselho de Ministros e líder do grande Partido Regenerador. Uma lista que, pela sua natureza, podia fazer entrever um propósito de conciliação política com os miguelistas vencidos que ainda subsistiam na vida pública, em torno de jornais como *A Nação*, ou que dela se tinham retirado, mantendo o seu prestígio social.

25 *Nossa Senhora da Conceição da Rocha. Cópia dos documentos...* 1883.

26 *Nossa Senhora da Conceição da Rocha. Cópia dos documentos...* 1883.

27 Ribeiro 1899.

Epílogo

Em 1883, deu-se, então, a solene transferência da imagem de Nossa Senhora da Rocha de Lisboa para Carnaxide, sob a égide de Tomás Ribeiro e do próprio rei D. Luís, neto de D. Pedro e filho de D. Maria da Glória, D. Maria II, que os miguelistas tanto tinham combatido. Tomás Ribeiro não deixaria de ser acusado por jornais legitimistas, como *A Restauração*, de o ter feito por razões venais, como as de enriquecer “com valiosos bens” uma paróquia onde tinha adquirido uma propriedade e “alcançar popularidade para o partido Regenerador que goza[va] de poucas simpatias nestes concelhos marginais”. D. Luís também não seria poupado pela imprensa legitimista, mas sobretudo pela republicana, que o acusava de encorajar o clericalismo, por ter patrocinado a cerimónia e, ao mesmo tempo, se ter escusado a participar numa homenagem ao marquês de Pombal, o célebre ministro de D. José, que os republicanos homenageavam, entre outras coisas, pelo seu antijesuitismo:

Quando, ainda ontem, a opinião pública, por acto espontâneo, aproveitou o aniversário do Marquês de Pombal para com imponentes manifestações incitar os governantes à vigilância contra as invasões do clericalismo, a festa régia governamental da Senhora da Rocha não pode deixar de ter por leviandade, senão a intenção de quem lhe deu um carácter meio oficial, o sentido de uma falta de respeito e deferência pela opinião pública e pelo partido liberal, pelas suas reclamações e pelos seus sobressaltos. . . . E o rei? Maldita fraqueza! Tristes condescendências. . . . Mal de nós se o Chefe do Estado . . . entende que o seu lugar é onde a ignorância presta culto à superstição . . . se acredita nos milagres da Senhora Aparecida e desconhece os serviços do Marquês de Pombal, se acha os arraiais devotos mais dignos da sua presença do que as festas e as comemorações dos liberais.²⁸

Dez anos depois, a 29 de Maio de 1893, foi inaugurado o Real Santuário da Senhora da Rocha, pelo qual as populações locais esperavam desde os anos de 1820. O novo rei, D. Carlos, não compareceu à cerimónia, na qual, no entanto, esteve presente a sua mulher, a rainha D. Amélia, e os seus filhos, para além do presidente do Conselho de Ministros, Hintze Ribeiro, e de Tomás Ribeiro, o grande promotor da obra.²⁹

28 *Correio da Noite*, 29 de Setembro de 1883, apud Favinha et al. 1997, 404-405.

29 Favinha et al. 1997, 406.

Nossa Senhora da Rocha afastava-se definitivamente da capital e era devolvida às populações do lugar em que tinha aparecido. Mas nem no seu regresso àquele lugar periférico pôde escapar à controvérsia política que, desde o seu aparecimento, à sua volta se instalara, mesmo se essa controvérsia adquirira, entretanto, novos contornos e novos protagonistas.

BIBLIOGRAFIA

- Barreto, D. José Trazimundo Mascarenhas. 1926. *Memórias do Marquês de Fronteira e d'Alorna, D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto, Dítadas por Ele Próprio em 1861*. Rev. e coord. por Ernesto de Campos de Andrada, parte I e II. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Conceição, Frei Cláudio da. 1822. *Descrição de Um prodígio Raro e Descoberto em Uma Lapa*. Lisboa: Na Oficina dos Filhos de Lino da Silva Godinho.
- . 1823. *Gabinete Histórico*. Vol. IX. Lisboa: Na Imprensa Nacional.
- . 1825. *Novena da Milagrosa Imagem da Senhora da Conceição da Rocha que à Mesma Oferece....* Lisboa: Na Imprensa Régia.
- Faria, Ana Mouta. 2005. *Os Liberais na Estrada de Damasco: Clero, Igreja e Religião numa Conjuntura Revolucionária (1820-1823)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Favinha, Maria Evangelina S., Sara Maria de Azevedo, et Sara Marques Pereira. 1997. “Comemorações Religioso-políticas do Culto de Nossa Senhora da Conceição da Rocha na Imprensa Periódica Portuguesa (1822-1922).” *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias* 9:388-407.
- Gazeta de Lisboa*. 1833. No. 1. Lisboa: Régia Tipografia Silviana.
- Lousada, Maria Alexandre, et Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira. 2006. *D. Miguel*. Mem Martins: Círculo de Leitores.
- Machado, António do Canto, et António Monteiro Cardoso. 1981. *A Guerrilha do Remexido*. Lisboa: Europa-América.
- Nossa Senhora da Conceição da Rocha de Carnaxide. Como Apareceu a Sua Imagem e como Foi Construído o Seu Templo*. 1912. Lisboa: Papelaria da Viúva Macieira e Filhos.
- Nossa Senhora da Conceição da Rocha. Cópia dos Documentos e Correspondência Oficial Acerca da Extinção desta Real Irmandade e Transferência da Imagem de Nossa Senhora da Igreja da Sé Patriarcal de Lisboa para a Freguesia de S. Romão de Carnaxide. Oferecido por Um Irmão à Apreciação do Público Imparcial em Setembro de 1883*. 1883. Lisboa: Imprensa Minerva.
- Penteado, Pedro. 2001. “Santuários.” In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo, vol. 4, 164-178. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Pereira, Sara Marques. 1999. *D. Carlota Joaquina e os “Espelbos de Clío”*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Ribeiro, Tomás. 1899. *O Mensageiro de Fez (Poema)*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira.
- Silva, Armando Malheiro da. 1993. *Miguelismo. Ideologia e Mito*. Coimbra: Minerva.
- Vasconcelos, Maria Emília de. 1982. “Miguelismo no Alto-Minho.” *Cadernos Vianenses* 12:269-293.



III - POLÍTICA

LA “PENINSULA DAS HESPANHAS” Y LOS LEGITIMISMOS: LA ÚLTIMA FUNCIÓN (1828-1840)¹

Juan Pan-Montojo

Universidad Autónoma de Madrid

Andrés María Vicent

Universidad Autónoma de Madrid

Entre los efectos que la crisis de la modernidad ha tenido en la historiografía cabe contar una honda y profusa puesta en cuestión de los marcos nacionales como espacios adecuados para la comprensión del pasado.² No sólo se ha apuntado hacia una corrección del escenario en el que transcurre la historia, sino que también se ha criticado la elección de personajes. El estudio de los fenómenos contrarrevolucionarios ha sido uno de los principales afectados por esta renovación. Si la historia que hay que contar es la protagonizada por los proyectos y luchas liberales a favor de la construcción de estados nacionales, los contrarrevolucionarios eran más un obstáculo que una parte de esa historia. Desde esa nueva perspectiva, la historiografía del legitimismo ha insistido en las líneas

1 Este texto se enmarca en el proyecto de investigación HAR2015-66695-P (MINECO-FEDER). Queremos agradecer la lectura crítica y los comentarios de Juan Luis Simal y de los evaluadores anónimos.

2 Clavin 2010.

de fuerza que comparten los diversos territorios de la Europa latina – Francia e Italia además de la Península Ibérica – a lo largo del siglo XIX. Esta tesis explica el siglo XIX como un largo proceso de construcción del Estado atravesado por una guerra civil – a veces soterrada, a veces abierta – que concluye en cada uno de esos países en fechas cercanas. Los acontecimientos fueron más similares de lo esperable de una *histoire événementielle*. Los actores y procesos se repitieron. Los legitimismos respectivos se aparecieron a menudo a los coetáneos como versiones distintas de una misma canción. También se subrayan las conexiones políticas, culturales e incluso personales que existieron entre unos y otros a través de las fronteras. Desde esta perspectiva, las construcciones de los Estados europeos no habrían consistido solo en una serie de largos y parecidos conflictos nacionales, sino que se podría hablar incluso de una guerra civil europea.³

Respecto a España y Portugal este vínculo fue aún mayor, por ir más allá de la trayectoria general que dibuja esta lectura, al menos hasta las guerras de sucesión que experimentaron ambos países. En este texto se subrayan los elementos compartidos, no solo parecidos o entrecruzados, durante la década de 1830 en la “Península das Hespanhas”, que fue el sintagma que se eligió en la Convención de Évora Monte para expresar el espacio del que debían salir Don Carlos y Don Miguel, candidatos legitimistas a los tronos de España y Portugal respectivamente.⁴ Desde la perspectiva exterior – “la Europa” tantas veces citada entonces –, los dos reinos a menudo constituyeron un único espacio, un único objeto del que ocuparse o preocuparse, en el que intervenir militar, política o materialmente. Dado su común descenso en términos de poder global, esa percepción “europea” fue un elemento decisivo en la evolución política de ambas monarquías.⁵ Ese especial parentesco, además de la yuxtaposición espacial y la intersección dinástica, procedía de su moribunda condición de monarquías globales. Tal dimensión, desatendida en el estudio de ambas guerras, proporciona una nueva ventana a la que asomarse en la comprensión de los legitimismos peninsulares. La manera en que ambas disoluciones se ventiló resultó

3 Canal 2011; 2012.

4 *Artigo 7.º Convenção de Évora Monte* apud Lousada et Ferreira 2006, 315.

5 De la Torre 2000.

determinante también en las posibilidades de pervivencia y transformación del carlismo y del miguelismo.

Entre dos vidas paralelas y una vida común: de monarquías globales a Estados europeos (1807-1840)

Ambas guerras de sucesión ibéricas fueron el último capítulo de sendas crisis imperiales, paralelas pese a sus divergentes resultados en América.⁶ El cariz dinástico que adquirieron vinculó los procesos políticos de los reinos gobernados desde Madrid y desde Lisboa de una manera definitiva. El Pretendiente español era tío y fue dos veces cuñado del pretendiente, luego soberano y finalmente pretendiente una vez más portugués. Pero más allá de los lazos familiares de las dinastías, las personas también se repiten. Álvarez Mendizábal, el hombre de los acreedores y bolsistas londinenses, como subrayaban sus enemigos, intermedió la financiación de pedristas e isabelinos y apadrinó algunas de las medidas que identificaron definitivamente a ambos con el liberalismo. Mendizábal no fue más que un caso, aunque destacado, entre los muchos exiliados ibéricos que compartieron proyectos y recursos, cuando no cooperaron de forma más directa, en París y Londres. Por último, en términos militares hay varios elementos que apuntan en la misma dirección. La conocida como “Expedición Rodil” abandonó el territorio portugués que había invadido sin mediar declaración de guerra en persecución de Don Carlos, para continuar esa misma persecución en Navarra. La misma península, dos familias reales más que emparentadas, militantes de causas ibéricas, intermediarios financieros iguales o semejantes, ejércitos que cruzan la frontera...⁷ En esas primeras décadas, su dinámica de universo propio fue tal que los entrelazamientos y comparaciones con las otras experiencias latinas quizá deba hacerse de la Península Ibérica como un todo.⁸ Tantos caminos compartieron

6 Paquette 2013a, 235-315.

7 Portillo 2006.

8 No por casualidad, Bron (2015) titula su texto sobre el impacto en Italia de las revoluciones de la década de 1820 y 1830 *Learning Lessons from the Iberian Peninsula: Italian Exiles and the Making of a Risorgimento Without People, 1820-1848*.

portugueses y españoles que las “Hespanhas” parecieron perder su carácter plural desde el punto de vista de la lucha emprendida.

En el otoño de 1807, apenas en el espacio de un mes, la entrada de tropas francesas en la parte europea de las monarquías española y portuguesa al mando del General Junot cristalizó la crisis de ambos imperios. Un segundo acontecimiento también se dio en los dos casos: la partida del rey y su familia de la Península. Los distintos tiempos de ambos exilios – la familia real portuguesa salió antes de que entraran las tropas francesas, la española después – y los diferentes destinos – la dinastía Braganza se trasladó a sus dominios americanos, los Borbones a Francia, tras un intento fracasado de emular a sus parientes y viajar a México – también constituyen un elemento fundamental del divergente desarrollo de esa doble crisis. En Portugal, las tropas británicas desembarcaron en el verano de 1808 y al comenzar el invierno lo hicieron en España. En poco más de un año, los peninsulares vieron salir a sus monarcas y entrar a los ejércitos imperiales de Francia y Gran Bretaña. En esa puerta giratoria en la que unos entraban y otros salían casi sin solución de continuidad y en un orden aparentemente aleatorio, están algunas de las claves de la transición que se completó a principios del siglo XIX. Trescientos años después de Tordesillas, las monarquías ibéricas iniciaron el fin de su rivalidad imperial, agudizada en las décadas previas en la Banda Oriental. La *Peninsular War*, como fue bautizado el conflicto en Gran Bretaña, duró hasta 1813 y solo fue una parte de esa crisis. Al fin y al cabo, desde poco antes de la reunión en Tordesillas y hasta unos años después de la francesada, las dos eran monarquías globales y la mayor parte de sus dominios estaban fuera de Europa. La crisis que se inició no era sólo una crisis dinástica, ni tampoco exclusivamente una crisis peninsular, sino sobre todo una crisis atlántica que afectaba a los inmensos territorios que componían ambas monarquías por todo el mundo, en especial en América.⁹ La mediatización de la Monarquía católica por parte del Imperio francés y la *translatio imperii* portuguesa junto a la ocupación del territorio peninsular sumido en la guerra desencadenaron una profunda redefinición de las dos comunidades políticas.

9 Portillo 2006; Adelman 2008; Pérez Vejo 2010.

La crisis se convirtió en revolución y, entre el bienio crítico de 1807-8 y el estallido de las guerras de sucesión ibéricas de la década de 1830, más de una decena de nuevos estados constitucionales surgieron de la disolución de ambas monarquías. Se operó un cambio global en el terreno del derecho internacional: el Atlántico de imperios dio paso a un Atlántico de estados.¹⁰ La cronología de esos casi veinte años mantiene también un gran paralelismo en la parte europea de ambas monarquías. Tanto la España peninsular como Portugal experimentaron a su manera el “equilibrio europeo” consagrado en Viena y la oleada revolucionaria de la Europa del Sur a comienzos de la década de 1820. En ambos casos fue una experiencia de brevedad parecida y que concluyó con un gran número de exiliados liberales, aunque solo en el caso español motivó una nueva intervención francesa.¹¹

La escasa distancia temporal entre el comienzo de la crisis y ambas guerras, algo más de veinte años, implicó que muchos de los actores del proceso vivieran el ciclo completo. Los millares de experiencias personales que conectaban ambos momentos y ambas costas del Atlántico subrayan la conveniencia de mirar la *Guerra dos Dois Irmãos* y la *Guerra de los Siete Años* como los últimos episodios de la disolución de ambas monarquías atlánticas. La posibilidad más dinástica de resolución de esa crisis desde sus primeros momentos a partir de 1808 se centró en la persona de Carlota Joaquina de Borbón, hermana de Fernando VII y esposa de Juan VI. La posible americanización de la monarquía en su persona motivó un encadenamiento de proyectos – regencia, sucesión y constitucionalización – y reunió en torno a sí una serie de partidarios en ambas monarquías. Incluso la unión de reinos fue contemplada. Los restos de aquel carlotismo, el primer legitimismo ibérico, se desdoblaron a partir de 1828 a un lado y otro de la frontera. La facción de la familia real que creció en Río de Janeiro junto a la consorte española, Don Miguel y las infantas portuguesas – María Teresa y María Francisca – sucesivas esposas de Don Carlos, así como veteranos carlotistas, como el Padre Cirilo de Alameda, una de los principales líderes carlistas, resultaron algo más que fundamentales en esta última fase de la crisis.¹² No solo el origen de la *Carta* se encontraba en

10 Armitage 2013, 17-33; 119-215; Portillo 2006.

11 Simal 2012; Paquette 2016.

12 Miquelsanz 2012; Ternavasio 2017.

Brasil, también los legitimistas tenían allí parte de su pasado. Tampoco parece exento de significado que la red de militares liberales, protagonistas de la guerra española, fueran conocidos como *ayacuchos* por haber participado en esa derrota en Perú. El carácter atlántico se revela incluso en detalles: entre los *constitucionales* apresados por el gobierno de Don Miguel, se encontró un negro brasileño.¹³ En estos casos, la experiencia atlántica escapaba del mero accidente biográfico para constituir un capítulo esencial de la definición política. Hasta el punto de que la escala biográfica arroja una luz especial que relativiza las periodizaciones aceptadas por las historiografías nacionales.¹⁴ Con todas las semejanzas que se puedan destacar en Italia o Francia (país en el que la revolución también estuvo acompañada de una crisis colonial, la haitiana), esta circunstancia determinante solo la compartían los dos gemelos ibéricos, unidos en esta ocasión tanto por ser parte de un espacio político y cultural específico, como por la reciente pérdida de su añeja prole americana.

“La lucha contra Francia en la España europea”: la Iberia atlántica en disputa

En 1827, el exiliado español Vicente de Estrada publicó en París la narración de un sueño. Consistía en un diálogo entre dos monstruos en el infierno. Se llamaban Canning y Castlereagh y en este mundo habían sido los últimos secretarios del *Foreign Office*. En un pasaje de su conversación, trufada de profecías, Castlereagh auguraba que Canning se sorprendería aún más que él si el “Rey Católico”, tras agradecer los servicios prestados, ordenaba la salida de las tropas francesas de “su reino” y declaraba la guerra a Portugal. A juicio de Fernando VII, en las palabras que se atribuían a Castlereagh en el “sueño” de Estrada, el motivo que fundamentaba esa decisión bélica era la amenaza que el nuevo gobierno portugués, el de la carta otorgada en 1826 – “incompatible con el mío” –, entrañaba para “el reposo” de España. Un reino, el de Portugal, continuaba el imaginario Fernando,

13 Paquette 2013; Gonçalves 2013; Pérez Nuñez 2017.

14 Cossart 2013; Davis 2008.

“enclavado” en el suyo y que no presentaba “ninguna garantía”.¹⁵ En ese sueño, además de aventurar la condenación eterna de ambos difuntos, Estrada condensaba las incertidumbres que se agolpaban sobre la Península en aquel momento. En principio, había tres intereses en pugna. Por una parte, tanto en Gran Bretaña como en Francia se había instalado una tendencia a contemplar la Península Ibérica como un territorio donde ejercer y disputar su influencia. Ambas líneas de fuerza habían quedado dibujadas en los siglos anteriores, pero en las primeras décadas del siglo XIX cobraron una intensidad sin parangón. Desde el bienio crítico 1807-8, la Península constituyó en gran medida una unidad geopolítica, como territorio menor en que se libraba la competencia entre ambos imperios.¹⁶ Tras el congreso de Viena, desde Francia no se puso en duda la influencia británica en Portugal. No fue un respeto recíproco porque en Gran Bretaña, con distinta intensidad, se mantuvo un interés en España que no se suspendería hasta mediados de la década de 1840. A la altura de 1827, cuando Estrada publicó su conversación infernal, ese interés tenía una encarnación evidente en los restos de la expedición francesa de 1823, aun presentes en la Península.

Sin embargo, Estrada, además de la evacuación francesa, imaginaba la invasión por parte del “Rey Católico” de Portugal. Esa tercera flecha trazada sobre el mapa peninsular no se restringía a las ensoñaciones parisinas de un emigrado. Un par de años después que Estrada, Pedro Sainz de Andino, sin la salvaguarda de ninguna experiencia onírica, aconsejaba al rey por escrito que tratara de mediar entre Don Miguel y Europa. Se trataba del reconocimiento del rey portugués proclamado por las Cortes el año anterior y reconocía como principal interlocutor al Reino Unido, pese a que Portugal estaba “designado como único objeto de nuestra ambición”.¹⁷

Como soñaba Vicente de Estrada y asumía Pedro Sainz de Andino, entre las elites españolas dominaba la noción de Portugal como un espacio propio destinado si no a la fusión, sí al menos a cierta subordinación a la monarquía española. En retrospectiva, esta pretensión parece utópica, sin embargo, en Gran

15 Estrada 1827, 15; 20.

16 Rotschild 2005.

17 Suárez et Berazaluce 1968, 273.

Bretaña estuvieron lejos de despreciarla. George Canning, esta vez vivo, afirmaba por carta en octubre de 1826: “la guerra entre España y Portugal, más bien de España contra Portugal, ha empezado efectivamente”.¹⁸ Con esa guerra, que los anales no registraron, se refería al asilo activo que la monarquía española estaba ofreciendo a los partidarios del Infante Don Miguel, huidos tras la proclamación de la *Carta* de 1826, y a la amenaza de que atacaran Portugal con el apoyo de las tropas de Fernando VII, una intervención que se intentó aunque fracasó en su objetivo.¹⁹ Cuando dos meses después, en diciembre de 1826, en un célebre discurso en Westminster, Canning hizo pública la intención de intervenir en “defensa” de Portugal, tuvo que aclarar las diferencias con la coyuntura de la intervención francesa en España tres años atrás, que no había sido respondida por Gran Bretaña.²⁰

La pasividad británica entonces había obedecido a la certeza de que los franceses no pretenderían ninguna influencia sobre la América española. Desde hacía tiempo, la Península, a los ojos del *premier* británico, era la cerradura de un paraíso comercial al otro lado del Atlántico. Así encomiaba la victoria pírrica de Talavera en la *Peninsular War* como el paso que les abrió las “puertas de Cádiz” y así “los puertos de la América española”. Una justificación suficiente para mantener la “lucha contra Francia en la España europea”.²¹ En un concordante desacuerdo, en París, un texto de título elocuente *La Peninsule en Tutelle* y sin autor, aunque obra del ensayista político francés Nicolas Magon de la Gervaisais, afirmaba que “en España la cuestión no era europea, aunque así se ha pretendido: era medio francesa, medio británica”. Este es uno de los puntos de partida de un análisis de la historia ibérica de los veinte años anteriores, para delimitar el contexto de la enrevesada sucesión portuguesa, complicada por la *translatio imperii*, y completada por lo que llamaba “la rebelión de los catalanes”, es decir, la revuelta realista conocida como *Guerra dels Malcontents*, que confería una nueva dimensión a ese único tablero peninsular

18 Canning-Stapleton, 27 de Octubre 1826 (Confidential) apud Stapleton 1859, 531-536.

19 Fernández Martín 1954.

20 Para la coyuntura de 1823 se ofrece un cumplido resumen en el volumen de agosto de *Mercurio de España* 1825. El discurso de Canning en los Comunes se encontra en “Address On The King’s Message, Respecting Portugal” 1826, 390-98.

21 Stapleton 1859, 185.

puesto que en efecto *malcontents* y miguelistas estaban conectados.²² La posibilidad de un interés propiamente ibérico, al margen, de ese reparto por mitades, también se había registrado en los últimos años de Fernando VII y los primeros de Don Miguel. La sintonía de realistas reformistas, como el vizconde de Santarém en Portugal y Cea Bermúdez en España, en la consecución del reconocimiento del monarca portugués se vio precedida por iniciativas de colaboración tan relevantes como el tratado de libre navegación del Tajo y el Duero en agosto de 1829, que llevaba la firma del vizconde.²³

Un cuarto interés se añadió al tablero de juego ibérico, sobre todo tras los “días de Julio” de 1830. La competencia entre las “potencias marítimas” – Francia y Gran Bretaña – y las “potencias del Norte”, lideradas por Austria y partidarias del “equilibrio” consagrado en Viena en 1815. Así al menos lo entendía Metternich, el canciller austriaco, cuando escribía a su embajador en París, el conde Appony, en septiembre de 1834 que la doble derrota de Don Miguel y Don Carlos podía provocar en Europa la conclusión de que “la protección de las dos potencias marítimas” era más efectiva que el apoyo austriaco.²⁴ Aunque para las potencias del Norte era menos relevante, la división peninsular en dos monarquías afectaba de una manera decisiva a este mapa de influencias.²⁵ La Península Ibérica, hasta cierto punto una pieza más de un tablero mayor, era en otro sentido un tablero donde otros jugaban. Esta densidad geopolítica se precipitó durante las guerras de sucesión de la década de 1830.

Dos guerras de sucesión entrelazadas

La muerte de Juan VI fue el motivo último de la importación en Portugal de la constitución brasileña en 1826 y del desencadenamiento de la Guerra Civil. Ya antes había habido descontentos con la evolución, que se habían hecho notar con aclamaciones públicas a Don Miguel. Algo semejante había sucedido en España

22 Gervaisais 1828, 19; Moral 1975, 49-52.

23 Protásio 2016. El tratado reproducido en Cantillo (1843, 848-850).

24 Carta de Metternich a Appony (17.09.1834), Spanien Diplomatische Korrespondenz 173-8, fols. 1-4.

25 Bullen 1979.

antes de que concluyera la última década del reinado de Fernando VII, aunque en ningún sitio como en Cataluña, donde en 1827 el levantamiento de los *Malcontents* puso de manifiesto que el realismo español no era ya uno.

En último término, solo el orden de las muertes de los respectivos reyes permite explicar que la guerra portuguesa precediera a la española, ya que la doble ausencia de 1807-8 había demostrado que el rey era el nexo de la comunidad política. Sin embargo, ese orden aleatorio de muertes resultó determinante para el desarrollo de la guerra portuguesa y de la guerra española. De entrada, la “usurpación” miguelista coincidió con el agravamiento de la Cuestión Oriental, por el estallido de la guerra ruso-turca cuyas operaciones se iniciaron esa primavera, y llevó a británicos y franceses a una clara tolerancia hacia el absolutismo portugués que, moderado como se volvió, regresaba al control del reino.²⁶ La guerra civil en Portugal, que entró en su fase álgida en 1832, vio una división en bandos en la que los pedristas, que recuperaron el apoyo activo de franceses e ingleses a partir de 1830, eran los rebeldes y los miguelistas, el poder. Desde el mismo comienzo de esa contienda, con Don Carlos en Portugal, buena parte de la vida del primer carlismo estuvo entremezclada con la experiencia previa del miguelismo. Aunque el mismo día de la doble salida de la “Península das Hespanhas”, como había prescrito el tratado de Évora Monte, Don Carlos y Don Miguel se dirigieron a lugares de Europa muy lejanos, uno a Italia el otro a Inglaterra, fue en el espacio británico donde se confundió de una manera más clara la causa de ambos pretendientes. El particular derecho británico en lo referido a la circulación de personas, lo convirtió en un lugar especialmente apetecible para los refugiados políticos. Muchas comunidades de exiliados se sucedieron en Londres durante la época de las revoluciones atlánticas.²⁷ Además, como se había demostrado durante la década anterior, su creciente centralidad financiera también atrajo a organizadores de insurrecciones. En junio de 1834, al llegar a Portsmouth, lo banquero alemán Maurice de Haber dio la bienvenida a Don Carlos. De Haber pocos meses antes se encontraba en Lisboa, donde había ofrecido un pacto a los británicos durante

26 Sobre la diplomacia británica y francesa y el papel de la Cuestión Oriental en la aceptación del regreso de Don Miguel al trono, ver Silbert (1998).

27 Freitag 2003.

el asedio. En el caso español lograría parecido éxito: ninguno. Los carlistas en Londres trataron de colocar un empréstito en la bolsa que habían negociado con la Casa Gower, la misma que había llevado a cabo el célebre “empréstito Don Miguel”.²⁸ La cabeza del miguelismo en Londres, Antonio Ribeiro Saraiva, colaboró a partir de 1834 con el pequeño grupo de carlistas que permanecieron en la capital británica liderados por el obispo de León. Cada pieza del Londres miguelista se tornó repentinamente carlista. Otro de los actores más activos fue William Walton que ya desde 1827, en su defensa de Don Miguel, hablaba de los “asuntos de España y Portugal”.²⁹ También varios de los legitimistas franceses, que al mando del mariscal de Bourmont viajaron a Portugal para luchar por el infante portugués, pasaron a España para hacerlo por el español. Algunos miguelistas portugueses siguieron el mismo recorrido, de Portugal a España, como el general Lemos.³⁰ Por otra parte, la invasión carlista de Portugal, sobre todo desde Galicia, fue un anhelo y un temor de muchos portugueses durante buena parte de la contienda civil al otro lado de la frontera.³¹

La Primera Guerra Carlista

El 26 de mayo de 1834, cuando Don Miguel pareció aceptar su derrota y abdicó en favor de su sobrina, el carlismo había mostrado ya su debilidad y su fuerza. Su debilidad, porque tras la muerte de Fernando VII los aparatos de la monarquía transitaron sin solución de continuidad a manos de la reina regente María Cristina, quien el 16 de abril de ese mismo año hizo publicar en la *Gaceta de Madrid*, el periódico oficial, el Estatuto Real, la carta otorgada que pretendía reconciliar las fuerzas del absolutismo reformista, del realismo templado, que habían dirigido la política de su marido frente a los retos del ultrarrealismo, con los liberales exiliados, algunos de los cuales habían emprendido su regreso a España desde la amnistía parcial de octubre de 1832. Pero el carlismo también

28 Wynne 2000, 361-382.

29 Paquette 2013a, 304; Walton 1827.

30 Despacho no. 167 de Flórez a Herro (Turín 10.11.1836), Fondo Carlista 9-31-32, 6696.

31 Ferreira 2007.

había tenido tiempo de mostrar su fortaleza, porque algunos oficiales del Ejército y de los Voluntario Realistas habían logrado organizar fuerzas y hacerse con el control más o menos firme de diferentes comarcas en las Provincias Vascongadas, Navarra, Aragón, Cataluña y el reino de Valencia, además de otros puntos aislados del resto del país. Don Carlos María Isidro pudo poner pie en territorio español, en la Navarra dominada por el carlismo, el 9 de julio, apenas seis semanas después de Évora Monte. Las condiciones para una guerra civil, que venía a prolongar la portuguesa al otro lado de la frontera, estaban por lo tanto dadas. El conflicto duró siete años, hasta 1840, y tuvo profundas consecuencias en la sociedad española. El carlismo configuró un espacio liberado en las provincias forales, las Vascongadas y Navarra, donde pudo construir instituciones estatales incluido un ejército propio, y pequeños reductos aislados en territorios de la Corona de Aragón. Desde estos núcleos puso en marcha expediciones destinadas a crear la oportunidad para que aquellos que esperaban que fuesen sus numerosos seguidores en el resto de España se incorporaran al proyecto de la sucesión “legítima”.

El legitimismo, según proclamaron a los cuatro vientos sus manifiestos y arengas, era además equivalente a la restauración de las instituciones “tradicionales” de la monarquía y de la religión. Una equivalencia que los isabelinos – monárquicos, católicos y no siempre liberales – no admitieron. Como tampoco lo hicieron muchos de los habitantes a los que convocaban los carlistas. Si las sucesivas expediciones por todo el país de ejércitos de Don Carlos pusieron de manifiesto que el Estado controlado por los partidarios de Isabel y sus fuerzas militares eran más débiles de lo esperado por sus seguidores y por los observadores extranjeros, no dieron por el contrario alas a una insurrección popular contra la “reina niña”. No existía en el espacio controlado por el bando isabelino, no obstante los estallidos revolucionarios en los veranos de 1835 y 1836 y la radicalización liberal que trajeron consigo, un apoyo masivo oculto a los legitimistas. La exclaustación de frailes y monjas, entre el verano de 1835 y 1837, sin duda proporcionó muchos voluntarios activos a Don Carlos y confirmó a sus partidarios en la convicción de que el poder isabelino pretendía acabar con el catolicismo, pero no reforzó el movimiento más que donde este se había consolidado. Lo más que el carlismo consiguió activar en el curso de sus expediciones fueron partidas guerrilleras que a menudo resultó difícil distinguir

por sus prácticas y su composición social de las gavillas de bandoleros que se habían multiplicado en España desde la Guerra del Francés.

En un país tan renitente a muchas de las medidas de los sucesivos programas reformistas que llegaron al poder desde la muerte de Fernando VII, algunos autores señalan que el interrogante a resolver es la incapacidad del carlismo en lograr un apoyo mayor.³² Tanto en la Guerra de la Convención, entre 1793 y 1795, como en la lucha contra los ejércitos napoleónicos, se había alentado desde las instituciones y muy particularmente desde la Iglesia Católica la movilización armada del pueblo frente a los extranjeros y los nacionales impíos. Las convocatorias tuvieron una amplia respuesta en los diferentes momentos bélicos en casi todo el territorio. Muchos de los que se sumaron al bando de Don Carlos, en 1833, habían luchado primero contra los franceses y luego contra el liberalismo en el Trienio (aunque por entonces ya con una distribución geográfica más restringida y parecida a la de la década de 1830), desentrañar el porqué de la regionalización de la contrarrevolución en su fase bélica final no es una cuestión impertinente, aunque sí difícil de afrontar.³³

Antes de hacerlo en negativo, es decir, de señalar qué elementos diferenciales tenían las regiones sumadas al carlismo, conviene recordar que a la altura de 1833 ya no había un realismo – entendido como movimiento de reacción al liberalismo –, sino varios realismos.³⁴ Pese a que las revoluciones de 1835 y sobre todo la del verano de 1836 llevasen al gobierno a los liberales, el bando isabelino mantuvo una fuerte componente no liberal, incluso antiliberal, y políticamente católica, que obtendría una amplia presencia en el entorno cortesano de la regente y la reina niña y en las filas del moderantismo, a partir de su constitución como tal en 1836. De ese conservadurismo no liberal pero dispuesto a pactar con el liberalismo más tibio, participarían desde la gran divisoria provocada por la guerra civil de la década de 1830 sectores minoritarios de las clases medias urbanas y notables rurales de todo el país.³⁵ Pero para entonces el enfrentamiento armado había creado un

32 Millán 2008.

33 Sobre las trayectorias de los combatientes carlistas en general, ver Rújula (2008, 48-53). Respecto al caso navarro, ver García-Sanz et Ruíz Astiz (2017).

34 Sobre la génesis y evolución de la cultura política realista en España, ver Luis (2014).

35 Rújula 2014.

foso entre el antiliberalismo legitimista y el antiliberalismo isabelino que solo en ocasiones muy específicas a lo largo de los años subsiguientes se pudo cerrar.

Los carlistas, a diferencia del miguelismo, no partieron de una posición de poder en los centros de la Monarquía. El triunfo del reformismo absolutista en la década de 1820, algunas de cuyas figuras procedían de las filas afrancesadas, y sobre todo el enfrentamiento abierto entre Fernando y su hermano y sus seguidores a partir del nacimiento de la hija del primero, Isabel, el 10 de octubre de 1830, permitió el relegamiento de los partidarios de Don Carlos en el Ejército y la Administración y el desarme de los Voluntarios Realistas antes de la muerte del monarca.³⁶ Por ello, cuando se produjo el inicio de la guerra, únicamente pudieron contar los carlistas con los batallones de Voluntarios Realistas presentes en las provincias forales, donde eran los organismos provinciales los que habían tenido a su cargo esas fuerzas.³⁷ El apoyo de esas estructuras administrativas provinciales y municipales vasco-navarras fue el que aseguró además la continuidad del esfuerzo bélico.³⁸ El “estado” carlista se redujo a la superposición de una corte, quizá demasiado amplia para las circunstancias en que se hallaba, y unas secretarías y dos órganos colegiados, sobre las administraciones provinciales reconstruidas en Álava, Guipúzcoa, Navarra y Vizcaya y una parte importante de los municipios de las cuatro provincias.³⁹ Desde este punto de vista, tuviera el foralismo el peso que tuviera en el proyecto carlista inicial, la organización foral en sí misma fue un instrumento decisivo para el éxito regional del carlismo.

Los otros focos regionales carlistas que dieron aliento a la lucha a lo largo de siete años no contaron con esos recursos político-administrativos. Los combatientes y sus apoyos civiles lograron dominar vastos espacios, aunque con mayor inestabilidad que sus correligionarios vasco-navarros, con el apoyo de grupos socialmente heterogéneos que tuvieron su cabeza en hacendados y otros notables de residencia rural.⁴⁰ No cabe separar la hegemonía del carlismo en esas áreas de determinados rasgos de las estructuras familiares y de sus redes clientelares

36 Sobre la evolución del absolutismo entre 1823 y 1833 y el avance de las posiciones reformistas, ver Luis (2002).

37 Bullón de Mendoza 1992.

38 Albi 2017.

39 Lázaro 1993.

40 Así al menos ocurrió en Cataluña, según Anguera (1995), y en Aragón, Rújula (1998).

ni de la integración en unas y otras de miembros del clero.⁴¹ Pero tampoco de la presencia de “cadenas de reciprocidad jerarquizada” que volvían creíble, a los ojos de los soldados de las facciones – campesinos, jornaleros, artesanos –, el “desorden conservador” que propugnaban sus líderes.⁴²

Quizá por carecer de esos recursos, quizá por estar situados mucho más lejos de las fronteras – y de las posibilidades que ofrecían para lanzarse a una guerra – o quizá porque tratar de defender el orden, enfrentándose con las armas en la mano a las autoridades civiles y militares, e incluso una parte de las eclesiásticas, y movilizándolo al pueblo, resultaba para muchos realistas una opción contradictoria o peligrosa, o quizá por todas estas razones a la vez, el carlismo no logró atraer a sus filas a todos los que convocó con confianza en una respuesta positiva, ni siquiera cuando llevó a las ciudades y pueblos de todo el país la presencia de tropas y del propio Pretendiente. La dinámica bélica, y más en una guerra civil sangrienta en la que cada parte hacía de cada enemigo un reo de alta traición (al menos hasta el Convenio Eliot de abril de 1835), convirtió las opciones estratégicas de seguir a la reina o al Pretendiente en caminos separados por un foso profundo e insalvable. La incapacidad carlista para lograr el apoyo activo de esa opinión antiliberal o al menos no liberal fue la clave de su aislamiento geográfico, del agotamiento de sus medios financieros y humanos y de su derrota, precedida por la división interna. Por su parte, la presencia de voluntarios extranjeros en las filas del Pretendiente logró plasmar que la causa de Don Carlos no era solo española y le otorgó algunos medios materiales y algunos recursos diplomáticos y de inteligencia. No fue sin embargo un instrumento militar eficaz que pudiese evitar el negativo fin para el legitimismo. Más importancia tuvo en el éxito de sus oponentes la colaboración francesa, británica y del liberalismo portugués.

La derrota llegó tras siete años de guerra, obligando al bando isabelino a ceder a la movilización del pueblo liberal y a permitir medidas radicales en determinados terrenos. Una derrota que exigió además una transacción con la foralidad que suponía su permanencia incoherente en el proyecto centralizador del liberalismo. La duración, la regionalización y la crueldad de la guerra tuvieron

41 Como señalábamos Martínez Dorado et Pan-Montojo (2000).

42 Los conceptos proceden de Millán (2008, 78-79).

por otra parte como consecuencia la forja de un movimiento legitimista de gran cohesión, llamado a ejercer un papel político nada secundario durante el resto del siglo XIX e incluso en el XX.

Razones de una intermitencia: la persistencia y transformación del carlismo posterior a 1840

Después de 1840, el carlismo cobró sentido para muchos españoles en sucesivos contextos revolucionarios. Se trataba de una cultura política disponible, que ya contaba con símbolos en los que reconocerse, héroes que emular, canciones que entonar y banderas que ondear. El carlismo en determinadas ocasiones, más que en otras, *tenía razón* y ofrecía una potente panoplia de recursos para afirmarlo. Esa condición de experiencia ya digerida, de identidad ya trabajada, lo convirtió en el vehículo de las intenciones políticas de una parte de los españoles. La resurrección como “amalgama contrarrevolucionaria” se produjo en especial en esas dos encrucijadas que alumbraron sendas guerras civiles, pero también en otras fechas significativas. Por ejemplo, en 1931 al inicio de la Segunda República, el carlismo experimentó una revigorización aunque no desembocara en un levantamiento inmediato.⁴³ Esa pervivencia y esos regresos se sujetaron en cuatro estribos principales: la tradición familiar, la continuidad dinástica, la reivindicación foral y la situación de la Iglesia Católica.

Al margen de los numerosos conversos alejados familiar y geográficamente del carlismo, entre los que en el XIX se contaron algunos líderes como el gallego Cándido Nocedal o el valenciano Aparisi y Guizarro, estos retornos al centro de la escena se hicieron notar sobre todo en las regiones que ya en el conflicto original habían quedado delimitadas.⁴⁴ Esa persistencia espacial apunta a un carlismo heredado que atraviesa generaciones. La memoria de las guerras pasadas en el seno de la familia desempeñó un papel fundamental. Pero al mismo tiempo los carlistas

43 Canal 2006, 96.

44 Sobre ambos “conversos” es ilustrativo el discurso necrológico que el primero dedicó al segundo en la Real Academia Española, ver Nocedal (1873).

dieron muestras de un notable dinamismo. Sus medios publicísticos y sus formas de movilización fueron adaptándose a nuevos repertorios de acción política, no solo por imitación de sus rivales, ya que también acreditaron un grado apreciable de innovación propia. El recuerdo de las viejas derrotas, la conmemoración de efemérides y la teorización retrospectiva, así como el creciente cultivo de una historiografía propia, invitan a comparar esta apuesta con los procesos tantas veces llamados de “invención de la tradición”.⁴⁵ En el caso del carlismo, la cultura política era vivida con una familiaridad que trascendía los muros de cada hogar: los carlistas desarrollaron nuevas formas de sociabilidad que recreaban los vínculos comunitarios. Una mayoría de los carlistas durante buena parte de su historia prefirieron el nombre de “comunidad” al de “partido”. En todo ello, el papel desempeñado por la dinastía era determinante. La propia Princesa de Beira, como madre de la primera familia de ese reino de familias, transmitió a su nietastro Carlos (VII) la memoria del antiguo carlismo.⁴⁶

La relevancia de la familia real en el carlismo tardío se hizo notar en un sentido negativo. Una confusión dinástica, con multiplicación de pretendientes simultáneos, apareció como causa tanto como consecuencia en las crisis más graves del carlismo posterior a 1840. El carlismo por tanto constituyó un discurso disponible que se activó en circunstancias de aceleración política en un sentido revolucionario y, por otro lado, una cultura política heredada y recreada familiarmente en especial en las regiones donde mayor apoyo había registrado el carlismo en la Guerra de los Siete Años. En esos sucesivos despertares del carlismo, no solo fueron relevantes las circunstancias externas al propio carlismo sino también las decisiones de sus propios miembros, muy en particular de sus príncipes. Si ya en 1827 muchos de los *malcontents* catalanes aclamaron a Don Carlos, su pasividad al respecto abortó cualquier posibilidad de una guerra dinástica. A partir de 1872, la disponibilidad de Carlos de Borbón Austria-Este para convertirse en Carlos VII contribuyó de forma decisiva a la movilización. Sin embargo, todas las intenciones del conde de Montemolín, el primer heredero del Don Carlos original, fracasaron en provocar una guerra de dimensiones similares. La historia de la década de 1840, la primera

45 Rújula 2003.

46 Canal 2006, 19-47; 237-275; Canal 2000.

posguerra, contiene las piezas centrales de ese edificio de guerra y paz en el que tuvo que moverse el carlismo.

El secreto lo revelaba Thomas MacMahon Hughes, un literato y viajero irlandés que residió varios años en España, en el año constitucional de 1845. Sin mayores complicaciones señalaba la suspensión de la venta de los bienes eclesiásticos como una de las consecuencias principales del “*régime* semi-carlista de Narváez”.⁴⁷ Ese *régime* al que apuntaba sería confirmado en 1851 con la firma de un concordato con Roma. Entre ambos momentos, se sumaron tropas españolas a la expedición francesa en defensa del pontífice romano en 1849. Una participación incomprensible, por su irrelevancia en términos militares, si no se explica como una inteligente maniobra en la construcción de ese *régime*.⁴⁸ El proceso de desamortización eclesiástica, la ruptura de las relaciones diplomática con Roma, la exclaustación de miles de religiosos, el exilio de obispos y el nombramiento de otros no reconocidos por el pontífice eran elementos inescindibles de la contestación carlista. La “tranquilidad de las conciencias”, como paso previo para destruir la oposición carlista y el distanciamiento católico, fue un concepto repetido en aquellos años. El enfrentamiento del régimen salido de la guerra con la Iglesia católica era una fuente segura de inestabilidad. A cerrar ese escape estaban destinadas las sucesivas medidas de adecuación con Roma. La “tranquilidad de las conciencias” era necesaria para la pervivencia de la paz alcanzada en 1840. La suspensión de la desamortización, el concordato y la publicitada expedición a Italia conformaron un Vergara en diferido en lo relativo a esas temidas conciencias. El *régime* de los moderados también aseguró los fueros prometidos en Vergara contra lo aprobado por Espartero en 1841. Aunque los fueros no estuvieran entre las causas originales del carlismo, es indudable que desde los primeros años de la contienda el legitimismo se vinculó a su defensa, aunque en algunos casos sólo fuera retóricamente.⁴⁹ Ambas patas, junto a las medidas antirrevolucionarias, construyeron ese supuesto *régime semi-carlista* que alcanzó cierta densidad constitucional en sucesivas actuaciones legislativas. La denominación es discutible

47 Hughes 1845, 350.

48 Pascual 2000.

49 Urquijo 1985.

y si se acepta, hay que subrayar que la parte no carlista de ese *régime* era la del león: abolición de señoríos, desvinculación, aprobación de una constitución parlamentaria, progresiva codificación, supresión de las Juntas de Fe, parcial desamortización, derrota dinástica etc. Su apunte no dejaba empero de ilustrar el precio cobrado para el mantenimiento de la paz. Esa parte del león no fue otra cosa que la fundación de un Estado y una sociedad nueva, al menos en sus bases y tendencias, y la cancelación definitiva de los fundamentos de la antigua monarquía. Por eso también el carlismo tardío obedeció a una obligada reinvencción, en tanto que no respondía a los estertores de una monarquía global del antiguo régimen, sino a la disputa en el seno de un estado europeo para definir sus contornos y colores constitucionales.

Eran la anatomía de una paz, la moderada de la década de 1844-1854, en la que el carlismo, por más que su príncipe se prestara a ello, no logró prender más allá de algunas zonas de Cataluña en la difícil coyuntura del 46-49. En esa paz, no solo se mostraron satisfechos los que durante la primera guerra habían sostenido la causa de Don Carlos. Por su parte en la Segunda Guerra (1872-76), fueristas antaño isabelinos y católicos que habían aceptado la bandera moderada se integraron en las filas del carlismo. Los tambores de guerra sonaron siempre que esas condiciones originales, Dios y fueros, peligraron, sumándose una más antes no cuestionada y de efectos más generales que la foralidad: la monarquía. Las dos repúblicas españolas vieron su fin con los carlistas movilizados.

Aquí cabría sugerir una razón de peso para la menor pervivencia del miguelismo. Su derrota fue mayor, no solo por su velocidad, sino también porque no hubo transacción alguna para la paz, sino una rendición casi incondicional del soberano absoluto frente a su hermano. Sus últimos intentos de restaurar al monarca en la década de 1840 pusieron de manifiesto que los partidarios de movilizar al pueblo al modo carlista eran minoría entre sus dirigentes.⁵⁰ Por su parte, la monarquía liberal portuguesa que vio rotas sus relaciones con la Santa Sede en 1833, también se avino a dar marchas atrás – como los moderados españoles – e hizo muchas concesiones al Vaticano en 1848.⁵¹ Las razones

50 Brissos 1997.

51 Neto 1993.

para un nuevo levantamiento, frente a la amenaza republicana, no se dieron al menos hasta 1911 y por entonces el miguelismo formaba parte de una memoria desvaída. Por otra parte, es indudable que la menor regionalización de sus apoyos, su cambiante geografía, dificultó las posibilidades de reproducción y recreación en una cultura política de la potencia del carlismo tardío.⁵² Bien es verdad que hasta la muerte de Don Miguel la esperanza de su retorno persistió entre sus fieles en decrecimiento constante y casi con los tonos místicos que tuvo desde el principio el legitimismo francés.⁵³

El declive definitivo del carlismo ya en el segundo siglo XX también atendió a esas dos vertientes que habían asegurado la paz hasta 1868. El fracaso entre guipuzcoanos y vizcaínos de la movilización carlista de 1936 por el viaje de sus antiguos partidarios a un nacionalismo vasco surgido de las contradicciones de la industrialización, de la extensión de nuevas propuestas de lo nacional por la Península Ibérica y de la pérdida de los últimos restos del Imperio, no pudo ser remediado con la concesión del gobierno de las “provincias traidoras” a linajes procedentes del carlismo. La muerte de éxito en ambos principios activos que le deparó el franquismo (con su nacionalcatolicismo y sus conciertos económicos para Álava y Navarra) y la secularización de la sociedad española acelerada desde la década de 1960 serían su puntilla definitiva.⁵⁴

Conclusión

A partir de la crisis que se desencadenó en las monarquías portuguesa y española desde la invasión francesa en 1807, la Península Ibérica se convirtió en un espacio geoestratégico decisivo en la subsecuente crisis atlántica que se resolvió en los siguientes treinta años. La proximidad dinástica, la yuxtaposición geográfica y la común dimensión imperial de ambas monarquías, además del interés de los Estados francés y británico en mantenerlas bajo su influencia, vinculó ambas crisis

52 Como ya señalaba Monteiro (2008).

53 Ferreira 2007.

54 Caspistegui 1997.

de una manera definitiva. Canning señalaba en el parlamento en 1827, al celebrar el establecimiento de un régimen de carta en Portugal gracias a la defensa británica del reformismo pedrista frente a las asechanzas absolutistas, que la invasión francesa de España en 1823, que había puesto fin al régimen liberal, había constituido una afrenta para Inglaterra y que esta la había respondido, haciendo que “existiese” un “nuevo mundo” para corregir el equilibrio del “viejo”, de modo que España estaba ocupada por Francia pero se trataba de una España sin colonias.⁵⁵ Todavía en años sucesivos, la negativa carlista a admitir la independencia de América manifiesta la plena vinculación de la suerte de los revolucionarios y los contrarrevolucionarios a la implosión de los imperios ibéricos.

Las guerras de sucesión ibéricas cabe contemplarlas desde ese punto de partida, pese a que su desarrollo entrelazado desembocase en soluciones diferentes. La cronología de la muerte de los respectivos monarcas determinó en gran medida los acontecimientos y las divergencias de los distintos legitimismos. En Portugal, el absolutismo se vio retado por un movimiento revolucionario liderado por el hermano del rey y antiguo soberano de Brasil. Los rebeldes, que triunfaron con el apoyo británico y francés y a última hora del isabelismo español, reunieron a su alrededor a quienes con proyectos diversos querían acabar con el Antiguo Régimen. Por el contrario, en España, la muerte del rey Fernando VII dejó los aparatos estatales en manos del absolutismo reformista, arropado desde abril de 1834 por la Cuádruple Alianza. El carlismo si quería triunfar tenía que optar por una acción violenta desde fuera de las instituciones, aunque fuese una rebelión en defensa del orden, y movilizar al pueblo en nombre de la alianza del trono y el altar, contra quien ocupaba de hecho el trono y contra la inmensa mayoría de sus servidores civiles y militares, una opción que acabó revelándose imposible.

La regionalización forzada del movimiento carlista fue la causa de su derrota, pero también de su capacidad de resistencia. Mientras que en Portugal una geografía variable de resistencias a liberalismo y una experiencia de poder del realismo entre 1828 y 1832, que reunió en el entorno cortesano a muchos líderes locales y regionales de la causa, debilitaron la herencia miguelista, en España la

55 Citado en Silbert (1998, 106). Para el discurso íntegro de Canning, véase la nota 19.

concentración territorial fue la causa de la derrota del carlismo, pero también la razón última de su capacidad de resistencia y de la aparición de solidaridades entre dirigentes y soldados que se mostraron resistentes al paso del tiempo. De la duración del conflicto español de la década de 1830 se derivó la construcción de un proyecto minoritario, pero con una clara capacidad de pervivencia, frente al progresivo declive del miguelismo. Nacidos en un mismo tiempo, en una crisis imperial semejante, bajo el peso de proyectos internacionales que hicieron de la Península Ibérica un tablero de juego único, con interacciones continuas y protagonistas paralelos, y en algunos casos comunes, los contrarrevolucionarios de ambos países dejaron legados muy diferentes.

BIBLIOGRAFIA

- “Address On The King’s Message, Respecting Portugal.” 1826. In *Hansard Parliamentary Debates*, 2d series, Vol. 16, 350-98. London: Parliamentary Digital Service. URL: <https://api.parliament.uk/historic-hansard/commons/1826/dec/12/address-on-the-kings-message-respecting>.
- Adelman, Jeremy. 2008. “An Age of Imperial Revolutions.” *The American Historical Review* 113 (2): 4-34.
- Albi de la Cuesta, Julio. 2017. *El Ejército Carlista del Norte (1833-1839)*. Madrid: Desperta Ferro.
- Anguera, Pere. 1995. *Déu, Rei i Fam. El Primer Carlisme a Catalunya*. Barcelona: Publicacions de l’Abadía de Montserrat.
- Armitage, David. 2013. *The Foundations of Modern International Thought*. Cambridge: University Press.
- Brissos, José. 1997. *A Insurreição Miguelista nas Resistências a Costa Cabral, 1842-1847*. Lisboa: Colibri.
- Bron, Grégoire. 2015. “Learning Lessons from the Iberian Peninsula: Italian Exiles and the Making of a Risorgimento Without People, 1820-1848.” In *Mediterranean Diasporas. Politics and Ideas in the Long 19th Century*, eds. Maurizio Isabella, et Konstatina Zanou, 59-76. Londres: Bloomsbury.
- Bullen, Roger. 1979. “The Great Powers and the Iberian Peninsula, 1815-48.” In *Europe’s Balance of Power*, ed. Alan Sked, 54-78. Londres: Macmillan.
- Bullón de Mendoza y Gómez de la Valugera, Alfonso. 1992. *La Primera Guerra Carlista*. Madrid: Actas.
- Canal, Jordi. 2000. *El Carlismo. Dos Siglos de Contrarrevolución en España*. Madrid: Alianza Editorial.
- . 2006. *Banderas Blancas, Boinas Rojas. Una Historia Política del Carlismo, 1876-1939*. Madrid: Marcial Pons.
- . 2012. “Guerras Civiles en Europa en el Siglo XIX o Guerra Civil Europea.” In *Guerras Civiles. Una Clave para Entender la Europa de los Siglos XIX y XX*, eds. Eduardo González Calleja, et Jordi Canal, 25-38. Madrid: Casa de Velázquez.
- Cantillo, Alejandro del. 1843. *Tratados, Convenios y Declaraciones de Paz y de Comercio que Han Hecho con las Potencias Etranjeras los Monarcas Españoles de la Casa de Borbón: Desde el Año de 1700 hasta el Día: Puestos en Orden e Ilustrados Muchos de Ellos con la Historia de Sus Respectivas Negociaciones*. Madrid: Imprensa de Alegría y Charlaín.
- Caspistegui, Francisco Javier. 1997. *El Naufragio de las Ortodoxias: El Carlismo, 1962-1977*. Pamplona: Eunsa.
- Clavin, Patricia. 2010. “Time, Manner, Place: Writing Modern European History in Global, Transnational and International Contexts.” *European History Quarterly* 40 (4):624-40.
- Cossart, Brice. 2013. “Global Lives: Writing Global History with a Biographical Approach.” *Entremons. UPF Journal of World History* 5:1-14.
- Davis, Kathleen. 2008. *Periodization and Sovereignty. How Ideas of Feudalism and Secularization Govern the Politics of Time*. Filadelfia: University of Pennsylvania Press.
- Estadística del Personal y Vicisitudes de las Cortes y de los Ministerios de España desde el 29 de Setiembre de 1833 en que Falleció el Rey D. Fernando VII hasta el 11 de Setiembre de 1858 en que se Disolvió el Congreso de los Diputados*. 1858. Madrid: Imprenta Nacional.
- Estrada, Vincent d’. 1827. *Réve d’un Espagnol ou Entretien de Canning et Castlereagh aux Enfers*. Paris: Chez les Marchands de Nouveautés.

- Fernández Martín, Luis. 1954. *El General D. Francisco Longa y la Intervención Española en Portugal 1826, 1827*. Bilbao: Junta de Cultura.
- Ferreira, Fátima Sá e Melo. 2007. "Don Miguel e i Suoi Doppi." *Memoria e Ricerca* 24:69-93.
- Freitag, Sabine, et Rudolf Muhs, eds. 2003. *Exiles from European Revolutions. Refugees in Mid-Victorian England*. New York: Berghan Books.
- Fondo Carlista. Real Academia de la Historia, Madrid.
- García-Sanz Marcotegui, Ángel, et Javier Ruiz Astiz. 2017. *Militares y Carlistas Navarros (1833-1849)*. Pamplona: UPNA.
- Gervaisais, Nicolas Louis Marie Magon La. 1828. *La Peninsule en Tutelle*. Paris: Pihan de la Forest.
- Gonçalves, Andrea Lisly. 2013. "A Luta de Brasileiros contra o Miguelismo em Portugal (1828-1834): O Caso do Homem Preto Luciano Augusto." *Revista Brasileira de Historia* 33 (65):211-34.
- Hughes, Terence Mac Mahon. 1845. *Revelations of Spain in 1845*. Londres: Colburn.
- Lázaro Torres, Rosa María. 1993. *El Poder de los Carlistas. Evolución y Declive de Un Estado, 1833-1839*. Madrid: Edición de la autora.
- Lousada, María Alexandra, et Fátima Sá e Melo Ferreira. 2006. *D. Miguel*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Luis, Jean-Philippe. 2002. *L'Utopie Réactionnaire. Épuración et Modernisation de l'État dans l'Espagne de la Fin de l'Ancien Régime (1823-1834)*. Madrid: Casa de Velázquez.
- . 2014. "La Construcción Inacabada de Una Cultura Política Realista." In *Historia de las Culturas Políticas en España y América. I. La Creación de las Culturas Políticas Modernas, 1808-1833*, coord. Miguel Ángel Cabrera, et Juan Pro, 319-45. Madrid: PUZ/Marcial Pons.
- Martínez Dorado, Gloria, et Juan Pan-Montojo. 2000. "El Primer Carlismo, 1833-1840." *Ayer* 38:35-64.
- Mercurio de España*. 1825. Tomo 2 (Agosto de 1825). Madrid: Imprenta Real.
- Miguelsanz, Carlos. 2012. *Biografía del Cardenal Franciscano Fray Cirilo Alameda y Brea*. Córdoba: Asociación Española de Estudios Franciscanos.
- Millán, Jesús. 2008. "A Salvo del Desorden Conservador: Carlismo y Oligarquías no Carlistas en la España de la Revolución Liberal." In *El Carlismo en Su Tiempo. Geografías de la Contrarrevolución. I Jornadas de Estudio del Carlismo. 18-21 de Septiembre 2007, Estella. Actas*, 65-98. Pamplona: Fondo de Publicaciones del Gobierno de Navarra.
- Monteiro, António Manuel. 2008. "Portugal. Outras Geografías." In *El Carlismo en Su Tiempo. Geografías de la Contrarrevolución. I Jornadas de Estudio del Carlismo. 18-21 de Septiembre 2007, Estella. Actas*, 145-152. Pamplona: Fondo de Publicaciones del Gobierno de Navarra.
- Moral, Joaquín del. 1975. "Las Sociedad Secretas 'Ultrarrealistas' de España y Portugal (1821-1832)." *Sistema* 8:31-56.
- Neto, José. 1993. "O Estado e a Igreja." In *História de Portugal*, dir. José Mattoso. Vol. 5, *O Liberalismo (1807-1890)*, coord. Luís Reis Torgal, et João Lourenço Roque, 265-84. Lisboa: Estampa.
- Nocedal, Cándido. 1873. *Discurso Necrológico de D. Antonio Aparisi y Guijarro Leído en la Real Academia Española por Don Cándido Nocedal*. Madrid: Real Academia Española.
- Paquette, Gabriel. 2013a. *Imperial Portugal in the Age of Atlantic Revolutions*. Cambridge: University Press.
- . 2013b. "The Brazilian Origins of the 1826 Portuguese Constitution." In *Connections after Colonialism*, eds. Matthew Brown, et Gabriel Paquette, 108-38. Tuscaloosa: University of Alabama Press.

- . 2015. “An Itinerant Liberal: Almeida Garrett’s Exilic Itineraries and Political Ideas in the Age of Southern European evolutions (1820-34).” In *Mediterranean Diasporas. Politics and Ideas in the Long 19th Century*, eds. Maurizio Isabella, et Konstatina Zanou, 41-55. Londres: Bloomsbury.
- Pascual Sastre, I. M. 2000. “Gobierno y Diplomacia Españoles ante la República Romana de 1849 ¿Política Exterior o Interior?” In *España y la República Romana de 1849*, ed. Manuel Espadas Burgos, 93-137. Roma: CSIC/Escuela Española de Historia y Arqueología en Roma.
- Pérez Núñez, Javier. 2017. “Los Amigos de Espartero: La Construcción de la Red de los Ayacucho.” *Ayer* 105:77-102.
- Pérez Vejo, Tomás. 2010. *Elegía Criolla. Una Reinterpretación de las Guerras de Independencia Hispanoamericanas*. México: Tusquets.
- Portillo, José M. 2006. *Crisis Atlántica. Autonomía e Independencia en la Crisis de la Monarquía Hispánica*. Madrid: Marcial Pons.
- Protásio, Daniel Estudante. 2016. “Francisco de Zea Bermúdez e Alguns Aspectos da Política Externa Portuguesa do Seu Tempo (1828-1834).” In *Hispania Nova* 14:24-43.
- Rotschild, Emma. 2005. “Language and Empire.” *Historical Research* 78:208-29.
- Rújula, Pedro. 1998. *Contrarrevolución. Realismo y Carlismo en Aragón y el Maestrazgo*. Zaragoza: PUZ.
- . 2003. “Recordar la Muerte, Conmemorar la Historia. La Fiesta de los Mártires de la Tradición.” *Ayer* 57:67-85.
- . 2008. “La Guerra como Aprendizaje Político. De la Guerra de Independencia a las Guerras Carlistas.” In *El Carlismo en Su Tiempo. Geografías de la Contrarrevolución. I Jornadas de Estudio del Carlismo. 18-21 de Septiembre 2007, Estella. Actas*, 41-63. Pamplona: Fondo de Publicaciones del Gobierno de Navarra.
- . 2014. “El Antiliberalismo Reaccionario.” In *Historia de las Culturas Políticas en España y América Latina. II. La España Liberal. 1833-1874*, coord. María Cruz Romeo, et María Sierra, 377-410. Madrid: PUZ/Marcial Pons.
- Silbert, Albert. 1998. “A França e a Política Portuguesa de 1825 a 1830.” In *Portugal na Europa Oitocentista*, 85-118. Lisboa: Salamandra.
- Simal, Juan Luis. 2012. *Emigrados: España y el Exilio Internacional*. Madrid: CEPC.
- Stapelton, Augustus Grenville. 1859. *George Canning and his Times*. London: Parker and Son.
- Spanien Diplomatische Korrespondenz. Haus-, Hof- und Staatsarchiv. Österreichs Staatsarchiv, Wien.
- Suárez, Federico, et Ana María Berazaluce, eds. 1968. *Documentos del Reinado de Fernando VII*. Vol. 2. Pamplona: Eunsá.
- Tarnavasio, Marcela. 2017. “Diplomacia, Linaje y Política Durante la Crisis de las Monarquías Ibéricas. Disputas en torno a la Candidatura de Carlota Joaquina de Borbón entre 1808 y 1810.” *Historia y Política* 38 (julio/diciembre):163-93.
- Torre, Hipólito De la. 2000. “Unidad y Dualismo Peninsular: El Papel del Factor Externo.” *Ayer* 37:11-38.
- Urquijo Goitia, José Ramón. 1985. “Represión y Disidencia durante la Primera Guerra Carlista. La Policía Carlista.” *Hispania* 45 (159):131-86.
- Walton, William. 1827. *A Letter to the Most Noble the Marquess of Lansdown on the Affairs of Portugal and Spain: More Particularly as Regards the Crisis Likely to Ensur by the Return of the Infante Dom Miguel Armed with Power to the Portuguese Territory*. Londres: Ridway.
- Wynne, William H. 2000. *State Insolvency and Foreign Bondholders. II*. Washington D. C.: Beard Books.

MODERADOS E ULTRAS NA REGÊNCIA E NO REINADO DE D. MIGUEL (1828-1834)

Daniel Estudante Protásio

Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Centro de História
Universidade de Coimbra, CEIS20

Enquadramento conceptual prévio

Todos os regimes políticos posteriores à Revolução Francesa podem, em teoria, ser distribuídos conceptualmente por vários sectores político-ideológicos e classificados segundo diversos pares de conceitos, sejam eles conservadores ou progressistas, elitistas ou populares, moderados ou radicais. No caso dos seis anos em causa, e sem cair em anacronismos de linguagem, fala-se em moderação dentro do grupo abrangente dos realistas, isto é, dos que, após a revolução de 24 de Agosto de 1820 e da Vila-Francada de 1823, pugnavam por uma solução institucional interna que passasse por um poder operacional ou absoluto por parte do rei português. E, variando as interpretações, entre os conservadores, do que seria o grau de acção régio, também se perfilavam, por oposição aos realistas ou moderados, os chamados ultra-realistas ou ultras. Estes eram os elementos que consideravam desnecessárias as Cortes tradicionalistas de Lisboa de 1828. Defensores fervorosos das alçadas político-militares e judiciais. Desejavam um Portugal livre de diplomatas,

militares e negociantes estrangeiros (sobretudo dos *heréticos* ingleses), e um reino sem relações diplomáticas com outros Estados europeus.

Assim, fala-se em moderados e em ultras dentro do realismo português e no movimento de apoio a D. Miguel, durante a sua regência e o seu reinado. Mesmo referindo-se ao período das Archotadas, de Julho de 1827 (embora escrevendo já em Março de 1828), o visconde de Santarém menciona “dois Partidos [sic] . . . o que sustentava a influência democrática . . . e o ultra-realista” e um terceiro, o “Partido Realista”, o dos moderados. Refere-se, ainda, ao “Partido ultra-realista de Lisboa”. Já depois da queda de D. Miguel, designa Francisco de Alpoim e Meneses, publicista e ex-adido de legação, como “furibundo miguelista e grande partidista da monarquia absoluta”. Quanto ao conde da Ponte, enviado oficioso de D. Miguel em Paris e cunhado de Santarém, ironiza ao falar, em 1829, em “Apostólicos ou mais realistas do que El-Rei”.¹ Em Espanha, Josep Fontana considera 1823-1824 como o momento histórico em que o “*partido apostólico*” se define como terceira força política, contra os liberais e os “*absolutistas moderados que dominan el gobierno*”. Jean-Philippe Luis refere “*l’esquisse d’une troisième voie*” na mesma época.²

Da necessidade de uma análise prosopográfica/ideológica das elites políticas e intelectuais deste período

Embora já há muitos anos que estão estudadas, por Maria Alexandre Lousada, Maria Teresa Mónica, José Brissos e Fátima Sá Melo e Ferreira, as opções por D. Maria II ou por D. Miguel I e as movimentações políticas dos que permaneceram miguelistas após a Convenção de Évora Monte, até 1847,³ considero continuarem por explicar muitas das conexões e opções daqueles que serviram D. Miguel, regente e rei (seja entendido como *de facto*, como *de jure*), em diferentes áreas. A saber: na governação civil e militar; na diplomacia oficial e oficiosa e na representação consular; nas estruturas de aconselhamento

1 2.º visconde de Santarém 1827, maço 4, fol. 38; maço 10, fol. 32; Martins 1918-19, 2:218; 5:314; 2.º visconde de Santarém 1914, 259.

2 Fontana 2006, 139; Luis 2002, 127.

3 Lousada 1987; Mónica 1997; Brissos 1997; Ferreira 2002.

(Conselhos de Estado e Cortes de Lisboa de 1828);⁴ na reforma da universidade, censura da imprensa e Academia das Ciências de Lisboa. E até que ponto se dividiram em moderados e ultras.

Ignora-se deliberadamente, no caso das elites governativas e intelectuais associadas a D. Miguel, o mito e lugar-comum de que quem administrou Portugal, na sua totalidade territorial metropolitana durante vários anos – apesar dos horrores da perseguição política, da guerra civil e da imposição da censura prévia à imprensa –, não sabia liderar e pensar estrategicamente. Provar-se-á o contrário.

Um primeiro momento é dedicado a esquematizar algumas conexões entre figuras do regime miguelista e certas similitudes de posicionamento ideológico. Sempre com a ressalva, natural, de que se trata de personalidades em relação às quais os testemunhos directos e as fontes impressas são raros.⁵ Vigoram ainda as palavras de José-Augusto França, proferidas em 1984, quando refere que

falta-nos a história seguida do reinado miguelista no seu país governado e coerentemente dominado, entre o direito apregoado e a força sustentada. Governado por ministros de que ignoramos, em vários casos, os nomes e as datas exactas de função. . . . No entanto, esses ministros entraram e saíram conforme interesses e influências, correntes de forças e intrigas, tal como, ao mesmo tempo, acontecia do lado liberal, em que tudo sabemos do eterno duelo Palmela-Saldanha, de Mouzinho da Silveira e de Silva Carvalho. . . . Cadaval, *S. Lourenço* e Santarém não eram a mesma coisa que Basto e *Barbacena*, no quadro do miguelismo, e *o seu Rei, mais ainda do que D. Pedro, vivia do precário equilíbrio de facções que vagamente conhecemos*.⁶

4 Recuperadas de um passado histórico longínquo como as últimas do Antigo Regime e vistas, por quem as viveu e defendeu, como legitimadoras, interna e externamente, da monarquia de D. Miguel.

5 Com a excepção de importantíssimos relatos memorialísticos, como os do tenente-general Póvoas (Soriano 1882-90, 7:548-63) e os editados por Palma-Ferreira ([1833-34] 1982) e por Mónica (1990).

6 França 1984, 486-87 (itálicos meus).

Sem a veicidade de esgotar o assunto, eis alguns quadros sinópticos de figuras-chave da época:

Quadro 1:

Oito figuras passíveis de classificação como moderadas

Nome	Funções exercidas	Parentesco
Duque de Cadaval	Conselheiro de Estado desde 1823. Ministro Assistente ao Despacho em 1828-1831. Coronel-general dos Voluntários Realistas em 1828, com a graduação de marechal-de-campo. Marechal graduado do Exército e comandante das tropas de Lisboa e da província da Estremadura, com assento oficioso no Conselho de Ministros, em 1832-1833.	Parente da família real, irmão mais velho do duque de Lafões. Pede e obtém a exoneração após a demissão dada a Barbosa de Magalhães em 1831.
Duque de Lafões	Brigadeiro dos Voluntários Realistas. Governador militar do Porto em 1831-1833. Ajudante-de-ordens e secretário particular de D. Miguel em Braga e Coimbra, 1832-1833.	Irmão mais novo do duque de Cadaval.
João de Matos Vasconcelos Barbosa de Magalhães	Ministro da Justiça em 1829-1831. Exilado em Abrantes a partir de 1831, após a Questão Roussin. Ali morre em 1833.	Colaborador próximo do duque de Cadaval.
Conde de Vila Real	Brigadeiro. Ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros durante a regência de D. Miguel (1828).	Cunhado do marquês de Palmela.
Visconde de Santarém	Ministro dos Negócios Estrangeiros, 1828-1834. Conselheiro de Estado. Autor do <i>Manifesto de Sua Majestade Fidelíssima</i> , de 1832. Sócio livre da Academia das Ciências de Lisboa.	Parente e chefe dos condes da Ponte e da Figueira e do visconde de Asseca.
Bispo de Viseu, D. Francisco Alexandre Lobo	Ministro do Reino em 1826-1827. Conselheiro de Estado. Reformador dos Estudos em 1828-1831. Sócio livre da Academia das Ciências de Lisboa.	Colaborador próximo do duque de Cadaval e seu biógrafo. Pede para ser exonerado em 1831, após demissão do duque. ⁷
Visconde de Peso da Régua	Tenente-general efectivo desde 28.12.1826. Governador militar de Trás-os-Montes (1828-1829) e da Corte e Estremadura (1832-1833).	Tio do visconde de Santa Marta.
Visconde de Santa Marta	Governador militar do Minho (1831-1833). Tenente-general graduado (26.10.1832). Chefe do Exército de Operações do Cerco do Porto (1832-1833).	Sobrinho do visconde de Peso da Régua.

⁷ Castro 2002, 1:823.

Quadro 2:

Oito figuras passíveis de classificação como ultra-realistas

Nome	Funções exercidas	Parentesco
Conde de Basto	Ministro efectivo do Reino e interino da Marinha e Ultramar, 1828-1833.	Desembargador do Paço. Antigo magistrado no processo de Gomes Freire de Andrade (1817).
Conde de Rio Pardo	Ministro da Guerra, 1828-1829.	
Luís de Paula Furtado Rio de Mendonça	Ministro da Justiça, 1828-1829 e 1831-1834.	Irmão do conde de Barbacena.
Padre doutor António José Guião	Chanceler da Casa da Suplicação, 1831. Ministro do Reino e da Fazenda, 1833-1834.	Antigo magistrado no processo de Gomes Freire (1817).
Arcebispo de Évora, D. Frei Fortunato de São Boaventura	Reformador dos Estudos, 1831-1833. Sócio livre da Academia das Ciências de Lisboa.	
José Agostinho de Macedo	Pregador da Coroa. Cronista do Reino.	
António Ribeiro Saraiva	Secretário de legação em Londres, 1829-1831. Encarregado de Negócios em Londres, 1831-1834.	Filho do conselheiro de Estado e magistrado José Ribeiro Saraiva.
Marechal-de-campo Joaquim Teles Jordão	Governador da Torre de São Julião da Barra em 1828 e em 1833.	Pai do capitão e ajudante-de-ordens homónimo.

Quadro 3:

Cinco figuras de difícil classificação

Nome	Funções exercidas	Parentesco
Conde de São Lourenço	Brigadeiro a 28.12.1826. Ministro da Guerra, 1829-1834. Marechal-de-campo a 26.10.1832. Comandante do Exército de Operações do Porto, 1833. Tenente-general a 21.11.1833.	Amigo de infância da família do visconde de Santarém. Adversário de Barbacena. Filho do 8.º conde de São Lourenço (1763-1839), brigadeiro em 1808, marechal-de-campo em 1810 e tenente-general em 1815.
Conde de Barbacena	Ministro da Guerra, 1825-1826. Ministro da Guerra e interino dos Negócios Estrangeiros sob a Carta, 1826. Marechal-de-campo a 28.12.1826. Tenente-general graduado a 26.10.1832 e ministro interino da Guerra, 02.07.1833. Marechal do Exército, 1833. Mandado sair da corte em Agosto de 1833.	Irmão do ministro da Justiça de D. Miguel, ambos filhos do 1.º visconde e 1.º conde de Barbacena, fundador da Academia das Ciências de Lisboa.
Conde Louis-Auguste-Victor de Ghaisne de Bourmont	Ministro da Guerra (1829) e Marechal (15.07.1830) em França. Marechal-general do exército de D. Miguel a 15.07.1833. Ministro interino da Guerra em Julho de 1833. Ministro da Fazenda e do Reino e comandante do Exército de Operações de Lisboa em Julho de 1833.	Pai de quatro militares que serviram D. Miguel, um enquanto coronel (e comandante da Guarda Real de Polícia), outro como major.
José Raimundo Pinheiro	Coronel a 09.07.1811. Brigadeiro a 02.01.1832. Governador da Torre de São Julião da Barra de Novembro de 1832 a Fevereiro de 1833. Marechal-de-campo e governador das Armas do Minho a 06.11.1833 (até 1834).	
Jacob Frederico Torlade Pereira de Azambuja	Caixeiro na Torlades & C.ª. Cônsul da Rússia e de Ragusa (Dubrovnik) em Setúbal. Secretário de Legação em Estocolmo e Viena. Encarregado de Negócios em Madrid e Washington (1829-1834).	Primo dos O'Neill, activa família liberal de origem irlandesa. ⁸

Pode surpreender a inclusão de António Ribeiro Saraiva no Quadro 2 (ultra-realistas) e de São Lourenço no Quadro 3 (elementos de difícil classificação). Por um lado, considera-se que o conde de São Lourenço, por ter permanecido ministro da Guerra entre 1829 e 1834, foi uma figura *independente*, sem posição ideológica definida e permeável às influências quer dos moderados, quer dos ultras. Não enquadrável, assim, em qualquer uma das restantes classificações. Por outro, é o próprio Saraiva quem, em 1847, referindo-se a Dezembro de 1833,

8 Teixeira 2006, 143-147.

fala nos “miguelistas os mais exaltados e eu do número”.⁹ José-Augusto França e António Monteiro Cardoso destacam, de uma carta do visconde de Santarém para o visconde de Asseca, a afirmação de que os ultras “continuam a agir contra António Ribeiro Saraiva, que tem feito um excelente trabalho em Londres, mas que por eles é tratado de ‘pedreiro[-livre] e quantos nomes se podem desencantar no dicionário dos revolucionários’, apenas por via das ‘desordenadas ambições dos acusadores’.”¹⁰ Não deixa de ser significativo que o façam, tratando-se de um filho de José Ribeiro Saraiva: bastaria aceitar uma nomeação para a diplomacia miguelista para parecer suspeito aos mais desconfiados.

Em contrapartida, é sintomático o alinhamento de Saraiva com Francisco de Alpoim e Meneses na disputa pela nomeação para secretário da legação em Paris. O outro candidato era João Maria Borges da Silveira, supostamente protegido pelo visconde de Queluz, um moderado.¹¹ A animosidade do conde da Ponte – outro moderado – face a Francisco de Alpoim e Meneses e a sua preferência por Borges da Silveira como seu subordinado terão imperado na decisão superior. Queluz cai em desgraça em Setembro de 1829, por pressão dos ultras, e vê-se desterrado da corte, o que constituía o maior temor de Ponte para a sua sorte política e para a de Santarém.¹²

O diário de António Ribeiro Saraiva apenas diz respeito a 1831 e aos anos seguintes, nos quais foi responsável pela legação em Londres e voz hipercrítica da actuação diplomática de Santarém. Porém, são várias as características que o definem como ultra-realista. A qualidade de beirão, que tão orgulhosamente ostenta, em carta de 1882, contra os lisboetas, sinal de pertencer a uma nobreza provincial ultra, adversária da aristocracia de corte moderada. O percurso de exilado em 1826-1828, publicando uma obra justificativa, intitulada *Eu não Sou Um Rebelde*,¹³ e envolvendo-se do lado contra-revolucionário durante a guerra civil de 26-27.¹⁴ Nessa altura, sob a Carta Constitucional, moderados e legalistas, como

9 Saraiva 1847, 5.

10 Saraiva 1847, 486-487; Cardoso 2007, 229; Ofício de 07.02.1829, apud Cardoso 2007, 233. Asseca era superior hierárquico de Saraiva.

11 Queluz teria feito nomear para Paris um “Janota amigo dele, um *Silveira*, sem instrução alguma...” (Carta de Saraiva a Joaquim Lopes Carreira de Melo, de 13.11.1882, apud Silveira 1985, 679).

12 Cardoso 2007, 230; Carta de conde de Ponte ao 2.º visconde de Santarém, de 27.02.1829, apud Martins 1918-19, 2:337-38; 380.

13 Saraiva 1828. A sua acção a favor da causa de D. Miguel nesses anos parece justificar, para si mesmo, a entrada na diplomacia. Ver Silveira 1985, 679 (Saraiva-Joaquim Lopes de Carreira de Melo, de 13.11.1882).

14 Mónica 1989, 69-82 (Magessi, Várzea e Joaquim Severino Gomes escrevem a Saraiva).

Cadaval, tinham assento no Conselho de Estado, Santarém ocupava as pastas ministeriais do Reino e da Marinha e Ultramar, e Ponte era titular das da Guerra e dos Negócios Estrangeiros. A rede epistolar de correspondentes de Saraiva, em 1831-1833, prova a facilidade em colocar em comunicação conservadores de Londres, Madrid e Lisboa.¹⁵ Por fim, tentou influenciar Francisco de Zea Bermúdez, em finais de 1832, quando este deixava o seu posto na capital britânica e se preparava para assumir, em Madrid, a presidência do Conselho de Ministros e o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Cargos através dos quais Zea exerceu considerável influência na política externa dos anos finais do reinado de D. Miguel, negando-se a abandonar o rei português à sua sorte.¹⁶

Redes sociais, laços de parentesco e alinhamentos/afinidades ideológicas

Sabemos que, nas sociedades políticas, afinidades, amizades e sintonias na leitura dos eventos congregam certos indivíduos a partilharem concepções semelhantes de justiça, diplomacia, ordem e cultura. Assim como percursos pessoais de proximidade geográfica, laços de parentesco, frequência dos mesmos locais de sociabilidade, públicos e privados, de culto religioso, de convivência mundana e erudita. No caso dos moderados e ultras do miguelismo, todos esses elementos podem ser explicativos e contextualizadores. A memória de acontecimentos de há quase 200 anos é diluída pelo passar do tempo e, muitas vezes, pela variação da fiabilidade ou grau de subjectividade dos testemunhos.

15 Em Saraiva ([1831-88] 1915, 1:46-72), verificamos como vai visitar, em Lisboa, desde que desembarca, a 22.07.1831, os duques de Cadaval e de Lafões, o visconde de Santarém (inclusive na residência particular deste), o conde de Basto (por insistência do pai) e o cardeal-patriarca, D. Frei Patrício da Silva. Também em Saraiva ([1831-88] 1915, 1:80; 92), constatamos que mantém correspondência regular com Cadaval e Santarém em, pelo menos, 1829 e 1830; que escreve ao rei, a Basto e ao núncio apostólico (em missiva endereçada a este e contendo os dois outros officios) em Novembro de 1831; e a Basto, S. Lourenço, Cadaval e Santarém sobre a vinda de Eliot, já em Junho de 1832 (Saraiva [1831-88] 1915, 1:92, 126); a Rafael da Cruz Guerreiro (representante officioso em S. Petersburgo) e à princesa da Beira, infanta D. Maria Teresa, em Outubro de 1832. Mas também ao rei, a Cadaval e a Lafões em Dezembro seguinte; bem como à infanta D. Maria Francisca, já então em Portugal, em Junho de 1833, quando recebe cartas do esposo daquela, Carlos Maria Isidro, pretendente carlista, para os representantes de nada menos do que dez Estados europeus, agindo como agente diplomático do carlismo, etc. (Saraiva [1831-88] 1915, 1:150-51; 163-64; 220).

16 França 1984, 496; Cardoso 2007, 229; 233; Carta de Saraiva a Joaquim Lopes Carreira de Melo, de 13.11.1882, apud Silveira 1985, 679; Protásio 2016a, 36.

Daí que muitas vezes seja difícil estabelecer perfis de indivíduos e de grupos ou facções políticos. O que se pode é tentar verificar coexistências em determinados momentos históricos.

O que é exemplificado no Quadro 4, no qual constam nomes de magistrados, militares e diplomatas¹⁷ intervenientes em acontecimentos político-militares cruciais, como o processo Gomes Freire de Andrade (1817), a revolução e o regime vintistas (1820-1823), a Abrilada (1824), a Guerra Civil de 1826-1827 e as Cortes de Lisboa de 1828. Nestas, por exemplo, estão presentes sete dos oito magistrados ou militares em exercício de funções policiais aquando da chamada conspiração Gomes Freire de Andrade. Em contraste, estão ausentes os oficiais do Exército obrigados a internarem-se em Espanha aquando da guerra civil de 1826-1827.¹⁸ Alguns dos militares miguelistas em questão tinham percursos que, à luz da visão ultra-realista, poderiam ser considerados duvidosos ou *impuros*, em termos de dedicação à causa: Asseca e Póvoas haviam pertencido à Legião Portuguesa; ambos, tal como Teles Jordão (o carrasco dos liberais em São Julião da Barra),¹⁹ Póvoas, Peso da Régua e Canelas,²⁰ foram maçons. Fornecendo um enquadramento mais abrangente, desde a época da subida ao trono de D. Maria I (1777) que tradicionalismo e reformismo racionalista procuravam moldar a natureza das instituições e das políticas de governação. As Guerras Peninsulares (1807-1814) e o período de transição que se lhe seguiu, com repressão político-judicial de quaisquer veleidades afrancesadas e protoliberais, reforçam tanto uma certa coesão dos futuros ultra-realistas quanto dos realistas moderados. Os primeiros reprimem violentamente liberais e simpatizantes do liberalismo, depurando-os do Conselho de Estado e das chefias militares em 1828. Os segundos, à imagem de herdeiros do despotismo ilustrado ibérico, como Francisco de Zea Bermúdez

17 Como os viscondes de Asseca e de Canelas, António Ribeiro Saraiva e Joaquim Severino Gomes.

18 Lousada (1987, 167) escreve que “É provável, também, que o governo de D. Miguel não quisesse que estivessem presentes nas Cortes, dado que a sua participação na recente revolta absolutista de 1826-27 contra a Carta os conotava indiscutivelmente com o ‘partido’ miguelista”: isto é, a facção insurrecional e ultra da sociedade política miguelista e não com a moderada, que buscava a legitimação histórica nas Cortes de Lisboa de 1828.

19 Em contraponto a José Raimundo Pinheiro, “Realista a toda a prova, é chorado pelos presos políticos que estão na Torre [de S. Julião] e a quem tratava com a maior consideração” (Correspondência enviada pelo duque de Cadaval ao visconde de Santarém, carta de 28.02.1833).

20 Futuro presidente da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino em 1820, irmão do conde de Amarante e tio do marquês de Chaves.

(1772-1850) e o visconde de Santarém (1791-1856), encarnam a luta contra os elementos e facções ultras até 1833-1834.²¹

Quadro 4:
Acontecimentos políticos contextualizadores
de determinados percursos individuais/grupais²²

Data	Acontecimento/facto	Figuras envolvidas
Início do século XIX-1819	Membros da Maçonaria (M) e da Legião Portuguesa (LP)	Asseca (M e LP), Póvoas (M e LP), Canelas, Peso da Régua, Teles Jordão, Pombal (todos M).
1817	Repressão da conspiração de Gomes Freire de Andrade	Juízes: António Ribeiro Gomes, desembargador do Paço, relator; futuro conde de Basto, desembargador do Paço, adjunto; José Ribeiro Saraiva, desembargador dos Agravos; padre António José Guião, “suplente”; Manuel Vicente Teixeira de Carvalho “suplente.” Intendência-Geral da Polícia: João Gaudêncio Torres, ajudante do intendente João Barbosa de Magalhães; José Vicente Caldeira de Casal Ribeiro, adjunto do intendente-geral. Tenente-coronel José Maria de Sousa Tavares, da Guarda Real de Polícia, comandante do destacamento que prende Gomes Freire.
1820-1823	Revolução vintista e regime subsequente	Manuel Vicente Teixeira de Carvalho, magistrado; Molelos, militar; Teles Jordão, militar; Póvoas, militar e deputado; Canelas, militar; Peso da Régua, militar; Santa Marta, militar e sobrinho do anterior; João Galvão Mexia de Sousa Mascarenhas, militar; Rodrigues de Bastos, deputado; Manuel José de Arriaga Brum da Silveira, deputado; José Ribeiro Saraiva, deputado; Figueiredo e Lima, deputado.
1824	Abrilada	Vítimas: viscondes de Peso da Régua e de Santa Marta, seu sobrinho (que supostamente terá feito falhar o movimento); Teles Jordão. Implicados/acusados de participação: José Acúrsio das Neves, preso; barão de Sande; marquês de Abrantes, preso quando tentava dar o <i>salto</i> para Espanha e, seguidamente, encerrado na Torre de Belém; duque de Cadaval; viscondes de Montalegre, Azenha e Veiros; Joaquim Gomes da Silva Belfort. Ministro da Guerra Abril-Maio: futuro conde de Basto.
1826-1827	Guerra civil	Marquês de Chaves, viscondes de Canelas (tio do anterior), Várzea, Molelos, Montalegre e Vila Garcia; António Tavares Magessi, Teles Jordão, princesa da Beira, António Ribeiro Saraiva, Joaquim Severino Gomes.
1828, Maio-Julho	Cortes tradicionais de Lisboa	Dos 8 intervenientes identificados no processo Gomes Freire, 1 ausente: João Gaudêncio Torres. Ausentes todos os militares envolvidos na guerra civil de 1826-1827.

21 Zea Bermúdez, símbolo de uma “ideologia administrativa” do absolutismo moderado, reprimiu a facção ultra espanhola, a dos carlistas, tanto em 1824-1825 como em 1832-1834 (Cuevas 2000, 84; 93; Luis 2001, 101; 103-4; 110-16; Luis 2002, 30-31; 129; 155-74; 330-31).

22 Fontes: Cardoso 2007, 234; Ferrão 1940, 505; Neves (1810-11) 1984 1:23; 281-88; Figueira 1941, 6; Mónica 1997, 249 n. b; Dias 1986, 501-2; 541 n. 1; 559; 689; 800; 886-87; Castro 2002, 1:806-8; Lopes 2003, 91; 95; 98-9; Martins et Oliveira 1946, 18; Cabral 1936, 168-69; Lousada et Monteiro 1982, 178 n. 9.

Muitos dos nomes listados no Quadro 4 participaram na coalizção de 1820, que deu origem ao vintismo; outros aderiram à monarquia absoluta de D. Miguel, outra coalizção de moderados e ultras, pouco depois, em surdo conflito entre si.

Militares e civis:

Exército, diplomacia, governação e Armada

Uma das questões mais fracturantes entre moderados e ultras foi, sem dúvida, a dos militares e civis que, sob inspiração de D. Carlota Joaquina e da princesa da Beira, D. Maria Teresa, lutaram contra as tropas cartistas em 1826-1827 e comeram o pão duro do exílio²³ em Espanha e França. Isto enquanto outros elementos permaneceram em Portugal, sãos e salvos, e se *limitaram*, desse ponto de vista, a receber D. Miguel, regente, em 22 de Fevereiro de 1828, na chegada a Lisboa.²⁴ As dificuldades sentidas pelos primeiros já foram documentadas por Maria Teresa Mónica em 1989, através de recurso ao epistolário de António Ribeiro Saraiva.²⁵ Mas é interessante verificar como alguns desses militares marcaram passo na respectiva carreira, depois de regressarem a Portugal. Foi o caso de António Tavares Magessi, que permanece brigadeiro desde 1820 até 1832, sem atribuição de um governo de armas provincial antes de 1831. Do visconde de Montalegre, de 1823 a 1833. Outro brigadeiro, promovido a marechal-de-campo apenas em 1832, Teles Jordão, morre em Cacilhas, a 23 de Julho de 1833.²⁶ Molelos manterá a mesma patente até 1832. A Peso da Régua, marechal-de-campo em 1815 e tenente-general em 1826, no topo da carreira (numa altura em

23 Por vezes, do internamento em depósitos do Exército espanhol.

24 Aliás, tais emigrados só foram autorizados a regressar ao reino em plenas Cortes de Lisboa, a 23.06.1828 (Cardoso 2007, 234). José Agostinho de Macedo designava-os por “guerrilheiros de alta patente” (Cardoso 2007, 231; Braga 1900, 1-3; 9).

25 Mónica 1989, 69-82 (Magessi, Várzea e Joaquim Severino Gomes escrevem a Saraiva).

26 As fontes não são claras sobre quem foi responsável pela morte de Teles Jordão no cais de Cacilhas. Apenas indicam a violência do seu fim, não pormenorizando se às mãos de militares ou de paisanos. É o que sucede com Oliveira Martins ([1881] 1981, 1:386) e Palma-Ferreira ([1833-34] 1982, 29 n. 1). Costa (2005, 189) escreve que “Teles Jordão foi capturado pelos liberais e imediatamente executado.” Apenas Rocha Martins (1933, 443) identifica o capitão Costa, às ordens do regimento de caçadores do coronel José Soares Romão, adjunto do comando da divisão ligeira do general Schwalbach, como interveniente: “O capitão Costa jogou-lhe uma cutilada, feriu-o. . . . Queria aprisioná-lo; de repente, no tumulto, souu mais um tiro e o general [sic] miguelista caía desamparadamente. . . . Morrerá.”

que não havia marechais no Exército português), será entregue o governo militar de Trás-os-Montes (1828-1829) e da Corte e província da Estremadura em 1832-1833.²⁷ Todos eles, com exceção do último, conotados com os ultra-realistas.

Em contraste, militares mais novos, como Santa Marta, sobrinho de Peso da Régua, foi ajudante-general do Exército sob a Junta Suprema do Porto em 1820 (com cerca de 30 anos), marechal-de-campo em 1823, governador das Armas da Capital e Estremadura em 1824, e preso, nessa condição, aquando da Abrilada. O que não impede que seja nomeado subchefe do Estado-Maior-General em 1828, isto é, superior hierárquico de homens muito mais velhos, como Magessi, Teles Jordão, Molelos e Montalegre. Outro marechal-de-campo que lutou em 1826-1827 foi o visconde da Várzea. Aliás, de 1828 a 1830, só é detectável uma única graduação de oficiais-generais, a de Cadaval, manifestamente pouco, mesmo em tempo de paz.²⁸

Embora essa preponderância de homens como Peso da Régua e Santa Marta possa ser eventualmente considerada nepotismo – tio e sobrinho favorecidos face aos demais –, as razões por detrás desse estado de coisas foram estratégicas, em termos políticos, numa época de paz: conter a intervenção de ultra-realistas na vida pública do reino. Em 1827, 1828 e 1829, temos o caso da nomeação de três ministros (dois deles da Guerra) com patentes militares inferiores às de muitos dos seus subordinados: em 6 de Julho de 1827, o tenente-coronel conde da Ponte foi designado ministro da Guerra (promovido a coronel a 13 do mesmo mês); e em Fevereiro e Maio de 1828, o duque de Cadaval feito ministro Assistente ao Despacho e graduado marechal-de-campo, para poder assumir o comando dos Voluntários Realistas. Por fim, em Fevereiro de 1829, morre o conde de Rio Pardo, tenente-general em 1815 e ministro da Guerra desde 1828, de quem se escreveu que “A sua morte foi gravemente prejudicial à causa de D. Miguel, por ser um dos mais distintos organizadores militares do seu tempo”.²⁹ Enquanto Rio Pardo andava pelos 74 anos, o seu sucessor, o conde de São Lourenço, não contava com mais de 35 e era brigadeiro. É preterido, por exemplo, o conde de Barbacena, que

27 Em compensação, as promoções atribuídas pelo marquês de Chaves a oficiais subalternos a 31.12.1826 foram confirmadas pelo rei em 1830 (Cardoso 2007, 236; 266; *Gazeta de Lisboa* de 31 de Julho de 1830, 723-25).

28 Sendo errónea em termos convencionais (pois os oficiais-generais incluem os brigadeiros), tomo aqui como base o decreto régio de 13.05.1789, pelo qual os marechais-de-campo e tenentes-generais recebiam honras de fidalgos da Casa Real por ascenderem a tais postos, o que não sucedia com os brigadeiros.

29 Zúquete 1961 3:231-32.

tinha 49 anos, era marechal-de-campo desde 1826 e já assumira por duas vezes a pasta da Guerra (e mesmo, interinamente, a dos Negócios Estrangeiros). Embora São Lourenço se vá manter titular ministerial até 1834, exceptuando quando comandante-em-chefe do Exército de Operações do Porto e em período de doença, D. Miguel não se preocupa em fazê-lo ascender à patente imediatamente superior (como sucedera com Ponte e Cadaval). Daí surgirá um natural mal-estar no Exército e reveses aquando da Questão Roussin e da guerra civil de 1832-1834.

O conflito surdo entre os exilados de 1826-1827 e quem permanecera em Portugal, ao abrigo da Carta Constitucional, vai estender-se também aos civis e às nomeações para diplomatas e ministros de Estado.

Os diplomatas portugueses cruciais no estabelecimento de relações de Portugal com outros Estados – o marquês de Lavradio, no caso da Santa Sé; o conde da Figueira, no de Espanha; e Jacob Frederico Torlade Pereira de Azambuja, no dos EUA – tinham diferentes perfis socioculturais. Sobretudo Figueira, que era, ao mesmo tempo, Grande de Espanha de 1.^a classe e brigadeiro do Exército português (numa tradição familiar e com funções militares efectivas).³⁰ Torlade de Azambuja, antigo caixeiro comercial, aliava o domínio de várias línguas à experiência em diversas capitais europeias, enquanto secretário de legação e encarregado de negócios (Estocolmo, Viena, Madrid e Washington).³¹ Embora das 13 legações com que Portugal mantinha relações, permanecessem ou fossem nomeados, como chefes de missão, sete aristocratas titulares,³² havia, em complemento, a preocupação de colocar como chefes de missão e secretários de legação homens viajados, com experiência de escrita propagandística ou de escrituração e organização comerciais. Foram os casos de Torlade de Azambuja, Carlos Matias Pereira, Heliodoro Jacinto de Araújo Carneiro e, em 1831, de António Ribeiro Saraiva.

30 Coronel a 04.04.1820, brigadeiro a 09.07.1827 (Carrilho [1856] 2002, 7), participou na expedição contra Pernambuco em 1817, foi governador e capitão-general da província do Rio Grande do Sul, entre 1818 e 1821, e ajudante-de-ordens de D. Miguel em 1823 (Castro 2002, 2:757; 760). Grande de Espanha de 1.^a classe, enquanto marquês de Mortara, em Milão, e marquês de Olias e Zurzibal, na Catalunha (Martins 1918-19, 3:53).

31 Teixeira 2006, 143-47.

32 Numa demonstração da preponderância da nobreza titulada na diplomacia. Estavam ou foram colocados: o marquês de Lavradio na Santa Sé; condes da Figueira, Ponte e Oriola em Madrid, Paris e S. Petersburgo; viscondes de Asseca e Canelas em Londres e Haia; barão de Vila Seca em Viena.

Na própria concordância internacional, sobretudo anglo-franco-austriaca, que permitiu o regresso de Viena de D. Miguel, depois de jurar a Carta Constitucional e de ter contraído matrimónio com a sobrinha, havia figuras incondicionais, na diplomacia portuguesa de 1827-1828, para a negociação e resolução da Questão Portuguesa: o barão de Vila Seca em Viena, o marquês de Palmela em Londres, o duque de Cadaval na chefia do executivo português e a inclusão do conde de Vila Real à frente das pastas da Guerra e dos Negócios Estrangeiros (neste caso, interinamente). Todos intervieram e garantiram que o infante assumiria a regência, respeitaria o regime cartista e consumaria matrimónio com a rainha, remetendo-se à condição de rei-consorte e regente. Com o tempo, Vila Seca, um ultra-realista que, em 1827, acusaria o ministro dos Negócios Estrangeiros português, D. Francisco de Almeida, de ser jacobino,³³ demitiu-se do posto por não poder pôr em jogo a honra e compactuar com o perjúrio do infante. Palmela e Vila Real fizeram o mesmo quando se aperceberam das perseguições a militares e deputados liberais; encerrada a sessão, em vigor, da Câmara dos Deputados e convocadas as Cortes tradicionais.

Dos quatro, apenas Cadaval permaneceu com D. Miguel. O duque, chefe putativo da aristocracia portuguesa, durante três anos ministro Assistente ao Despacho, bastante jovem (nascido em 1799), foi uma escolha consensual das potências europeias para presidir ao Conselho de Ministros do regente. Sossegaria, teoricamente, a nobreza portuguesa de todas as cores ideológicas; e era um garante de moderação.³⁴ Cadaval, segundo o visconde de Santarém e com a sua concordância, impôs a solução da reunião de Cortes para a *eleição* e legitimação de D. Miguel como rei.³⁵ O primeiro governo sob a regência e realeza de D. Miguel continha elementos moderados como Cadaval e Santarém (que se vão aproximar e guiar progressivamente pelo mesmo diapasão político e estratégico); o conde da Lousã (parente do visconde) na Fazenda; em 1829, Barbosa de Magalhães (próximo de Cadaval) na Justiça; e, na Guerra, o conde de São Lourenço (de quem Cadaval dirá, anos depois, que era amigo).³⁶ Os tios

33 2.º visconde de Santarém 1827, maço 4, fols. 26-27.

34 Martins 1918-19, 5:313-16; 316 n. 1.

35 Ver Protásio 2016b, 165-70.

36 Correspondência enviada pelo duque de Cadaval ao visconde de Santarém, carta de 17.02.1833.

e sobrinho viscondes de Peso da Régua e de Santa Marta também terão sido moderados; o visconde de Santarém tece um rasgado elogio ao segundo.³⁷

Porém, o que vai destruir a preponderância dos moderados na governação será, definitivamente, a ausência de soluções eficazes nas questões da expedição e bloqueio à ilha açoriana da Terceira; na defesa de Lisboa perante a armada do contra-almirante Roussin e face às tropas do duque da Terceira; assim como na reconquista do Porto, sitiado, esfomeado e vítima da cólera-morbo.

O visconde de Santarém é claro quando afirma, sobre a Armada portuguesa, que “Havia muitos anos que esta corporação tinha perdido . . . a escola que em tempo de Martinho de Melo [e Castro] e nos primeiros tempos da regência do Sr. D. João VI tinha tido”, isto é, ainda antes dos finais do século XVIII.³⁸ Para além da questão da perda de prestígio, instrução e fidelidade aos princípios da monarquia absoluta, para o visconde era assustadora a perspectiva de Basto, ministro da Marinha, quanto à ineficácia do bloqueio e de um ponto de vista militar, estratégico e diplomático. No início de Fevereiro de 1829, Santarém comenta, a propósito do levantamento liberal de Angra do Heroísmo, a possibilidade de para lá emigrarem 3000 militares liberais, comandados “pelos melhores oficiais do exército que tinham feito a guerra peninsular . . . aos quais se agregariam milhares de descontentes, de aliciados no reino pelos seus agentes e pelos estrangeiros e outros perseguidos, que tornariam cada vez mais formidável aquela posição e dificultosa à sua recuperação”. Ter-lhe-á respondido Basto: “Deixá-los ir. Tomara eu que fossem para lá todos, que assim ficaremos livres deles! Ao que lhe tornei [Santarém]: Então V. Ex.^a tem uma rede mágica para apanhar todos aqueles peixes?”³⁹

O bloqueio da Terceira, anunciado directamente na *Gazeta de Lisboa* de 27 de Fevereiro de 1829, pelo ministério da Marinha ao major-general da Armada, chefe-de-esquadra (contra-almirante), Carlos Félix Geraldo May, constitui um primeiro erro formal. Por outro lado, o comandante da esquadra de bloqueio,

37 Martins 1918-19, 5:353.

38 Para enquadramento das acções de Martinho de Melo e Castro (1770-1795) e do conde de Linhares (1795-1803) quanto à Marinha, ver Pereira (2005, 1:17-19; 2:82-84). Este autor refere o contraste gritante entre “o elevado nível de operacionalidade” da Armada, em 1795, com os resultados apurados pela Comissão Especial de Marinha em finais de 1821.

39 Martins 1918-19, 5:358-60.

chefe-de-divisão graduado (comodoro), Francisco Inácio de Miranda Everard, obtém desastrosos resultados: aprisiona o paquete britânico *Santa Helena*, manda apreender o correio oficial e trata como prisioneiros de guerra militares doentes. O que resulta na sua destituição do real serviço, exigida pelo Governo de Londres e concretizada a 23 de Abril de 1831.⁴⁰

Ainda em 12 de Abril de 1829, o duque de Cadaval, ministro Assistente ao Despacho, sugere a substituição do conde de Basto: “cujos estudos foram de uma ciência inteiramente diferente [jurídicos], [pelo que] eu julgaria oportuna a nomeação de um [outro] ministro Secretário de Estado para aquela Repartição [da Marinha], e aproveitaria as melhoras que actualmente tem o Marquês de Viana”. Apesar do conde de Basto ser desembargador do Paço, um magistrado com muitas décadas de experiência e quase 70 anos de idade, perante a sugestão daquele general da Armada, com cerca de 47,⁴¹ a resposta régia é peremptória: “Não posso Conformar-Me com a mudança do Ministro da Marinha nesta ocasião.”⁴²

Por fim, afirma o visconde que

as perdas posteriores das fragatas *Minerva* e *Urânia* [aquando da Questão Roussin, 1831] e outras ocorrências de tal modo *desmoralizaram a Marinha, que se tinha tornado nulo e muito mais perigoso o emprego dela em uma guerra de sucessão de opiniões políticas.*⁴³

Chega mesmo a culpar o conde e a sua direcção política da Marinha de Guerra – capturada pelos liberais ao largo do cabo de São Vicente – pela “prolongação do conflito horroroso que tem assolado o reino”.

Mas se é plausível que a direcção ministerial da Marinha por um desembargador fosse uma solução técnica desadequada, no Exército, a situação não seria muito melhor. O ministério da Guerra era chefiado pelo conde de São Lourenço, brigadeiro quando assume essa responsabilidade em 1829: é então o 16.º oficial de patente mais elevada e maior antiguidade, quando Barbacena, chefe do estado-maior, era tenente-general desde 1818 e, em 1828, o 6.º oficial de

40 Martins 1918-19, 5:360-65; *Suplemento da Gazeta de Lisboa* de 27.02.1829, 205; Esparteiro 1969, 58-59; Walton 1831, 37.

41 Viana foi promovido a vice-almirante, em 24.06.1821, e a general da armada em 1826. Era casado com uma filha da marquesa de Belas. Possuía fraca saúde, morrendo em 1831. Esparteiro (1969, 59) afirma-o então vice-almirante graduado.

42 Correspondência enviada pelo duque de Cadaval a D. Miguel, carta de 12.04.1829.

43 Itálico meu. Martins 1918-19, 5:357-58; 360-61.

patente mais antiga.⁴⁴ O próprio duque de Cadaval, marechal-de-campo graduado desde 1828, relata as incompatibilidades entre ambos aquando da Questão Roussin, de 1831:

[São Lourenço] *sabendo muito pouco, não podia fazer nada por si*; e o outro [Barbacena], sendo só chefe de estado-maior, não podia fazer nada sem ordem do ministro da Guerra, a quem competia fazê-lo. O dito ministro [São Lourenço], porém, *tendo do outro uma espécie de ciúme*, não o tinha incumbido daquelas diligências necessárias e tinha ido mandado fazer as coisas com a *brandura e a ignorância militar que lhe era[m] próprias*.⁴⁵

Somos igualmente informados da opinião de São Lourenço acerca de Basto e, paradoxalmente, da incapacidade de o primeiro resistir à influência do segundo: Basto “tinha na realidade boa vontade”, mas que dele abusavam pela sua muita idade, que causara “prejuízos grandes” e “deveria ser demitido numa próxima remodelação”. São Lourenço “concordava com Santarém, mas era *demasiado fraco* para se subtrair às brutais revoluções do Conde de Basto”.⁴⁶

É muito interessante reflectir, ainda, sobre a substituição, ocorrida a 26 de Outubro de 1832, do visconde de Veiros (1747-1833), então com cerca de 86 anos, pelo visconde de Peso da Régua, com aproximadamente 70, ambos tenentes-generais,⁴⁷ como governador das Armas da Corte e Estremadura. A mesma é coincidente com a graduação do duque de Cadaval (na flor dos seus 34 anos) em marechal do Exército, responsável supremo pelas tropas da capital e arredores, e, pelo prestígio do seu título nobiliárquico e condição de conselheiro de Estado, com entrada no Conselho de Ministros, na ausência de D. Miguel. O comentário do visconde de Santarém é de que desta forma se dava um “centro também na direcção das forças militares de mar e terra, ambas confiadas, como estavam, *a dois octogenários ignorantes e caprichosos, sem vida, sem energia, inteiramente dominados por aduladores*” – Basto (com cerca de 84 anos) e Veiros.⁴⁸ Santarém também se

44 Estes dados são meramente indicativos e baseados em listagens fornecidas na altura por um oficial miguelista (Carrilho [1856] 2002), os quais pecam, porém, por não incluir oficiais entretanto falecidos. Dados mais recentes (Costa 2005) referem todos os oficiais, quer liberais, quer miguelistas, alfabeticamente.

45 Saraiva (1831-88) 1915, 1:63 (itálicos meus).

46 Saraiva (1831-88) 1915, 1:63; Siebertz (1944) 1986, 353.

47 Embora, nessa mesma data, Veiros seja graduado em marechal do Exército, como compensação pela demissão dessa chefia (*Coleção* 1832, 77 [26.10.1832]:1-2).

48 Martins 1918-19, 5:342; Lousada e Ferreira 2006, 400-401; Zúquete 1961, 3:475-76 (que afirma Veiros comandante-chefe do exército) (itálico meu).

refere a Basto e à sua suposta “vaidosa ignorância . . . nutrida pelas gentes de certo partido, que baixamente o adulavam e que o persuadiam a seguir nisto uma espécie de sistema que *ele, abandonado só aos seus recursos intelectuais, não poderia mesmo seguir*”.⁴⁹ É curioso que o visconde, um autodidacta que deixou de estudar formalmente pouco antes de completar 16 anos, assim falasse, em 1834 (com pouco mais de 40), acerca de um desembargador do Paço, com formação jurídica na Universidade de Coimbra e – como ele próprio – possuidor de uma livraria escolhida. Mas mencionaria Santarém o que outros caracterizaram como incompetência técnico-política e falta de uma lógica que não fosse meramente persecutória, que valeu ao conde a designação de “*idiota erudito*”?⁵⁰ Ou, sobre Veiros e Basto, insurgir-se-ia o visconde contra o que actualmente designaríamos por uma liderança militar bicéfala *gerontocrata*, numa atitude idadista?

Também é de notar que José-Augusto França⁵¹ alinha Cadaval com São Lourenço e Basto com Barbacena, quando *aparentemente*, nas palavras do duque de Cadaval, este último possuía conhecimentos técnicos superiores aos do ministro da Guerra. Sabemos ainda que Barbacena, marechal do Exército desde 14 de Julho de 1833, é afastado da corte ao mesmo tempo que Cadaval e Lafões, em Agosto seguinte. E é descrito por Santarém, em 1838, como “um dos oficiais mais sábios e mais valentes do exército português”. Quanto a Santa Marta, o visconde considera-o, em 1832, um militar “hábil” e, dois anos depois, di-lo “reputado como general valoroso e inteligente e como que professando princípios políticos moderados”.⁵² Até António Ferrão o classifica como “oficial bastante estudioso” e proprietário de uma biblioteca notável. Póvoas, por exemplo, era formado em Matemáticas, e António Ribeiro Saraiva frequentara várias faculdades de Coimbra, terminando o curso de Leis e ingressando no de Ciências Matemáticas e Filosóficas,

49 Martins 1918-19, 5:342.

50 Oliveira Martins (1881) 1981, 1:103: “o decrepito conde de Basto [sic – só o seria em 1829], idiota erudito manchado com a denúncia da sedição de Gomes Freire (1817) e conhecido pelo seu ódio aos liberais”.

O conceituado historiador também comete um lapso ao escrever que Cadaval tinha, a 26.02.1828, 24 anos, quando na realidade ia completar 29 a 7 de Abril seguinte. Veiros substituíra Beresford nas suas duas idas ao Brasil como comandante-chefe do Exército, e D. Miguel nomeia-o governador da Torre de Belém e conselheiro da Guerra e de Estado (Soares 2003, 400-401). O visconde de Veiros morrerá a 6 de Julho, ocupando o posto de marechal graduado do Exército, e Basto a 04.08.1833, ambos vítimas de cólera-morbo.

51 França 1984, 487.

52 Martins 1918-19, 4:415-16; 5:353; Freitas 1910, 476.

que abandonou no segundo ano.⁵³ Pelo que podemos perceber que não faltava inteligência nem conhecimentos escolares, erudição e visão política a moderados e ultras, independentemente do que cada um pensasse do adversário directo. Não nos esqueçamos, ainda, da posse de livrarias, ora pessoais, ora familiares, ricas e extensas, por parte de membros das elites políticas e aristocráticas miguelistas, como o atestam os processos das apreensões liberais de algumas delas. Foram os casos das livrarias do duque de Lafões (8700 volumes), do conde de Basto (384 volumes), do bispo do Porto, D. João de Magalhães e Avellar (36 000 volumes), do visconde de Asseca e de José Maria Dantas Pereira, chefe-de-esquadra (contra-almirante) da Armada e secretário perpétuo da Academia das Ciências de Lisboa. Já para não falar da livraria do visconde de Santarém, que remontava ao século XVI e que foi pilhada aquando da tomada de Lisboa (1500 volumes); ou de pequena biblioteca que António Ribeiro Saraiva acumulou ao longo de uma dura existência no exílio. Até um “burocrata consciente” como o memorialista Francisco de Paula Ferreira da Costa era um coleccionador de volumes raros e antigos, sobretudo do seu amigo José Agostinho de Macedo.⁵⁴

Os amigos (moderados) de el-rei

A visão de um ex-militar e chefe de missão diplomática (oficiosa) em Paris, o conde da Ponte, é surpreendentemente coerente, ilustrativa e filosófica, não só sobre o carácter indissociável da sua própria carreira política face à do cunhado,⁵⁵ o visconde de Santarém, como também perante o papel do Exército e da Armada no regime miguelista. Já vimos como Ponte é nomeado coronel uma semana depois de designado ministro da Guerra pela infanta D. Isabel Maria, promoção essa datada de 13 de Julho de 1827. Militar desde muito novo, capitão com apenas 11 anos, frequentou três anos do curso de Matemática na

53 Ferrão 1940, 612; Alvim 1985, 55 n. 4; Cunha Saraiva 1927, 16-17.

54 Barata 2003, 132-38; Figueira 1941, 22; *Catálogo da Terceira Livraria* 1918, 1-3; *Catalogue* 1891, 50-59 (espécimes 796-962); Palma-Ferreira (1833-34) 1982, 7; 10.

55 Carta do conde de Ponte ao 2.º visconde de Santarém de 27.02.1829, apud Martins 1918-19 2:218-19.

Real Academia Militar do Rio de Janeiro.⁵⁶ Apelidado de “anjo exterminador” por José Liberato Freire de Carvalho na repressão das Archotadas (1827), juntamente com o insuspeito conde de Vila Flor (futuro duque da Terceira). O conde da Ponte demite-se por solidariedade com Santarém, ex-ministro do Reino e da Marinha e Ultramar. Abandona também o posto de coronel do Regimento 7 de Cavalaria, “que toda a minha vida me custou a ganhar”. A 24 de Abril de 1828, relembra ao cunhado, Santarém, depois de lhe relatar que fora ao paço falar ao duque de Cadaval sobre a possibilidade de ser nomeado para Paris, que a entrada do visconde no ministério dos Negócios Estrangeiros se devia à acção enquanto ministro do Reino aquando das Archotadas; “creio que também não entras em dúvida de que uma parte (e não pequena) tive eu nos negócios desse tempo”. Ponte relembra a sua passagem, efémera e interina, pelos Negócios Estrangeiros, em Julho-Setembro de 1827, durante a qual, afirma, sempre informara o barão de Vila Seca e o infante, em Viena, das suas próprias acções, das de Santarém e do desejo de que D. Miguel voltasse para Portugal. Chega mesmo a pedir ao visconde que mostre ao regente e ao duque de Cadaval as cópias das cartas que enviara para a Áustria, despedindo-se fraternalmente, “Teu mano e amigo”.⁵⁷ Esta missiva, que tem tanto de pressionante quanto de quase ameaçadora, é completada por outras, que felizmente sobreviveram. Já nomeado para Paris, escreve com clareza político-diplomática, em Novembro de 1828:

Há agora, aqui, uma opinião geral da barbaridade do governo português; diz-se que um *partido governa o intendente, que faz proceder a prisões arbitrarias; que se prende só porque se lê um folheto ido de Londres, etc. . . . Abre os olhos a El-Rei, Visconde; os seus amigos devem falar-lhe claro; sejamos nós os que assim lhe falamos, sendo os que mais desejamos vê-lo reconhecido. . . . El-Rei não sabe tudo, é preciso que se lhe diga a verdade pura.* Tu deves dizer-lha e tens no ministério [executivo] muito boa gente que te ajude. . . . *Faça-se mesmo o sacrifício, se é preciso, de soltar muitos indivíduos, que consideração nenhuma podem ter; conserve-se nos lugares gente fiel e deixem pensar os outros como queiram, conquanto que não obrem contra o governo. O sistema das reacções tem dado com Portugal em terra.*⁵⁸

56 Castro 2002, 1:313. Cadete em 1805, capitão em 1808, major em 1817 (20 anos), tenente-coronel em 1824 e, segundo esta fonte, coronel em 9 de Julho de 1827.

57 Freire de Carvalho 1840, 110-11; Martins 1918-19, 2:338; Soriano 1882-90, 2 (2):136-138 n.1 (Carta do conde de Ponte ao 2.º visconde de Santarém, de 21.04.1828).

58 Carta do conde de Ponte ao 2.º visconde de Santarém, de 02.11.1828, apud Soriano 1882-90, 3 (1):120-21. Ponte também afirma que existe “um partido que governa mais do que o governo” (Martins 1918-19, 2:576).

Este é o sistema que os moderados (sobretudo Cadaval e Santarém) tentaram impor em Portugal em 1828-1834.⁵⁹ Contraposto, nas palavras do visconde, por um grupo, liderado por Basto, de “partidários de um sistema de perseguição [interna, contra opositores políticos liberais] e de isolamento [isolamento] de todos os gabinetes” europeus.⁶⁰ Porém, perante o levantamento do brigadeiro Moreira Freire, oficial da Armada, o conde da Ponte escreve o seguinte, que aprofunda as suas palavras anteriores:

Acabo de saber que o Coronel Moreira [sic] foi à brigada com mais indivíduos a fim de a revoltar [a 9 de Janeiro de 1829]: *por isso pode o nosso governo conhecer que os demagogos não descansam e que é preciso a maior vigilância*. O governo precisa, como te tenho mandado dizer, ser moderado, *mas é igualmente necessário que a moderação não degenerem em franqueza [fraqueza]*; pois que se isto eles supuserem, decerto fazem revolução. *A moderação do governo deve consistir em não fazer injustiça, não prender por ridicularias e por meras suspeitas, mas deve punir com o rigor das leis, principalmente os militares: que são os instrumentos das revoluções modernas. . . .* O exército somente deve ser passivamente obediente; enquanto Portugal o não tiver assim, pode considerar-se nutrir dentro em si as guardas pretorianas ou os janízaros de Constantinopla. . . . A experiência me mostrou, nos diferentes comandos que tive, esta verdade: os militares precisam ainda mais do que os povos de não sofrer injustiças; mas de uma justiça mais severa.⁶¹

Temos, assim, como que uma dualidade de critérios, uns a aplicar aos civis, outros aos militares: estes precisariam de não sofrer injustiças, mas, quando necessário, de ser alvo de uma justiça severa e áspera (própria do código militar), e não de serem encarados como meros empregados pagos e, por isso, obedientes ao governo. Antes, deveriam estar munidos de fidelidade ideológica – até por serem o Exército e a Marinha “os instrumentos das revoluções modernas”, como sucedera em 1820 e ocorrerá em 1833-1834. Não nos esqueçamos de que a repressão das Archotadas, em Julho de 1827, sobretudo judicial, atingiu vários militares de alta patente, abertamente liberais. E que, em Março de 1828, o brigadeiro conde de Vila Real, ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros (tal como Ponte o fora), demite-se perante as alterações dos governos militares provinciais e face às perseguições movidas contra oficiais que, cartistas assumidos, tinham derrotado as tropas contra-revolucionárias em 1826-1827.

59 Protásio 2016b, 170-78.

60 Martins 1918-19, 5:316.

61 Martins 1918-19, 2:5-6 (itálicos meus).

Por outro lado, não devem ser ignorados os laços de parentesco existentes entre os chefes de missão para as capitais de França, Grã-Bretanha e Espanha: o conde da Figueira (Madrid), a viscondessa de Asseca (Londres) e a condessa da Ponte (Paris), todos filhos da marquesa de Belas, eram irmãos,⁶² cunhados de Ponte e do visconde de Santarém, superior hierárquico dos três diplomatas. Isto tanto pode ser considerado como sinal de nepotismo, por parte do ministro dos Negócios Estrangeiros, quanto um desejo de tecer uma rede de agentes diplomáticos que fosse da sua confiança, composta por aristocratas titulares e também dotados de outras características. Já constatámos como o conde da Ponte se fez insinuar perante Santarém e perante o duque de Cadaval para ser nomeado para Paris; o conde da Figueira, para além de Grande de Espanha, manteve laços de proximidade com as duas infantas portuguesas na corte de Madrid, de tal forma que se viu obrigado a regressar com ambas a Portugal em Março de 1833. Sem dúvida que nesta época, em que não existia uma carreira diplomática *per se*, havia uma tradição de nomear titulares da aristocracia e homens de armas para a diplomacia (como o eram Ponte, Asseca e Figueira, respectivamente ex-coronel, capitão no tempo da Legião Portuguesa e brigadeiro). A tia da condessa de Basto sugeria, em 1829, o emprego nas legações de Londres ou Paris do seu irmão, o brigadeiro 1.º visconde de Azenha, de 58 anos, veterano das Guerras Peninsulares e da guerra civil de 1826-1827, considerando-o um caso de “homens de merecimento”, ao contrário de Asseca ou Ponte. Visão também ela consequente, até por ser Azenha homem de provada fidelidade a D. Miguel e de patente militar superior à daqueles. E, como escrevia a dita senhora, em contraste com ambos, pouco atreito a amizades com estrangeiros.⁶³

62 Tal como a marquesa de Viana, referida na n. 41.

63 França 1984, 493; Lousada 1987, 288; Figueira 1941, 6; Costa 2005, 169-70. O 2.º visconde de Azenha, filho do 1.º e cunhado de Basto, é nomeado ajudante-de-ordens de D. Miguel dois dias depois da morte de Basto. Tinha então cerca de 27 anos e ocupava o posto de coronel dos Voluntários Realistas (Carrilho [1856] 2002, 5, 22).

Disciplina e desobediência na diplomacia de D. Miguel

Mas se é verdade que Santarém seria permeável a influências, era também estrito no que poderíamos designar por disciplina diplomática. Ocorreram vários episódios de aparente desobediência às ordens e aos procedimentos diplomáticos. Foram os casos:

1. Do conde da Ponte, em Julho de 1828 (sendo proposta ao rei a sua demissão).⁶⁴
2. De Torlade de Azambuja, a 2 de Agosto de 1829, informado da demissão de “todos os Empregos, Honras e Dignidades de que se achava revestido”, devido a promessas incumpridas de reconhecimento diplomático e a rumores de “escandalosa conduta.”⁶⁵ Apenas o restabelecimento de relações diplomáticas entre os Estados Unidos e Portugal, a 2 de Outubro seguinte, o salva da desgraça.
3. Do visconde de Canelas, designado para Haia. Em ofícios de Santarém para Asseca e vice-versa, de 6 e 24 de Junho de 1829, o ministro português dos Negócios Estrangeiros fala de Canelas, criticando “a natureza da comunicação que fez aquele empregado” com o ministro britânico em Haia, Sir Charles Bagot. Suspeita-se que o possível corte de relações oficiosas por parte de Bagot para com o visconde de Canelas se deveria atribuir à “opinião de [ele] ter querido, em Lisboa, derrubar o ministério [gabinete actual], o que é contra as vistas deste governo”, chefiado por Wellington.⁶⁶

64 Martins 1918-19, 1:204; minuta da carta do 2.º visconde de Santarém a D. Miguel, de 03.07.1828, apud Martins 1918-19, 1:216-17. Itálicos meus.

65 Despacho de 2.º visconde de Santarém a Torlade de Azambuja, de 02.08.1829, e Confidencial de Torlade de Azambuja ao 2.º visconde de Santarém, de 13.10.1829. Está assinalado que Santarém lhe respondeu a 5 de Dezembro desse ano, mas tal carta não foi localizada (Correspondência recebida pelo 2.º visconde de Santarém, ANTT, Fundo MNE, Legações, Caixa 553).

66 Martins 1918-19; 2:426; 3:360.

4. De António Ribeiro Saraiva, secretário de legação em Londres, desde 1829, e encarregado de negócios desde a partida do visconde de Asseca de Londres, em 1831. Escreve-lhe Santarém uma longa missiva a 24 de Dezembro desse ano, censurando-o, de forma contida, por não ter aguardado por uma carta sua para eventualmente ser introduzido junto do secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Lord Palmerston. O resultado foi o pedido de demissão do cônsul-geral português em Londres, Teixeira de Sampaio; tendo D. Miguel considerado “capciosas e indecorosas” as reclamações de Saraiva. A 7 de Abril de 1833, o representante de D. Miguel em São Petersburgo denunciava ao MNE português que António Ribeiro Saraiva enviara a 22 de Fevereiro uma circular aos representantes da Áustria, Rússia e Prússia acerca de uma conferência que o visconde de Peso da Régua, governador das Armas da Corte e Estremadura, mantivera com o contra-almirante Parker, comandante da esquadra britânica na foz do Tejo.⁶⁷ A 20 de Dezembro de 1833, por fim, Saraiva manteve uma conferência com Lord Grey, primeiro-ministro britânico, propondo uma monarquia temperada para Portugal, com elites miguelistas e liberais fundidas.⁶⁸
5. Do secretário de legação Salvador Correia de Sá (irmão do visconde de Asseca), colocado em Berlim, mas então em trânsito em Paris. O conde da Ponte denuncia, a 17 de Abril de 1833, a sua atitude de vir “em direitura a Braga e não a Lisboa”, sem ordens para tal. Escreveu ao visconde de Santarém sem o respeito devido “a um Conselheiro de Estado e ao Ministro da sua Repartição, que não só é o seu chefe, mas que até, segundo todos os usos diplomáticos, é considerado o chefe dos embaixadores e ministros estrangeiros [com colocação

67 Martins 1918-19, 4:259-62; 5:23 nn. 1 e 38. Tratava-se de uma atitude inaudita e contrária às linhas da diplomacia e da política organizadas e desenvolvidas em Lisboa por Santarém, Cadaval e Peso da Régua; e em Braga e no cerco do Porto, por Lafões e Santa Marta.

68 Saraiva 1847, 5. Constate-se o aparente e desesperado oportunismo de Saraiva em tentar salvar, política e diplomaticamente, uma situação quase perdida em termos militares em 1834, com o estabelecimento negociado de uma monarquia temperada, nem absolutista nem revolucionária, através da aproximação a certos elementos liberais, entre eles José Liberato Freire de Carvalho (Alvim [1855] 1982, XXIV-XXVI).

em Lisboa].” Para além da inverosimilhança de supostas declarações que, na capital francesa, “os ministros das grandes potências [Áustria, Prússia e Rússia]” lhe teriam feito sobre “os princípios das suas cortes em relação à política que iam adoptar”.⁶⁹

Trata-se, no fundo, de uma luta de poder pelas alternativas a Santarém enquanto chefe da diplomacia de D. Miguel, alimentada pelo visconde de Canelas, por António Ribeiro Saraiva e por Salvador Correia de Sá (neste caso, com a concordância do seu chefe directo, o conde de Oriola): ambição de *Jovens Turcos*.

Queda dos elementos moderados; predomínio de militares e ultras na governação

Ao contrário dos anos de 1828-1831 (Março a Junho), época em que o primeiro governo sob D. Miguel era sobretudo constituído por elementos moderados e as promoções no Exército eram raras; a partir de Fevereiro de 1831 (e, sobretudo, da Questão Roussin) e nos anos de 1832 a 1833, são verificáveis ascensões militares por razões políticas, primeiro paulatinas, depois em massa. Em especial, após a evacuação de Lisboa, em Julho de 1833. Alterações na composição do segundo e terceiro governos de D. Miguel, em Junho de 1831 e Agosto de 1833, são igualmente visíveis, no sentido do predomínio de elementos ultra-realistas.⁷⁰

69 Martins 1918-19 5:58-59; 63-66.

70 Protásio 2016b, 164.

Quadro 5:

Promoções e graduações de oficiais superiores
e oficiais-generais do Exército, 1828-1832⁷¹

Data; promoções e graduações	Patentes (com ou sem relevância política)	Funções desempenhadas
26.05.1828, 3 promoções (Voluntários Realistas)	Duque de Cadaval, coronel-general dos Voluntários Realistas, com graduação de marechal-de-campo do Exército. Duque de Lafões e marquês de Pombal, comandantes de brigada (brigadeiros) dos Voluntários Realistas.	Duque de Cadaval, ministro Assistente ao Despacho.
13.06.1828, 1 promoção (Voluntários Realistas)	Jaime Caetano Álvares Pereira de Melo, brigadeiro dos Voluntários Realistas.	Ajudante-de-ordens de Cadaval.
24.11.1828, 1 graduação	João Vieira Tovar de Albuquerque, brigadeiro graduado.	
14.02.1831, 5 promoções	5 novos brigadeiros.	
02.01.1832, 10 promoções e 2 graduações	7 novos marechais-de-campo (2 deles graduados); 5 novos brigadeiros. Com relevância política: António Tavares Magessi, Joaquim Teles Jordão e visconde de Azenha, marechais-de-campo; visconde de Molelos, marechal-de-campo graduado; Raimundo José Pinheiro, brigadeiro.	Raimundo José Pinheiro, governador da Torre de S. Julião entre novembro de 1832 e fevereiro de 1833. Magessi e Molelos, governadores das Armas da Beira Alta e do Algarve.
Outubro 1832, 3 promoções e 5 graduações	Dia 6 , duque de Cadaval, marechal graduado do Exército; dia 22 , conde de São Lourenço, marechal-de-campo; dia 26 , Veiros, marechal graduado do Exército; Póvoas, tenente-general; São João da Pesqueira, tenente-general graduado; visconde de Santa Marta, tenente-general graduado; John Campbell, tenente-general graduado (na reforma); João Vieira Tovar de Albuquerque, marechal-de-campo; João Galvão Mexia de Sousa Mascarenhas, marechal-de-campo graduado.	Cadaval, comandante-em-chefe das tropas da capital e Estremadura. Peso da Régua, governador militar das Armas da Corte e Estremadura (a 26 de Outubro). São Lourenço, ministro da Guerra. Pesqueira e Santa Marta, governadores das Armas de Trás-os-Montes e Minho.
22.12.1832, 1 graduação	José Maria de Sousa Tavares, marechal-de-campo graduado.	Comandante da Guarda Real de Polícia.
Totais anuais: 1828, 4 + 1; 1831, 5 + 0; 1832, 13 promoções e 8 graduações = 31	Total 1828-1831-1832: 22 promoções e 9 graduações (31 alterações), numa média anual de 10,33 .	

71 Carrilho (1856) 2002; Costa 2005, 207; 209; *Coleção* 1828, 58 (26.05.1828):65-67; 11 (13.06.1828):92; *Coleção* 1832, 71:1-2; 75:1; 77 (26.10.1832):1-2; 6.

Quadro 6:

Promoções e graduações de oficiais superiores e oficiais-generais do Exército, Julho-Novembro de 1833⁷²

Data; promoções e graduações	Patentes (com ou sem relevância política)	Funções desempenhadas
<p>Julho de 1833, 9 promoções e 1 graduação (2 portugueses e 7 franceses): 10 alterações.</p>	<p>Dia 14, conde de Bourmont, marechal-general do Exército, conde de Barbacena, marechal do Exército. Dia 16, barão de Clouet, tenente-general. Dia 21, conde Augusto de la Rochejaquelein, tenente-general. Dia 23, barão de Grival, marechal-de-campo, conde de Almer, marechal-de-campo graduado, conde Luís de Bourmont e Bourdais, coronéis. Dia 30, Bourdais e José António de Azevedo e Lemos, marchais-de-campo.</p>	<p>Agosto de 1833, marchais Barbacena (efectivo) e Cadaval (graduado), marechal-de-campo graduado Sousa Tavares e brigadeiro Lafões afastados da corte, em Coimbra. Cadaval e Sousa Tavares substituídos pelo marechal-de-campo graduado conde de Almer e pelo coronel conde Luís de Bourmont, na chefia das tropas provenientes de Lisboa e à frente da Guarda Real de Polícia. Conde de Bourmont “guindado a quase primeiro-ministro omnipresente”.</p>
<p>Setembro de 1833, 1 promoção.</p>	<p>Dia 13, Reginald Macdonell, tenente-general.</p>	<p>Setembro de 1833, Bourmont substituído por MacDonell na chefia do Exército.</p>
<p>Novembro de 1833, dia 6, 2 promoções e 11 graduações; dia 21, 5 promoções e 6 graduações; num total de 7 promoções e 17 graduações (24 alterações).</p>	<p>Dia 6, visconde de Montalegre, marechal-de-campo efectivo (brigadeiro desde 1823); marquês de Belas, marechal-de-campo efectivo; 11 graduações em marechal-de-campo, das quais se destacam seis novos governadores das Armas: da Corte e Estremadura (Francisco Elisário de Carvalho, substituindo o visconde de Peso da Régua), Beira Alta (João de Gouveia Osório), Beira Baixa (Nicolau d'Abreu Castello Branco), Minho (Raimundo José Pinheiro, substituindo o visconde de Santa Marta), Porto (José Cardoso de Carvalho e Vasconcelos, substituindo o duque de Lafões) e Algarve (José António de Azevedo e Lemos); e o comandante das forças de Leiria (António Joaquim Guedes de Oliveira). Dia 21, 5 novos tenentes-generais efectivos e 6 graduados. Entre os tenentes-generais efectivos, destaca-se António Tavares Magessi. Entre os tenentes-generais graduados, o conde de São Lourenço (ministro da Guerra), João Vieira Tovar de Albuquerque (novo governador das Armas de Trás-os-Montes), João Galvão Mexia de Sousa Mascarenhas (chefe de Estado-Maior interino, ajudante-general do Exército e ajudante-de-ordens do rei), o conde de Almer, o marquês de Belas (irmão das viscondessas de Asseca, da condessa da Ponte e do conde da Figueira) e José António de Azevedo e Lemos, novo governador das Armas do Algarve.</p>	<p>6 e 21.11.1833 – Francisco Elisário de Carvalho, Raimundo José Pinheiro e José Cardoso de Carvalho e Vasconcelos substituem Peso da Régua, Santa Marta e Lafões enquanto governadores das Armas da Corte e Estremadura, do Minho e do Porto. Além disso, outros três novos governadores adicionais das Armas da Beira Alta, da Beira Baixa e do Algarve.</p>
<p>1833, 17 promoções e 18 graduações (35 alterações)</p>	<p>Média semestral: 35 (extrapolando, anual de 70)</p>	

72 Carrilho (1856) 2002; Zúquete 1960, 2:411.

Com a entrada dos liberais em Lisboa, a 24 de Julho de 1833, praticamente sem luta por parte das tropas comandadas pelo duque de Cadaval, a queda política deste é inevitável, e com ela a do irmão (duque de Lafões), do visconde de Santarém e do conde de Barbacena. Assim como dos dois militares que, em Lisboa e no Porto, viscondes de Peso da Régua e Santa Marta, ajudavam na articulação de assuntos militares e diplomáticos com oficiais navais, cónsules-gerais e outros agentes e representantes da Grã-Bretanha e da França. Esse afastamento paulatino, físico e político, ocorre entre Julho e Novembro de 1833. Ao conde de Barbacena, depois de nomeado marechal do Exército, é ordenada a saída da corte, então em Coimbra, em Agosto. O mesmo sucede a Bourmont, marechal-general e titular de várias pastas ministeriais, que ascende e cai dos píncaros do poder em poucos meses. A perda da capital, que vários dirigentes miguelistas terão considerado como secundária, pois bastaria que “El-Rei fosse senhor das províncias do norte para ser soberano de Portugal”,⁷³ resultou no fim da diplomacia de D. Miguel. Ou, pelo menos, da manutenção da correspondência e dos contactos regulares com diplomatas e cónsules-gerais estrangeiros em Portugal, e com os portugueses no estrangeiro, tanto quanto se conhece documentalmente. A evacuação da capital e o insucesso de a retomar, no dia de São Miguel (29 de Setembro), têm pesadas e claras repercussões políticas, governamentais e diplomáticas.

O conde de São Lourenço, a quem o visconde ditara os termos da rendição dos liberais do Porto, caso a mesma ocorresse,⁷⁴ deixa de ter a orientação política de Santarém, que no fundo se estendia a todos aqueles responsáveis militares – Cadaval, Lafões, Peso da Régua, Santa Marta, São Lourenço –, que, com uma determinada estratégia política, tentavam derrotar, militar e diplomaticamente, os liberais.

O visconde de Santarém, sob as ordens de D. Miguel, escreve, em Abril de 1833, as ordens para o chefe-de-esquadra (contra-almirante) e major-general da Armada, António Correia Manuel Torres de Aboim: bloquear a foz do Douro, colaborar com as forças terrestres de São Lourenço e, por fim, seguir para os Açores, munido de um indulto para todos os paisanos e militares.⁷⁵ Porém, ainda

73 Esquecendo-se de que a posse de Lisboa significaria o reconhecimento diplomático de D. Maria II pelas potências europeias (Martins 1918-19, 5:348).

74 Martins 1918-19 5:54-56; 58.

75 Martins 1918-19 5:43; 47-51; Esparteiro 1969, 60.

em Junho, aquela tática não estava concretizada, negociando-se então a vinda de um oficial naval britânico, Henry Algernon Eliot, para substituir Aboim. A ideia era conceder a este um “destino honroso” e combinar o plano de “Eliot com a dignidade dos oficiais da marinha e da brigada”, nas palavras de Lafões, então ainda secretário particular de D. Miguel.⁷⁶ O mesmo duque pede a Santarém que “tenha a bondade de pôr ao facto destas circunstâncias o Sr. Ministro da Marinha [o conde de Basto] e que o predisponha para a vinda de Eliot. *Por quem é, remova V. Ex.^a qualquer dificuldade que haja de parte a parte*”, suplicava-lhe Lafões a 10 de Junho.⁷⁷ Já em 11 de Outubro de 1832 a esquadra naval falhara o bloqueio do Porto e combatera a de Sartorius ao largo de Vigo, mas sem resultados positivos visíveis. Como António Ferrão destaca, as consequências diplomáticas eram potencialmente terríveis, pois a esquadra miguelista entrara no porto de um país neutro – a Espanha – com uma presa liberal, o que abria precedentes graves em termos de “direito das gentes e da neutralidade” e devia ser imediatamente acautelado junto da diplomacia inglesa. E quanto ao comandante da esquadra, o chefe-de-esquadra graduado (contra-almirante) João Félix Pereira de Campos, o visconde de Santarém aconselhava D. Miguel a repreendê-lo por escrito.⁷⁸ Porém, pelo contrário, é efectivado em chefe-de-esquadra e nomeado major-general da Armada a 7 de Março do ano seguinte.⁷⁹ Quanto aos oficiais citados no seu relatório, são promovidos e graduados pelo rei, a 13 de Maio de 1833. Por alguma razão, a 16 de Maio, o cardeal Giustiniani, núncio papal em Lisboa, designava, em carta particular para o visconde, “esse Joan Félix [sic] que, transformado de almirante em cortesão, manteve-se em Braga nos jantares da corte e que não tem nenhuma preocupação

76 Aparentemente, António Ribeiro Saraiva jantara a 25 de Abril de 1833 com “Algernon Eliot”. Já a 2 de Maio, William Carr Beresford, que recusava comandar as tropas de terra de D. Miguel, insistia com Saraiva para a partida imediata de Eliot, para comandar as de mar (Saraiva [1831-88] 1915, 205; 207). De 4 de Maio a 19 de Julho, são quase constantes as referências a Eliot, a Beresford, a Bourmont (que aceita comandar o Exército português) e a Carlos Matias Pereira, encarregado da compra de dois barcos a vapor, nos quais Eliot, oficiais, marinheiros, demais combatentes e técnicos deveriam seguir para Portugal (Saraiva [1831-88] 1915, 208-239).

77 Saraiva (1831-88) 1915, 128-129; 132 (italico meu).

78 Já em 1827, em ofício de 17 de Agosto, do ministro interino da Marinha e Ultramar para o titular do Reino (ambas as funções, curiosamente, desempenhadas pelo visconde de Santarém), era afirmado que “João Félix [Pereira de Campos] serviu sempre bem até que, não tendo merecido aprovação a sua conduta militar, quando comandou a esquadra que foi à Baía nos anos de 1822 e 1823, passou por Conselho de Guerra, onde foi sentenciado à privação temporária de entrar em promoções e de comandar; de cujas penas foi depois relevado por decreto em data de 12 de Janeiro de 1826” (Direcção Geral da Marinha. 1827-28, fols. 45-45v.).

79 Esparteiro (1969, 60) afirma que a nomeação de Pereira de Campos como major-general da Armada apenas ocorre a 14.05.1833, substituindo, precisamente, António Correia Manuel Torres de Aboim.

pela sua esquadra, durante o Inverno”; talvez por isso fosse designado, segundo Rocha Martins, por “*general anfíbio*”. Será, aliás, o chefe-de-esquadra António Correia Manuel Torres de Aboim a comandar a esquadra miguelista vencida e apresada a 5 de Julho, na Batalha do Cabo de São Vicente.⁸⁰

A 17 de Junho de 1833, é assinada uma convenção entre o visconde de Santarém e o capitão-de-mar-e-guerra Henry Algernon Eliot, que terá o posto de vice-almirante (equivalente ao de tenente-general da Armada), ficando assim em posição hierárquica superior ao dos chefes-de-esquadra ou contra-almirantes Pereira de Campos e Torres de Aboim. Ficava entendido que “todas as ordens futuras e comunicações relativas a todos os respeitos ao equipamento e movimentos da esquadra deverão ser feitas [dadas] por” Cadaval ou Santarém. E apesar de, no mesmo dia, o duque escrever ao visconde que “Hoje esteve aqui o conde de Basto, que achou muito judiciosas as reflexões de Eliot”; no seguinte, Lafões falava das dificuldades em ser redigido o decreto de nomeação de Henry Eliot sem que o assunto passasse por Basto. Entretanto, Cadaval queixava-se, a 20 de Junho, que “O estado das tripulações da nossa esquadra é, com efeito, o mais triste possível: *desertam marinheiros, desertam oficiais e os comandantes estão como loucos, porque dizem que querem levá-los ao matadouro e à desonra.*” Mas Eliot não podia, politicamente, assumir o comando da esquadra, repetindo o que, no tempo de Martinho de Melo e Castro, oficiais navais estrangeiros haviam feito: discipliná-la e levá-la “ao maior ponto de aumento e de perfeição”. Nem era possível concretizar o negócio proposto por Heliodoro Jacinto de Araújo Carneiro, de compra de navios a vapor. Dois assuntos cruciais, que os liberais já tinham resolvido. E que iriam fazer pender a balança da guerra civil, decisivamente, a seu favor.⁸¹

A 28 de Junho, em reunião de Conselho de Ministros de D. Miguel, vogando já a esquadra liberal em direcção ao Algarve, ainda se tentava decidir, em Lisboa, o que devia fazer a esquadra de guerra miguelista, comandada por Torres de Aboim. Basto sugeria que não seguisse para o Porto, antes, para o Algarve; o ministro da Justiça secundava-o. Santarém recomendava que de modo

80 Pereira 2011, 104; 106; 107; Monteiro 1989, 87-89; Ferrão 1940, 439-440; Carta do 2.º visconde de Santarém a D. Miguel, de 13.10.1832, apud Martins 1918-19, 4:423-26; Carta do cardeal Giustiniani ao 2.º visconde de Santarém, de 16.05.1833, apud Martins 1918-19, 5:76.

81 Martins 1918-19, 5:135; 138; 143-147; 150 (italico meu).

algun se deveria afastar da faixa costeira. A 5 de Julho, dá-se a Batalha do Cabo de São Vicente.

Eliot, que, entretanto, voltara a Inglaterra para se municiar de oficiais, marinheiros, navios e armamento, estava pronto, a 13 de Julho, a partir no barco a vapor *Lord of the Isles*, levando consigo oficiais de Bourmont e parte da sua própria tripulação. A 17, já informado dos acontecimentos, considerava António Ribeiro Saraiva “que a determinação do governo [sic] de mandar sair a esquadra nas circunstâncias actuais e depois de se nos ter mandado fazer os preparativos de que falei, é avaliada, pelos nossos amigos e inimigos, como um erro sem igual”. Saraiva afirmava que a armada saíra “a fim de se entregar a Napier” e que “Se o desastre tivesse sucedido por alguma fatalidade, *pela perda de uma batalha depois de um bonroso conflito, muito embora [menos mal]*; mas deitar a perder tudo isto por erro indesculpável, é uma loucura que nem sequer nos deixa consolação”.⁸² O visconde de Santarém comentará que

Por outra parte, enquanto isto se passava, ocorria [a 1 de Julho] a espantosa tenacidade de fazer sair a esquadra do Tejo, comandada por oficiais portugueses, *alguns dos quais estavam vendidos ao inimigo, como já naquele tempo era notório e hoje [depois de Maio de 1834] tem o inimigo declarado, até, nos seus papéis oficiais. O estado de espírito da oficialidade e das tripulações de alguns navios da esquadra era tal que, mesmo dentro do porto, estavam já em insurreição, como aconteceu com a fragata Cibele, no que [o que] informou o ministro da Marinha em conferência de ministros.*⁸³

A própria proclamação de 29 de Julho de 1833, de Leça do Bailio, de D. Miguel, refere “os esforços dos seus agentes [dos liberais], empregados constantemente em seduzir; a venalidade corrompeu muitos dos oficiais e mais tripulação da Minha esquadra, *que mandei sobre as águas do Algarve*, da qual com a maior perfídia, e sem valor algum, dela se apossara.”⁸⁴ Ou seja, embora mencione a suposta venalidade de oficiais e tripulações, o rei assume a ordem de fazer sair a esquadra da capital e de enviá-la para o Algarve, não falando da existência de um combate, hoje documentado, mas sim de uma conquista ou entrega, malévola e destituída de valor, da esquadra miguelista pelos (e aos) liberais. António Ribeiro

82 Martins 1918-19, 5:172; 194; 231-233.

83 Martins 1918-19, 5:357.

84 *Crónica Constitucional de Lisboa* 1833, 15:65-66.

Saraiva confirmará, muitos anos depois, que “a esquadra miguelista saíra do Tejo porque em Lisboa se recebeu ordem de Braga que saísse directamente antes que *chegasse* Eliot”.⁸⁵

Temas fracturantes e agregadores entre ultras e moderados

Uma das temáticas centrais do período foi a das Cortes tradicionais de 1828: desnecessárias, para alguns elementos da magistratura e dos panfletários miguelistas ultras ou de linha dura, como José Ribeiro Saraiva ou Frei Faustino José da Madre de Deus; mas não para outros, como Leite de Barros (Basto), Furtado de Mendonça e António José Guião. O conhecimento da história do direito tradicional das Cortes levou a que se decidisse por essa opção, apesar da aclamação das câmaras municipais e da nobreza, a 25 de Abril de 1828. A vinda de D. Miguel constituiu uma coalizção, como as de 1820 (vintismo) e 1823 (Vila-Francada); mas como todas as coalizções, também esta se foi lentamente esboroando.

Se nos ativermos aos problemas estruturais e conjunturais do reino português no primeiro terço do século XIX – das finanças, do Exército, da Armada e da diplomacia, desfalcados de disciplina e de chefias eficientes – percebemos o cenário que ajuda a explicar a derrota da causa de D. Miguel e a desagregação do pacto tácito entre moderados e ultras de 1828 em diante. A diplomacia e a guerra, em terra e no mar, foram afectadas pela falta de fundos, de disciplina e de coesão entre as lideranças, por vezes da mesma cor política. Por exemplo, o visconde de Asseca teve de deixar Londres em 1831, e a partir daí António Ribeiro Saraiva lançou-se numa espiral de iniciativas isoladas a que outros *empregados* diplomáticos se associaram, como vimos. Só mediante a análise técnica, por parte de um historiador da economia, das finanças do período e da política de empréstimos desenvolvida poderemos ter certezas mais fundamentadas,⁸⁶ mas se pensarmos que o ministro da Fazenda, o conde da Lousã, era – também ele – um ex-militar,⁸⁷

85 Saraiva 1885.

86 Para tal existem fontes abundantes, entre as quais Viana 1891, 207-41; Ferrão 1940, 169-76 (neste caso, com as devidas reservas, devido a ser uma obra com pouca ou nenhuma isenção ideológica).

87 Que se demitira do Exército, em 1808, com a patente de tenente-coronel (Castro 2002, 1:601).

com alguma experiência diplomática e que fora presidente do Real Erário em pleno vintismo (1821), provavelmente teria competências para gerir os negócios financeiros do reino. Porém, é o seu parente, o visconde de Santarém, quem é considerado, em Junho de 1833, traidor por Beresford, “Wellington e outros grandes Tories” devido à falta de pagamento regular de ordenados e despesas da legação londrina, sobretudo as de António Ribeiro Saraiva.⁸⁸

Esta é uma questão decisiva: será que podemos falar de mera incompetência técnica; ou de traição e bloqueios intencionais, por parte de funcionários das várias estruturas (ministérios, Exército, Armada, diplomacia)? Em 1827, quando ministro do Reino, o visconde de Santarém pediu às instituições que lhe estavam subordinadas mapas histórico-estatísticos, não lhe respondendo muitas delas. Nessa altura, sugeriu para a pasta da Fazenda o marquês de Borba, com vários anos de experiência no Erário Régio (1809-1818); Lousã, menos experiente, fora então o primeiro na lista de convites do visconde.⁸⁹

Por outro lado, desde 1827 que não havia um ministro titular da Marinha que fosse oficial da Armada;⁹⁰ não tinha obrigatoriamente de o ser, pois nessa mesma altura, o visconde de Santarém, quando convidado a ser ministro do Reino, propôs o conde da Lapa, diplomata experimentado, membro do Conselho Ultramarino e sócio efectivo da Academia das Ciências de Lisboa.⁹¹ A Comissão de Estudos da Defesa da Barra, constituída em 1831, após a Questão Roussin, integrava dois chefes-de-esquadra (contra-almirantes), António Torres de Aboim e José Maria Dantas Pereira, publicando este as suas reflexões em 1833.⁹² Mas a verdade é que se o Exército fora disciplinado por Beresford até 1820 (o que ocasionara a adesão de muitos militares à Revolução Vintista), o mesmo não sucedera à Armada portuguesa desde os finais do século XVIII. Há quem afirme que a saída da esquadra miguelista da barra do Tejo, a 1 de Julho de 1833, se deveu a não querer ser comandada pelo capitão-de-mar-e-guerra Henry Eliot, com

88 Saraiva (1831-88) 1915, 1:231 (s.v. 17.06.1833).

89 Santarém 1827, maço 1, fol. 14-maço 2, fol. 23 et seq. maço 4, fols. 37-39, 45-48.

90 O chefe-de-esquadra António Manuel de Noronha, em 1826-1827 (Castro 2002, 2:320).

91 Castro 2002, 1:57.

92 Pereira 2005, 1:107; Castro 2002, 1:709; Andrade 1833. Sobre José Maria Dantas Pereira de Andrade (1772-1836), ver Pereira 2005, 1:24-26.

ordens para a reformar.⁹³ De forma bizarra, António Torres de Aboim pedirá a libertação de dois oficiais sob as suas ordens, “por terem combatido coagidos, na esquadra miguelista.”⁹⁴ O ministério, entregue a um desembargador do Paço (conde de Basto), e a um chefe-de-estado-maior naval (major-general da Armada) caricaturado como *almirante anfíbio*, impediriam a reversão da (des)ordem da Marinha de Guerra de D. Miguel. Chefes-de-esquadra como Dantas Pereira, secretário perpétuo da Academia das Ciências, e o conde de Porto Santo, antigo diplomata e ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, poderiam constituir alternativas credíveis.

As rivalidades ocorriam também no Exército. Em conjunto com a inexperiência/ineficácia das lideranças militares, a ausência de treino, a irregularidade de pagamento de soldo, a escassez de fornecimento de equipamentos e a heterogeneidade das tropas.⁹⁵ Daí advinha, como consequência, a falta de confiança no valor dos subordinados e a tremenda dificuldade em alcançar os objectivos estratégicos planeados. Tal como a Terceira permaneceu sempre liberal, o mesmo sucedeu com o Porto, após 1832. Já vimos como, em 1831, a tensão São Lourenço-Barbacena ajuda a explicar a derrota e tomada de parte da esquadra por Roussin. A partir deste momento, segundo o historiador naval Saturnino Monteiro, a perda de dez navios facilitou a conquista do arquipélago dos Açores pelos liberais e o bloqueio da foz do Tejo em 1832, sendo provavelmente baixo o grau de operacionalidade da armada miguelista “e parte apreciável das suas guarnições era favorável a D. Pedro”.⁹⁶ Diz-nos o historiador militar David Martelo que Póvoas e Santa Marta falharam aquando do desembarque das tropas liberais em 1832, e que as sucessivas mudanças de chefia no cerco do Porto (Ponte da Régua-Santa Marta-São Lourenço-Bourmont) provam a incapacidade para desalojar as tropas pedristas da Cidade Invicta.⁹⁷ Vasco Pulido Valente

93 Monteiro 1989, 92.

94 Pereira 2011, 107. Monteiro (1989, 97) afirma que os marinheiros da *D. João VI*, perante a aproximação de duas fragatas liberais, “recusaram-se a combater e obrigaram [António] Torres de Aboim a arriar a bandeira”; que “Alcançada cerca das dez da noite, a *Martim de Freitas* rendeu-se sem oferecer resistência”; e que três corvetas e dois brígues tiveram uma participação quase nula: “Logo que viram as coisas mal paradas arribaram e pusera-se em fuga.” O mesmo autor realça que “Na prática, a esquadra liberal era uma esquadra inglesa” (Monteiro 1989, 91). O número de mortos (28 liberais, 78 miguelistas) talvez possa ser explicada pela experiência desigual de combate (Monteiro 1989, 97).

95 Pulido Valente 1997, 107; 109-110; 115. A brutalidade das condições dos soldados é bem descrita, na primeira pessoa, em Lima (1925).

96 Monteiro 1989, 83; 85; 87.

97 Martelo 2001, 59-61. Já agora, acrescente-se que a afirmação deste historiador militar, que Santa Marta

fornece-nos um relato conciso e informado sobre os combates de 1832 ao redor da capital nortenha, referindo a tática defensiva de Santa Marta, a inexistência de coordenação Póvoas-Santa Marta num comando estratégico único e a própria mentalidade de Póvoas, que, segundo Luz Soriano, “não desejaria fama matando compatriotas”. Além disso, estes dois chefes militares não teriam confiança absoluta nas suas tropas, o que aliás será uma das razões pelas quais os conselheiros de Cadaval lhe indicarão a necessidade de evacuar Lisboa.⁹⁸ As narrativas coevas, breve a de Póvoas e longa a de Francisco de Paula Ferreira da Costa, são ambas pouco abonatórias para Cadaval, queixando-se o primeiro que ia ficando prisioneiro dos liberais, na madrugada de 24 de Julho, e o segundo que o arcebispo de Évora, D. Frei Fortunato de São Boaventura, também não foi avisado da invasão iminente. E que a indecisão do duque sobre a forma de organizar as tropas em fuga da capital foi retribuída pela fúria dos soldados perante a saída intempestiva e inconsequente de Lisboa. Francisco de Paula Ferreira da Costa deixa no ar a dúvida de que o “Duque ou era traidor ou foi enganado [por quem o aconselhou a evacuar a cidade], sendo por isso um fracalhão e um asno completo”. Esse era o contraste entre um homem da primeira aristocracia, mas incapaz, aparentemente, de tomar decisões ao mais alto nível estratégico,⁹⁹ e outro, calejado, mas nem por isso mais vitorioso militarmente: Joaquim Teles Jordão, que o editor João Palma-Ferreira designa, com alguma justiça, como “Beato, ignorante e caserneiro brutal”.¹⁰⁰

Uma alteração clara surgiu quando homens com experiência governativa (como o visconde de Santarém e o duque de Cadaval) saem de cena e são substituídos, aquando do terceiro governo de D. Miguel, a partir do Verão de 1833, por magistrados e clérigos como os doutores António José Guião (desembargador e padre) e Cândido de Figueiredo e Lima (lente e freire da Ordem de Avis).¹⁰¹ Se,

“aderiu à causa constitucional, pondo a sua espada ao serviço da rainha D. Maria II” (Martelo 2001, 60), não deverá ser confundida com a rendição antes da convenção de Évora Monte, o que sucedeu com muitos oficiais-generais de D. Miguel, entre eles Barbacena, Peso da Régua, Póvoas, São João da Pesqueira e o próprio Santa Marta, de acordo com Carrillo ([1856] 2002, 90).

98 Pulido Valente 1997, 107-116.

99 Recorde-se que o duque nunca assentou praça, o que não o impediu, por razões políticas, de ser graduado em marechal-de-campo e em marechal do Exército.

100 Palma-Ferreira (1833-34) 1982, 21; 26; 28; 29 n. 4; 31; Soriano 1882-90, 7:548-50 et seq.

101 António José Guião foi juiz auxiliar no processo de Gomes Freire de Andrade, membro da Junta Régia de 18.06.1823 (Hespanha 1982, 88 n. 42), membro da Junta Preparatória da Reunião das Cortes de 05.06.1824,

em 1828, Santarém exclamava “Deus nos livre dos desembargadores regularem a política dos Estados”, quando tal sucede, em 1833, uma carta particular dirigida a Guião demonstra-nos a cordialidade e, mesmo, alguma familiaridade com o novo ministro do Reino e da Fazenda.¹⁰²

Independentemente das intenções de moderados e ultras quanto à aplicação da justiça aos *inimigos do Estado e do rei*, o historiador António Monteiro Cardoso (1950-2016) contribuiu com uma visão estruturada e quantitativa sobre os processos judiciais e prisionais das Alçadas. Indica claramente o número de supliciados como forma de punição em três dos mais publicitados actos de *rebelião* por parte dos liberais: o assassinato político dos representantes da universidade pelos Divodignos, em Março de 1828; a revolta portuense de Maio de 1828, que desembocou na Belfastada; e a revolta do brigadeiro Moreira Freire, em Janeiro de 1829, que foi, respectivamente, de nove estudantes, 12 dirigentes e cinco militares, num total de 26 indivíduos. Não deixa, contudo, de demonstrar o aspecto qualitativo da questão e as respectivas implicações:

A execução destas penas, acompanhada de todo o cerimonial macabro previsto nas ordenações [*Ordenações Filipinas*], veio conferir uma imagem de barbaridade sanguinolenta¹⁰³ ao regime miguelista aquém do que os ultras exigiam e do que decerto sucederia se o julgamento incumbisse a comissões militares como as que funcionaram em Espanha em 1824 e 1825 e que viriam a ser introduzidas por D. Miguel em 1831, com resultados bem mais sangrentos. Porém, a maior parte dos pronunciados nunca chegou a ser julgado, ficando preventivamente presos até ao final do domínio miguelista, uma vez que se entendeu que a concessão de liberdade provisória era inadmissível nos crimes contra a Augusta Pessoa e contra o Estado.¹⁰⁴

chanceler das Ordens, procurador da Fazenda, membro da Junta Eleitoral Preparatória de 13.03.1828. Esteve presente na reunião alargada de Conselho de Estado de 02.05.1828 sobre a convocação das Cortes e nas Cortes de Lisboa de 1828. Foi chanceler (ou regedor das Justiças) da Casa da Suplicação em 1831, ministro do Reino, da Fazenda e dos Negócios Estrangeiros em 1833-1834, continuando a seguir D. Miguel no exílio, segundo Mónica (1997, 576). Ver, igualmente, Subtil (2010, 94). Cândido Rodrigo Alves de Figueiredo e Lima (1782-1851), nascido no Brasil, foi bacharel, licenciado e doutor na Faculdade de Leis (1812 e 1814), integrou o Batalhão Académico (chegando à patente de major), foi lente em Coimbra entre 1818 e 1834, freire diácono da Ordem de São Bento de Avis e ministro do Reino e da Fazenda antes de Guião. Exerceu funções de deputado das Cortes Constituintes vintistas. Trocou abundante correspondência com António Ribeiro Saraiva entre 1844 e 1851, já depois de Évora Monte, que foi publicada por Alvim (1985, 41-182). Ver Alvim 1985, 265-68; Castro 2002, 1:806-8.

102 Correspondência enviada pelo 2.º visconde de Santarém a António José Guião, VI-3.ª D-2-1-9-87, carta de 24.09.1833.

103 Ver em Torgal (2016, 32-33; 41) a referência à pena de cabeças e mãos decepadas, aplicada a três dos estudantes, os quais teriam “tomado parte mais activa e cruel na agressão.” O valor propagandístico dessas penas e dessas imagens era fortíssimo na Europa coeva.

104 Cardoso 2007, 260 (ítálico meu).

Assim, António Monteiro Cardoso explica-nos como a própria natureza penal e prisional das Ordenações Filipinas (impossibilidade de liberdade provisória para crimes políticos), bem como a incapacidade da alçada para julgar cerca de 10 000 processos,¹⁰⁵ resultou em que a maioria das prisões preventivas se estendesse durante todo o reinado de D. Miguel, aguardando que “a alçada decidisse a sua sorte”. A incapacidade de acondicionar tantos presos políticos significou, desgraçadamente, a degradação das condições de vida e a morte de muitos homens ilustres da política, da jurisprudência e do exército liberais, como Pedro de Mello Breyner, o conde de Subserra, Manuel Borges Carneiro e o general Claudino Pimentel. Refira-se que Monteiro Cardoso tem o cuidado de distinguir entre a crueldade de “alguns carcereiros e das tropas encarregadas da guarda às prisões” e o uso legal de tortura ou maus tratos como forma de levar à confissão, que sucedera com os presos do Santo Ofício.¹⁰⁶

Por fim, as depurações de empregados públicos e de militares durante o regime miguelista eram próprias de uma época em que os inimigos não se toleravam uns aos outros: aquando do primeiro cartismo (1826-1828), o general conde de Saldanha fizera-o, com as Archotadas sucedera o mesmo (em sentido contrário) e de novo, em sentido liberal, com a Revolução de 1834. O que não era impeditivo que miguelistas moderados, como o visconde de Santarém, lamentassem, *a posteriori*, a demissão dada a académicos e funcionários, como Marino Miguel Franzini ou Mateus Valente do Couto, “Medida estupidíssima do Ministro Leite” de Barros, conde de Basto.¹⁰⁷

105 Em 1835, terão sido contabilizados 8247 pessoas pronunciadas (Cardoso 2007, 240). Em Lima (1967, 572-73), são identificados 1400 nomes, mas não contabilizados os pronunciados pela Alçada do Porto. Oliveira Martins ([1881] 1981, 1:172) indica os mesmos 8247 pronunciados. Lousada et Ferreira (2006, 133) referem mais de 8000 pronunciados. Lousada et Monteiro (1982, 179, nn. 21 e 27) identificam as fontes de informação dos 8247. Lousada (2014, 98) repete o número de 8247 pronunciados num total aproximado de 14 000 acusados.

106 Cardoso 2007, 260-61.

107 Cardoso 2007, 207; 262-66; 2.º visconde de Santarém 1914, 109-110; Castro 2002, 1:663 et seq.

O reforço intolerante de um Estado: universidade, academia, censura, Companhia de Jesus e imprensa sob D. Miguel

A situação escolar da Universidade de Coimbra foi, neste período, altamente agitada; se é verdade que o assassinato dos lentes trouxe a instituição para o centro do debate ideológico, há várias décadas que a universidade não vivia uma existência tranquila, embora não se chegasse ao extremo de a encerrar por largos períodos (exceptuando aquando das Invasões Francesas). Rómulo de Carvalho diz-nos que “O estado da Universidade de Coimbra nas vésperas da reforma pombalina [1772] era calamitoso. Dele nos fala o reitor D. Francisco de Lemos quando, em 1777, redigiu um documento importantíssimo para dar conta a D. Maria I do que se passara na universidade durante os últimos tempos da governação de Pombal”. Os sucessivos reitores-reformadores, de 1772 a 1827,¹⁰⁸ conheceram muitas dificuldades na imposição de disciplina que evitasse a “relaxação’ dos costumes” morais, políticos e religiosos dos estudantes. As Invasões Francesas (1807-1811) e a criação do Batalhão Académico “organizado como corpo militar distinto” não só interromperam o curso normal das aulas (com o encerramento da universidade), como aumentaram a politização do corpo dos estudantes.¹⁰⁹ Em 1818, é impresso o poema *O Reino da Estupidez*, que circulava manuscrito desde a década de 1780 e que, segundo Rómulo de Carvalho, “tem valor histórico por assinalar o baixo nível a que a universidade então chegara, concordante com o que se documenta por outras vias”. As Cortes vintistas, em Fevereiro de 1821, reconheciam que a “Universidade de Coimbra está relaxada e não devemos ajudá-la a relaxar mais”. Mas mesmo assim, a pedido dos estudantes, a instituição é mandada encerrar e determinou-se que os exames se efectuassem no princípio do ano seguinte – desconhece-se se civil, se lectivo.¹¹⁰ Algo de semelhante sucedia em Espanha, a 24 de Setembro de 1823, com o restabelecimento dos planos de estudos de 1771.

108 D. Francisco de Lemos Pereira Coutinho (1772-1779 e 1799-1821), Príncipe Mendonça (D. José Francisco Miguel António de Mendonça, 1779-1785), Príncipe Castro (D. Francisco Rafael António de Castro, 1785-1799), D. Francisco de São Luís (1821-1823) e Príncipe Mendonça (D. Diogo de Castro de Rio Furtado de Mendonça, 1823-1827).

109 Desta politização também fala Cardoso (2007, 254; 259).

110 Carvalho 1986, 462-463 e n. 48; 482; 503; 505; 505 n. 22; 523; 542; Patrício et al. 2001, 15.

Mais tarde, após a revolução francesa de 1830, seria ordenado – mas não cumprido – o fecho das universidades durante dois anos.¹¹¹

Não é, por isso, de estranhar que, em 1828, o visconde de Santarém, referindo-se aos três meses em que foi ministro do Reino (1827), fale da universidade do seguinte modo:

A todos é patente o estado de desordem em que existe este primeiro estabelecimento literário do Estado, a insubordinação dos estudantes, as doutrinas subversivas que propagavam e a muita ignorância dos seus princípios que reina naquele estabelecimento, actualmente. Além de outras causas, que demandavam uma reforma e a maior vigilância [por parte] de um governo estável, amigo da ordem, sustentador da Religião e do Trono.¹¹²

Ouvindo, em Junho de 1827, os pareceres do intendente-geral da Polícia (o barão de Rendufe) e do barão de Sande, “que ali tinha residido como lente largos anos”; e dada a morte recente do reitor Principal Mendonça, propôs o visconde, primeiro, para tal função, o Dom Prior de Guimarães. Voltando, porém, atrás na decisão, “pela sua demasiada afabilidade”,¹¹³ mandou sondar o bispo de Viseu, que “não quis de modo algum aceitar” tal nomeação. Aliás, diga-se que a universidade não conheceu reitor entre 1827 e 1841.

Embora datado de Março de 1828, o manuscrito do visconde de Santarém não se refere ao assassinato dos lentes de Coimbra pelos Divodignos, ocorrido a 18 daquele mês. A situação da universidade passa a agudizar-se drasticamente, com a alçada judicial consequente. Já no Verão anterior, o visconde, a propósito da questão das promoções dos professores, juntava documentação vária e tratava de “empregar uma comissão particular de pessoas entendidas; e depois de haver, previamente, obtido as informações secretas necessárias acerca [da] morigeração e princípios dos propostos; para, com mais pleno conhecimento de causa, as fazer decidir.”¹¹⁴

É, assim, natural que algo de semelhante se viesse a passar com a regência e o reinado de D. Miguel. Tratava-se de uma questão de ordem civil e política,

111 Fontana 2007, 121; 2006, 324.

112 2.º visconde de Santarém 1827, maço 2, fols. 23-28.

113 O visconde designa-o do seguinte modo: “unia ao muito conhecimento que tinha daquele estabelecimento o ser um fidalgo de 1.ª ordem, e provado realista, profundamente instruído, tendo ali mesmo [em Coimbra] regido uma cadeira” (2.º visconde de Santarém 1827, maço 2, fol. 27). O dito clérigo esteve envolvido na conspiração da Rua Formosa, de 1822.

114 2.º visconde de Santarém 1827, maço 2, fols. 27-28.

sendo a universidade uma base de recrutamento de funcionários régios, leigos e eclesiásticos. A 9 de Agosto de 1828, o rei D. Miguel ordena que tanto a Universidade de Coimbra quanto as escolas menores ficassem sujeitas ao reformador-geral dos Estudos do Reino e Seus Domínios, que seria o mesmo bispo de Viseu que recusara, no ano anterior, a nomeação como reitor. Em 1828 e 1829, por causa da acção dos Divodignos, 457 estudantes “foram mandados riscar da Universidade de Coimbra”. Em 1829, a instituição estava fechada, escrevendo D. Miguel, em Março, que as aulas reabririam em Outubro. Em Setembro de 1831, possivelmente por causa da demissão do bispo de Viseu de reformador-geral dos Estudos e da sua substituição pelo arcebispo de Évora, D. Frei Fortunato de São Boaventura, sucede o mesmo, até ordem em contrário. Em Junho de 1832 – mês em que ocorre o desembarque dos bravos do Mindelo –, prevê-se o reinício das aulas para Outubro. Porém, Luís Reis Torgal afirma que os anos lectivos em que efectivamente houve aulas foram os de 1829-1830 e de 1830-1831, com “pequeno número de escolares”, apenas sendo a universidade reaberta em 1834. Entretanto, a 30 de Agosto de 1832, é reintroduzida a Companhia de Jesus em Portugal, à qual é entregue o Colégio das Artes, em Coimbra. Relembre-se que Frei Fortunato, defensor dos jesuítas na imprensa, fora ali professor.¹¹⁵ A politização da vida universitária portuguesa e consequente repressão pelo Estado miguelista, nos anos de 1827 a 1834, coincide com o período que Jean-Claude Caron designa por “As escolas em revolução” (1828-1834). Na França de 1828, o regresso ao ensino de Cousin, Guizot e Villemain na Sorbonne, e de Daunou no Collège de France, bem como a ordenança régia que proíbe o ensino aos jesuítas e a organização de associações de estudantes constituem factos que alimentam um espírito contestatário antes e depois das jornadas de Julho. Naturalmente que o regresso, ainda que modesto, dos jesuítas a Portugal, a depuração dos corpos docente e discente e a censura da imprensa marcam a antítese dessa situação.¹¹⁶

Na Academia das Ciências de Lisboa, durante a regência e o reinado de D. Miguel, apesar do exílio de muitos correspondentes e sócios, mantêm-se as sessões académicas, constituindo a instituição uma espécie de *espaço neutro* para

115 Carvalho, 1986, 541-44; Torgal 2016, 17-18.

116 Caron 1991, 283-351 (especialmente 284).

as lutas ideológicas que decorriam. O vice-secretário em exercício é Manuel José Maria da Costa e Sá, um miguelista. Porém, Costa e Sá vai permanecer na Academia *reformada* de 1834. Manuel José Pires, presente em sessões de Janeiro e Outubro de 1828, será director da classe de Ciências Naturais também em 1834. Fortunato José Barreiros, capitão de artilharia excluído das listas do exército de D. Miguel em 1833 e 1834,¹¹⁷ está igualmente presente de 1828 a 1830. Outros liberais, como Marino Miguel Franzini, Mateus Valente do Couto (e seu filho, António Dinis de Couto Valente), bem como o erudito Francisco Ribeiro DosGuimarães e o polígrafo José Acúrsio das Neves, participam também da vida da Academia; é lida uma memória do barão de Eschwege, coronel de engenharia, entretanto saído do reino e também excluído do exército miguelista. Ainda em 1831, Joaquim José da Costa de Macedo, futuro secretário perpétuo, é membro activo da Academia até ser preso no Limoeiro, durante dois anos. Nesse período, Dantas Pereira e João Pedro Ribeiro publicam comunicações na colectânea *História e Memórias* e na impressão da Academia, embora Ribeiro não se demore muito tempo na capital, após a chegada de D. Miguel. Mas na lista de membros continuam a constar, conforme notará, anos depois, o visconde de Santarém, enquanto sócios honorários, efectivos e livres, e até como correspondentes da Academia, figuras como o conde do Funchal (opositor de D. Miguel); Barbosa de Magalhães, ex-ministro da Justiça (deportado para Abrantes); o conde de Subserra (preso em São Julião da Barra); Frei Francisco de São Luís (encerrado no Convento da Serra de Ossa); e mesmo José Liberato Freire de Carvalho (emigrado). Estas presenças e lista de membros terão maior significado do que a escassa produtividade impressa da Academia, referida por António Ferrão. A qual, aliás, se vai manter durante toda a década de 1830 e de 1840.¹¹⁸

Quanto à imprensa e impressão régia de obras, foram utilizadas pelos miguelistas como armas de propaganda. É assim que o intendente-geral da Polícia encomenda, em 1828, a José Agostinho de Macedo, a tradução de um livro cujo título, em português, será *Refutação do Monstruoso e Revolucionário Escrito Impresso em*

117 Carrilho (1856) 2002, 53; 55.

118 Paixão 1967, 21-27; 2.º visconde de Santarém 1914, 109-10; Ferrão 1940, 157-158; Castelo Branco (1861) 1863, 166.

Londres Intitulado “Quem é o legítimo rei de Portugal”..., distribuído em Londres pelo visconde de Asseca. Que é empregue, na mesma capital, o publicista António Ribeiro Saraiva (1829), mantendo contacto com William Walton e com o barão de Bordigné, autores a quem eram solicitados e/ou pagos textos favoráveis a D. Miguel. Que o *Manifesto de Sua Majestade Fidelíssima...*, de 1832, foi redigido anonimamente e financiado por João Paulo Cordeiro, tendo por autor o visconde de Santarém e distribuição e impressão internacionais. Porém, como cita Maria Alexandre Lousada, José Agostinho de Macedo defenderia: “Quer o Mundo paz? Não tenha periódicos.” O mesmo Macedo vai dialogar/polemizar com Joaquim José Pedro Lopes e com Frei Fortunato de São Boaventura (sendo mesmo censor de alguns periódicos deste).¹¹⁹ Quando o visconde de Santarém, a 14 de Junho de 1831, discursou perante o rei, lendo um relatório intitulado *Observações Feitas a El-Rei sobre o Folheto de Heliodoro que Tem o Título = Algumas Palavras*, afirma taxativamente:

Não existe hoje no mundo um só homem de Estado bem-intencionado e que deseje a conservação da ordem social, da religião e dos tronos, que não abomine a liberdade de imprensa. Que não reconheça que a publicação de escritos políticos, por mais bem dirigidos que sejam, quando são publicados em matérias de Estado por homens ignorantes delas e das verdadeiras conveniências dos gabinetes, conduzem os povos à anarquia, as diversas classes de Estado às resistências aos governos e que animam os intrigantes e ambiciosos a uma conjuração puramente contra a autoridade soberana, mascarando-a quase sempre com os sagrados objectos do bem do soberano e da pátria.¹²⁰

Estas frases do ministro dos Negócios Estrangeiros dirigidas ao seu rei devem ser contextualizadas: o Heliodoro em causa é Heliodoro Jacinto de Araújo Carneiro, encarregado de negócios (oficioso) em Estocolmo e autor da obra *Algumas Palavras em Resposta ao que Certas Pessoas Têm Dito e Avançado acerca do Governo Português, com Algumas Observações tanto a respeito do Estado Actual de Portugal e da Europa como da Extravagante e Inesperada Conduta do Governo Inglês para com Portugal*, conforme se lê na segunda edição, de 1832 (a primeira é de 1831). Na advertência, informa o autor que o livro, impresso em Londres, fora proibido em Portugal, suplantando a procura três vezes a oferta, pelo que agora procedia a uma nova

119 Lousada et Ferreira 2006, 154-56; Braga 1900, XXVIII-XXXVIII, 5; 46-48; 91-131 (inclusive, insurgindo-se contra a ideia da reintrodução da Companhia de Jesus).

120 2.º visconde de Santarém 1831, fols. 1-2 (itálicos meus).

edição, “corrigida e aumentada de um apêndice que contém observações e factos relativos aos acontecimentos sucedidos depois da primeira edição”. Ora se para o visconde de Santarém já eram graves, como se viu, as decisões dos diplomatas sob as suas ordens, baseadas no respectivo livre-arbítrio pessoal ou concertadas com outros colegas (e não nas ordens emanadas de Lisboa), imagine-se o que significava a publicação de um livro acusatório dos sucessivos governos britânicos, anónimo, mas de autoria facilmente identificável. Ficava, assim, reforçado o poder do boato político de que nos fala António Monteiro Cardoso, muitas vezes antecipatório de acontecimentos reais (*self-fulfilling prophecy*) e de outras formas de pressão da opinião política numa sociedade censurada. Os periódicos permitidos, ao serviço do governo, sob a pena de Macedo, São Boaventura e também de Alvito Buela Pereira de Miranda, são um exemplo, assinalado por Maria Alexandre Lousada e Fátima Sá e Melo Ferreira, de um “patriotismo contra-revolucionário e um nacionalismo populista de direita *avant la lettre*.”

Outra evidência foi a organização do Corpo dos Voluntários Realistas (“uma espécie de guardas nacionais realistas”), a 26 de Maio de 1828, com 12 000 homens, corpo esse que, apesar de dividido em dois batalhões chefiados pelo duque de Lafões e pelo marquês de Pombal, constituiu pouco mais do que tropas que “militarmente pouquíssimo valiam”, “fomentadores de intrigas e . . . perigosos factores de desordem”. Foi estabelecido para “coadjuvar as autoridades na perseguição dos pronunciados nas devassas”. Em 1829, tentaram os Voluntários Realistas o derrube de Cadaval e de Santarém do governo; e, em 1832-1833, criaram as lendas das traições de Peso da Régua e de Santa Marta, conseguindo as destituições das chefias então exercidas. Além de, em tempos de paz, serem mais uma fórmula de intimidação caceteira e xenófoba.¹²¹ Não se tratou de um acto restrito a Portugal. A 10 de Junho de 1823, foi formado em Espanha o corpo de voluntários realistas, “*un cuerpo de policía local*” com a função de intervir em incêndios, “*quimeras*” e qualquer forma de desordem popular. Espécie de exército paralelo, constituído por “homens de bem” (pelo menos ao nível de oficiais), chegaram a ser quase

121 Lousada et Ferreira 2006, 156; Ferrão 1940, 613; Cardoso 2007, 230-31; Cardoso 2009, 112 n. 12; França 1984, 494; Ferreira 2014, 120; Soriano 1882-90, 2 (2):325.

300 000 em 1832. Oneravam as finanças locais e actuavam com uma “*violencia incontrolada*”, constituindo “*una alianza bien peligrosa de un realismo exaltado y del espíritu democrático más bajo*”.¹²²

Conclusões

No presente estudo, num intuito prosopográfico, elencaram-se nomes, percursos de vida e posicionamentos ideológicos de ultra-realistas e de realistas.¹²³ Recorrendo a vários ramos da história, aproximaram-se objectos analisados por autores de temas políticos, diplomáticos, do Exército, navais e generalistas. Trata-se de uma primeira tentativa de sistematizar dados para um eventual dicionário de figuras do tempo de D. Miguel, regente e rei.¹²⁴ Como é lógico, permanece muita informação por analisar, referente a este período. Os exemplos dos historiadores invocados devem incitar-nos a repensar, reformular e integrar todas estas questões, biográficas, prosopográficas e técnicas.

Os principais temas que dividiram ultras e moderados foram as Cortes de Lisboa de 1828, o retorno da Companhia de Jesus em 1829, o grau de implacabilidade ou de compaixão aplicados nas alçadas judiciais e nos campos de batalha da guerra civil, o modo de reformar os estudos universitários e de manter a universidade em funcionamento ou encerrada. Não é clara a hierarquização desses factores; são cumulativos e contemporâneos, não sucessivos e encadeáveis, para já, como causa-efeito. Conforme o radicalismo ou conservadorismo das chefias, governamentais, diplomáticas, militares e navais, assim sectores específicos das elites defendiam ou atacavam líderes e funcionários dessas diferentes áreas socioprofissionais, raras vezes atribuindo qualidades e defeitos técnicos independentemente de posicionamentos ideológicos. Os sectores moderados foram influenciadores do poder do Estado, enquanto a perda da esquadra, com a Questão Roussin (1831), a evacuação de Lisboa (Julho de 1833) e o fim do

122 Fontana 2006, 113-118.

123 Segundo as designações empregadas pelo visconde de Santarém em 1827.

124 E não do período de mais de 40 anos em que foi politicamente activo, de 1823 a 1866.

projecto irrealista de a reconquistar (a 29 de Setembro) não significaram, por um lado, a massificação das graduações e promoções de oficiais-generais do exército ultra-realista, por outro, a equivalente entrada de magistrados nos governos de Setembro de 1833 e de Maio de 1834: António José Guião, Cândido de Figueiredo e Lima e Francisco José Vieira.¹²⁵ O ministério da Marinha foi extinto em Agosto de 1833, pois com a derrota da Batalha do Cabo de São Vicente, a armada de guerra de D. Miguel desapareceu. O visconde de Santarém manteve-se em funções oficiais no dos Negócios Estrangeiros até Abril de 1834, mas cessam os registos de correspondência oficiais com as legações a partir de Junho-Julho de 1833. O que não impede António Ribeiro Saraiva de, isoladamente, manter laços diplomáticos em Londres, ainda por aprofundar, assim como o das relações Lisboa-legações (e vice-versa). O que se pode, entretanto, concluir é que, apesar de processos de conflito entre o titular dos Negócios Estrangeiros e os representantes, oficiosos e oficiais, de D. Miguel no exterior, não existe informação de demissões e substituições por iniciativa central, baseadas em erros técnicos e políticos.

Para este processo de fragmentação e de radicalização do poder do Estado, em 1833-1834, foram alheias as batalhas decisivas, como as de Almoester e de Asseiceira (Fevereiro e Maio de 1834). Assim como as ingerências e os conflitos diplomáticos com a Grã-Bretanha e a França e os respectivos apoios oficiosos aos liberais, pelo menos até à assinatura da Quádrupla Aliança, a 22 de Abril de 1834. Não existe um estudo estatístico-cronológico da repressão dos liberais; tanto quanto se sabe, ela foi constante, embora com períodos de alguma acalmia, sobretudo enquanto Barbosa de Magalhães foi ministro da Justiça (1829-1831), procurando rever os processos judiciais e libertar quem não fora submetido a julgamento.

125 Sobre Francisco José Vieira, ver Subtil (2010, 553).

BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas

1. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

1.1. Fundo Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

Legações. Correspondência recebida pelo visconde de Santarém. Caixa 553 (de Washington).

1.2. Ministério do Reino (MR)

Correspondência enviada pelo duque de Cadaval a D. Miguel. Macete 999, Caixa 1122.

2. Biblioteca Nacional de Portugal (BNP). Reservados

Correspondência enviada pelo duque de Cadaval ao visconde de Santarém. Espólio Rodrigo da Fonseca.

3. Coleção Visconde de Santarém

2.º Visconde de Santarém [Manuel Francisco de Barros e Sousa de Mesquita de Macedo Leitão e Carvalhosa]. 1827. *Memórias Verídicas do Meu Ministério durante os 3 Meses que o Exerci.* 607 folhas.

———. 1831. *Observações Feitas a El-Rei sobre o Folheto de Heliodoro que Tem o Título = Algumas Palavras = Lidas a Sua Majestade em Meu Despacho de 14 de Junho de 1831.* 53 folhas.

4. Arquivo da Universidade de Coimbra

Correspondência enviada pelo 2.º visconde de Santarém a António José Guião. Fundo Jardim de Vilhena.

5. Direcção-Geral da Marinha

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e Outros Ministros do Estado. 1827-28. Vol. 125. Arquivo Histórico. Biblioteca Central da Marinha, Lisboa.

Fontes impressas

Alvim, João Carlos, ed. (1855) 1982. *Memórias da Vida de José Liberato Freire de Carvalho.* Lisboa: Assírio e Alvim.

———, ed. 1985. *A Revolta Miguelista contra o Cabralismo. Cartas de António Ribeiro Saraiwa e Cândido Figueiredo e Lima.* Lisboa: Assírio e Alvim.

- Andrade, José Maria Dantas Pereira de. 1833. *Memória sobre a Defesa do Tejo contra Forças Marítimas*. Lisboa: Impressão Régia.
- Cabral, António. 1936. *Uma Tragédia na Corte. A Morte do Marquês de Loulé. Mistério que se Esclarece – Documentos Inéditos*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- Carneiro, Heliodoro Jacinto de Araújo. (1831) 1832. *Algumas Palavras em Resposta ao que Certas Pessoas Têm Dito e Avançado acerca do Governo Português, com Algumas Observações tanto a respeito do Estado Actual de Portugal e da Europa como da Extravagante e Inesperada Conduta do Governo Inglês para com Portugal*. Londres: Tipografia de G. Schulze.
- Carrilho, Luiz Pereira. (1856) 2002. *Os Oficiais d'El-Rei Dom Miguel*. Lisboa: Edições Guardamor.
- Carvalho, José Liberato Freire de. 1840. *Ensaio Político sobre as Causas que Prepararam a Usurpação do Infante D. Miguel no Ano de 1828, e com ela a Queda da Carta Constitucional do Ano de 1826*. Lisboa: Imprensa Nevesiana.
- Castelo Branco, Camilo. (1861) 1863. *O Romance de Um Homem Rico*. 2.^a ed. Porto: Em Casa da Viúva Moré-Editora.
- Catalogue of Books & Manuscripts Comprising . . . The Library of the Late Dr. A. R. SARAIIVA, Formerly Chargé d'Affaires in England for Dom Miguel . . . Which Will be Sold by Auction by Sotheby, Wilkinson and Hodge*. 1891. Dryden Press: J. Davy & Sons.
- Colecção das Ordens do Dia. Ano de 1828*. 1828. No. 58 (26-5-1828), 65-67. No. 11 (13-6-1828), 92. Lisboa: Impressão de Eugénio Augusto.
- Colecção das Ordens do dia. Ano de 1832*. 1832. No. 71, 1-2. No. 77, 1-2 e 6 (26-10-1832). Lisboa: Impressão de Eugénio Augusto.
- Crónica Constitucional de Lisboa* (CCL). 1833. Lisboa: Impressão Régia.
- Ferrão, António. 1940. *Reinado de D. Miguel. O Cerco do Porto (1832-1833)*. Lisboa: Comissão de História Militar.
- França, José-Augusto. 1984. “Cartas do 2.º Visconde de Santarém Ministro de D. Miguel ao 6.º Visconde de Asseca (1828-1831).” *Anais da Academia Portuguesa da História* 29:481-503.
- Gazeta de Lisboa*. 1830. No. 179, 31 de Julho de 1830, 723-725. Lisboa: Impressão Régia.
- Lima, Augusto C. Pires de. 1925. *Diário de Um Soldado Miguelista (José Bento Fernandes)*. Separata da *Revista de História* 13. Porto: Imprensa Portuguesa.
- Lobo, D. Francisco Alexandre. 1837. *Resumida Notícia da Vida de D. Nuno Caetano Álvares Pereira de Mello, Sexto Duque de Cadaval*. Paris: Typographie de Casimir.
- Macedo, José Agostinho de. 1900. *Obras Inéditas de . . . Cartas e Opúsculos Documentando as Memórias para a Sua Vida Íntima e Sucessos da História Literária e Política do Seu Tempo. Com Uma Prefação Crítica por Teófilo Braga. . .* Vol. I. Lisboa: Tipografia da Academia das Ciências de Lisboa.
- Martins, Francisco José Rocha. 1918-19. *Correspondência do 2.º Visconde de Santarém. Coligida, Coordenada e com Anotações de Rocha Martins (da Academia das Ciências de Lisboa). Publicada pelo 3.º Visconde de Santarém*. Vols. I-IV. Lisboa: Alfredo Lamas, Motta e Companhia, Editores.
- . 1933. “Soldados da Liberdade.” *Arquivo Nacional (Arquivo de História Antiga e de Crónicas Contemporâneas)* 2 (80):442-44.
- , et Lopes d'Oliveira. 1946. *A Liberdade Portuguesa (1820)*. Lisboa: Edições Excelsior.
- Martins, Joaquim Pedro de Oliveira. (1881) 1981. *Portugal Contemporâneo*. 2 Vols. Porto: Lello & Irmãos.

- Neves, José Acúrsio das. (1810-11) 1984. *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*. In *Obras Completas de...*, org. António Almodôvar e Armando Castro. Vols. 1-2. Lisboa: Edições Afrontamento.
- O Investigador Português em Inglaterra, ou Jornal Literário, Político, etc.* 1815. Vol. 13 (Julho):107-108. Londres: T.C. Hansard.
- Palma-Ferreira, João, ed. (1833-34) 1982. Francisco de Paula Ferreira da Costa, *Memórias de um Miguelista (1833-1834)*. Prefácio, transcrição, actualização ortográfica e notas de... Lisboa: Editorial Presença.
- Santarém, 2.º Visconde de. 1910. *Opúsculos e Esparços. Coligidos e Coordenados por Jordão de Freitas e Novamente Publicados Pelo 3.º Visconde de Santarém*. Vol. I. Lisboa: Imprensa Libânio da Silva.
- . 1914. *Inéditos (Miscelânea), Coligidos, Coordenados e Anotados por Jordão de Freitas (Bibliotecário da Biblioteca da Ajuda) e Trazidos à Publicidade pelo 3.º Visconde de Santarém*. Lisboa: Imprensa Libânio da Silva.
- . 1918. *Catálogo da Terceira Livraria do 2.º Visconde de Santarém (Com Uma Introdução de António Baião)*. Lisboa: Alfredo Lamas, Mota e C.ª, Editores.
- Saraiva, António Ribeiro. 1828. *Moi, Je ne suis pas Un Rebelle, ou la Question du Portugal dans tout sa Simplicité*. Paris: Delaforest.
- . (1831-88) 1915. *Diário de Ribeiro Saraiva (1831-1888)*. Vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional.
- . 1847. *Memorandum d'Une Conference de . . . Agent Diplomatique Portugais à Londres, sous le Gouvernement de Don Miguel, avec Lord Grey, Premier Ministre de la Grande-Bretagne, le 20 Décembre 1833, sur le Meilleur Moyen de Pacifier le Portugal, d'y mettre fin à la Guerre Civile, d'y Rétablir Un Vrai Gouvernement Constitutionnel...* Londres: Simpkins, Imprimeur.
- . 1885. “Carta para Joaquim Martins de Carvalho.” *O Conimbricense* 3555, 8 de Agosto.
- Siebertz, Paul. (1944) 1986. *D. Miguel e a Sua Época. Ou a Verdadeira História da Guerra Civil*. 2.ª ed. rev. de *A Maçonaria na Luta pelo Poder*. Aveiro: ACTIC.
- Silva, Inocêncio Francisco da. 1862. *Dicionário Bibliográfico Português*. Tomo VII, 172-173. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Suplemento da Gazeta de Lisboa*. 1829. Suplemento ao no. 50, 27 de Fevereiro de 1829. Lisboa: Imprensa Régia.
- Viana, António. 1891. *Silva Carvalho e o Seu Tempo*. Vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Walton, William. 1831. *Carta Primeira Dirigida ao Conde Grey, Primeiro-Ministro da Grã-Bretanha, acerca do Estado das Relações Políticas e Comerciais entre Portugal e aquele País. Escrito recentemente por...* Lisboa: Tipografia Maigrense.

Bibliografia

- Barata, Paulo J. S. 2003. *Os Livros e o Liberalismo. Da Livraria Conventual à Biblioteca Pública: Uma Alteração de Paradigma*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.
- Brissos, José. 1997. *A Insurreição Miguelista nas Resistências a Costa Cabral 1842-1847*. Lisboa: Colibri.
- Cardoso, António Monteiro. 2007. *A Revolução Liberal em Trás-os-Montes (1820-1834)*. *O Povo e as Elites*. Lisboa: Edições Afrontamento.
- . 2009. “Notícias ‘Aterradoras’ e Pasquins ‘Incendiários’. A Circulação de Rumores em Trás-os-Montes no Tempo das Lutas Liberais.” In *Contra-revolução, Espírito Público e Opinião no Sul da Europa*, coord. Fátima Sá e Melo Ferreira, 109-116. Lisboa: Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa/ISCTE.

- Caron, Jean-Claude. 1991. *Généralisations Romantiques. Les Étudiants de Paris & le Quartier Latin (1814-1851)*. Paris: Armand Collin.
- Carvalho, Rómulo de. 1986. *História do Ensino em Portugal: Desde a Fundação da Nacionalidade até ao fim do Regime de Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castro, Zília Osório de, dir. 2002. *Dicionário do Vintismo e do Primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*. Vol. 1. Lisboa: Assembleia da República/Edições Afrontamento.
- Costa, António José Pereira, coord. 2005. *Os Oficiais do Exército Português (1807-1864)*. Vol. 2, tomo 1. Lisboa: Biblioteca do Exército.
- Cuevas, Pedro Carlos González. 2000. *Historia de las Derechas Españolas. De la Ilustración a Nuestros Días*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Dias, Graça e José Sebastião da Silva. 1986 *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*. 2.^a ed. Vol. 1, tomo 2. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Esparteiro, António Marques. 1969. “O Almirante Barão de Lazarim (1781-1856).” *Ocidente. Revista Portuguesa Mensal* 67 (Julho/Dezembro):375-80.
- Ferreira, Maria de Fátima Sá e Melo. 2002. *Rebeldes e Insubmissos: Resistências Populares ao Liberalismo*. Lisboa: Edições Afrontamento.
- . 2014. “O ‘Terror Miguelista’ Revisitado. Estado, Violência Política e Intervenção Popular no Reinado de D. Miguel.” In *As Raízes Profundas não Gelam? – Ideias e Percursos das Direitas Portuguesas*, coord. Riccardo Marchi, 113-129. Alfragide: Texto Editora.
- Figueira, Joaquim Fernandes. 1941. *O Conde de Basto. Epitáfio que se Desfaz*. Porto: Imprensa Moderna.
- Fontana, Josep. 2006. *De en el Medio del Tiempo. La Segunda Restauración Española, 1823-1824*. Barcelona: Crítica.
- . 2007. *Historia de España*, dir. Josep Fontana, et Ramón Villares. Vol. 6, *La Época del Liberalismo*.
- Hespanha, António Manuel. 1982. “Projecto Institucional do Tradicionalismo Reformista.” In *O Liberalismo na Península Ibérica na Primeira Metade do Século XIX*, org. Miriam Halpern Pereira, Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira, et João B. Serra. Vol. 1, 63-90. Lisboa: Sá da Costa Editora.
- Lima, Jorge Hugo Pires de. 1967. *Processos Políticos do Reinado de D. Miguel. Sumários*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Lopes, António. 2003. *Gomes Freire de Andrade: Um Retrato do Homem e da Sua Época*. Lisboa: Grémio Lusitano.
- Lousada, Maria Alexandre, et Nuno Gonçalo Monteiro. 1982. “Revolta Absolutistas e Movimentações Camponesas no Norte, 1826-1827 (Algumas Notas).” In *O Liberalismo na Península Ibérica na Primeira Metade do Século XIX*, coord. Miriam Halpern Pereira, Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira, et João B. Serra. Vol. 2, 169-181. Lisboa: Sá da Costa Editora.
- . 1987. *O Miguelismo (1828-1834): O Discurso Político e o Apoio da Nobreza Titulada*. Dissertação de provas de aptidão pedagógica e capacidade científica. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- , et Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira. 2006. *D. Miguel*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- . 2014. “Portugal em Guerra: A Reacção Antiliberal Miguelista no Século XIX.” In *As Raízes Profundas não Gelam? – Ideias e Percursos das Direitas Portuguesas*, coord. Riccardo Marchi, 81-112. Alfragide: Texto Editora.

- Luis, Jean-Philippe. 2001. “La Década Ominosa, Una Etapa Desconocida en la Construcción de la España Contemporánea.” *Ayer* 41:85-117.
- . 2002. *L’Utopie Réactionnaire. Épuration et Modernisation de l’État dans l’Espagne de la fin de l’Ancien Régime*. Madrid: Casa de Velázquez.
- Martelo, David. 2001. *Cerco do Porto, 1832-33: A Cidade Invicta*. Lisboa: Tribuna da História.
- Mónica, Maria Teresa. 1989. “Correspondência Miguelista: Textos e Personagens” *Revista da Biblioteca Nacional*, 2.ª série, 4 (1):65-82.
- . 1990. *Memórias de Um Miguelista Renegado – António Guedes de Quinbones*. Lisboa: Publicações Alfa.
- . 1997. *Errâncias Miguelistas (1834-1843)*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Monteiro, Saturnino. 1989. *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*. Vol. 8, 1808-1975. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- Paixão, V. Braga. 1967. *D. Miguel, Infante e Rei – Presidente da Academia*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- Patrício, Isabel Simões, Ilídio Barbosa Pereira, Maria João Padez, et Fernando Regateiro. 2001. *Imprensa da Universidade de Coimbra: A História, os Homens e os Livros*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Pereira, José António Rodrigues. 2005. *Campanhas Navais*. Vol. 1. Lisboa: Tribuna da História.
- . 2011. *Batalha Naval do Cabo de São Vicente. 1833. A Marinha Portuguesa nas Guerras Liberais*. Lisboa: Tribuna da História.
- Protásio, Daniel Estudante. 2016a. “Francisco de Zea Bermúdez y Algunos Aspectos de la Política Exterior Portuguesa de su Tiempo (1828-1834).” *Hispania Nova, Revista de Historia Contemporánea* 14:24-43.
- . 2016b. *Pensamento Histórico e Ação Política do 2.º Visconde de Santarém (1809-1855)*. S.l.: Edição de Autor.
- Saraiva, José da Cunha. 1927. *Ribeiro Saraiva na Universidade. Com Uma Nota Genealógica sobre Sua Família*. Lisboa: Nação Portuguesa.
- Silveira, João dos Santos. 1985. *Ação Política do Agente e Representante de El-Rei, o Senhor D. Miguel I, em Londres*. Tese de licenciatura. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Soares, Alberto Ribeiro, coord. 2003. *Os Generais do Exército Português*. Vol. 1. Lisboa: Biblioteca do Exército.
- Subtil, José. 2010. *Dicionário dos Desembargadores (1640-1834)*. Lisboa: EDIUAL.
- Teixeira, Pedro O’Neill. 2006. *Amigos da Dinamarca. Um Olhar sobre a Sociedade Portuguesa e Dinamarquesa do Século XIX*. Lisboa: Tribuna da História.
- Torgal, Luís Reis. 2016. *O Caso dos “Divodignos” e as Lutas entre Liberais e Absolutistas. História, Memória e Ideologia*. Condeixa: Câmara Municipal de Condeixa.
- Valente, Vasco Pulido. 1997. *Os Militares e a Política*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Zúquete, Afonso Eduardo Martins. 1960-1961. *Nobreza de Portugal: Bibliografia, Biografia, Cronologia, Filatelia, Genealogia, Heráldica, História, Nobiliarquia, Numismática*. Vols. II-III. Lisboa: Enciclopédia Editora.

LOS ÚLTIMOS MESES DE FERNANDO VII A TRAVÉS DE LA DOCUMENTACIÓN DIPLOMÁTICA PORTUGUESA¹

Alfonso Bullón de Mendoza y Gómez de Valugera

Universidad San Pablo-CEU

*A la memoria de mi amigo y Maestro Demetrio Ramos,
con el afecto y la melancolía que mi pluma no sabe expresar.*

Pocos reinados más llenos de sucesos que el de Fernando VII. Hasta tal punto, que cuando cualquier profesor de Historia Contemporánea de España se dispone a pergeñar su programa se encuentra con el caso, no ciertamente común, de que períodos de tan sólo tres años son suficientes para obtener un tema con especificidad propia, o que seis pueden servir de marco a tres procesos que se desarrollan de forma simultánea, pero que también deben ser debidamente individualizados (Guerra de la Independencia, reinado de José I, Cortes de Cádiz). Tal riqueza e intensidad de acontecimientos tiene como consecuencia que los períodos de relativa estabilidad hayan gozado de una mucho menor atención

¹ Uma versão deste texto foi publicada na revista *Aportes (Revista de Historia Contemporânea)*, vol. XIV, no. 40, 1999.

historiográfica, haciéndose su lectura en relación a los sucesos que les preceden o continúan, y no deteniéndose con suficiente atención en sus detalles. Así ocurre con la por algunos denominada “Ominosa Década”, nombre que en nuestra opinión es completamente ahistórico, valido sin duda para los autores liberales que escriben de manera inmediata a la muerte del Monarca, pero inaceptable para quienes en nuestros días pretendan escribir una historia dotada de cierto rigor. La “Década absolutista”, o “Década de plena soberanía regía”, como mucho más correctamente se la ha denominado, ha sido objeto de algunas brillantes monografías, como la dedicada por Federico Suárez a los Malcontents catalanes, o la obra del mismo autor sobre *Los Sucesos de La Granja*, pero aún es mucho lo que nos queda por saber e, incluso, se da el caso de que estas monografías no han recibido la atención que por su calidad indudablemente merecen, lo que lleva a repetir tópicos que el estado actual de nuestros conocimientos permitiría evitar. En cuanto a la reciente publicación de las *Actas del Consejo de Ministros* referentes a este periodo, sin duda una de las series más completas que se conservaban en el Archivo de la Presidencia del Gobierno, tan sólo cabe decir que hasta la fecha ha pasado casi completamente desapercibida.²

Fuente sin duda interesante para ampliar el conocimiento de los últimos meses del Rey Deseado, es la correspondencia diplomática portuguesa que se conserva en el Arquivo Nacional da Torre do Tombo, pues la riqueza de datos que suele encontrarse en la documentación de este género, se ve realzada por el hecho de que los representantes diplomáticos portugueses eran sin duda los más próximos al Infante Don Carlos, casado con una hermana del rey Don Miguel. Ciertamente es que la información de esta correspondencia es también de gran interés para conocer los problemas del país vecino, sacudido por una despiadada contienda civil muy similar a la que no tardaría en desarrollarse sobre el suelo patrio, pero esa es otra cuestión en la que por el momento no nos proponemos entrar.

Aunque nuestro propósito no es utilizar de manera sistemática dicha documentación sino a partir de 1832, tal vez no sea de más reproducir como punto de partida la parte correspondiente a España del informe que sobre las

2 *Actas del Consejo de Ministros* 1984 et seq.

posibilidades de los diversos países de resistir a la revolución escribió Ribeiro Saraiva en agosto de 1830:

Para expresar en pocas palabras lo que a este respecto entiendo, diré que la España posee, con muy poca diferencia, los mismos elementos y disposiciones que Portugal. Así, podemos debajo de esta relación considerar homogéneo todo el cuerpo de la Península; por cuanto, aunque en algunos lugares de España haya un número de personas apasionadas de innovación en proporción un poco mayor que en Portugal, son pocos los lugares donde se puede hallar alguna gente semejante; con todo, considerando ese número como difundido en un estado de 14 millones de habitantes, tal vez la proporción de los liberales españoles para con los realistas, poco o nada exceda a la de los liberales para los realistas portugueses.

El número considerable de los voluntarios realistas en España, y su buena disposición, impone a los revolucionarios, tanto españoles como extranjeros, un temor que se manifiesta por las invectivas y calumnias continuas con que los atacan; siendo en proporción de este mismo temor la seguridad que los buenos deben tener en dicha tropa.

Otra garantía, muy esencial de seguridad para España son los beneficios visibles de la actual administración, y el estado progresivo de propiedad que se observa por todas partes, la reforma de sus finanzas, la exactitud con que todos los empleados están actualmente pagados al día, y también la abundancia que la paz y la fertilidad del territorio allí derraman, con los beneficios de un comercio cuya balanza, siendo hasta con Inglaterra considerablemente favorable a España, aumenta todos los años el numerario y el capital de la nación.³

Acrecienta lo que antecede, que siendo Cataluña una de las provincias que podía dar más cuidado, por su actividad natural, por su población numerosa, industriosa y comercial, por su vecindad de Francia y, principalmente por las criminales esperanzas que los revolucionarios españoles y extranjeros fundan en aquella provincia, el General Conde de España, que la gobierna y manda allí una fuerza considerable, acababa, cuando yo pase por Madrid, de escribir al Gobierno que no tuviese el menor cuidado por aquel reino, pues él respondía por su provincia. Además de todo esto, es bueno advertir que el espíritu inquieto de Cataluña, a pesar de cuanto dicen los revolucionarios en sus hojas, no es hijo de una tendencia antimonárquica, sino, por el contrario, de un exceso de celo realista, del que algunos ambiciosos han sabido abusar.

Finalmente, fundo mi confianza respecto del buen estado de España, en la voluntad, que me parece sincera, del actual Ministerio, de mantener las cosas en aquella monarquía sin innovaciones, o al menos sin innovaciones más notables o próximas, en la Constitución del Estado.⁴

3 “Si no recuerdo mal, el comercio de Inglaterra con España del primer semestre de este año fue, en favor de la última de 600\$ libras esterlinas, más de seis millones de cruzados” (nota de Ribeiro Saraiva).

4 *Correspondência do 2.º Visconde de Santarém* 1918, 3:267-269.

En la correspondencia del conde de la Figueira, que hemos consultado a partir de enero de 1832, son muy frecuentes las referencias a la Princesa de Beira, que andando el tiempo habría de convertirse en la segunda mujer de Don Carlos, y que no pasaba precisamente por sus mejores momentos, pues las discrepancias con su hijo, el Infante Don Sebastián, eran caldo apropiado para suscitar sus ataques de nervios.⁵ No es ciertamente propósito de un artículo de estas características realizar una descripción de las facciones entonces existentes en la corte fernandina, sino proporcionar datos que sirvan para completarla, pero no estará de más recordar que desde el matrimonio de Fernando VII con su cuarta esposa, María Cristina de Nápoles, y la posterior publicación de la pragmática sanción de 1830, en virtud de la cual el Infante Don Carlos era postergado en la sucesión a la corona con respecto a cualquier hijo de la nueva reina, fuera cual fuera su sexo, la rivalidad entre las “princesas portuguesas”, y las “princesas italianas”, se hizo evidente. Eran las primeras la Infanta Doña María Francisca, casada con Don Carlos, hermana de la segunda esposa de Fernando VII, y Doña María Teresa, princesa de la Beira, y viuda del Infante Don Pedro Carlos de Portugal. La Reina María Cristina, y su hermana Luisa Carlota, casada con el Infante Don Francisco de Paula, hermano menor de Fernando VII, constituían el segundo bando. Aunque las relaciones entre ambos sectores no eran ciertamente cordiales, el Infante Don Sebastián había decidido solicitar la mano de Doña María Amalia, hija del rey de Nápoles y hermana de las anteriores, lo que suscitó la abierta oposición de la Princesa de Beira y dio lugar a frecuentes discusiones con su hijo. Así, el 3 de enero de 1832 Figueira comunicaba que Doña María Teresa seguía sin dar su consentimiento para la boda, lo que no impedía que prosperasen los preparativos.⁶

La guerra familiar, sin duda alentada por las napolitanas, daba lugar a episodios tan curiosos como el que relataba el diplomático en otro de sus despachos: “S.A. la Señora Princesa D. María Teresa acaba de experimentar un nuevo desaire de su hijo, habiendo este tirado parte del aposento de su Augusta

5 El conde de Figueira había llegado a Madrid a finales de 1829, aunque sin carácter de representante oficial, por lo que en sus primeros días se movió en la corte utilizando su título milanés de conde de Mortara, con Grandeza de España. Era también marqués de Ollás y Zurzial, en Cataluña, como se indica en la *Correspondência do 2.º Visconde de Santarém* 1918-19, 3:53.

6 ANTT, MNE, Legações. Caixa 671, despacho no. 117.

Madre, y teniendo S.A. que ocupar otro menos conforme a Su Alta Dignidad”.⁷ En represalia, la Princesa no acudió al primer besamanos celebrado por el Infante, y tampoco lo hizo ningún miembro del cuerpo diplomático, salvo Figueira, que acto seguido se trasladó a visitar a Doña María Teresa, retirada en el campo con su hermana y Don Carlos para consolarse de tantos disgustos, “que continuaran”, como vaticinaba acertadamente el conde luso, pues se trata de un tema recurrente en su correspondencia.⁸

El 9 de enero, el embajador portugués recibía una nota comunicándole que por enfermedad del Ministro de Estado, González Salmón, sus funciones pasaban a ser interinamente desempeñadas por José Tadeo Calomarde, encargado de la Secretaria de Gracia y Justicia. No pasaron muchos días antes de que la muerte de Salmón disparase los rumores sobre quien había de ser el llamado a sucederle. Los nombres que se barajaban eran el de Pedro Labrador, embajador en Roma; el conde de Monte Alegre de la Ribera, ministro en Lisboa; Juan Miguel Páez de la Cadena, ministro en San Petersburgo; Pascual Vallejo, exembajador en Nápoles; el marqués de Casa Irujo, ministro plenipotenciario en Dresden, y el oficial mayor de la secretaría del ministerio Luis Castillo. En opinión de Figueira, Páez de la Cadena era quien contaba con mayores posibilidades.⁹ Mas no pasaron muchos días antes de que las cosas se clarificaran, y aunque el 24 comentaba que había rumores en torno a la figura de Joaquín Anduaga, representante de España en Turín, este mismo despacho recogía el nombramiento efectuado en la persona del conde Alcudia, que se hallaba viajando por Italia y había sido anteriormente ministro en Londres: “Este Alcudia pasa por ser uno de los mayores realistas”, señalaba Figueira.¹⁰ El 14 de febrero, Alcudia era presentado en Palacio a las princesas de Portugal: “No hubo expresión lisonjera que sus Altezas las Sras. Infanta D. María Francisca y su hermana no hiciesen al mencionado conde, lo que prueba el buen concepto que merece”.¹¹

El domingo anterior al 21 de febrero estaba prevista la presentación de Alcudia al cuerpo diplomático. No obstante, la recepción no tuvo lugar, aspecto

7 Legações. Caixa 671, despacho no. 120 (7 de Janeiro de 1832).

8 Legações. Caixa 671, despacho no. 122 (20 de Janeiro de 1832).

9 Legações. Caixa 671, despacho no. 122.

10 Legações. Caixa 671, despacho no. 123 (24 de Janeiro de 1832).

11 Legações. Caixa 671, particular sin número (14 de Fevereiro de 1832)

sobre el que Figueira no hace ninguna consideración especial.¹² Aunque no tenemos datos que permitan corroborarlo, tal vez el aplazamiento se debiera a las dificultades puestas por Alcudia para asumir el Ministerio de Estado, pues como recoge Carnarvon, al llegar de Milán informó al Monarca

que algunos miembros del gabinete estaban dispuestos a adoptar una política peligrosa e innovadora, y que sus ideas públicas no le permitían gobernar de acuerdo con semejantes hombres. El Rey aprobó sus opiniones y le facultó para la formación del Gobierno. Pocos días después, presentó a su Majestad una lista de los individuos, con los cuales estaba dispuesto a actuar; pero entretanto, la influencia de la Reina había presionado y debilitado el ánimo del Rey, y aunque él estaba de acuerdo con las observaciones del Conde y convenía con él en la necesidad de cambio, le manifestó su intención de diferirlo por algún tiempo, adoptando la inconsecuente política, de pedir a M. Alcudia que continuase en su puesto como Presidente, y que conservara como colegas a hombres que eran notoriamente opuestos a sus puntos de vista.¹³

Parece indudable que al principio hubo tensiones entre Alcudia y la Reina, pues así se desprende del despacho enviado por Figueira el 9 de marzo, donde señala el importante papel jugado a la hora de encauzar la situación por el embajador de Nápoles,

muy decidido y realista, [que] aprovechándose hábilmente de las frecuentes ocasiones que tiene de hablar a la Reina, pudo persuadir a S.M. del peligro que corría España si no apoyase a Calomarde y Alcudia, [y] consiguió que la Reina y su hermana mudasen la opinión que tenían de que estos dos ministros eran carlistas. Aunque el Rey tiene un gran celo de su autoridad, con todo es un gran paso a favor de los realistas.

A pesar de que no descartaba que incluso pudiera producirse una reconciliación en la familia real, Figueira no podía menos de destacar los agravios habidos, como la oposición de la Princesa de Beira al matrimonio de su hijo, para el que no había sido consultada; las malas compañías de que se rodeaba el Infante Don Sebastián, que le aconsejaban separarse de su madre y le llevaban a extremos como el de invitar asiduamente a su mesa a Don Francisco de Paula y Luisa Carlota, pero no a la Princesa de Beira; el baile dado por la Reina en honor

12 Legações. Caixa 671, despacho no. 132 (21 de Fevereiro de 1832).

13 Carnarvon (1837) apud Irujo 1945, 344.

de Don Francisco de Paula al que asistieron los reyes, “pero nada se dijo a sus Altezas ni al Infante D. Carlos”, todo lo cual ocurría “con sentimiento de unos y regocijo de otros”. Los intentos de los embajadores de Nápoles y Portugal por restaurar la armonía entre Doña María Teresa y su hijo no hallaron el menor eco, y este último se cuestionaba cual debía ser su actitud ante el indecoroso trato que se estaba prodigando a una princesa portuguesa, hermana de su rey, en una coyuntura en que Don Miguel necesitaba desesperadamente del apoyo de Fernando VII. “A mí no me toca meterme en asuntos de familia”, afirmaba Figueira, que sin embargo no podía ver la situación con indiferencia, y estaba pronto a pedir su pasaporte y a acompañar a la Princesa en caso de que esta fuera obligada a regresar a Portugal. “Después quedara al arbitrio del Gobierno de S.M. salir del caso ya no aprobando mi procedimiento, ya castigándome para poder dar una amplia satisfacción.”¹⁴

Que la posibilidad de una expulsión estaba en el ambiente es algo que se ve plenamente confirmado en la larguísima carta que Figueira dirige a Santarém el 29 de mayo, comunicándole que ante la negativa de la Princesa de asistir a los esponsales de su hijo había sido llamado por Alcudía y Calomarde, que le hicieron ver que era voluntad del Monarca que asistiera, y que en caso contrario se la expulsaría de España. Ello dio lugar a una entrevista de Doña María Teresa con Fernando VII, que acto seguido recibió al embajador de Portugal ratificándose en lo que ya se le había comunicado. Al final, y para evitar males mayores, la Princesa acudió a la boda de su hijo, no en calidad de madre, “sino como infanta y por orden del Rey”.¹⁵ En otro despacho, firmado el mismo día, Figueira señalaba que “S.A. la Señora Princesa D. María Teresa ha estado en cama con alguna fiebre, sin duda resultado del incomodo que sufrió en los días pasados”.

14 Legações. Caixa 671, despacho sin número. En un despacho anterior, de 21 de febrero, ya informaba que algunos habían empezado a crear dificultades a Alcudía, afirmando que no se sustentaría más de tres meses, pero que “Su Majestad la Reina conoce que conviene en las actuales circunstancias sustentar en el Ministerio a Alcudía y Calomarde, y es su mayor apoyo actualmente”.

15 Legações. Caixa 671, despacho sin número (29 de Mayo de 1832, Aranjuez).

El 4 de agosto, aprovechando un viaje del secretario de la legación, Figueira hace al vizconde de Santarém, ministro de Negocios Extranjeros de Portugal, un amplio relato de la situación existente entre los partidos de Don Carlos y la Reina:

La causa principal de esta desagradable discordia proviene de que S.M. no tiene heredero varón, y deja todavía esperanzas al otro partido no tener validez el decreto de sucesión (a falta de Príncipe).

A mi modo de ver, de aquí nace toda la cuestión. Mientras el Rey y su augusto hermano parecen indiferentes, las dos esposas procuran animar lo más que pueden los ánimos de sus partidarios. De esto nacen los disgustos con la Princesa, todos los días se van aumentando las intrigas, y llegará el punto que tanto trabajaran con el Rey que consigan algún funesto resultado al Serenísimo Infante Don Carlos, aunque el principal sea a la Serenísimá Infanta y su Augusta hermana.

Otra no menos sería principia a tomar cuerpo, lo que puede ocasionar nuevos trastornos en el Ministerio. El conde de Almeida¹⁶ no está en buena armonía con Alcudia, el primero siente la falta de Salmón, el segundo dice que la política que seguía su antecesor habría envuelto a España y Portugal en trabajos mucho más graves de los que presentemente hemos soportado.

. . . El Rey quiere a los dos, y la Reina tiene quien le diga que conviene conservarlos en el Ministerio, y esto podría cortar por algún tiempo cualquier rompimiento más serio.

En este estado de cosas, a la más leve insinuación, la Reina encuentra los dos ministros dispuestos a cualquier cosa para agradarle, y como lo que S.M. más desea es hacer el vacío a la Infanta Doña María Francisca, procura todos los medios para con el Rey a fin de comprometer no sólo a S.A., como igualmente a la Princesa. No puedo dejar de conocer que SS.AA. no procuran por su parte reconciliarse con la Reina, aunque hayo gran dificultad, y mucho mayor mientras S.M. no dé a luz un Príncipe.

Al parecer, las disensiones dentro del Gobierno eran múltiples, pues en el 21 de agosto Figueira se expresaba en los siguientes términos:

Tengo motivos para creer que estos días han ocurrido entre los individuos que forman el Ministerio de S.M.C muchas divergencias en opiniones, y que el Conde de la Alcudia está contra los Ministros de Guerra y Hacienda, esperándose la dimisión de estos dos y del superintendente de Policía.¹⁷

16 Calomarde había sido nombrado conde de Almeida por Don Miguel el 16 de marzo de 1832.

17 Legações. Caixa 671, despacho no. 176 (21 de Agosto de 1832).

Dado que la falta de medios económicos le había impedido trasladarse a San Ildefonso, donde en aquellos momentos se hallaba la corte, el diplomático portugués no se atrevía a ratificar plenamente dicha información, pero es evidente que las reuniones del Consejo de Ministros se desarrollaban con un tono bastante tenso, pues a veces se trasluce en sus *Actas*.¹⁸

Pese a su forzada búsqueda de economías, el conde de Figueira no tuvo más remedio que trasladarse a San Ildefonso a mediados del mes de septiembre, pues la salud de Fernando VII se había deteriorado inopinadamente hasta el punto de temerse por su vida. El día 18, con el propósito de evitar que su muerte diera lugar a una contienda entre los partidarios de Don Carlos y los de la futura Isabel II, el Rey decidió derogar la Pragmática Sanción de 1830 y volver a la ley semisálica de 1713, dejando así garantizada la sucesión en la persona de su hermano. No estaba entonces Figueira en San Ildefonso, y no ha llegado a nosotros ninguna narración sobre el particular escrita por su mano, pero, en cambio, tenemos la realizada por la Princesa de Beira a Antonio Ribeiro Saraiva, inédita hasta nuestros días, y que a continuación recogemos:

San Ildefonso 7 de Octubre de 1832

Ha mucho tiempo que deseaba escribirle, pero me ha sido imposible hacerlo; V. habrá sabido los disgustos que he sufrido, y podrá conocer que no tengo ánimo sino para pensar en ellos; ahora, sin embargo, aunque continúan existiendo, no puedo dejar de apartarlos, para contarle lo aquí ocurrido: el día 16 del pasado amaneció el Rey moribundo con un ataque de gota remontada al pecho, el día 17 se le administraron los Sacramentos, y aquel mismo día vino Alcudia a decir a Carlos de parte del Rey que S.M., para que los negocios no se atrasasen, había determinado nombrar Regente a la Reina, y a Carlos para que la aconsejara; a esto respondió Carlos que él no podía aconsejar a la Reina; entonces Alcudia dijo: *si V.A. quiere, se puede hacer otra cosa, y es que V.A. sea nombrado Regente con la Reina, más reconociendo los derechos de la Infanta a la Corona de España*. Carlos respondió que de modo alguno aceptaría la Regencia, ni reconocería los derechos de su Sobrina, cuando él era quien tenía esos derechos; fuese Alcudia con esta respuesta, y volvió otras tres veces con la misma cuestión, hasta que, después de grandes debates de Alcudia con Carlos para que accediese, Carlos le dijo que nunca reconocería los derechos de su Sobrina, puesto que él era quien

18 La reunión más próxima a la fecha del despacho de Figueira es la del 18 de agosto, en la cual surgió una fuerte disputa entre Alcudia y el Ministro de Marina, que se negó a prolongar la reunión para que pudieran leerse varios documentos relacionados con la invasión de Portugal por las tropas de Don Pedro (*Actas del Consejo de Ministros* 1832, 150-153).

los tenía; que tenía a toda la Nación a su favor, y a las Potencias, pues que así lo habían manifestado sus representantes; que él no quería de modo alguna una guerra civil, pero que si ellos decidían defender los pretendidos derechos de su sobrina, él se pondría al frente de los que le quisiesen seguir, y defendería los suyos; que sentía mucho hablar al Rey de este modo, sobre todo en tales momentos, pero que su conciencia no le permitía dejar de hacerlo, no sólo por él sino por sus hijos, y por todos los otros que tienen derecho a esta Corona; esta respuesta atemorizó a la Reina, y a todos los suyos, pues conocían que realmente no tenían ningún partido detrás, y así, en el día 18, dio el Rey el siguiente Decreto:

Real Decreto de S.M. en San Ildefonso a 18 de Septiembre de 1832. Queriendome que se conserve inalterable la tranquilidad y buen orden en la Nación Española a quien tanto amo, sin perdonar para ello sacrificio alguno, vengo en derogar la Pragmática Sanción en fuerza de Ley decretada por mi Augusto Padre a petición de las Cortes del año de mil setecientos ochenta y nueve y mandada publicar por mí, para la observancia perpetua de la Ley segunda Título quince partida segunda que establece la sucesión regular en la Corona de España, siendo mi voluntad que este mi Real Decreto se conserve reservado en la Secretaria del Despacho de Gracia y Justicia sin darle publicidad y sin ejecución hasta el instante de mi fallecimiento, revocando lo que contra esto dispongo en el testamento cerrado. Tendrase entendido en mi Consejo y Cámara para su cumplimiento. – Fernando. – esta rubricado –. A continuación se hizo un Acta firmada por los Ministros, que son Alcudia, Calomarde, Salazar y Ballesteros, dando fe como testigos de que el Rey había firmado el Decreto; la Reina estuvo presente en este acto, y callose por miedo, y llegó a tanto su vileza que tanto ella como Luisa mandaron pedir que las tratasen bien si el Rey moría; pues, como ellas nos han tratado con la mayor infamia, juzgan a los otros por sí; ahora, sin embargo, desde que el Rey está mejor, perdieron el miedo, y van manifestando su mal corazón y liberalismo; el primer paso que dieron cuando el rey estaba en la cama, fue hacer que llamase a los Ministros para hacer un decreto anulando el que tenía firmado el día 18; los Ministros dijeron al Rey que no podían hacer semejante decreto, manifestándole todos los motivos que había para no deberse hacer; en el mismo instante fueron todos dejados fuera del Ministerio, y sustituidos por liberales, tales como Zea Bermúdez, de Estado, Monet de Guerra (creo que recordará que Monet fue quien desarmó tan infamemente a los Realistas Portugueses), y así todos los otros; La Reina, y Luisa, como las únicas personas que tienen por sí son los liberales, prometieron a los *Fidalgos*¹⁹ convocar cortes y poner un Gobierno Representativo en España dentro de un mes, y que si el Rey moría antes ellas montarían a caballo con la gente que las siguiese para defender los derechos de la niña; esto digo yo que es una fanfarronada italiana, pues, como ha le dije, cuando se vieron el día 18 en ese caso, en lugar de mandar preparar los caballos, pidieron misericordia; las portuguesas aunque no hablan tanto, son más capaces de hacerlo, y a pesar de todo nunca han hecho vilezas, ni las harán aunque las maten, al menos por mi parte.²⁰

19 La cursiva es nuestra, pues no nos resulta fácil saber cómo debemos traducir esta palabra. Literalmente, sería “hidalgos” o “nobles”, pero Ribeiro Saraiva, en una traducción que hizo de esta carta al francés, lo interpreta como “Grandes de España”. El resto de las cursivas que aparecen en el texto se encuentra en el original, que también tiene en español el real decreto de 18 de septiembre.

20 La existencia de esta carta aparece mencionada en el *Diário de Ribeiro Saraiva* (1915, 151) motivo por el cual emprendimos su búsqueda poniéndonos en contacto con la doctora Teresa Mónica, cuyos excelentes trabajos sobre el miguelismo le han granjeado un merecido renombre, y que ha trabajado en la catalogación del archivo de Ribeiro Saraiva, conservado en la Biblioteca Nacional de Lisboa. Con la amabilidad y competencia que le

A decir verdad, todo cuanto narra Doña María Teresa es en la actualidad conocido a través de otras fuentes,²¹ pero su testimonio tiene el valor de confirmar lo ya sabido aportando la visión de los hechos del círculo más próximo a Don Carlos. Ribeiro Saraiva, que realizó una traducción de esta carta al francés con el propósito de darla a conocer en diversos medios diplomáticos y periodísticos, la completó con una serie de notas en las que, entre otras cosas, destacaba que Alcudia, pese a las buenas relaciones que siempre había tenido con Don Carlos, había “cumplido fielmente las órdenes de su soberano moribundo, a riesgo incluso de perder el favor del Infante”, y que Salazar y Ballesteros “no tenían la más mínima confianza de Don Carlos”. Como dato curioso, cabe destacar su discrepancia sobre el liberalismo que la Princesa atribuía a Zea, a quien Ribeiro conocía bien por su permanencia en Londres.²²

Aunque el decreto de 18 de septiembre debía permanecer en secreto hasta la muerte del Rey, la noticia no tardó en difundirse por Madrid. De lo ocurrido en la Corte no pudo informar el conde de Figueira, por aquel entonces en La Granja,

caracteriza, la doctora Mónica no sólo nos hizo llegar una transcripción de la carta que reproducimos, sino también amplia documentación complementaria.

21 Suárez 1953; Gorricho Moreno 1966, 243-437; Llorca Villaplana 1954, 347-356.

22 Evidentemente, no creo que a nadie se le pueda ocurrir, por lo menos a la altura de 1832-1833, calificar a Zea Bermúdez de liberal. Zea era absolutista, pero isabelino, como también lo fueron otros muchos, y es a ellos a quien me refiero en mi comunicación (Bullón de Mendoza 1986, 272-273), cuando afirmo que “los carlistas ya eran conscientes de algo que se nos ha querido presentar como un nuevo y gran descubrimiento; la existencia en las filas cristinas de algunos partidarios de los fueros, lo que está muy lejos de significar que éstos sean defendidos por los liberales. En primer lugar, porque muchos de los que apoyaban a la gobernadora eran absolutistas y no liberales. . .”. Que José Ramón Urquijo Goitia (1996, 27) considere esta afirmación de “sorprendente”, me hace pensar que lo desconoce prácticamente todo sobre los absolutistas isabelinos, grupo de trascendental importancia durante los últimos meses de Fernando VII y primeros de Isabel II, y sin cuya colaboración esta última jamás se habría asentado en el trono. Porque, y la distinción aunque básica es importante, sobre todo para quienes no parecen haberse dado cuenta, ser absolutista no significa necesariamente ser carlista, al igual que ser isabelino tampoco implica ser liberal. Cosa muy distinta, y a la que desde luego no hacíamos referencia en aquella comunicación, es que en las filas del ejército de Isabel II pudieran militar numerosos oficiales y soldados que de poder haber escogido libremente su bando hubieran combatido a favor de Don Carlos. Lo cual, aparte de estar fehacientemente documentado (me encanta la gente que trata de descalificar hipótesis sin ofrecer argumentos), es fácilmente comprobable en nuestros días, referido al caso de nuestra última guerra civil, por cualquiera que se moleste en entrevistar a combatientes de uno y otro bando para ver si realmente lucharon en las filas que deseaban. Plantea también mi estimado amigo (el tener diferentes opiniones historiográficas no tiene por qué implicar una mala relación personal) que los trabajos que publiqué sobre el carlismo y los fueros en 1986 y 1988 son “de escasa o nula originalidad”, en lo que estoy bastante más de acuerdo, pues el propósito de los mismos no era lanzar nuevas tesis, sino desmontar las afirmaciones, producto, a mi modo de ver, de una evidente manipulación, de que el carlismo no defendía los fueros, y los liberales sí. Dado que esta última afirmación, que creo puede considerarse “increíble”, por utilizar una palabra del propio Urquijo, se obtiene en buena medida a base de “olvidar” todos los textos carlistas favorables a los fueros, recordar su existencia me pareció entonces – y me sigue pareciendo ahora – cuestión hartó conveniente. E igual ocurre cuando documento la composición favorable al carlismo del ayuntamiento de Pamplona y la Diputación de Navarra, negada por Mina Apat tanto por desconocer las fuentes inéditas que yo utilicé al respecto en mis citadas comunicaciones, como por ignorar, supongo que por descuido, los párrafos en el mismo sentido de un libro que en su bibliografía afirma conocer: las *Memorias* del vizconde de Guenduláin.

pero si otro diplomático portugués, Joaquim Severino Gomes, encargado por aquel de encauzar la correspondencia entre Madrid y San Ildefonso. El 28 de septiembre comunicaba al vizconde de Santarém que la capital gozaba del mayor sosiego,

habiendo contribuido mucho para este bien la publicidad que se ha dado de haber S.M. Católica firmado un decreto derogando el otro en que abolía la Ley Sálica, debiendo hacerse esta publicación luego que desgraciadamente el Rey faltase. Esto ha hecho callar a algunos militares imprudentes, y ha cesado la fijación de Pasquines, acabando todos en ‘Viva Carlos 5.^o’.²³

El primero de octubre Figueira se entrevistaba con Alcudia en San Ildefonso para hablar de la situación política de Portugal, tema que se abordó en el Consejo de Ministros. Nada hacía pues esperar la nota final que aparece en su despacho de esta fecha, escrita a las dos de la madrugada, en que comunica la destitución de Calomarde y añade que se esperaban cambios de gran trascendencia. En efecto, como ya sabemos, el ministerio fue cesado y sustituido por uno de la entera confianza de la Reina. Al día siguiente, desde Madrid, Severino Gomes daba cumplida cuenta de los cambios efectuados en el Gobierno. El 16, tras informar de la designación de nuevos capitanes generales, Figueira añadía: “se esperan muchos otros nombramientos, pues el actual Ministerio quiere mudar todos aquellos individuos que pertenecían a un partido del que el actual se juzga ofendido”. “Su Majestad Católica continua experimentado grandes mejoras – expone el 23 –, paseando en carruaje todos los días. Su Augusta Esposa todavía conserva las riendas del Gobierno, continuando a dar providencias activas para poner en ejecución aquel plan que adoptó”.²⁴ El 26 se incidía en la mejora del Rey y en las repercusiones políticas que ello podía tener: “S.M. Católica continua restableciéndose, y dicen que en breve tomará la dirección de los Negocios del Gobierno habiendo ya sospechas de que ha embarazado la publicación de algunas providencias y decretos, que su augusta esposa trataba de poner en ejecución”.

23 Legações. Caixa 671 (28 de Setembro de 1832).

24 Legações. Caixa 671, despachos nos. 184 y 186.

El 30 de octubre Figueira abandonaba Madrid en compañía de su familia con el fin de tomarse un breve descanso en Portugal, y dejaba la legación en manos de Severino Gomes. La correspondencia diplomática gana ahora desde el punto de vista descriptivo, poniéndose aún más de relieve las tensiones políticas existentes en la Corte. El 3 de noviembre, tras dar cuenta de nuevos cambios militares (“hallo inútil decir a V.E. que todos estos nombramientos recaen en personas tenidas por liberales”), recoge que la noche anterior fueron detenidos en sus domicilios y conducidos presos a Cádiz el bibliotecario de Don Carlos, Díaz Jiménez, y el canónigo Salomé. El mariscal de campo Francisco Chaperón fue conducido escoltado a Vizcaya. “Todos los que no son del partido actual están recelosos de ser de algún modo inquietados.” Mientras, los liberales se envalentonaban, y los días 25 y 26 de octubre hubo tumultos en Barcelona con gritos a favor de la Reina y la Libertad, que dieron lugar a la prisión de más de veinte personas, “habiéndose conducido la tropa con mucha prudencia y realismo”. El 6 informa de nuevos nombramientos y deposiciones, como las del Duque de Granada de Ega y el Marqués de Valparaíso, separados de sus empleos al frente de la guardia de Corps: “continuaran siendo depuestos todos aquellos empleados que no están en las ideas del sistema actual, que es poner en los primeros lugares a las personas que sirvieron en el tiempo constitucional”.

Las medidas proliberales de la Reina no pudieron menos de provocar la alarma de los realistas, y si la actitud del Infante Don Carlos hubiera sido otra, la situación habría podido ser comprometida para el nuevo Gobierno, de lo que informa Gomes en su ya citado despacho de 6 de noviembre:

Todo el día de ayer y hoy ha habido bastante agitación en la tropa, y muy particularmente en el cuerpo de guardias de Corps, que es el que más se ha comprometido contra el actual Gobierno; ya se recelaba ayer por la noche una conmoción, principiada por los guardias, de manera que el Gobierno mando poner en armas toda la guarnición, y dio orden de que entrase en Madrid la división que está acantonada en los Carabancheles y otros pueblos inmediatos, mandada por el mariscal de campo D. Pedro María Pastors. Felizmente nada aconteció; sin embargo estamos muy amenazados de una explosión en el sentido de ‘Viva el Rey abajo el Ministerio’. Éste y todos los generales superiores pasaron toda la noche reunidos en la secretaria de Estado, dando las providencias convenientes para el sosiego público. Todo el pueblo y una gran parte de la tropa clama por el Señor Infante D. Carlos; sin embargo este Príncipe con su acostumbrada bondad, sublime virtud, y firmeza de carácter a

todos dice, e incluso certificó a Su Majestad el Rey, que en cuanto el viva, y Dios lo conserve por muchos años, será su más fiel y humilde vasallo; sin embargo de sobrevivir a Su Majestad hará valer los derechos que tiene a la Corona de España.

Puedo asegurar a V.E. que por el correo de Italia que llegó aquí antes de ayer recibió el barón de Antonini encargado de Negocios de Su majestad el Rey de Nápoles la plena aprobación de su conducta en los días 17 y 18 de septiembre, persuadiendo a Su Majestad la Reina a que cediese de sus pretensiones, debiendo prevalecer la Ley Sálica, y que por ella era el heredero de la corona el Sr. Infante D. Carlos: su corte le recomendaba que continuase trabajando en este sentido; pues así lo exigía la tranquilidad de la Península, y incluso de Europa. Sé que el barón ha ido a Palacio con frecuencia ayer y hoy, e indagaré cual será el resultado de esta importante resolución de la corte de Nápoles.²⁵

También de 6 de noviembre es una carta *reservadísima* (la correspondencia que utilizamos suele tener la indicación de *reservada*), en cuyas palabras en cifra se afirma: “Estamos aquí amenazados de una revolución. Temo mucho que nuestras Princesas se comprometan”, frase que no deja de ser enormemente significativa en quien reconoce estar casi todo el día en su compañía.²⁶

Son fechas en que el ritmo de los acontecimientos parece dispararse, y el 9 de noviembre nos encontramos de nuevo ante una doble correspondencia. El despacho oficial 192 es de gran interés para conocer la situación de la capital y el ambiente que se respiraba en la misma:

Todas las noches ha mandado el Gobierno poner sobre las armas no solamente la guarnición de Madrid, sino hasta una división de 6.000 hombres que se halla en los pueblos inmediatos a esta Corte; y no teniendo bastante confianza en algunos de los cuerpos de la Guardia Real, desde ayer noche hizo alojar en algunos conventos, y casas desocupadas toda aquella división, alojando a los oficiales en casas particulares, y dando orden al 41 Regimiento de Guardias de infantería de salir inmediatamente para Barcelona, al de milicias provinciales-granaderos, también de la Guardia, para Leganés, y al de granaderos a caballo para Sevilla. Hubo votos en el Consejo de Ministros de desarmar a viva fuerza al cuerpo de guardias de Corps; sin embargo el Duque de Alagón, actual y único capitán de estos Guardias, convenció al Ministerio del riesgo que corría esta capital, principiando tal vez en aquel cuartel la guerra civil, y una lucha sangrienta entre la tropa y el pueblo, y que

25 Legações. Caixa 671, no. 191 (6 de Novembro de 1832). Sobre el proceso de depuración de la administración civil y militar durante el último año de Fernando VII, ver Bullón de Mendoza (1992, 21-37). Aunque la narración de los hechos acaecidos en Madrid el 5 de noviembre de 1832 no nos aporta nada nuevo, es interesante constatar que la información de Severino Gomes es tan correcta como precisa, lo que debe tenerse en cuenta cuando no dispongamos de otras fuentes con que cotejarla.

26 Legações. Caixa 671 (6 de Janeiro de 1832).

tal vez incluso podía llegar a las salas de Palacio. No dejó de convencer esta reflexión del Duque; lo cierto es que ayer mismo Su Majestad la Reina mando poner en libertad algunos oficiales superiores que se hallaban presos, los cuales por orden del duque pasaron a besar la mano de Su Majestad, diciéndole uno de ellos que ignoraba el motivo de su prisión, la Reina no respondió y les mando retirarse. Hoy por la mañana fue a Palacio el Capitán de Guardias cesante marqués de Valparaíso, a pedir a Su Majestad que quería pasar por un Consejo de Guerra, puesto que no haría uso de su uniforme de teniente general, ni de las condecoraciones con que estaba honrado, sin justificar su conducta.

Es muy grande el descontento que reina en la mayoría de la nación, viendo que sucesivamente se iba consolidando un sistema de Gobierno conveniente a todas las clases del Estado, y que en pocos días todo se ha trastornado, y que a pasos agigantados se va caminando a establecer un Gobierno representativo, empleando a unos, y llamando a otros de aquellos individuos que más figuraron en Cádiz y en Madrid en tiempo de la Constitución. D. José de Cafranga, que pasa por un hombre moderado, ya por dos veces ha pedido su dimisión, y aunque no se le ha admitido no creo que pueda continuar en el Ministerio. También se dice que D. Francisco de Zea Bermúdez no aceptará un Ministerio que por el decreto de creación de una nueva Secretaría de Estado de Fomento General del Reino le usurpa todas las atribuciones pertenecientes a su Ministerio, quedando únicamente con los Negocios Extranjeros, y es tal la intriga que ya se habla en público de otros cuatro individuos para entrar en su lugar.

Son muchas las personas comprometidas en las discordias que ha habido en estos días: el Gobierno sabe cuán grande es el número de los que se han ofrecido al señor infante don Carlos para que acepte la Regencia de estos Reinos; sin embargo también sabe cuál ha sido la heroica respuesta de este Príncipe: ‘que él no quería gobernar en virtud de una revolución’.²⁷

Con estos antecedentes nada tiene de extraño que su otra misiva de 9 de noviembre planteara en sus párrafos cifrados cual había de ser la postura a adoptar si, como “desgraciadamente juzgo probable”, se mandaba abandonar el país a Doña María Teresa y Doña María Francisca: “Vuestra Excelencia conoce la fuerza de carácter de Sus Altezas, y llegará a tal punto la discordia con la Reina, que acabará por un acontecimiento tan funesto, y que yo procuro evitar cuanto me es posible, pues no dejo de ir a Palacio con la mayor frecuencia.”

El día 13, pese a que continuaban los rumores sobre el inmediato cese de Cafranga, y a haberse producido nuevas detenciones y destierros de oficiales, Gomes comunica que se gozaba de un mayor sosiego:

27 Legações. Caixa 671, despacho no. 1192 (9 de Novembro de 1832).

El coronel del Regimiento 41 de la Guardia Real de Infantería, cuando le mandaron salir para Barcelona, representó al Ministro de la Guerra, que no teniendo Su Majestad confianza en el Regimiento de su mando, él y todos sus oficiales entregaban su dimisión. Esto dio motivo a una transacción, y a quedar aquí el Regimiento, suavizándose las órdenes que se habían pasado a otros cuerpos.²⁸

Se trataba del primer paso para un cambio de la política ministerial, recogido en el despacho del 16 de noviembre:

De unos días a esta parte el Gobierno ha sido informado, no sólo por las primeras autoridades de las provincias, sino también por sus agentes en los países extranjeros, de la gran sensación que han causado sus primeros decretos, y las órdenes de exterminio firmadas por este Gobierno, sirviendo de tristeza e incomodo a los Realistas, y de exaltación y desenfreno a los Constitucionales. Esta es la verdadera causa por la que se ha hecho pedazos una lista inmensa que se presentó a Su Majestad la Reina de personas que se debían mandar salir de la Corte, y otras a presidio; también se dio contraorden para que no saliesen de la Corte algunos cuerpos militares, y el Ministerio a todos dice, como hoy me confirmó Cafranga, no querer otra cosa, sino la Monarquía sola y pura, como se expresa en la misma *Gaceta* extraordinaria.²⁹

Ello no impedía que siguiesen las disensiones con los partidarios de Don Carlos, y circulaba, causando gran impresión, la respuesta dada por el Obispo de León a Cafranga cuando le dio orden de salir para su diócesis, por lo que se le ordenó abrir causa en el Consejo de Castilla.

También se mandó proceder contra el general Eguía, y se asegura que ya se halla preso, y así como algunos otros que más se pronunciaron por la Augusta Persona del Serenísimo Señor Infante D. Carlos, como inmediato sucesor del Trono. Por este motivo todavía se hallan presos ocho oficiales de la guardia de Corps, y habiendo sido remitida su causa al fiscal (el general Urbina), este ya respondió que no hallaba forma de delito. No ha habido en los últimos días mayor novedad, tanto en nombramientos como en prisiones,

28 Legações. Caixa 671, despacho no. 193. También se informa de la publicación de un folleto con las actas de las Cortes de 1789 que había sido mal recibido por los entendidos en leyes (al menos por los legitimistas), y del restablecimiento de la Infanta Doña María Francisca, que había tenido que guardar cama por dolores reumáticos. El coronel José Campana, situado al frente de uno de los batallones del 4 regimiento de la Guardia, trató de entregar la ciudad de Burgos a los carlistas en los primeros meses de la guerra (Bullón de Mendoza 1992, 229).

29 La redacción del texto al que hace referencia Gomes se encargó a Cafranga en el Consejo del 13 de noviembre, pues se temía que los rumores sobre la orientación del gobierno, “podrían extraviar la opinión pública en materia de tanta importancia y comprometer la tranquilidad” (Madrid, Archivo de Presidencia del Gobierno, libros de actas del Consejo de Ministros, 1832).

o destierros; se ve que el gobierno ya procede con más circunspección, y las noticias que ha recibido de la impresión que causaron en las Provincias y en los Países extranjeros los primeros decretos, los han hecho parar en la carrera de reforma indiscreta que se proponían, e incluso si fuese posible tornarían atrás y reformarían lo que han hecho.³⁰

Las tensiones internas no impedían que la familia real mantuviese las formas, y así, el 19 de noviembre,

aniversario del día del nombre de la Serenísima Señora Infanta D. María Isabel Luisa hubo gran gala, y dio Su Majestad la Reina Besamanos sentada en el Trono, y en las sillas, que principiaban en la última grada a la izquierda del Trono estaban sentados el Serenísimo Señor Infante D. Carlos y Su Augusta Esposa, seguía el Serenísimo Señor Infante D. Francisco y Su Augusta Esposa, después el Serenísimo Señor Infante D. Sebastián y su Augusta Esposa, y en la última silla la serenísima Señora Princesa de Beira: fue lucidísimo el concurso de personas que concurrieron a este acto.³¹

El 23 entraba de nuevo en la corte el conde de Figueira, que acompañaba su primer despacho con la copia de un documento que relataba el tumulto que había estado a punto de producirse en Barcelona el día 11, cuando llegaron con escasas horas de diferencia dos reales órdenes, la primera de la cuales prevenía el cese del conde de España como capitán general del Principado, mientras que la segunda anulaba la anterior. Los liberales habían previsto todo para celebrar su caída por todo lo alto, mientras que tropa y realistas estaban dispuestos a mantener el orden, no produciéndose ningún incidente por la rapidez de los hechos:

La tranquilidad en toda esta Provincia es aparente, porque está toda en la mayor agitación; los partidos están a la vista, y animados de igual furor; sin embargo el partido Realista es el más fuerte, porque tiene las armas, y está desesperado por ver los cambios que se están haciendo en tampoco tiempo, desconfiando de los que se puedan hacer todavía; habría habido ya una sublevación general en esta Provincia tal vez como la del año de 1827 o peor, si no fuese por la confianza que los realistas tienen en el conde de España, sin embargo será difícil que él lo pueda evitar.³²

30 Legações. Caixa 671, no. 195 (20 de Novembro de 1832).

31 Legações. Caixa 671, no. 195 (20 de Novembro de 1832).

32 El conde de España fue finalmente separado del mando, de lo que dio cuenta el cónsul de Portugal en Barcelona el 19 de diciembre, señalando que “Por ahora todo ha pasado sin ruido, sin embargo mucho temo que haya alguna cosa en esta Provincia, porque si hay muchos contentos con estas mudanzas, más son los descontentos”. En una comunicación posterior, de 22 de diciembre, informaba que el nuevo capitán general fue recibido por los habitantes de Barcelona “con el mayor aplauso y repetidos vivas. Por la noche

Figueira, que había permanecido cerca de dos meses fuera de la Madrid, no dejó de transmitir a Santarém su opinión sobre la situación política:

Después de mi regreso a esta corte se ha calmado más la agitación de los partidos: los individuos que forman el actual Ministerio no se hallan unidos; y Su Majestad Católica que todavía conserva personas de su particular, que le dicen lo que pasa, desmonta muchos de los planes que los más exaltados forman como único medio de poder llevar adelante sus proyectos. Varios oficiales generales promovidos a diferentes mandos por el actual Gobierno fueron separados por Su Majestad, nombrando en su lugar otros de opinión segura. Consta que el Rey ya se plantea tomar solo el Gobierno, aunque por otro lado trabajan para desvanecer esta idea.

La noche del 28 de noviembre llegaba a Madrid Zea Bermúdez, Ministro de Estado y, como tal, jefe del Gobierno. Su llegada era aguardada por Figueira con impaciencia, tanto para ver cuál era la línea que se proponía seguir en las relaciones con Portugal, que encontró idéntica a la de Alcudia, como por ver la dirección que imprimía a la política interior española. Consecuencia de su llegada fue una circular dirigida al cuerpo diplomático español, y publicada en la *Gaceta*, que disgustó enormemente al partido liberal y dejó al realista a la expectativa de nuevos acontecimientos. “Sin embargo – señala Figueira – observo en la redacción de esta misma Circular una política fina, que da margen a ser interpretada de diferentes maneras, lo que tiene en suspenso todos los ánimos. Veremos los resultados.”³³ Como ya había hecho anteriormente Severino Gomes refiriéndose al caso de Nápoles, Figueira recoge en este despacho datos sobre la implicación diplomática en los sucesos de la Granja:

Los Gabinetes de Austria y de Prusia, no solo aprobaron la conducta de sus Ministros aquí residentes, sino que les fueron enviadas instrucciones para continuar en el mismo sentido, a obrar en favor de la conservación en España de la Ley Sálica: no tardará que aquellos dos Ministros, ayudados por el de Rusia, intenten demostrar al Gobierno de

espontáneamente se iluminó casi toda la ciudad y le dieron serenatas de música. El excapitán general Conde de España fue insultado por el pueblo de tal manera que tuvo que ir a dormir a la Ciudadela para estar seguro y libre de algún mayor insulto; ayer por la noche continuó la misma iluminación espontánea, y esta noche dicen que será lo mismo. El pueblo estuvo toda la noche dando vivas al nuevo capitán general, e incluso dando algunas voces de muera el tirano conde de España. Tuvieron que patrullar grandes patrullas de infantería y caballería, y los jueces del crimen con la justicia; sin embargo, hasta ahora no se ha alterado la tranquilidad pública.”

33 Legações. Caixa 671, no. 199 (4 de Dezembro de 1832).

Su Majestad Católica que la tranquilidad de la Península depende de no alterar la Sucesión a la Corona, como hasta ahora han hecho; sin embargo, lo que no entra en duda es que el Gobierno tendrá mil dificultades a vencer en el caso que pretenda salir de esta línea, aunque el actual Gobierno tiene gran apoyo para tomar cualquier decisión mientras Dios conserva la preciosa vida de Su Majestad El Rey Católico.³⁴

El 19 de diciembre Figueira hace a su gobierno una relación de la situación política española desde los sucesos de La Granja:

El 18 de septiembre fue el día en que Su Majestad Católica firmó el célebre Decreto a favor de la Ley Sálica, la opinión general se manifestó a favor de aquella decisión regia; pero apenas una parte de la Grandeza, capitaneada por el Duque de San Fernando . . . y varios más igualmente comprometidos fueron en Diputación a la Reina a ofrecerle sus servicios a favor de la Legitimidad de su hija; a este partido se juntaron todos los doctrinarios o exaltados liberales. . . . Su Majestad la Reina, que hasta aquel momento estaba dispuesta a transigir, conociendo el peligro en caso de la muerte de Su Augusto Esposo, luego que sus partidarios se pronunciaron, apoyados por la Señora Infanta D. Luisa Carlota y su marido, trató de suspender el torrente que iba a colmar de felicidad al partido realista en la Península, mudando como mudo todos los individuos del Ministerio, y poniendo otros enteramente de su confianza, o para mejor decir aquellos que le designó el partido liberal . . .

La muerte del Inspector General de los Voluntarios Realistas, acontecida hace pocos días ofrece un medio que este Gobierno desearía para acabar con este benemérito establecimiento. Aquel puesto fue enteramente suprimido quedando incorporadas sus funciones al Ministerio de la Guerra, y hay bien fundando recelo que el actual Ministro de la Guerra Cruz proponga en ejecución lo que en 1824 tenía intención de hacer, poniendo en práctica el plan por él hecho de extinción de aquellos cuerpos, o dándoles una forma que acabará enteramente con su antiguo estatuto e influencia. Con toda la tempestad todavía amenaza una próxima explosión, los espíritus están muy agitados; los últimos nombramientos de Cruz para el Ministerio de la Guerra y de Recacho para la Policía han desenmascarado el plan de Zea, y no me admirará una revolución pronta, que traerá terribles consecuencias. El partido realista no encuentra otro medio de salvar la Nación sino una revuelta que obligue a Su Majestad Católica a confiar la Regencia del Reino a su hermano el Señor Infante Don Carlos. Aunque éste hace todas las diligencias para calmar a su partido, llegaran las cosas a tal punto que será imposible evitarla por más tiempo.

Mientras las cosas presentan este estado, Zea sufre una intriga terrible por parte de los Constitucionales, no le perdonan la circular pasada a los individuos del Cuerpo Diplomático Español, y la declaración hecha a favor del Rey Nuestro Señor. Han procurado

34 En su despacho de 7 de diciembre da la siguiente información sobre la salud de Fernando VII: “Su Majestad el Rey Católica va siguiendo lentamente su convalecencia, levantándose poco tiempo al día, y pasando la mayor parte en cama como consecuencia de los fríos que presentemente se experimentan aquí, diciendo los Médicos no podrá mejorar hasta que no mude la estación.”

todos los medios para que sea destituido, poniendo en su lugar al conde de Ofalia, en quien confían más. Sin embargo, la Reina hasta ahora se ha conservado firme; y Zea está siendo el primer hombre, y es él quien dirige todos los negocios con la firmeza de su carácter.

Es tal el recelo que se ha creado entre esta Real Familia, unos con respecto a otros, que en cada Cuarto de los Señores hay la mayor vigilancia tanto de día como de noche, cerrándose y atrancándose las puertas como si recelasen un asalto del enemigo, y el más pequeño acaso durante la noche es tenido por un atentado a su vida.³⁵

Como no podía ser menos, no faltan en la correspondencia de Figueira algunos datos sobre la intentona carlista habida en Madrid y diversos pueblos de su provincia y la de Toledo los últimos días de diciembre:

ayer [31 de diciembre] salieron de esta capital un batallón de infantería, y parte de un escuadrón de caballería con objeto de destruir algunas partidas de guerrillas que se han levantado en los Montes de Toledo contra el sistema del actual Gobierno. Consisten los amotinados en individuos descontentos, unidos a Voluntarios Realistas, y de los pueblos de aquel distrito.³⁶

Aunque con algunos días de retraso, la agitación se propagó a la capital, donde el 3 de enero

algunos grupos de hombres encapotados corrieron las calles gritando ‘Viva el Rey y muera los negros y el Gobierno’. Parte de esta gente fue hasta las puertas de los cuarteles de uno de los regimientos de la Guardia, y otros a las de los guardias de Corps, dando los mismos vivas; sin embargo no siendo correspondidos por las tropas se desbandó y desapareció toda esta gente.³⁷

Una nota confidencial del 8 señalaba: “Continua la remoción de varios empleados en todo el Reino, en el Ejército ha habido muchos oficiales superiores separados del servicio, de manera que el disgusto es general.” El 18 se señalaba el nombre y categoría de los presos aquella semana:

35 Legações. Caixa 671, no. 204 (19 de Dezembro de 1832). Sobre los cuerpos de voluntarios realistas y su desorganización organizada tras la muerte del general Carvajal, ver Bullón de Mendoza (1992, 93-105). En despacho del 28 de diciembre Figueira insiste en los manejos contra Zea: “lo cierto es que Zea está sostenido únicamente por SU Majestad la Reina, pero son tantas las intrigas contra él, que difícilmente podrá triunfar de sus enemigos”.

36 Legações. Caixa 671, no. 207 (1 de Janeiro de 1833). Sobre estos incidentes, que llevaron a la desarticulación de buena parte de la trama conspiratoria del partido carlista, ver Bullón de Mendoza (1990a, 63-83).

37 Legações. Caixa 671, no. 208 (4 de Janeiro de 1833). “Negros” era el nombre despectivo con que los realistas designaban a los liberales.

Conde de Negri, camarista de los hijos de S.A. el Sr. Infante D. Carlos, preso estando de servicio, cosa no vista.

Conde del Prado, camarista de los mismos señores.

D. Juan José Marcó del Pont, Intendente del Ejército

D. Miguel Otal y Villela, Consejero de Castilla

D. Pedro Grimarest, Teniente General

D. Rafael Maroto, Mariscal de Campo

D. F. Noboa, Coronel

D. Francisco Lemos, oficial mayor *do Parte*.

Tales prisiones, que aunque no se indica se debían a los sucesos anteriormente señalados, de los cuales eran considerados inductores, fueron sin duda un escándalo en el nada tranquilo ambiente capitalino. Poco después tenía lugar el alzamiento de los voluntarios realistas de León, que dio lugar a que se desplazasen para reprimirlo parte de las numerosas tropas del ejército de observación sobre Portugal acantonadas en Zamora, de lo que se da cumplida cuenta en despacho del día 22. Mientras, las intrigas de los liberales contra Zea arreciaban, y Figueira, buen conocedor de Fernando VII, no sabía si alarmarse o congratularse de las pruebas de afecto que le daba el Monarca:

hace pocos días Sus Majestades le otorgaron una gran medalla guarnecida de brillantes con los retratos de los dos Augustos Soberanos. Esto que en otro Rey debería juzgarse el testimonio de cuanto le agradaba el carácter de su Ministro, no deja de inquietar a las personas que no confían en esta prueba de benevolencia de Su Majestad, y temen que esto sea el preludio de la caída de Zea.

Para sustituirle se hablaba de Bardají, el conde de Ofalia y el duque de San Fernando, todos los cuales habían ocupado con anterioridad la Secretaria de Estado. Mas aunque puede que en la corte contara con pocos respaldos, Zea los tenía, y poderosos, en los embajadores de diversas potencias:

Los ministros de Austria, Rusia y Prusia tuvieron instrucciones de sus respectivos gobiernos para apoyar cuanto puedan la conservación de Zea en el Ministerio. Me consta que estos días los tres diplomáticos han tenido reuniones para combinar de qué manera se arreglaran para desempeñar esta comisión tan útil y ventajosa para Portugal.³⁸

38 Legações. Caixa 671, no. 217 (29 de Janeiro de 1833).

La gravedad de la situación política había motivado que Fernando VII, tras proceder a la revocación solemne de su decreto de San Ildefonso, se declarara restablecido en su salud el 4 de enero de 1833 y asumiera personalmente las labores de Gobierno, lo que implicaba que en adelante cualquier golpe habría de ir directamente contra él. El Rey, hombre de aparente campechanía e indudable popularidad, retomó su antigua costumbre de dar paseos por Madrid y sus alrededores, aunque ahora acompañado por la Reina, tal vez con el designio de reforzar su figura. Mas no faltó alguna sorpresa desagradable, como la que tuvo a finales de enero, cuando en

uno de los paseos que hicieran sus Majestades Católicas a media legua de Madrid, fueron sorprendidos por un grupo de hombres trabajadores de 300 a 400 gritando por pan y trabajo, y algunos entre ellos se excedieron en amenazas profiriendo nombres injuriosos contra Su Majestad la Reina; fueron dispersados con grandes dificultades. Después de haber entrado en las tabernas a beber vino y roto los vasos, acudió tropa que fue de Madrid, y Sus Majestades regresaron sin mayor novedad. Este suceso ha acautelado más a Su Majestad en sus paseos, pues desde aquel siempre que va al mismo sitio Real manda ir un escuadrón de caballería, estando permanente allí un batallón de infantería.³⁹

El 28 fueron separados de los regimientos de la guardia Real de infantería cincuenta y tantos oficiales de todas las graduaciones, “por sospechosos de poca adhesión al actual orden de cosas”, y el 29 partieron para las diferentes provincias ocho brigadieres “en comisión de observar el espíritu público de los pueblos, y demás providencias que todavía no son conocidas; todos estos oficiales estaban sin empleo en tiempo del último Ministerio”.⁴⁰

El 19 de febrero Figueira informaba de las disensiones que según sus noticias se estaban produciendo en el seno del Ministerio sobre la conveniencia

39 Legações. Caixa 671, no. 217 (29 de Janeiro de 1833). *El Diario de Avisos de Madrid* del martes 27 de noviembre de 1832 había publicado una nota explicando el aumento que entonces tuvo el precio del pan, y señalando que realmente debería haberse efectuado el mes anterior, pero que la Reina había mandado abrir el pósito y dar a los panaderos cuanto trigo necesitasen, primero a 46 y luego a 44 reales, medida que no podía mantenerse porque todos los pueblos de los alrededores se aprovechaban de ella. Pese a las consideraciones del *Diario*, redactadas para conseguir apoyo a la Reina, no parece que el pueblo le quedara muy agradecido.

40 Legações. Caixa 671, no. 217 (29 de Janeiro de 1833). Es frecuente que muchos despachos, como el que ahora nos ocupa, fuesen acompañados de cartas de Doña María Francisca o Doña María Teresa a su hermano el rey Don Miguel. Ni que decir tiene que dicha correspondencia, en caso de poder ser localizada, sería una fuente de gran interés histórico.

o no de celebrar cortes para jurar a la Infanta Isabel como heredera, cuestión que unos meses antes había costado el cargo a Cafranga, partidario de tal medida:

Existe entre los Ministros que forman el Ministerio de Su Majestad Católica gran desunión de opinión sobre la marcha que deberá seguirse para consolidar las Leyes de Sucesión a la Corona; parece que los Ministros de Hacienda, Justicia y Marina son de opinión de convocar Cortes, y jurar a la Princesa de Asturias como heredera. Los Ministros de Negocios Extranjeros, Guerra y Fomento no se atreven por ahora a dar este paso recelando nuevas calamidades en este país, y mucho más siendo el Señor Infante Don Carlos a quien primero corresponde prestar el juramento, habiendo toda la probabilidad de que se negara a hacerlo. En esta divergencia de opinión es de esperar que haya mudanza del Ministerio, y no es sin fundamento que se teme la caída de Zea, Cruz y tal vez Ofalia, pues la guerra al primero se hace con el auxilio de Strafford Canning y su partido. Con todo, S.M. Católica ya principia a tratar de los asuntos de Estado y podría muy bien obstar semejante plan, pues distingue particularmente a Zea.⁴¹

En realidad la cuestión ya estaba resuelta, pues el 1 de febrero Zea había hecho presente al Gobierno que era voluntad del Rey que se convocasen dichas cortes, para lo cual empezaron a adoptarse todo tipo de medidas.⁴² De hecho, y en el mismo despacho que hemos citado anteriormente, el embajador portugués recoge una carta que se le envió desde Benavente el 16 de febrero en la que se daban a conocer algunos de los preparativos para garantizar la tranquilidad pública:

[En] el correo anterior se recibió una soberana disposición, que fue también circulada a los Capitanes Generales, para formar columnas volantes, cuya fuerza no baje de doscientos hombres cada una, las cuales deberán recorrer en todas direcciones los respectivos distritos, y las de este Ejército las Provincias de Salamanca, Zamora, León hasta Orense, y el Principado de Asturias. Los jefes de estas columnas deberán ser conocidamente adictos a la legítima sucesión de nuestro amado soberano, y entre otras cosas van encargados de conservar la tranquilidad, y *autorizados para prender a toda persona sospechosa*. Es consecuencia se dieron aquí las órdenes competentes para la formación de dichas columnas, y las Planas Mayores con la fuerza que no se destine a ellas, vienen a estas inmediaciones. La causa de esta medida es la convocación a Cortes por Estamentos que se va a hacer para jurar a la legítima sucesora al Trono. Las columnas no podrán estar más de tres días en ningún pueblo.

41 Legações. Caixa 671, no. 221 (19 de Fevereiro de 1833).

42 Bullón de Mendoza 1992, 15-16; Bullón de Mendoza 1995, 225-240.

A finales de mes corrían por Cataluña voces de haberse levantado alguna partida carlista, lo que el cónsul de Portugal desmentía, explicándolo de la siguiente forma:

Una gran partida del contrabandista introducía un considerable contrabando por la parte de Rosas y Figueras (frontera de Francia). Los carabineros de Costas y Fronteras salieron a su encuentro, se batieron ferozmente y les quitaron el contrabando, prendiendo algunos de ellos. Sin embargo, los Voluntarios Realistas de aquellos pueblos se reunieron en masa a favor de los contrabandistas, que la mayor parte eran sus parientes, cargaron sobre los carabineros, les tomaron otra vez el contrabando y soltaron a los presos, habiendo en esta acción muertos y heridos por ambas partes, como es natural. La diligencia que venía de Francia para aquí, que oyó en el camino a lo lejos un gran tiroteo, sin saber que era, cuando llegó aquí alarma con voces diciendo que eran ya partidas de carlistas que se batían con la tropa y que habían oído el fuego. Este capitán general mando salir de aquí 6 compañías de tropa de línea con dos piezas de artillería de campaña para aquel punto, y con orden de desarmar todos los voluntarios realistas de aquellos pueblos. Los batallones de voluntarios realistas de Reus y Tarragona ya fueron todos desarmados anteayer, veremos si los otros que están ya comprometido se dejarán desarmar, y entonces estará todo acabado por ahora, hasta la próxima primavera, que así dicen los descontentos, que no son pocos.⁴³

El 12 de marzo de 1833, un amplio despacho del conde de Figueira abordaba una cuestión que ya había anticipado hacía varios meses: la salida de España de la Princesa de Beira. Cierto es que quien lea su misiva tendrá la sensación de que su traslado a Portugal fue debido a la voluntad de su hermano el Rey Don Miguel, que deseaba tenerla junto a sí. Pero no lo es menos que quien acuda a las *Actas* del Consejo de Ministros tendrá la auténtica explicación, pues en su sesión de 4 de febrero, Zea manifestó

ser la soberana Voluntad de S.M. que se ausente de España la Señora Princesa de Beira; y a fin de que tenga efecto con el decoro correspondiente a su alta clase, había

43 *Legações*. Caixa 671, nota anexa al despacho no. 225 (8 de Março de 1833), donde también se adjunta una carta del mismo cuatro días posterior a la citada en la que no queda claro si se rectifica la información mencionada como “falsa y soltada por un partido que no quiere más que alarmar”. El 6 de marzo el cónsul informaba de haberse acercado a cinco horas de Barcelona una partida de 80 a 100 hombres a las órdenes de un tal Téllez, capitán de voluntarios realistas, y que dieron los gritos de “Viva el Rey, Viva la Religión y muera la facción”, retirándose ante el acoso de las tropas que salieron en su busca para evitar que tuviesen más incorporaciones. Días más tarde hacía saber que “el capitán general ha regresado aquí habiendo dispersado a los amotinadores, que abandonar armas y cartuchos por los montes, trayendo algunos presos, y un tal Costa capitán de Voluntarios Realistas, a quien se está formando causa”.

resuelto S.M. que se hiciese saber esta irrevocable resolución a Su Augusto Hermano el Rey de Portugal, para que la invite a pasar a aquel Reino y residir a su lado.⁴⁴

Por tanto, y puesto que no se expresa el auténtico motivo de su abandono del país, lo interesante de la correspondencia mantenida sobre este tema es ver los detalles que da el embajador de como se ultimaron los preparativos.

Tras recibir la carta de Don Miguel ordenando el regreso de su hermana, Figueira se entrevistó con Fernando VII – a quien encontró muy mejorado – el día 8 de marzo, y se ofreció a ser él quien comunicase a la Princesa la noticia, alegando que debía hacerse con delicadeza, “pues hacía pocos días acababa de tener uno de sus accidentes mensuales, y le podía hacer daño el no estar prevenida para este golpe”. En realidad el motivo era muy otro, pues el diplomático portugués conocía sobradamente a la Princesa, y temía que su primer desahogo lo tuviera delante de “cualquier otra persona enviada por Su Majestad Católica para esta misión. Conmigo podía Su Alteza lamentarse [como lo hizo] & sin que hubiese el riesgo de tener el más pequeño disgusto; más no sucedería así no hallándose prevenida”, siendo de temer pudiera expresarse acremente contra el Rey o la Reina, “lo que podría traer muy serias consecuencias, no sólo para Su Alteza, sino de mayor trascendencia para Portugal, *en una ocasión como la actual, en que el más pequeño disgusto con esta Corte nos puede hacer muchísimo daño*”. Aún con esta preparación, tanto Figueira como Zea temían que si el Rey comunicaba personalmente el extrañamiento a la Princesa podría producirse una escena poco agradable, y más todavía si como parecía inevitable la Reina estaba presente, por lo que se decidió fuera el Ministro español quien le transmitiera las órdenes de Fernando VII, quedando de acuerdo este último “en no dar importancia alguna a las expresiones que en un acto de pasión pudiesen escaparse a Su Alteza”, que sin embargo parece estuvo bastante comedida, limitándose a pedir una orden escrita del Rey.

Más o menos hasta aquí todo transcurrió como estaba previsto, pero la situación comenzó a evolucionar de forma inesperada cuando el Infante Don Sebastián, cuyas relaciones con su madre ya hemos mencionado, pidió permiso para acompañarla y, sin duda lo más importante, cuando también pidió dicha

44 Archivo de la Presidencia del Gobierno, *Libros de Actas del Consejo de Ministros*, sesión de 4 de febrero de 1833.

licencia el Infante Don Carlos, “y no siendo él, Su Alteza la Serenísimas Señora Infanta D. María Francisca; Su Majestad se negó positivamente; pero al día siguiente le mandó decir que podía irse con toda su familia”.

Hágase V.E. idea de mi asombro – continua Figueira al visconde de Santarém –, cuando entré en el cuarto de la Señora Infanta D. María Teresa, y en lugar de lágrimas y aflicciones, para lo que yo iba preparado, encontré que la Señora Princesa había hecho las paces con su Augusto hijo y nuera, y que todos juntos sólo trabajaban en el viaje.⁴⁵

El 13 de marzo, en carta de la serie confidencial (no numerada), Figueira se dirigía a su ministro en los siguientes términos:

No poco admirado quedará V.E. al ver mi oficio de fecha de hoy; en lugar de una sola persona de la Real Familia V.E. ahí verá ocho, que están contentísimas de hacer este viaje, y sólo un poco ofendida Su Alteza la Ser. Princesa D. María Teresa de que su Augusto hermano no le excusase esta ocasión. Sin embargo bastará que vea a su hermano para que se olvide, tal es el cariño que estas dos Princesas le tienen.

A falta de otras instrucciones, y con acuerdo de Zea, Figueira pensaba acompañar a la familia de Don Carlos hasta Elvas, e incluso hasta Lisboa si no recibía otras instrucciones, dejando a cargo de la legación al Consejero Severino Gomes, como ya era habitual en sus ausencias.

La noticia del viaje de Don Carlos había suscitado tal agitación “que el Gobierno ha dado órdenes para que las tropas de la capital estén sobre las armas en los cuarteles hasta el sábado, día de la partida del Sr. Infante”. El día 15, la víspera de su salida hacía Portugal, una nueva misiva de Figueira relataba la agitación existente en la capital:

. . . el partido contrario al Sr. Infante es el que más se ha pronunciado contra este paso, que reputan fatal para sus fines. Muchísimas personas de todas las clases han visitado a sus Altezas haciéndoles toda clase de ofrecimientos, y verdaderamente es un triunfo para el Sr. Infante ver el respeto y amor que le tiene la mayoría de la Nación.

45 Legações. Caixa 671, despacho no. 226 (12 de Março de 1833). Más detalles sobre la salida de la familia real carlista, en base a las fuentes españolas, pueden verse en Bullón de Mendoza (1991, 71-83).

Como cabía esperar, el primer despacho de Severino Gomes estuvo dedicado a narrar la salida de los Infantes:

El Gobierno tomó todas las medidas convenientes para evitar algunos desórdenes en el momento en que salieran Sus Altezas, puesto que, como V.E. no ignora, existen en esta Capital dos partidos a los que se da el nombre de Carlistas y Cristinos. Estos últimos, autorizados por el jefe de policía, estuvieron toda la noche del 16 armados y distribuidos en diferentes puntos para atacar a los carlistas en caso de haber alguna voz para impedir la salida de Sus Altezas. . . . El Capitán General D. Manuel Freire mandó estar toda la tropa en armas, y mandó bastante fuerza para las plazas de Palacio, y para las puertas de la ciudad; y el Ministerio estuvo toda la noche reunido en la Secretaria de Estado, hasta que salieron Sus Altezas. Sé que tanto el Ministerio como el Capitán General llevaron muy a mal la reunión de los llamados Cristinos, y éste último presentó a Su Majestad una representación, en que se quejaba de haber otra fuerza militar, además de la que él mandaba, que él tuvo la honra de acompañar a Sus Altezas hasta la distancia de 3 leguas, y que no había observado otra cosa más que moderación, y respeto en todas las personas que se hallaron en el camino; esperándose que resulte alguna providencia desagradable para el jefe de policía y demás secuaces, de las quejas de los Ministros unidos al capitán general y el Gobernador de esta Plaza.⁴⁶

La noche del 19 de marzo, exasperados por la prepotencia que mostraban los ilegales pero armados “Cristinos”, los Voluntarios Realistas se lanzaron a la calle en su busca, lo que dio lugar a diversos incidentes. El Gobierno decidió entonces desarmar a los Cristinos.

Pero como las personas que han organizado esta fuerza son de la primera Grandeza; y los que más figuraron en la Granja cuando se mudó el Ministerio, con el título de leales, son los más favorecidos por su Majestad la Reina, y hacen un gran peso en la oposición que encuentran los tres ministros Zea, Ofalia y Cruz, lo cuales están muy unidos, y acordes para destruir el partido revolucionario, que con el pretexto de adhesión y partidarios de la Princesa Primogénita quieren trastornar todo, y establecer el Gobierno Constitucional del año 20.⁴⁷

Ya con anterioridad Figueira y Gomes habían informado del conflicto sobrenvenido a raíz de un artículo proliberal publicado por el general conde de Puñonrostro, al que se ordenó salir de la Corte:

46 Legações. Caixa 671, no. 228 (19 de Março de 1833). Sobre estos incidentes y los que a continuación se citan, ver Bullón de Mendoza (1990b, 51-74).

47 Legações. Caixa 671, despacho no. 222 (22 de Março de 1833).

Este *Fidalgo*, además de ser Grande de España, tiene grandes enlaces con los otros partidarios Cristinos, y es sobrino del general Castaños, persona que siempre ha servido grandes cargos, y de mucha representación en la Corte, lo que ha exaltado sobremanera los dos partidos, y hace que aunque aún que este dudoso el resultado de una cuestión que puede tener consecuencias muy desagradables, pues o vence esta reunión de grandes, mudándose el Ministerio, o aquellos serán desterrados o procesados.⁴⁸

El 22 de marzo Puñonrostro aún no había abandonado la corte, y Zea estaba “sumamente inquieto con su presencia en Madrid, y llegó a decir que no continuaría siendo Ministro de Estado si no se cumplían las órdenes de Su Majestad”.⁴⁹

La cuestión todavía no se había resuelto cuando Gomes comenzó a redactar su despacho de 25 de marzo:

Todos estos días ha estado en armas la guarnición de esta capital para evitar los desórdenes que ha habido, principalmente en los días de S. José y en el de ayer, entre los Voluntarios Realistas y los llamados Cristinos, que se componen de un reclutamiento oculto protegido por el jefe de Policía, y por algunos de los Grandes del Reino, acérrimos partidarios de la Infanta Primogénita. Ahora mismo rondan grandes patrullas por las calles. . . . El motivo esencial de este continuado desorden es querer el partido constitucional poner en lugar del Ministro Zea otro que sea de su facción.

Una nota final añade que cuando se encontraba poniendo la fecha tuvo noticia de que el capitán general había recibido la orden de desarmar a los Cristinos y de hacer salir de la provincia en el plazo de veinticuatro horas a todos los amnistiados que hubieran promovido incidentes, “y para evitarlos dio también orden el Gobierno al Comandante de los Voluntarios realistas para que no usasen por tres días su uniforme, pues de este modo se cortaban las frecuentes cuestiones y sanguinarios encuentros que había entre los dos partidos”. Por fin, el día 26, Severino Gomes recogía el triunfo de los moderados dentro del bando fernandino:

La amnistía concedida por Su Majestad la Reina fue la causa de una reunión tal en esta Corte, y de repetidas súplicas para que se les diesen medios de subsistir, que conmovieron al buen corazón de Su Majestad a un punto tal de generosidad, merecedora de mejor comportamiento por parte de los amnistiados. No sucedió así, pues siendo casi

48 Legações. Caixa 671, despacho no. 228 (19 de Março de 1833).

49 Legações. Caixa 671, despacho no. 229.

todos de los más exaltados Constitucionales, se unieron a otros de carácter revolucionario, de manera que intentaban por todos los modos de hacer aquí una revolución, y mudar algunos Ministros, poniendo otros de su facción. Desgraciadamente los ministros que salieron, así como el Intendente General de Policía, y el marqués de Casa Irujo, que fueron expulsos de sus lugares, y algunos otros, que tal vez sean expulsos o desterrados, entran en esta Conjuración contra los ministros Zea, Ofalia y Cruz, que felizmente hicieron ver a Su Majestad el estado en que se hallaba la capital, y cuáles serían los resultados de estos desórdenes; y esta madrugada apareció la *Gaceta* con los Decretos, que luego se pudieron en ejecución, siendo los nuevos Ministros del partido llamado moderado.⁵⁰

En los días siguientes Gomes recoge nuevos datos sobre esta crisis, que ha pasado mucho más desapercibida de lo que debiera a los ojos de los historiadores:

El Gobierno va tomando aquí todas las medidas de seguridad contra los malvados, que se habían introducido en esta capital, protegidos y pagados por las personas que fueron expulsas del Gobierno, y otras que se dice serán extrañadas, todas de la primera jerarquía: para sus fines siniestros tenían casas llenas de armas y de uniformes de Voluntarios Realistas, para que en el momento del motín, pudiesen a su salvo entrar en Palacio, y casas privilegiadas, desacreditando de este modo al benemérito cuerpo de Voluntarios Realistas.⁵¹

El 5 de abril incluía una lista de los desterrados, que eran el exministro de Marina Francisco Javier de Ulloa, enviado a Cádiz; el duque de San Lorenzo, enviado a Jerez, de cuyo alcázar era alcaide; Beltrán de Lis y sus hijos,

que mucho figuraron en tiempo de la Constitución, y por la amnistía vinieron ahora de Francia, mandado a Córdoba a recibir órdenes; un tal Carrasco, padre e hijos, negociantes muy ricos, para Cádiz a recibir órdenes; Marqués de Casa Irujo, 4 meses de licencia para ir al Canal de Castilla, mientras no fuese a su misión de Estados Unidos.

Se comentaba, además, que habían sido intimados para abandonar Madrid el duque de San Fernando, el presidente del Consejo de Castilla Francisco Javier Castaños y un tal Veraca, “grande privado del conde de Parcen”. Al duque de

50 Legações. Caixa 671, despacho no. 231 (26 de Março de 1833). Los ministros cesados fueron Encima y Piedra, Ulloa y Fernández del Pino. El marqués de Casa Irujo cesó como secretario del Consejo y sustituido por Mateo de Erro.

51 Legações. Caixa 671, despacho no. 233 (2 de Abril de 1833) En el mismo despacho se informa de los incidentes provocados por los voluntarios realistas de Zaragoza y Guadix.

San Carlos se le ordenó que permaneciera en Francia.⁵² Este mismo día, en carta confidencial, informaba que

El Rey va conociendo el precipicio a que lo conducía, y a todos los suyos, el partido de los llamados cristinos, y por eso Zea (que es el único a quien todo se debe), va limpiando la capital de esta caterva de malvados.

Que el gobierno se mantuviese alerta contra los liberales no significaba, por supuesto, que no siguiese tomando medidas para garantizar la sucesión femenina. El 7 de abril se publicó una *Gaceta Extraordinaria* con dos reales órdenes previniendo la convocatoria de Cortes para el 20 de junio de 1833, con el propósito de jurar a la Infanta Isabel como heredera: “Esta gran novedad fue guardada con el mayor secreto hasta el día de la publicación de los Decretos, quedando cerrados los impresores con el comisionado por el gobierno toda la noche del sábado al Domingo hasta que se dio al público.”⁵³ Como ocurre en otros despachos, en el del 9 de abril hallamos una nueva referencia a los sucesos de La Granja, esta vez relacionada con la posible intervención del clero:

Se con toda certeza que Su Majestad Católica escribió en fecha de 12 de enero del presente año al Santo Padre, quejándose de los procedimientos practicados en la Granja en el momento de mayor peligro de su enfermedad, por una facción, en que desgraciadamente entraron algunos eclesiásticos, suplicando a Su Santidad, que tuviese a bien de advertir a los Arzobispos, Obispos, y demás clero de este reino para que exhortasen a sus diocesanos la sumisión y respeto debido a sus legítimos soberanos y sus reales decretos. La respuesta de Su Santidad, según oí, se limita solamente a expresiones generales, ligándose al espíritu del Evangelio sin entrar en opiniones políticas.⁵⁴

Como era de esperar, la jura paso a ser “el asunto de todas las conversaciones”, planteándose muchos “cuáles serían los resultados si algunos personajes se negaran a prestar este juramento”.⁵⁵

52 Legações. Caixa 671, despacho no. 234 (5 de Abril de 1833). En el despacho no. 236 (10 de Abril de 1833) se indicaba que todavía no se había efectuado la salida de estos últimos, pero si la de otros marcados por muy realistas, “como son D. José Zorrilla, que fue jefe de la policía y desembargador, un tal Pedrosa, que tuvo igual empleo, el brigadier hermano franciscano y famoso guerrillero D. Bartolomé Talarn, y el padre Puyal, provincial que fue de los jesuitas, todos a distancia de 20 leguas de esta capital”.

53 Legações. Caixa 671, despacho no. 235 (9 de Abril de 1833).

54 Legações. Caixa 671, despacho no. 235 (9 de Abril de 1833).

55 Legações. Caixa 671, despacho no. 237 (16 de Abril de 1833).

El 4 de junio Severino Gomes escribe a Santarém planteando la posibilidad de que la correspondencia diplomática estuviese siendo interceptada por las autoridades españolas, ya que ello explicaría el retraso que se notaba en las comunicaciones. La sospecha fue confirmada en su despacho del 7, donde recoge que todos los escritos procedentes de Portugal eran abiertos y examinados de orden del Gobierno, “falta de buena fe” que no habría más remedio que tolerar mientras la familia de Don Carlos permaneciese en Portugal.⁵⁶ Pero tal vez lo más reseñable de este despacho sea el malestar del Rey, transmitido por Zea, ante el hecho de que la familia de Don Carlos se hubiese trasladado a Coimbra sin su permiso. En esta ocasión, las explicaciones del diplomático portugués parecieron contentar al ministro de Estado, pero comenzaban así las disensiones causadas entre los gobiernos de Fernando VII y Don Miguel por la presencia de Don Carlos en Portugal, disensiones que, tras la muerte del monarca español, acabarían dando lugar a una inversión de alianzas que supuso el golpe de gracia para el ya derrotado legitimismo portugués.⁵⁷

El gran acontecimiento político en la España de junio de 1833 eran las cortes que debían celebrarse el día 20, en la iglesia de los Jerónimos de Madrid, para jurar a la hija del Rey como heredera del Trono. En la noche del 17 “el encargado de Negocios de Su Majestad Siciliana dirigió al Señor Zea una nota muy circunstanciada de protesta que recibió de El Rey su Augusto amo”, protesta que también remitió de forma oficial a todo el cuerpo diplomático acreditado en Madrid.⁵⁸ Aunque por su parentesco con María Cristina tal protesta puede resultar llamativa, lo cierto es que el rey de Nápoles era uno de los preteridos en sus derechos a la corona de España por la abolición de la ley semisálica.

56 Legações. Caixa 671, despachos nos. 252; 253. En este último se recoge el regreso a la corte del Infante Don Sebastián y su esposa.

57 Según el enviado de Don Pedro en Madrid, José Guilherme Lima, en su despacho no. 4, de 10 de Julho de 1833 (ANTT, Legações. Caixa 672), el gobierno español se proponía aprovechar los problemas que iban surgiendo entre Don Miguel y Madrid a causa de Don Carlos para poder justificar un cambio de partido. En la *Correspondência do 2.º Visconde de Santarém* (1918, 5:276-376), aparecen unas amplias “Impresiones del Vizconde de Santarém sobre la venida de la Familia Real Española y de la política en general” donde profundiza en estos temas. Según testimonio de Ribeiro Saraiva, recogido por Siebertz (1986, 306), cuando antes de su dimisión a principios de 1834 Zea conminó a Don Miguel a que expulsara a Don Carlos de Portugal, la respuesta fue del tenor siguiente: “Diga a su gobierno que mi tío D. Carlos halló aquí el asilo al que tiene derecho, y que mi deber es continuar dándoselo. Si la corona me cae de la cabeza, no será manchada por un acto de cobardía.” En opinión del citado historiador: “Esta respuesta provocó la caída del ministerio de Zea y decidió la suerte de la causa de D. Miguel.”

58 Legações. Caixa 671, despacho no. 256 (18 de Junho de 1833).

El 20 Gomes participó activamente en las fiestas de la jura: “salí por la mañana y me recogí a media noche, siempre ocupado en los festejos públicos por juzgar no deber faltar a uno solo, siguiendo el ejemplo de los representantes de las Cortes más influyentes”. El 21 continuaron las fiestas, por lo que el diplomático portugués dejó para el próximo correo informar con detalle de todos los acontecimientos. Sin embargo, añadió en nota cifrada a pie de página la siguiente y curiosa observación: “En vez de fiesta parece un funeral; ni un viva. . . . Fue mandado salir en pocas horas el Arzobispo de Toledo”.⁵⁹ En su siguiente despacho, el 28 de junio, Severino Gomes manifestaba a Santarém su propósito de “informar a V.E. circunstanciadamente de todo lo que se ha pasado aquí desde el día 20 que fue el del juramento, hasta ayer, que se acabaron las fiestas; sin embargo sólo me será posible hacerlo dentro de unos pocos días, y por extraordinario”.

Es, para nosotros, la última cita reseñable de la correspondencia diplomática miguelista, pues, extraviados o interceptados los despachos 259 y 260, que no se hallan en la serie diplomática, el último que se conserva en el Arquivo Nacional da Torre do Tombo es el 261, fechado el 6 de julio de 1833, y recibido en Lisboa siete días más tarde. El 24, las tropas pedristas al mando del duque de Terceira entraban en la capital y a donde haya podido ir a parar la documentación diplomática miguelista a partir de esta fecha es algo que desconocemos. Perdemos así una fuente de primer orden a la hora de valorar los acontecimientos que tuvieron lugar en España a lo largo de los meses inmediatamente anteriores al inicio de la guerra carlista.

Conclusión

Si prescindimos de aspectos muy concretos, como los sucesos de La Granja, la dinámica política de los dos últimos años de Fernando VII es relativamente poco conocida, y además los relatos disponibles proceden de fuentes no especialmente fiables. Dentro de este contexto la información aportada por los

59 Legações. Caixa 671, carta del 20 de junio y despacho no. 257 (21 de Junho de 1833).

sucesivos embajadores portugueses resulta una fuente de primera magnitud para una correcta valoración de la época. Así, podemos observar que las tensiones en el seno de la Corte eran ya antes de los sucesos de La Granja mucho mayores de lo que tradicionalmente se creía, y que los mismos acabaron siendo la causa del cese de un ministerio en cuyo interior había diferentes sensibilidades políticas, aunque no dinásticas, pues todos eran partidarios de la sucesión femenina de Isabel II, como deja muy claro el testimonio que se reproduce de la Princesa de Beira. En el nuevo ministerio, encabezado por Zea Bermúdez, las disensiones eran aún incluso mayores que en el anterior, como también puede verse por la correspondencia de los muy bien informados diplomáticos portugueses, y se veían alentadas por las injerencias de la Reina, en ocasiones contrarrestadas por las de su marido.

Un panorama tremendamente complejo, y cuyas implicaciones podían ser fatales para Portugal, en cuyo territorio peninsular se vivía desde mediados de 1832 una guerra civil muy similar a la que no tardaría en estallar en España. Fernando VII era sin duda el más fuerte apoyo de Don Miguel, pues lo último que deseaba era tener liberales en el país vecino. Justo antes de caer su ministerio, el conde de la Alcudia llegó a plantearse que tropas españolas entrasen en Portugal para conquistar Oporto, fuese cual fuese el coste con Inglaterra, y Zea Bermúdez, su embajador en Londres, fue también un firme soporte de la causa miguelista. Que Don Carlos decidiese, en marzo de 1833, pasar a Portugal acompañando a su cuñada, la Princesa de Beira, fue sin duda un elemento negativo para la causa de Don Miguel, pues Fernando VII le acabó haciendo responsable de que su hermano no cumpliera las órdenes que le enviaba desde Madrid. Aun así, todavía después de la muerte del rey, cuando en España ya había una guerra entre tío y sobrina de planteamientos muy similares a la de Portugal, Zea Bermúdez trató de mantener su línea de conducta. Su caída, en enero de 1834, supuso una rápida inversión de alianzas y la entrada de tropas españolas en Portugal para terminar de decidir, a favor de Doña María de la Gloria, una guerra que Don Miguel, por otra parte, ya tenía perdida.⁶⁰

60 Un ensayo general sobre las diferencias y similitudes entre el carlismo y los demás movimientos legitimistas europeos, con especial atención al miguelismo, puede verse en Bullón de Mendoza (1996, 195-253).

BIBLIOGRAFIA

Fuentes manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

Fundo Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE). Legações. Caixas 671-672.

Bibliografía

Actas del Consejo de Ministros. 1984 et seq. Madrid: Ministerio de la Presidencia.

Actas del Consejo de Ministros. Fernando VII. 1832. Tomo 7.

Bullón de Mendoza y Gómez de Valugera, Alfonso. 1986. "Ideología Carlista y Régimen Foral 1833-1845." *Congreso de Historia de Navarra de los Siglos XVIII, XIX y XX. Anejos a Príncipe de Viana*. Pamplona: Gobierno de Navarra.

———. 1990a. "La Junta de Madrid y el Alzamiento Carlista de 1833." *Estudios Históricos. Homenaje a los Profesores Don José María Jover Zamora y Don Vicente Palacio Atard*. Vol. 1. Madrid: Universidad Complutense de Madrid.

———. 1990b. "Breve Historia del Carlismo Madrileño, 1833-1839." *Aportes* 13 (marzo):51-74.

———. 1991. "Don Carlos en Portugal." *Aportes* 17 (julio):71-83.

———. 1992. *La Primera Guerra Carlista*. Madrid: Editorial Actas.

———. 1995. "Documentos para el Estudio de las Últimas Cortes del Antiguo Régimen (1833): Circular del Ministro de la Guerra y Respuesta del Marqués de las Amarillas." *España Contemporánea* 7:225-240.

———. 1996. "El Legitimismo Europeo, 1688-1876." In *Identidad y Nacionalismo en la España Contemporánea, el Carlismo, 1833-1975*, coord. Stanley G. Payne, 195-253. Madrid: Editorial Actas.

Carnarvon, Earl of. 1837. *Portugal and Galicia, with a Review of the Social and Political State of the Basque Provinces; and a Few Remarks on Recent Events in Spain. To Which is Now Subjoined, a Reply to the "Policy of England Towards Spain"*. Vol. 2. London: John Murray.

Correspondência do 2.º Visconde de Santarém, Coligida, Coordenada e com Anotações de Rocha Martins. Publicada pelo 3.º Visconde de Santarém. 1918. Vols. III-IV. Lisboa: Alfredo Lamas, Motta & C.ª editores.

Diário de Ribeiro Saraiva, 1831-1888. 1915. Tomo 1. Lisboa: Imprensa Nacional.

El Diario de Avisos de Madrid, 27 de noviembre de 1832.

Gorricho Moreno, Julio. 1966. "Los Sucesos de la Granja y el Cuerpo Diplomático." In *Anthologica Annua*, 243-437.

Irujo, Manuel de. 1945. *Inglaterra y los Vascos*. Buenos Aires: Editorial Vasca Ekin.

Llorca Villaplana, Carmen. 1954. "Los Sucesos de la Granja y el Conde Solaro." *Revista de la Universidad de Madrid*. 347-356.

- Siebertz, Paul. (1944) 1986. *Don Miguel e a Sua Época. A Verdadeira Historia da Guerra Civil*. 2.^a ed. rev. Mem Martins: Actic.
- Suárez, Federico. 1953. *Los Sucesos de la Granja*. Madrid: CSIC.
- Urquijo Goitia, José Ramón. 1996. "Els Furs Bases en la Crisi de l'Antic Règim: La Dicotomia Abolició o Modificació durant la Primera Guerra Carlista." *Recerques* 34:29-46.



RESUMOS
ABSTRACTS

HISTORIA MAGISTRA VITAE.

ENSAIO SOBRE A (IN)DEFINIÇÃO DO *TOPOS* NOS PROJETOS DE ESCRITA DA HISTÓRIA DO BRASIL NO SÉCULO XIX

Temístocles Cezar

No Brasil, a permanência do *topos historia magistra vitae*, seja como projeto historiográfico, seja como figura de retórica, estende a cronologia da sua dissolução para além do século XVIII. O Oitocentos brasileiro é pródigo em ideias antigas e modernas para se escrever a história. Esse ideário visava, de modo geral, organizar recursos e procedimentos para se escrever a história da nação. Se, contudo, a nação era um plano em construção, então é preciso não se perder de vista que a história, como campo de saber disciplinado, estava ainda dando seus primeiros passos. De fato, a escrita da história, no Brasil do século XIX, tornou-se objeto de debate e problema teórico-metodológico, cujas distintas percepções acerca do tema constituem um *corpus* discursivo volumoso e ainda não suficientemente estudado. Meu objetivo, a partir de três manifestações publicadas na *Revista do IHGB* (em 1839, 1844 e 1895), é demonstrar que a noção de *historia magistra vitae* presente nestes projetos historiográficos foi menos marcada pela dicotomia permanência x dissolução do que pelo signo da (in)definição, tanto política quanto epistemológica.

JOSÉ DA SILVA LISBOA E AS NARRATIVAS DA EMANCIPAÇÃO BRASILEIRA

Valdeir Araujo

Neste artigo, procuramos entender como a modernização conceitual afeta e é afetada por mudanças na narrativa histórica. No contexto aberto em 1808, com a transferência da corte portuguesa, tentamos compreender como se processa a nacionalização das narrativas, aqui abordadas a partir das mudanças nos regimes de autonomia do discurso histórico. Pretendemos demonstrar como José da Silva Lisboa, o futuro visconde de Cairu, em sua história da independência do Brasil, se alimenta de uma grande diversidade discursiva fundindo três diferentes macronarrativas que estavam disponíveis nessa conjuntura: a da ação providencial, do conflito liberdade *versus* autoridade e da passagem do mundo feudal ao comercial.

HISTORIA MAGISTRA VITAE.

ESSAY ON THE (IN)DEFINITION OF *TOPOS* IN THE WRITING PROJECT OF THE HISTORY OF BRAZIL IN THE 19TH CENTURY

Temístocles Cezar

In Brazil, the permanence of the *topos historia magistra vitae*, whether as a historiographic project or as a figure of rhetoric, extends the chronology of its dissolution beyond the eighteenth century. The nineteenth century, in Brazil, is prodigal in old and modern ideas to write history. These ideas were meant to organize resources and procedures for writing the history of the nation. If, however, the nation was a plan under construction, then one must not lose sight of the fact that history, as a disciplined field of knowledge, was still taking its first steps. The writing of history in Brazil in the nineteenth century became an object of debate and a theoretical-methodological problem, whose different perceptions about the subject constitute a massive discursive corpus and not yet sufficiently studied. My objective, from three manifestations published in the *Revista do IHGB* (1839, 1844 and 1895), is to demonstrate that the notion of *historia magistra vitae* present in these historiographic projects was less marked by the permanence \times dissolution dichotomy than by the sign of (in)definition, both political and epistemological.

JOSÉ DA SILVA LISBOA AND THE NARRATIVES OF BRAZILIAN EMANCIPATION

Valdei Araujo

In this article, we seek to understand how conceptual modernization affects and is affected by changes in historical narrative. In the context opened in 1808, with the transfer of the Portuguese court, we try to understand how the nationalization of the narratives, approached from the changes in the regimes of autonomy of historical discourse, takes place. We intend to demonstrate how Silva Lisboa, in his history of Brazilian Independence, feeds on a great discursive diversity, merging three different macronarratives that were available in this conjuncture: the narrative of providential action, the narrative about the conflict between freedom and authority and the narrative concerning the passage from feudal to commercial world.

O CONCEITO DE REVOLUÇÃO NUMA GUERRA DE IDEIAS EM PORTUGAL: ALGUMAS NOTAS SOBRE LINGUAGEM E POLÍTICA (1820-1834)

Ricardo de Brito

Neste estudo, pretende-se apresentar alguns contributos para uma sistematização das mudanças que se operaram no léxico político e social em tempo de revoluções, cingindo o nosso campo de análise ao caso português, desde a primeira revolução liberal (1820) até ao fim do conflito entre liberais e absolutistas (1834). Partindo de um conjunto diversificado de fontes, analisa-se o conceito de Revolução nos seus modernos (e antigos) significados e nos diversos usos dados pelos dois grupos em conflito.

DA NECESSIDADE DE UM DICIONÁRIO CRÍTICO DO TEMPO DE D. MIGUEL (1828-1834)

Armando Malheiro da Silva e Daniel Estudante Protásio

Desde o início do século XXI que a acumulação de estudos internacionais, nacionais e regionais, biográficos e documentais, sobre o tempo de D. Miguel, não conduz a um avanço sistémico e coordenado de conhecimento histórico. A inexistência de uma base de dados, *online*, a que se possa aceder 24 horas por dia, nem de uma rede integrada de investigadores, segundo o princípio de vasos comunicantes, resulta em trabalhos meramente teóricos e desconhecedores da bibliografia recente. Daí a necessidade imperativa de um *Dicionário Crítico do Tempo de D. Miguel (1828-1834)*, organizado segundo os modelos de sucesso que representam o *Dictionnaire Critique de la Révolution Française* e o *Dicionário de Historiadores Portugueses. Da Academia Real das Ciências ao Final do Estado Novo*: na era digital, não faz sentido que o dicionarismo crítico fique remetido a edições impressas em papel. No presente texto, estruturam-se objectivos, metodologias, organização e problematização teórica deste projecto. Também se elabora um roteiro preliminar de fontes e se explana um estudo de caso sobre a epistolografia de uma figura em concreto (o visconde de Santarém), enquanto fonte privilegiada de conhecimento do tempo de D. Miguel.

UMA FAMÍLIA DE PODER E CULTURA.

EM TORNO DO *RETRATO DA FAMÍLIA DO 1.º VISCONDE DE SANTARÉM,*
DE DOMINGOS SEQUEIRA

Alexandra Gomes Markl

Este ensaio procura questionar as relações da família do 1.º visconde de Santarém com o jovem Manuel Francisco de Barros, futuro 2.º visconde, a viver no Rio de Janeiro desde 1807, a partir da sua inclusão no grande retrato familiar, pintado por Domingos Sequeira. Após a morte do 1.º visconde, em 1818, e a partir do arrolamento dos seus bens, tomamos contacto com o conteúdo

**THE CONCEPT OF *REVOLUTION* IN A WAR OF IDEAS IN PORTUGAL:
SOME NOTES ABOUT LANGUAGE AND POLITICS (1820-1834)**

Ricardo de Brito

The aim of this paper is to give some contributions to a systematization of the changes that have taken place in the political and social vocabulary in times of revolution. The focus will be the Portuguese context, from the first liberal revolution (1820) until the end of the conflict between liberals and absolutists (1834). With a wide and diverse set of sources, the concept of revolution is analyzed in its modern (and previous) meanings and uses by the two groups in conflict.

**REGARDING THE NEED OF A *CRITICAL DICTIONARY OF D. MIGUEL'S TIME
(1828-1834)***

Armando Malheiro da Silva and Daniel Estudante Protásio

In the last two decades, the accumulation of international, national, regional, biographical and documental studies, regarding D. Miguel's Time, doesn't represent a systemic and coordinated evolution of historical knowledge. The non-existence of an *online* data base, available 24 hours a day, and of an integrated researchers' network, according to the communication vessels' principle, leads to mere theoretical studies, ignoring recent bibliography. Therefore, the imperative need of a *Critical Dictionary of D. Miguel's Time (1828-1834)*, organized according to the successful models of *Dictionnaire Critique de la Révolution Française* and of *Dicionário de Historiadores Portugueses*. In the digital era, it doesn't make sense that critical dictionaries are limited to printed editions. Objectives, methodologies, organization and theoretical problematization will be structured on this paper; a preliminary sources roadmap will be also included. Finally, a case study regarding the epistolography of an individual personality, the Viscount of Santarém, will be used, as privileged source of historical knowledge about D. Miguel's Time.

A FAMILY OF POWER AND CULTURE.

**AROUND THE PORTRAIT OF THE FAMILY OF 1ST VISCOUNT OF SANTARÉM,
BY DOMINGOS SEQUEIRA**

Alexandra Gomes Markl

This essay tries to question the relations of the family of the 1st viscount of Santarém, with the young Manuel Francisco de Barros, future 2nd viscount, who has been living in Rio de Janeiro, since 1807, from his inclusion in the large family portrait painted by Domingos Sequeira. After the death of the 1st viscount, and from the list of his assets executed for subsequent auction, we became

da importante biblioteca e das colecções artísticas que reuniu, bem assim como do seu Gabinete de Física. Estes espólios configuram um contexto familiar culto, com interesses diversificados e actualizados em diversas áreas do saber do seu tempo. A compreensão destes aspectos assume fundamental importância para se entender o enquadramento em que foi forjada a educação do 2.º visconde de Santarém, no seio desta família bem posicionada nos meios da corte.

**UMA DEVOÇÃO DO MIGUELISMO:
NOSSA SENHORA DA ROCHA DE CARNAXIDE**

Fátima Sá e Melo Ferreira

A propósito de um fenómeno religioso que ocorre em pleno vintismo, o aparecimento de uma imagem da Virgem numa gruta em Carnaxide, que vai ser politizado pelas forças anticonstitucionais em diversos momentos de luta, triunfo e derrota do miguelismo, é evocado um processo de aculturação social e política que ultrapassa em muito a vida física de D. Miguel (falecido em 1866) e que a própria monarquia constitucional vai chamar a si. A revisitação destes factos serve, assim, para aprofundar o conhecimento de um século XIX mais rico e complexo do que muitas vezes se supõe.

**LA “PENINSULA DAS HESPAÑHAS” Y LOS LEGITIMISMOS:
LA ÚLTIMA FUNCIÓN (1828-1840)**

Juan Pan-Montojo e Andrés María Vicent

Este texto aborda una comparación general del papel de la contrarrevolución en el periodo genético de los estados nacionales en España y Portugal, en las décadas de 1820 y 1830. Establece paralelismos y vínculos entre la crisis de los imperios de ambas monarquías y describe cómo esos elementos compartidos contribuyeron a que a los ojos de las diplomacias europeas, los conflictos entre los proyectos políticos en ambos países se percibieran como dos caras de un problema internacional único. Analiza a continuación comparativamente y en términos de interconexiones la Guerra de los Dos Hermanos y la Primera Guerra Carlista. Concluye por último con un epílogo en el que se repasan algunas explicaciones para la desigual capacidad de pervivencia en el tiempo del miguelismo y del carlismo.

aware of the contents of the relevant library and artistic collections that he had been able to gather, as well as the content of his private Cabinet of Physics. All these present us a familiar context of multifaceted, well-informed and updated interests about several areas of knowledge of his time. Understanding these aspects is of fundamental importance to perceive the framework in which the 2nd viscount of Santarém was educated and the interests that he later revealed within this well-placed family in the context of the Court.

**A DEVOTION OF MIGUELISM:
OUR LADY OF THE ROCK OF CARNAXIDE**

Fátima Sá e Melo Ferreira

The discover of an image of the Virgin in a cave in Carnaxide, near Lisbon, during the first liberal government of Portugal (1820-1823), will be politicized by the anti-constitutional forces in various periods of its struggle against the liberals. This cult was greatly supported by D. Miguel, the leader of the absolutist current who was king from 1828 to 1834. However, it surpassed the physical life of D. Miguel (deceased in 1866), and the constitutional monarchy itself will adopt it, erecting in the 90's of the nineteenth century a shrine with this invocation in Carnaxide. The revisiting of these facts aims to contribute to a better knowledge of the relations between religion and politics in the nineteenth century in a deeper and more complex way.

**THE “PENINSULA DAS HESPAÑHAS” AND LEGITIMISMS:
THE LAST ACT (1828-1840)**

Juan Pan-Montojo and Andrés María Vicent

This text makes a general comparison between the role of counter-revolution in the genetic period of national states in Spain and Portugal, in the 1820s and the 1830s. It draws parallelisms and links between the imperial crisis in both monarchies and describes how the elements that were shared contributed to the perception in European diplomacies, that domestic political conflicts in both countries were the different faces of a unique international problem. The article then analyses in comparative and interconnected terms the War of the Two Brothers and the First Carlist War. It concludes with an epilogue that sums up the explanations for the unequal persistence in time of miguelism and carlism.

MODERADOS E ULTRAS NA REGÊNCIA E NO REINADO DE D. MIGUEL (1828-1834)

Daniel Estudante Protásio

O estudo de um regime como o do reinado de D. Miguel é tão mais importante quanto continuam por sistematizar os principais factos, figuras e fontes que lhe são relativos. No que diz respeito às figuras, estas podem ser classificadas em moderadas e ultras, designações que são utilizadas, de forma habitual, para diferenciar membros de governos e personalidades de regimes de natureza vária, ao longo do século XIX, em Portugal, Espanha e França. Embora, naturalmente, também se analisem indivíduos de difícil classificação. Nos anos de 1828 a 1834, existiu uma evidente clivagem nas figuras miguelistas governamentais e próximas do poder.

Alguns evidenciaram-se enquanto moderados, como o duque de Cadaval, o visconde de Santarém e o bispo de Viseu, D. Francisco Alexandre Lobo. No grupo dos ultras (ou ultra-realistas), são habitualmente mencionados os nomes do conde de Basto, do marechal-de-campo Joaquim Teles Jordão e de José Agostinho de Macedo. A diversidade e complexidade de percursos enriquecem a visão do que foi a governação de D. Miguel, na certeza de que há muito trabalho de investigação por ser feito até que, em Portugal, se construa um dicionário de figuras miguelistas deste tempo.

LOS ÚLTIMOS MESES DE FERNANDO VII A TRAVÉS DE LA DOCUMENTACIÓN DIPLOMÁTICA PORTUGUESA

Alfonso Bullón de Mendoza y Gómez de Valugera

La visión de los diplomáticos portugueses es una fuente hasta ahora inexplorada para conocer el ambiente de la corte de Fernando VII durante los últimos meses de su reinado. Su proximidad al entorno de Don Carlos supone el acceso a una visión privilegiada de las tensiones que tanto dentro de la vida política, como en el seno de la familia real, se vivían como consecuencia de la designación de Isabel II como heredera del trono.

MODERATES AND ULTRAS IN THE REGENCY AND REIGN OF D. MIGUEL (1828-1834)

Daniel Estudante Protásio

The study of a regime such as the reign of D. Miguel is all the more important since the main facts, figures and sources pertaining to it still remain to be systematised. With regard to the figures involved, these can be classified as Moderates and Ultras, terms that are habitually used to differentiate government members and personalities belonging to regimes of various natures during the 19th century in Portugal, Spain and France. Naturally, however, individuals of difficult classification will also be analysed. In the years 1828 to 1834, there was a clear split in the Miguelista figures in the government and close to the sources of power.

Some put themselves forward as moderates like the Duke of Cadaval, the Viscount of Santarém and the Bishop of Viseu, D. Francisco Alexandre Lobo. In the ultras' or ultra-realistas' group, the names of Count of Basto, Field-marshal Joaquim Teles Jordão and José Agostinho de Macedo are usually mentioned. The diversity and complexity of paths taken under D. Miguel's governance enrich the view of what those years were like. Certainly much research still needs to be done, before a dictionary of Miguelista figures from that time might be compiled in Portugal.

THE LAST MONTHS OF FERNANDO VII THROUGH THE PORTUGUESE DIPLOMATIC DOCUMENTATION

Alfonso Bullón de Mendoza y Gómez de Valugera

The perception of the Portuguese diplomats is an unexplored source until now to know the atmosphere of the Court of Ferdinand VIIth during the last months of his reign. Their proximity to Don Carlos environment represent a access to a privilege view of the tension that in the political life and in the bosom of the Royal Family happened as consequence of the appointment of Elisabeth II as the Heir to the throne.



NOTAS BIOGRÁFICAS

ALEXANDRA GOMES MARKL

Doutorada em Ciências da Arte, especialidade de Desenho, pela Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa. Conservadora do Museu Nacional de Arte Antiga, responsável pelas colecções de Desenho, Gravura e Iluminura. Tem comissariado diversas exposições neste museu e noutros, e também no estrangeiro. Autora de numerosos artigos, incidindo especialmente sobre pintura, desenho e gravura dos séculos XVIII e XIX, e do livro sobre o pintor naturalista António Ramalho (2003).

ALFONSO BULLÓN DE MENDOZA Y GÓMEZ DE VALUGERA

Doutor em História Contemporânea, com Prémio Extraordinário, pela Universidade Complutense. Catedrático de História Contemporânea da Universidade CEU San Pablo, director do Instituto CEU de Estudios Históricos e presidente da Fundación Universitaria San Pablo CEU. Autor de cerca de uma centena de publicações sobre as Guerras Carlistas, a Segunda República e a Guerra Civil Espanhola, bem como realizador e guionista de vários documentários sobre a mesma.

ANDRÉS MARÍA VICENT

Durante os últimos anos, tem prosseguido os seus estudos de doutoramento na Universidade Autónoma de Madrid. A sua investigação centra-se no estudo do primeiro carlismo, numa perspectiva transnacional, prestando uma atenção especial à cultura política.

ARMANDO MALHEIRO DA SILVA

Professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) e coordenador do Grupo Cultura Digital do CITCEM. Licenciado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia de Braga (Universidade Católica Portuguesa) e em História pela FLUP. Habilitado com o antigo Curso de Bibliotecário-Arquivista pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Na Universidade do Minho, prestou Provas Públicas com a tese *Ideologia e Mito no Miguelismo* (1989) e doutorou-se (1999) com a defesa da tese *Sidónio e Sidonismo. História e Mito*.

DANIEL ESTUDANTE PROTÁSIO

Licenciado em História pela Universidade de Lisboa. Mestre em História Contemporânea pela Universidade de Coimbra (UC). Doutorado em História Institucional e Política Contemporânea pela Universidade Nova de Lisboa. Pós-doutoramento em História pela UC. Investigador integrado do Centro de História da Universidade de Lisboa e investigador colaborador do CEIS20, da UC. Livros publicados: *Pensamento Histórico e Ação Política do 2.º Visconde de Santarém*, 2016; *2.º Visconde de Santarém (1791-1856): Uma Biografia Intelectual e Política*, 2018.

FÁTIMA SÁ E MELO FERREIRA

Doutorada em História pela Universidade de Paris I – Sorbonne, é professora associada (aposentada) do Departamento de História do ISCTE-IUL. Investigadora do CIES-IUL e do IHC-Nova, é redactora da revista *Ler História* e autora de vários livros e artigos sobre a contra-revolução e o miguelismo. Dedicar-se actualmente, sobretudo, à história dos conceitos e linguagens políticos. Nesse âmbito, integra o projecto *Iberconceitos* desde 2005.

JUAN PAN-MONTOJO

Catedrático de História Contemporânea da Universidade Autónoma de Madrid. Actualmente, é director da revista *Ayer*. As suas últimas publicações são: “La Revolución Liberal y las Transformaciones de la Agricultura Española”, na revista *Areas* (2018) e “Un País Desconocido: Las Elites Sociales Españolas y el Espacio Rural en el Siglo XIX”, publicada no livro *Mirando desde el Puente* (2019), editado por Fernando Andrés, Mauro Hernández e Saúl Martínez.

RICARDO DE BRITO

Licenciado (2009) e mestre (2012) em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, encontra-se a terminar a tese de doutoramento, no PIUDHist, sobre o conceito de *revolução* em Portugal e Espanha no século XIX. Os seus interesses de investigação, cujos resultados têm sido apresentados em publicações e conferências (nacionais e internacionais), gravitam sobre história política, da cultura, dos conceitos e da historiografia. É investigador no Centro de História da Universidade de Lisboa, no grupo Usos do Passado.

TEMÍSTOCLES CEZAR

Professor-titular do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil), presidente da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia, *directeur d'études invité* na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) de Paris, bolsheiro do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (CNPq-Brasil).

VALDEI ARAUJO

É professor-associado de Teoria e História da Historiografia do curso de História (graduação e pós-graduação) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Investigador do CNPq e editor-chefe da *RBH-Revista Brasileira de História*. Foi investigador-visitante em estágio pós-doutoral na Universidade de São Paulo (USP) e na RU-Bochum (Alemanha).

CRÉDITOS DAS IMAGENS

Capa

Detalhe da representação da *Divina Comédia*, de Dante Alighieri. Almada Negreiros, 1961. Pórtico da entrada da Faculdade de Letras. Arte parietal, gravuras incisas coloridas sobre parede revestida a cantaria de calcário, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Fotografia de Armando Norte.

Frontispício

2.º Visconde de Santarém (M.M. inv. n.º 05273), por Pedro Cruz. Propriedade do Museu de Marinha. Direitos de imagem adquiridos por Daniel Estudante Protásio e cedidos para a presente edição.

Contracapa

2.º Visconde de Santarém em 1821, retratado por Bouchardy. Imagem reproduzida em litografia de J. Vilas Boas na obra de Pedro António José dos Santos, *Retratos dos Homens Ilustres, que por Ciência, Política e Artes Sobressaíram em Portugal durante o Século XIX*. Lisboa, 1846. Biblioteca Nacional de Portugal, Biblioteca Nacional Digital.

Imagens no interior

Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA): inv.º 1223 Pint., inv.º 1256. Des., inv.º 2268 Des. Reprodução autorizada pelo Arquivo de Documentação Fotográfica/Direcção-Geral do Património Cultural, por cedência de direitos de Alexandra Gomes Markl para a presente edição (pp. 134-135).



*Bencherdy intateu
em Paris em 1847.*

Off. de Santos.

*J. de Bress Lithographe
em Lisboa 1846.*

Visconde de Santarém

**Manuel Francisco de Barros e Souza de Mesquita Macedo Leitão
Carvalhosa, Visconde de Santarém** nasceu em Lisboa 18 de Novembro de 1791. Alcaide-mór de Santarém, Comendador das Ordens de S. Thiago e Torre e Espada, Grão-Cruz da Ordem de Carlos 3º de Espanha, Guarda-Mor da Torre do Tombo, Socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, e do Instituto de França, e de muitas outras Sociedades Scientificas e Literarias. Author do Quadro Elementar das relações Diplomaticas de Portugal, e de importantes memorias Geographicas e Archeologicas &

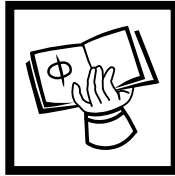
HISTORIOGRAFIA, CULTURA E POLÍTICA NA ÉPOCA DO VISCONDE DE SANTARÉM (1791-1856)

A historiografia portuguesa foi, no dealbar da Época das Revoluções, marcada por práticas culturais e políticas diversas. Entre as lutas revolucionárias e contra-revolucionárias, o erudito e o cronista coexistiam com o historiador amador. O qual reivindicava, tal como os políticos, filósofos e poetas, o papel de religar o passado e o presente, para entender os acontecimentos disruptivos do tempo e antever o futuro das sociedades e da humanidade. O exercício de papéis multifuncionais tornava dúbias, nos indivíduos, as fronteiras entre súbditos e cidadãos, particulares e estadistas, na emissão de opiniões e na tentativa de influenciar os rumos da história. A conjugação de historiografia, cultura e política abre novas e desafiantes visões acerca de uma época plena de ensinamentos para o século XXI.

Pretende-se debater diferentes estados da arte na historiografia luso-brasileira, da história dos conceitos e do dicionarismo crítico. Estabelecer um diálogo crítico a propósito do discurso historiográfico do século XIX, da pluralidade dos significados da sua linguagem impressa e da necessidade de cooperação, aberta e constante, entre os estudiosos dos anos de 1828 a 1834. Analisar fenómenos específicos da arte e da religião, para entender como a cultura expressava o que elites e massas populares desejavam fazer perdurar como memória. Destacar vários instrumentos de conhecimento reflexivo, como as análises da construção dos Estados nacionais (em plena efervescência ibérica dos ideais legitimistas), a afinação tipológica de agrupamentos ideológicos miguelistas e a utilização sistemática das fontes diplomáticas manuscritas, para entender as lutas dinásticas ibéricas.

Em suma, procura-se pôr à disposição da comunidade científica e do público informações de considerável utilidade, num esforço de elucidação da história política, social e mental daquele tempo.

A colecção *Historiographica* dá a conhecer estudos sobre historiografias e historiadores, a construção de memórias sociais e individuais e usos instrumentais do passado – a sempre complexa relação entre presente, passado e futuro, nas suas relações contextuais com problemas sociais e políticos. Abrange múltiplos tempos e geografias e incentiva a aproximação entre diversas ciências sociais e humanas.



HISTORIOGRAPHICA
LISBON
HISTORICAL
STUDIES

Direcção de
Sérgio Campos Matos & Covadonga Valdaliso

HISTORIOGRAFIA E *RES PUBLICA*

Sérgio Campos Matos e Maria Isabel João (Orgs.)

2017

HISTORIOGRAFIA, CULTURA E POLÍTICA
NA ÉPOCA DO VISCONDE DE SANTARÉM (1791-1856)

Daniel Estudante Protásio (Org.)

2019

CH

CENTRO DE HISTÓRIA
